

AMAZÔNIA

*Dinâmicas agrárias e territoriais
contemporâneas*



**Ricardo Gilson da Costa Silva
Luís Augusto Pereira Lima
Francilene Sales da Conceição**
Organizadores

**Amanda Michalski
Ana Paula da Silva Bertão
Benjamin Alvino de Mesquita
Carlos Alberto Vetorazzi
Clodoaldo de Oliveira Freitas
Eliane Silva Leite
Erlainy Joanna Souza de Paiva
Francilene Sales da Conceição
José de Ribamar Sá Silva
Luciana Riça Mourão Borges**

**Luís Augusto Pereira Lima
Márcio Júnior Benassuly Barros
Marcos Vinícius da Costa Lima
Patrícia Gemaque
Reginaldo Conceição da Silva
Ricardo Gilson da Costa Silva
Rogério Nogueira de Mesquita
Sílvia da Silva Corrêa
Tânia Olinda Lima
Viviane Vidal da Silva**

AMAZÔNIA:
DINÂMICAS AGRÁRIAS E
TERRITORIAIS CONTEMPORÂNEAS

**Ricardo Gilson da Costa Silva
Luís Augusto Pereira Lima
Francilene Sales da Conceição**

(Organizadores)

**AMAZÔNIA:
DINÂMICAS AGRÁRIAS E
TERRITORIAIS CONTEMPORÂNEAS**

 **Pedro & João**
editores

Copyright © dos autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos dos autores.

Ricardo Gilson da Costa Silva; Luís Augusto Pereira Lima; Francilene Sales da Conceição (Orgs.)

Amazônia: dinâmicas agrárias e territoriais contemporâneas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 337p.

ISBN 978-85-7993-529-9 [Impresso/2018]
978-65-5869-762-6 [Digital/2022]

DOI 10.51795/9786558697626

1. Amazônia. 2. Dinâmicas agrárias e territoriais. 3. Agronegócio na Amazônia. 4. Populações tradicionais. 5. Geografia de Rondônia. 6. Autores. I. Título.

CDD – 900

Capa: Andersen Bianchi e Luís Augusto Pereira Lima, com foto de Ricardo Gilson da Costa Silva

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Revisora: Monise Adriana Buzo Velho

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 - São Carlos – SP

2022

Sumário

Prefácio 9
Neli Aparecida de Mello-Théry

Apresentação 15

Primeira Parte: Amazônia das *commodities* e dos territórios em disputas

Capítulo 1 25
**Da apropriação da terra ao domínio do território: as
estratégias do agronegócio na Amazônia brasileira**
Ricardo Gilson da Costa Silva

Capítulo 2 49
**Dinâmicas territoriais do agronegócio globalizado da
soja na Amazônia: o caso de Santarém (Pará)**
Márcio Júnior Benassuly Barros

Capítulo 3 67
**A expansão de monocultivos nos cerrados e
(re)organização do espaço agrário no Tocantins e
Maranhão**
Benjamin Alvino de Mesquita
Luís Augusto Pereira Lima

Capítulo 4 91
**Mineração de bauxita e grupos quilombolas do rio
Trombetas (Pará): transformações territoriais, sociais
e nas relações de trabalho**
Sílvia da Silva Corrêa

Capítulo 5 111
Evolução da produção de alimentos e do IDH-M nos municípios da área de influência da mineradora Vale na Amazônia Oriental brasileira

José de Ribamar Sá Silva
Benjamin Alvino de Mesquita

Capítulo 6 133
Campos transterritoriais: um mecanismo decolonial na r-existência dos povos indígenas

Marcos Vinícius da Costa Lima

Capítulo 7 157
Geografia da pecuária e do desmatamento em Rondônia

Amanda Michalski
Francilene Sales da Conceição
Ricardo Gilson da Costa Silva

Segunda Parte: Amazônia, territorialidades e campos em resistências

Capítulo 8 181
Uma leitura da Amazônia a partir dos conteúdos curriculares de Geografia Agrária: um estudo preliminar dos cursos de graduação em Geografia

Reginaldo Conceição da Silva

Capítulo 9 203
Os Movimentos de Resistência ao PAC e a desterritorialização de populações tradicionais e camponesas em função da construção de hidrelétricas na Amazônia Legal

Luciana Riça Mourão Borges

Capítulo 10 227
Rompendo as cercas da invisibilidade: entre Marias, Antônias e Joanas, quem são as mulheres quilombolas do Alto Trombetas (Pará)?

Patrícia Gemaque

Capítulo 11	249
Jovens que migram, “pais que ficam” – um estudo de caso do Projeto de Assentamento Espinhara II no município de Bujari (Acre)	
Rogério Nogueira de Mesquita	
Capítulo 12	271
Projeto de Assentamento Matupi: desafios de viver em um assentamento na Amazônia brasileira	
Viviane Vidal da Silva	
Carlos Alberto Vetorazzi	
Capítulo 13	287
Notas iniciais sobre “rios tradicionalmente ocupados”: formas de uso e manutenção dos saberes da pesca na Amazônia	
Erlainy Joanna Souza de Paiva	
Capítulo 14	309
As leis da fome na bacia hidrográfica do rio Guaporé (RO): o pescador artesanal existe, produz e resiste	
Tânia Olinda Lima	
Eliane Silva Leite	
Clodoaldo de Oliveira Freitas	
Ana Paula da Silva Bertão	
Súmula Curricular dos Autores	333

Prefácio

É para mim especialmente gratificante fazer o prefácio deste livro porque desde criança a Amazônia desperta em mim fortes emoções e muitos interesses. Participar na conquista da Amazônia foi o sonho do meu pai e, desde muito cedo, aprendi a amá-la e a odiá-la: era uma região misteriosa e era o lugar que me roubara do convívio com ele. Em um anexo da minha tese, onde ele retrata o seu itinerário de vida¹, ao terminar seu relato de pioneiro selecionado para um projeto de colonização agrária em Altamira o faz com outro sonho: “E assim, ficou na lembrança, as dificuldades do passado e, na mente, a esperança de um dia voltar prá lá”... Ao lado das emoções, as racionalidades: a Amazônia me fascina pelos mistérios não descobertos, pelo seu significado local e planetário, pelos embates cotidianos: minha vivência e o começo de meus estudos amazônicos datam dos anos 1980 e sei bem que ainda tenho muito que aprender, pois as dinâmicas que moldam a inserção da mesma em um mundo globalizado não cessam de configurar e reconfigurar este território. Continuo a estudá-la, não perco ocasião de visitá-la, de conviver com seus moradores, de continuar a refletir sobre seus desafios, sobre possíveis caminhos. Neste sentido, a leitura do livro *Amazônia: dinâmicas agrárias e territoriais contemporâneas* nos coloca em dia com as problemáticas atuais.

Paradoxos, conflitos, controvérsias se sucederam e ainda se sucedem.

Visões de muitas Amazônias, de muitos papéis a desempenhar tanto para suas populações, quanto para os países que as dividem e para o planeta. Pontos de vista distintos sobre o papel de reguladora do clima e de reserva de biodiversidade, sobre a capacidade da sociedade local dominar as dinâmicas regionais e, sobretudo, das consequências de políticas e ações públicas implantadas desde o século passado, vêm servindo aos debates, ora entusiasmados, ora pessimistas demais.

¹ Que foi posteriormente publicado na revista *Confins*, Messias Lopes de Mello, « História de um pioneiro brasileiro », **Confins** 24 | 2015, 23 septembre 2015, <http://journals.openedition.org/confins/10388> ; DOI : 10.4000/confins.10388

Todos procuram mostrar os prós e os contras do modelo de desenvolvimento predominante implantado. Opiniões se contrapõem, ora indicando que a Amazônia deva ser uma megarreserva natural apenas ocupada por populações esparsas, pois a população atual já superou a capacidade de renovação da biosfera, ora sugerindo que sua incorporação total pelo agronegócio seja apenas uma questão de tempo, talvez ainda umas poucas décadas. Uma única assertiva não tem como ser contestada: parcela de sua população vive em um nível de miséria que os torna, cada dia, mais vulneráveis.

Não podemos aceitar um futuro sem floresta e com baixos padrões de qualidade de vida para parcela da população amazônica. No século passado, Ignacy Sachs (1990)² indicava a necessidade de um novo modelo, gestado a partir de nossos erros na ocupação da Mata Atlântica e que não nos permitisse repetir a sua história ambiental. Propunha ordenar atividades econômicas com as restrições ecológicas, em um modelo endógeno, baseado em sua população e cultura. Em 2008 ele nomeia a Amazônia como o laboratório das biocivilizações do futuro e inicia seu texto com as palavras de Mark London e Brian Kelly: “Para preservar a Amazônia, é preciso tocá-la. Não se pode erguer uma cerca a seu redor para impedir a entrada das pessoas, nem expedir ordens de despejo para os vinte milhões que nela residem. Há que usá-la com cuidado nos locais em que é possível usá-la. E há que preservá-la nos lugares em que ela deve ser preservada. Ela não é nem um museu nem um terreno a ser indiscriminadamente devastado e desenvolvido sem critério”³. Continua Sachs, “cerca de 25 milhões de Amazônidas vivem hoje na Amazônia brasileira, muitos deles a um nível de miséria que os transforma na espécie a mais ameaçada, como diz o poeta Thiago de Mello. Este escândalo deve parar e havemos de pensar a Amazônia do futuro com trinta, quarenta, cinquenta milhões de habitantes prósperos. Sem nos descuidar da manutenção em pé da floresta existente”.

² Sachs, Ignacy. “L’écodéveloppement de l’Amazonie: stratégies, priorités de recherche, coopération internationale” in *Cahiers du Brésil Contemporain*, Paris, nº 11, 1990.

³ London, M. & Kelly, B. *A última floresta – a Amazônia na era da globalização*, Martins Editora, São Paulo, 2007.

Quanto deste cenário mudou? Como se deram ou estão se dando as transições ambientais, agrícolas, sanitárias e alimentares? Que dinâmicas são transformadoras? Como elas coexistem? Como estamos implantando um novo modelo?

A floresta urbanizada de Becker mostra o quanto a região se metamorfoseou. São certezas. Mas, muitas incertezas ainda presentes. Questões a respeito das mudanças climáticas, de desertificação, da perda da biodiversidade sem que haja tempo para conhecê-la, da perda da cultura e dos valores humanos não têm ainda respostas.

Os discursos atualmente adotados por diversos atores amazônicos não destoam, em nada, dos grandes objetivos planetários, como os objetivos do desenvolvimento sustentável das Nações Unidas e do país. Neste aspecto, há unanimidade. Mas, apenas nos discursos.

Os tempos que marcam e marcaram as discussões sobre o desenvolvimento e a conservação ambiental e a proteção das populações são longos. Em contraposição à centralização das ações dos governos militares, políticas *botton-up* e governança socioambiental foram assuntos inseridos na agenda política. Mas, o tempo para convencimentos e seus reflexos nas políticas públicas são demorados. Enquanto controvérsias estão presentes, enquanto se discute para decidir como e o que conservar e/ou proteger e/ou o quanto converter da floresta, as dinâmicas e as transformações territoriais não esperam. Avançam, cada vez mais, em maior velocidade.

Voltando ao livro, as dinâmicas agrárias e territoriais contemporâneas mostram, sob diferentes aspectos, as muitas discrepâncias na forma de ver o desenvolvimento da região. Durante mais de uma década, no final do século passado e início do presente, debatia-se sobre a necessidade de elaboração do macrozoneamento como o grande caminho para o ordenamento do território e era requerido em todas as discussões sobre políticas públicas, visto que o ritmo da conversão de floresta era bastante elevado. Era a forma de inscrever, no espaço, as estratégias de desenvolvimento. Enquanto o ritmo do desmatamento reduz nas áreas de agricultura já consolidada, permitindo o aumento crescente da produção e produtividade de grãos, em outras, seu incremento ainda é crescente, correlacionando estes índices às

novas produções agrícolas que pressionam áreas protegidas, terras indígenas, modos de vida tradicionais. Essas temáticas suplantaram os argumentos acerca do macrozoneamento e zoneamento da Amazônia.

As últimas décadas, os debates e as experiências de novo modelo de governança também passou a fazer parte dos debates e das ações. Todos os segmentos sociais clamam pela participação nas decisões sobre os rumos de seus lugares. Há um embate local-nacional-global e, ainda que questões geopolíticas, de fronteiras, de soberania sejam essenciais, a Amazônia não é apenas brasileira. O bioma, os aspectos da natureza não admitem fronteiras. Seus processos de renovação das condições naturais as ultrapassam.

O livro instiga a curiosidade e nos desafia a olhar pelos diferentes ângulos para tentar compreender o que se passa neste território tão globalizado. Pesquisadores de universidades da região, em parcerias com outras instituições, apresentam resultados de suas pesquisas, dentre as quais, muitas privilegiaram uma das técnicas mais usadas em estudos geográficos: o trabalho de campo, a cartografia geográfica como instrumento de identificação do que ocorre nos territórios. Destaco a cuidadosa busca de dados para comprovar suas hipóteses parciais, construindo uma abordagem inovadora, que tem tudo para prender a atenção do leitor, do início ao fim.

Ao articular pesquisa teórica e trabalho de campo, ao oporem mundos distintos, os autores chamam a atenção para os processos dinâmicos do presente e suas consequências sobre os diferentes atores envolvidos; as sociedades locais, tradicionais ou não; as comunidades e suas resistências, para os quais destacam os agentes das mudanças, as transnacionais presentes, as conexões globais, as esferas federal e estaduais.

Incluindo análises a respeito das sistemáticas e recentes mudanças na transformação da propriedade da terra e na rápida mudança nas áreas ocupadas por populações tradicionais, os autores enfocam um dos problemas mais importantes e agudos para a análise e gestão das dinâmicas territoriais: a questão fundiária. Problemática antiga, cuja solução adotada no governo do presidente Lula foi a Política de Regularização Fundiária da Amazônia (PRFA, lei 11.952/2009) visava regularizar ocupações

em terras públicas, cerca de 67 milhões de hectares na Amazônia Legal e que, nas notícias e instâncias jornalísticas, eram “terra de ninguém”. Nos últimos dois anos (2016-2017) essa política foi bastante alterada com a medida provisória nº 759/2016 e a lei federal 13.465/2017 que se resume em transmutar a terra pública em propriedade privada, permitindo privatização de áreas até 2 500 ha. Com isto tudo, perde o meio ambiente, perdem as formas de vida menos capitalizadas, perde-se a cultura local.

Novas infraestruturas que remodelam a região, a expansão contínua da fronteira agrícola e a formação do complexo agro-industrial, as questões de fronteira política e suas consequências são também apreciadas e enfocadas.

Transparece no livro o engajamento dos autores, por meio de suas contribuições, ao sistematizar e tornar transparentes processos totalmente opacos, assim como a seriedade, a capacidade de interpretação e de análise de uma região essencial para o futuro de suas populações, mas também dos países amazônicos e das questões ambientais locais e planetárias.

São Paulo, setembro 2018.

Neli Aparecida de Mello-Théry
Professora Titular da Universidade de São Paulo (USP)

Apresentação

Debater a Amazônia brasileira se tornou cada vez mais um imperativo acadêmico e social. Os amplos processos de transformação da natureza e da sociedade contêm complexidades e escalas reveladoras das heterogeneidades socioespaciais e culturais, permitindo-nos enxergar, na *Amazônia*, várias *Amazônias*.

Certamente, a natureza e a intensidade desses processos variam conforme as sub-regiões amazônicas, mas, o que nos parece comum é que as dinâmicas agrárias e territoriais contemporâneas – *eixo analítico desta coletânea* – também alcançaram comunidades rurais, lugares e territórios, que há poucas décadas pareciam distantes dos fluxos econômicos hegemônicos.

Nesse sentido, percebemos que importantes transformações regionais ocorreram no que podemos designar como recorte rural/agrário e territorial, visto que, *lato sensu*, essas dinâmicas espaciais correspondem ao movimento geral da sociedade-capital-Estado registrado como elementos portadores de transformações significativas e estruturais nos territórios. Por sua vez, as dinâmicas tendem a inserir processos exógenos em sub-regiões amazônicas, não consideradas como *espaços luminosos* da ação hegemônica.

Pode-se verificar que, dos grandes sistemas de objetos (projetos de infraestruturas), aos espaços rurais/florestais mais longínquos dos processos motores do dinamismo econômico regional, a Amazônia apresenta um mosaico socioterritorial que indica a aceleração do espaço-tempo do capital em sub-regiões, lugares e territórios que expressam, substancialmente, um espaço-tempo dos camponeses, dos povos e comunidades tradicionais, que de alguma forma experienciam esses vetores hegemônicos contemporâneos.

Aproximando-nos da perspectiva de Milton Santos, parecemos que as *verticalidades* motoras da globalização econômica, a globalização da rapina da natureza e dos lugares mais distantes dos centros nevrálgicos atingem a Amazônia brasileira em todas

as suas sub-regiões, em lugares onde as *horizontalidades* do tempo lento, da experiência compartilhada, da co-presença, das vilas e comunidades rurais, dos pequenos e médios municípios, sentem, e de alguma forma também resistem à força fragmentadora da globalização desestabilizadora das experiências comunitárias, do trabalho coletivo, das vivências com a natureza que lhes remetem às ideias dos *recursos comuns*.

Em face às questões elencadas, o propósito desta coletânea foi sistematizar e compartilhar resultados de pesquisas teóricas e empíricas ancoradas em vivências comunitárias e trabalhos de campo que abordam esses processos na Amazônia, relacionando-as aos eixos agrários e territoriais em suas diversas escalas espaciais.

A coletânea prioriza uma leitura horizontal do que podemos chamar de mundo rural, agrário e territorial amazônico, no qual estão os sujeitos sociais (camponeses, agricultores familiares, quilombolas, povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens, mulheres, jovens rurais, pescadores artesanais), comunidades rurais, localidades/vilas e pequenos municípios, todos eles objetos de transformações que, de modos diferentes, estão permeados pelas principais variáveis dos agentes hegemônicos: agronegócio, mineração, hidrelétricas, madeireiras, Estado, neoextrativismo, dentre outros.

O que dá unidade ao livro é sua dimensão horizontal, ou seja, compartilhar o entendimento do mundo rural, agrário e territorial amazônico vivenciados pelos múltiplos sujeitos sociais que habitam nessas diferentes Amazônias. Isso motivou um conjunto de pesquisadores e professores universitários a participarem da presente coletânea, tendo como recorte temático as dinâmicas agrárias e territoriais que se condensam, no que podemos chamar de Amazônia profunda, aonde as estradas e os rios conduzem ao universo social, em cujos lugares ainda se podem vivenciar temporalidades e espacialidades diferentes. Para fins temáticos, organizamos a coletânea em duas partes: *Amazônia das commodities e dos territórios em disputas* e *Amazônia, territorialidades e campo em resistências*.

Na primeira parte – *Amazônia das commodities e dos territórios em disputas* – reunimos sete capítulos que problematizam o crescimento das *commodities*, fenômeno que se traduz em conflitos e em transformações territoriais na região, indicando que a agenda do agronegócio e da mineração tende a

converter a Amazônia e seus múltiplos territórios em uma fronteira de exploração do capital globalizado.

Inicia a coletânea o capítulo “*Da apropriação da terra ao domínio do território: as estratégias do agronegócio na Amazônia brasileira*”, assinado pelo professor Ricardo Gilson da Costa Silva (UNIR). A análise problematiza o avanço do agronegócio na maior floresta tropical do mundo, ressaltando duas questões centrais: a contínua metamorfose da terra em propriedade privada e a formação de um estoque de terras para a apropriação e dominação do agronegócio na região. Nesses termos, as áreas protegidas, sob o controle do Estado, passaram a ser, sistematicamente, revistas e pressionadas pelos agentes hegemônicos do agronegócio, visando ampliar e aprofundar a fronteira agrícola globalizada na região.

Em seguida, o professor Márcio Júnior Benassuly Barros (UFOPA) contribui com o capítulo “*Dinâmicas territoriais do agronegócio globalizado da soja na Amazônia: o caso de Santarém (Pará)*”. O autor analisa a inserção desta *commodity* na região de Santarém, que, atualmente, configura-se em nova fronteira agrícola do agronegócio no estado do Pará. De acordo com o autor, as terras localizadas no planalto santareno constituem objeto de disputa entre os empresários ligados à agricultura moderna e os pequenos agricultores, traduzindo-se em espaços de conflitos e projetos de territórios. É relevante afirmar que, na região de Santarém, tem-se o encontro do que podemos chamar de *Amazônia das estradas* com a *Amazônia dos rios*, territórios dos povos e comunidades tradicionais.

A análise dos monocultivos segue nas reflexões do professor Benjamin Alvino de Mesquita (UFMA) e do pesquisador Luís Augusto Pereira Lima (PPGG/UNIR), com o capítulo “*A expansão de monocultivos nos cerrados e (re)organização do espaço agrário no Tocantins e Maranhão*”. Eles problematizam o crescimento dos grandes grupos nacionais e internacionais na produção de grãos (soja) e florestas plantadas (eucalipto), relacionando seus efeitos na organização do espaço agrário dos estados do Tocantins e Maranhão. Fazem especial referência aos impactos nas áreas tradicionalmente ocupadas pelo campesinato e voltadas à produção de alimentos básicos como a mandioca, arroz e feijão.

Da região do Trombetas, oeste do estado do Pará, soma-se a análise da professora Sílvia da Silva Corrêa (GTGA/UNIR), com o texto “*Mineração de bauxita e grupos quilombolas do rio*

Trombetas (Pará): transformações territoriais, sociais e nas relações de trabalho". A autora argumenta que os grupos formados por populações remanescentes de quilombos na Amazônia representam um importante segmento social que construiu, historicamente, um modo singular de viver na floresta, fugido da opressão e das condições desumanas de trabalho a que foram submetidos. Atualmente, esses enfrentamentos e resistências referem-se à relação de trabalho e à defesa do território frente às pressões do capital mineral internacional, que coagem os quilombolas a cederem seus territórios, ao tempo em que os submetem ao trabalho assalariado, o que tende a resultar na desestruturação desse grupo social e de seu território.

O capítulo "*Evolução da produção de alimentos e do IDH-M nos municípios da área de influência da mineradora Vale, na Amazônia Oriental brasileira*", dos professores José de Ribamar Sá Silva e Benjamin Alvino de Mesquita (UFMA), problematiza os nexos da agricultura empresarial e agricultura familiar, correlacionando-os com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal na área de abrangência da empresa Vale (Programa Grande Carajás). Inegavelmente, a Vale formou um amplo território que abrange vários municípios dos estados do Pará e Maranhão (e também de Minas Gerais). Contudo, os indicadores sociais e econômicos relacionados pelos pesquisadores indicam sérias limitações aos grupos sociais vulneráveis, o que revela o enclave dos grandes projetos minerais na região Amazônica e seus limites quanto aos benefícios à população local.

O capítulo "*Campos transterritoriais: um mecanismo decolonial na (r)existência dos povos indígenas*", do professor Marcos Vinícius da Costa Lima (UEPA), é de natureza teórica e nos convida a compreender, a partir de referenciais *transidentitários* no campo do indigenismo, como as lutas socioespaciais se des-re-articulam no conjunto das alianças políticas em prol da (r)-existência indígena frente às disputas políticas e territoriais na Amazônia.

Encerra a primeira parte desta coletânea a análise da pecuária e do desmatamento, temática muito problematizada na Amazônia, constituindo-se na centralidade do capítulo "*Geografia da pecuária e do desmatamento em Rondônia*", elaborado por Amanda Michalski (GTGA/UNIR), Francilene Sales da Conceição (UFOPA) e Ricardo Gilson Costa da Silva (UNIR). Segundo os autores, o crescimento do rebanho bovino alterou a geografia da

pecuária e do desmatamento em Rondônia, principalmente, quando o deslocamento das frentes agropecuárias do sul para o norte rondoniense significou o avanço do capital sobre a floresta e cristalizou uma fronteira multiescalar. A principal consequência, objeto desse capítulo, problematiza essa dinâmica espacial no município de Porto Velho, que em poucos anos se transformou no espaço do desmatamento, ocupação irregular de áreas protegidas e crime ambiental.

A segunda parte da coletânea, intitulada *Amazônia, territorialidades e campo em resistências*, igualmente composta por sete capítulos, discorre sobre as variadas formas de territorialidades, que envolve cultura e resistência, relacionadas aos grupos sociais que vivenciam e resistem aos mecanismos de domínio de seus lugares e territórios.

Inicia o debate as reflexões propostas pelo professor Reginaldo Conceição da Silva (UEA), com o capítulo *“Uma leitura da Amazônia a partir dos conteúdos curriculares de Geografia Agrária: um estudo preliminar dos cursos de graduação em Geografia”*. Trata-se de um ensaio que problematiza os conteúdos curriculares referentes às questões amazônicas trabalhadas nas disciplinas de *Geografia Agrária*, ofertadas nas Universidades Federais e Estaduais da Região Norte do Brasil. De natureza comparativa, o estudo analisa as temáticas e suas relações com o mundo agrário amazônico, enfatizando os temas mais centrais vivenciados pelos sujeitos sociais que qualificam a região em sua heterogeneidade sociocultural. Por fim, o professor encaminha algumas proposições para ampliar os estudos rurais no âmbito da Geografia Agrária da Amazônia.

O debate relacionando movimentos sociais, território e hidrelétricas foi desenvolvido pela professora Luciana Riça Mourão Borges (UNIFESSPA e USP), com o capítulo *“Os Movimentos de Resistência ao PAC e a desterritorialização de populações tradicionais e camponesas em função da construção de hidrelétricas na Amazônia Legal”*. A autora analisa os principais efeitos da construção de hidrelétricas na Amazônia Legal, bem como a articulação da sociedade civil frente a esses grandes empreendimentos. Demonstra a natureza propositiva dos movimentos sociais atingidos para com a defesa de seus territórios, dado a situação de fragilidade e vulnerabilidade social causada e ampliada pelas hidrelétricas.

A perspectiva de gênero e as questões sociais das mulheres quilombolas são analisadas por Patrícia Gemaque (PPGG/UNIR), no capítulo *“Rompendo as cercas da invisibilidade: entre Marias, Antônias e Joanas, quem são as mulheres quilombolas do Alto Trombetas (Pará)?”*. Segundo a autora, o propósito é discutir a questão de gênero e a dimensão feminina nas comunidades quilombolas, marcados por tempos pretéritos que ainda se cristalizam na sociedade atual e também conhecer as lutas das mulheres que (re)produzem e protagonizam esses espaços agrários. As mulheres remanescentes quilombolas são conhecidas como “filhas da região do Alto Trombetas”, atuando tanto nos processos de lutas por direitos e disputas territoriais, quanto na afirmação da mulher como protagonista de ação política.

Os dilemas e desafios sociais da vida rural amazônica são retratados por Rogério Nogueira de Mesquita (PPGG/UNIR), com o texto *“Jovens que migram, ‘pais que ficam’ – um estudo de caso do Projeto de Assentamento Espinhara II, no município de Bujari (Acre)”*. O autor busca compreender a demanda e a realidade vivenciada por dezenas de jovens rurais na Amazônia acreana que integram, especialmente, o Projeto de Assentamento Rural Espinhara. Reflete as limitadas políticas públicas para a juventude rural e a migração campo-cidade, prejudicando as famílias no setor produtivo, assim como, a perspectiva do campo como espaço de vida desse segmento social.

Os desafios socioeconômicos dos assentamentos rurais na Amazônia também são analisados por Viviane Vidal da Silva (UFAM) e Carlos Alberto Vetorazzi (USP). Trata-se do capítulo intitulado *“Projeto de Assentamento Matupi: desafios de viver em um assentamento na Amazônia brasileira”*, em que os autores analisam o perfil socioeconômico dos assentados, demonstrando as limitadas infraestruturas e dificuldades produtivas para o desenvolvimento das famílias. Demonstam, a partir de depoimentos e dados empíricos, os dilemas humanos na fronteira, onde tudo se transforma com os fluxos econômicos hegemônicos (gado e madeira), que não apontam para a sustentabilidade socioambiental dos assentamentos.

Em seguida, temos o capítulo *“Notas iniciais sobre ‘rios tradicionalmente ocupados’: formas de uso e manutenção dos saberes da pesca na Amazônia”*, da pesquisadora Erlainy Joanna Souza de Paiva (PPGG/UNIR). Trata-se de um ensaio, reflexões teóricas e práticas, ainda em estágio preliminar, resultado de

pesquisa de campo que busca compreender o universo amazônico ribeirinho referente ao desenvolvimento do conceito de “rios tradicionalmente ocupados”. Problematisa os usos e as estratégias de manutenção dos saberes dos pescadores artesanais nas comunidades do alto rio Solimões, no município de Tabatinga (Amazonas).

Finaliza o livro a pesquisa referente à gestão e manejo dos recursos pesqueiros, com o capítulo *“As leis da fome na bacia hidrográfica do rio Guaporé (Rondônia): o pescador artesanal existe, produz e resiste”*, sistematizado por Tânia Olinda Lima (PPGG/UNIR), Eliane Silva Leite (UNIR), Clodoaldo de Oliveira Freitas (UNIR) e Ana Paula da Silva Bertão (UFPR). Os autores problematizam o ordenamento do território e dos recursos pesqueiros a partir da Lei Estadual nº 2.508/2011, que limita a atividade pesqueira artesanal na bacia hidrográfica do Rio Guaporé, prejudicando inúmeras famílias de pescadores que sobrevivem desta atividade, na região do Vale do Rio Guaporé, na fronteira do Brasil com a Bolívia. Segundo os pesquisadores, trata-se de uma região em disputa que mobiliza, de um lado, os setores do suposto ecoturismo, grandes proprietários de terras, com apoio do Estado, e, de outro lado, as comunidades de pescadores, que resistem à expropriação, tentando sobreviver dessa atividade tradicional.

O livro reúne 14 capítulos, com 20 pesquisadores e professores vinculados às seguintes instituições: Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Universidade Estadual do Pará (UEPA), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Federal do Amazonas (UFAM). As pesquisas de campo foram realizadas nos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Pará, Tocantins e Maranhão, financiadas por instituições públicas (universidades e agências de fomento), no âmbito dos projetos de pesquisa dos autores.

Esperamos que o conjunto apresentado nesta coletânea oportunize aos leitores o entendimento da heterogeneidade Amazônica priorizado em seu recorte agrário e territorial. As temáticas apresentadas compõem a agenda acadêmica dos autores que aceitaram participar desse trabalho coletivo e,

sobretudo, por indicarem uma gama de processos socioterritoriais contemporâneos da Amazônia, permitindo-nos ampliar o olhar para com a região. De modo especial, agradecemos a Amanda Michalski e Tânia Olinda pelas contribuições, acuidade e presteza nos trabalhos, razão para que esse livro pudesse se materializar.

Porto Velho (RO), Manaus (AM) e Santarém (PA),
setembro de 2018.

Os Organizadores.

Primeira Parte

Amazônia das *commodities* e dos territórios em disputas

Capítulo 1

DA APROPRIAÇÃO DA TERRA AO DOMÍNIO DO TERRITÓRIO: AS ESTRATÉGIAS DO AGRONEGÓCIO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Ricardo Gilson da Costa Silva

Introdução

Desde a segunda metade do século XX a Amazônia participa com mais intensidade das dinâmicas territoriais que delineiam parte da acumulação do capital no Brasil. Os produtos da agropecuária, exploração florestal, mineral e energética constituíram os processos econômicos e territoriais que moldaram a geografia regional nas últimas décadas, e as vincularam, definitivamente, às regiões mais dinâmicas do país, cabendo-lhe a função de produtora de matérias-primas na divisão territorial do trabalho. A região amazônica também serviu como solução parcial à questão agrária que se cristalizou com mais intensidade nas décadas de 1950, 1960 e 1970, quando assumiu proporções sociais, políticas e acadêmicas fundadas em análises que apontavam os problemas estruturais no campo e os limites para sua superação econômica. No âmbito do pensamento crítico, destacava-se a desigual estrutura fundiária, a função econômica da grande propriedade e do campesinato, assim como a natureza do capitalismo agrário brasileiro, temas que centralizaram diversas perspectivas teóricas.

Em geral, admitia-se ser necessário um amplo programa de reforma agrária para atender as demandas sociais e econômicas do campesinato, fomentando a agricultura e criando as condições políticas para enfrentar as estruturas desiguais no campo e na sociedade.

O golpe civil-militar que governou o Brasil (1964-1985), ao seu modo, produziu uma nova geografia regional, impondo como “solução” dos conflitos agrários a política de expansão das fronteiras internas, investindo na colonização dirigida, na migração e na conseqüente ocupação de terras no Norte do país, posteriormente, instituída como região de planejamento da Amazônia Legal. Dado a crise social e econômica que configurava o Brasil, visto que os

processos de expropriação no campo impuseram, forçosamente, para milhares de famílias camponesas o caminho da cidade, ampliando as desigualdades sociais, o alargamento da fronteira econômica para a Amazônia emergiu como política geoestratégica de primeira grandeza (Becker, 2007). Aos camponeses brasileiros, uma vez mais a jornada migratória emergiu como estratégia de sobrevivência, considerando que a modernização do capital agrário e industrial nas regiões Sul e Sudeste do Brasil produziu uma estrutura fundiária ainda mais concentrada, sustentada pela violência social, simbólica e de classes impostas ao campesinato e às populações rurais mais pobres.

Nesse contexto, a Amazônia brasileira comparece como objeto de políticas públicas territoriais (Costa, 1991; Becker, 2007), considerando que frações do espaço regional foram transformadas por grandes obras de infraestrutura logística e redes geográficas, conformando a região como espaço de expansão e reprodução do capital monopolista, o que significou o aprofundamento da violência e dos mecanismos de mercantilização da natureza e da terra (Oliveira, 1991). Deve-se registrar que dentre as políticas territoriais que mais proporcionaram transformações na região, cabe especial ênfase aos programas de colonização agrícola que fomentaram a territorialização do campesinato migrante, sobretudo do Sul e Sudeste do Brasil, o que permitiu sua assunção em várias sub-regiões da Amazônia, como nos estados de Rondônia (colonização pública), Mato Grosso (colonização privada) e Pará (colonização na região da Transamazônica).

Através da política de colonização agrícola, o Estado brasileiro promoveu os assentamentos rurais dos migrantes (também chamados de colonos), criando uma geografia que apresentou importantes mosaicos socioterritoriais. Destaca-se que a expansão da malha fundiária, contendo milhares de propriedades rurais, compôs a espacialidade da colonização, estabelecendo territórios do campesinato e territórios da burguesia agrária (médios e grandes proprietários e empresas agropecuárias), cristalizando assim, lógicas diferenciadas e contraditórias no espaço agrário amazônico. Ao longo dessas décadas se imaginou para as famílias assentadas que estariam garantidas as posses e a condição jurídica das propriedades rurais, asseverando situação social segura. Em outras palavras, a natureza pública da colonização garantiria a titulação de milhares de propriedades distribuídas na Amazônia para os colonos

migrantes, assim como, ampliando esse processo para os territórios das comunidades tradicionais amazônicas.

Contudo, a titulação das propriedades rurais sempre foi um desafio para o campesinato e comunidades tradicionais amazônicas (seringueiros, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, dentre outras), visto que os órgãos governamentais, quando não obliteravam, se mostraram ineficientes na titulação de terras. Nessa última década, a novidade é a ampla ação do Estado (esferas federal e estadual) para com a regularização fundiária, ou seja, a efetividade da titulação das propriedades (segurança jurídica), em geral, sob a perspectiva de atender os pequenos proprietários (campesinato posseiro), cuja tese seria resolver os problemas referentes à segurança jurídica das propriedades, diminuir os conflitos agrários e atuar no ordenamento territorial da Amazônia (Ribeiro; Silva; Santos, 2016).

Essa situação não esboça somente uma demanda social inerente à questão jurídica das terras, pois, sob nosso entendimento, envolve um amplo processo de legalização de áreas que estando juridicamente tituladas também servem aos mecanismos econômicos de mercantilização das terras pelas forças hegemônicas do agronegócio, reforçando à Amazônia brasileira sua função contemporânea de fronteira agrícola globalizada (Becker, 2007; Silva, 2015). Assim, o objetivo do texto é analisar a ocupação territorial da Amazônia via colonização agrícola, problematizando o deslocamento da geografia econômica assentada no extrativismo vegetal, com pouca intensidade de trabalho e tecnologia para a agropecuária, na qual a produção de *commodities* representa a presença do agronegócio na maior floresta tropical do mundo. Duas questões centrais se impõem na análise: a metamorfose da terra em propriedade privada - fruto da colonização - e a formação de um estoque de terras/propriedades – regularização fundiária – para a apropriação e dominação do agronegócio na região. Como procedimento metodológico, utilizamos uma abordagem qualitativa, a partir de revisão bibliográfica, verificação de documentos e relatórios elaborados por instituições públicas, trabalho de campo e recursos cartográficos. Estruturamos o texto, além da introdução e considerações finais, em duas seções que nos permitem compreender a geografia que se configura na Amazônia.

Na seção sobre a colonização agrícola realizamos revisão bibliográfica priorizando a geopolítica da colonização, a lógica

territorial instalada na região e a metamorfose da natureza em mercadoria como lógica do Estado para a modernização da região indicando que a expansão da propriedade privada convergiu à mercantilização do espaço agrário. Em seguida, aborda-se a relação do estoque de terras, regularização fundiária e as disputas territoriais empreendidas pelas forças hegemônicas do agronegócio. A centralidade reside na condição espacial posta na Amazônia, considerando que a regularização fundiária fomenta um mercado de terras, juridicamente, seguro para o capital global conjugado com a erosão normativa das áreas protegidas, visto sofrer reveses que indicam outra agenda territorial, deslocando-se da política de áreas protegidas para a formação de territórios do agronegócio. Nesses termos, as áreas protegidas, sob o controle do Estado, passam a ser, sistematicamente, revistas pelos agentes hegemônicos do agronegócio visando ampliar e aprofundar a fronteira agrícola globalizada. Assim, o comércio de terras e a pressão sobre as áreas protegidas indicam a nova agenda política das forças hegemônicas do agronegócio na Amazônia.

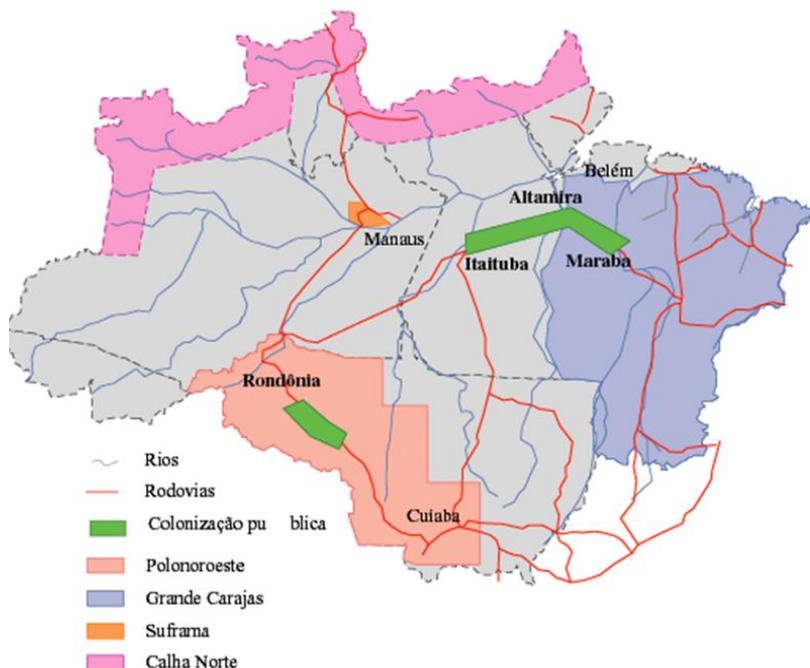
Colonização e mercantilização do espaço agrário amazônico

Há algum tempo a Amazônia aparecia no imaginário da nação brasileira como uma região organizada tão somente pelas atividades extrativistas⁴, composta por uma sociedade de laços fortes com as florestas e os rios, cuja expressão cultural e

⁴ Não devemos confundir economia extrativista ou extrativismo da Amazônia, desenvolvido pelo capital e também pelas comunidades tradicionais amazônicas, cujas práticas são seculares, com o atual debate sobre economias extrativas, acumulação por espoliação ou despojo, neoextrativismo ou desarrollo extractivista. São perspectivas diferentes. Na primeira, sob nosso entendimento, trata-se de uma economia que, em geral, não se configurava no uso intensivo da natureza e em sua necessária mercantilização, dentre outros fatores. Para as comunidades tradicionais amazônicas o extrativismo também representava e representa interações culturais e simbólicas de aprendizagem da natureza, condição necessária para poder viver no ambiente natural. Atualmente, os debates no âmbito do pensamento crítico qualificam o processo de reprimarização da América Latina e o crescimento econômico regional ancorados nas *commodities* em um revigoramento do processo de acumulação primitiva inicialmente analisado por Marx, como um reenquadramento da região na economia mundial. Trata-se de escala e processos econômicos, sociais e territoriais diferentes, sobretudo, pela intensidade econômica, tecnológica e agressiva do capital.

simbólica a unia à natureza, ao tempo da natureza, que poderíamos qualificar, na perspectiva de Santos (1996), como meio geográfico natural ou pré-técnico. Na região, ao menos até primeira metade do século XX, tempo e espaço eram singulares, por isso sua especificidade regional se diferencia das demais regiões pelo seu movimento endógeno, sem grandes intercâmbios estruturantes com os centros mais dinâmicos do Brasil (Becker, 2007).

Figura 1 – Ações do I e II PND: áreas de colonização pública e programas especiais.



Fonte: Théry (1999)

Registra-se na história regional amazônica, no final do século XIX e início do XX, movimentos de intervenção estatal articulado, sobretudo, em função da economia da borracha e do fluxo migratório, principalmente, do Nordeste brasileiro, possibilitando a formação de duas metrópoles regionais (Belém e Manaus) em meio à massa florestal e fluvial, que assumia e ainda assume exuberância na paisagem regional (Fonseca, 2007). A economia da borracha foi de relevante importância na dinâmica regional e

nacional, quando chegou a ser, no período citado, o segundo produto na pauta das exportações brasileiras (Santos, 1980). Todavia, ela não foi suficiente para adensar as dinâmicas econômicas e territoriais, ficando restritas aos cursos fluviais onde o povoamento se espalhou, evidenciando um típico padrão geográfico amazônico articulado na relação “rio-várzea-floresta” (Porto-Gonçalves, 2001). Somente após a década de 1960, uma política territorial mais intensa sob a gestão do Estado brasileiro produziu espacialidades diversas na Amazônia, o que permitiu ao capital monopolista adentrar na região, substituindo parte significativa das elites locais e do capital regional (Loureiro, 2009). Redefiniu e alicerçou a região às dinâmicas basilares do território nacional, desdobrando-se em processos de fragmentação da unidade regional, cada vez mais aprofundado pela divisão territorial do trabalho (Becker, 2007; Porto-Gonçalves, 2001).

Hervé Théry (1999) analisa esses fluxos e movimentos de entrada na Amazônia orientados pelo Governo Federal, destacando que após os anos de 1960 esses deslocamentos foram mais constantes, principalmente, ao longo da Rodovia Belém-Brasília. Nos anos de 1970 o eixo avança para a Amazônia Meridional, destacando-se os programas de Colonização pública e particular⁵ que se territorializaram nos estados de Rondônia, Pará e Mato Grosso (Figura 1).

A intervenção do Governo Federal produziu uma nova situação social, caracterizada pelos processos de mercantilização da natureza inerente ao avanço do capital na Amazônia. Esses processos assumiram proeminência no cotidiano regional, alargando o contexto social quando os feixes de forças do capital e de expansão da fronteira agrícola se territorializaram e modificaram, sobremaneira, a sociabilidade amazônica. Notadamente, a transformação de imensas áreas florestais, muitas delas ocupadas pelas comunidades tradicionais amazônicas, em espaços privados, recortados em territórios diferenciados, seja dos assentamentos rurais dos colonos migrantes, seja das grandes propriedades do capital agropecuário e mineral, assim como, o

⁵ A colonização dirigida na região teve, ao mesmo, duas formas básicas: a colonização pública, realizada em Rondônia sob a gestão do INCRA, onde o governo assentou as famílias, garantido assistência técnica, infraestrutura, educação e saúde nos assentamentos rurais; no Mato Grosso a colonização, em geral, foi particular, onde empresas privadas comercializavam lotes de terras para médios e grandes proprietários.

processo de grilagens de terras públicas, configuraram o espaço regional nessa fase de expansão da fronteira agrícola brasileira.

No governo Civil-Militar (1964-1985), o Plano de Integração Nacional (PIN), instituído pelo Decreto Lei nº 1.106 de 16.06.1970, desenhou-se como política territorial de escala nacional, pois, seus objetivos constituintes se desdobraram em transformações espaciais profundas na Amazônia, que décadas depois completaria a integração territorial - ainda inacabada - aos circuitos da economia moderna, criando uma cooperação do Estado com o Mercado na produção do espaço regional (Santos, 1985). No PIN, em seus objetivos centrais, sublinhava-se a natureza espacial da ação estatal para a Amazônia (Figura 1), especialmente, no desígnio de constituir imediata materialidade técnica na região, no qual pode-se indicar a prioridade para o avanço da fronteira econômica agrícola, as estratégias de desenvolvimento de uma economia de mercado em contraposição à economia de subsistência, reorientar os fluxos populacionais para a Amazônia e consolidá-la como fronteira agrícola (BRASIL, 1970, p. 31).

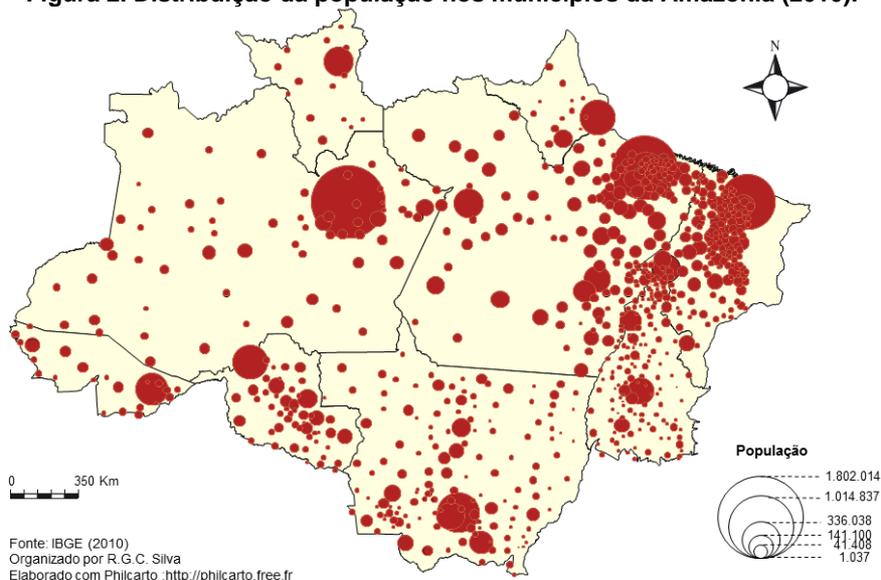
Na geopolítica pensada para a Amazônia, a colonização agrícola se tornou uma política territorial estratégica, compondo a lógica de intervenção que alimentou as transformações espaciais que se projetara à região. Embora a política de colonização já estivesse pensada no Estatuto da Terra, seu aproveitamento mais intenso ocorreu com o Programa de Integração Nacional (PIN), no Governo Médici (1969-73). Situada no âmbito do Estatuto da Terra, a primeira lei agrária do regime militar, segundo Tavares dos Santos (1985, p. 128), a colonização agrícola qualificou-se como “uma técnica social associada à expansão da fronteira agrícola e à difusão da propriedade familiar”, igualmente, servindo para manter as estruturas fundiárias concentradoras nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, na medida em que incentivava os fluxos de camponeses para a Amazônia, diluía os conflitos sociais nessas regiões (Ianni, 1979; Graziano da Silva, 1982). No âmbito da classe dominante se articulou alianças, principalmente, entre os setores da burguesia industrial e a burguesia agrária (latifundiários), num pacto político que apontava a colonização como alternativa à reforma agrária, ao tempo que expandia as áreas de produção agrícola, conformando a Amazônia como uma reserva espacial de reprodução do capital.

Nas alterações sociais e espaciais a ação desempenhada pelo governo federal se impôs pelos mecanismos de dominação e

estratégia de intervenção no território. O controle e orientação dos fluxos populacionais, a gestão do acesso à terra e aos recursos da natureza, somado a sociabilidade mediada pelas agências governamentais decorrentes do fluxo de crédito e do ingresso ao mercado de trabalho, constituíram em poderosos mecanismos de domínio do território (Raffestin, 1993). A colonização convergiu a expansão do capital em áreas longínquas asseguradas pelo Estado, que utilizando dos mecanismos públicos perpetrou à Amazônia a função de nova fronteira agrícola do Brasil. Na ótica do Governo Militar se conjugou à política de colonização a saída para os problemas sociais e fundiários nas regiões mais desenvolvidas do país, ao tempo que a questão agrária, que assumia projeção nacional nas décadas de 50 e 60 do século XX, passou a um segundo plano na órbita das pautas sociais gestadas pelo governo. Destaca-se que essa ação do Estado no território assumiu uma natureza sociopolítica de classe, definindo-se como um momento da "colonização contra a Reforma Agrária" (Tavares dos Santos, 1995; Oliveira, 1991).

Em sua dimensão geográfica, a colonização também desempenhou função de ajuste espacial dos conflitos socioeconômicos que se adensaram nas regiões economicamente dinâmicas no país, ao tempo que pavimentou a inserção de atividades econômicas no campo e na cidade, modificando a região das bordas ao coração da floresta Amazônica. Nesse período, a colonização agrícola se tornou uma das políticas territoriais de maior potencial transformador do espaço regional, mobilizando o que Raffestin (1993) denomina de trunfos da geografia do poder, quais sejam: população, território e natureza. Em termos demográficos, no período de 1970 a 2010, a população da Amazônia multiplicou por 3,5 vezes, crescendo de 6.931.759 para 24.371.265 milhões de habitantes (Figura 2). Esse crescimento se diferenciou entre campo (1,5 vezes) e cidade (6,8 vezes), o que significa que a colonização agrícola esteve articulada ao crescimento das cidades e a expansão da rede urbana regional, fenômeno que levou vários pesquisadores a conceituar a Amazônia como uma fronteira urbana, se distinguindo dos processos pretéritos de expansão das fronteiras no Brasil (Becker, 2007).

Figura 2. Distribuição da população nos municípios da Amazônia (2010).



Portanto, a geografia do campo e da cidade são resultados das políticas públicas territoriais aplicadas à Amazônia, configurando-a numa região heterogênea em suas dimensões ambiental, territorial, cultural, econômica e social. Constitui uma geografia regional onde se verifica diversos usos do território, prevalecendo processos motores da sociedade cada vez mais determinados por múltiplas escalas geográficas, desde as cidades e comunidades ribeirinhas, cujo acesso e fluxo se realizam através dos rios, até as cidades médias e metrópoles regionais (Manaus e Belém), transformadas em função de fluxos econômicos em escala global.

Como síntese, numa perspectiva agrária, pode-se indicar vários efeitos derivados das políticas territoriais de ocupação agrícola na Amazônia. Primeiro, a expansão da propriedade privada ou da posse da terra como mediação social e mercantilização do espaço agrário. Dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006) indicam que no período de 1970 a 2006, o número de propriedades rurais cresceu 82% na Região Norte, passando de 261.145 para 475.778 unidades. Para o mesmo período, o Centro-Oeste obteve 25% e o Nordeste 11%, enquanto o resultado

foi negativo para o Sul (-21%) e Sudeste (-1). Ainda na Região Norte, a expansão das propriedades (unidades) com até 100 hectares (ha) representou 53%, ao passo que os grupos de áreas de 100 a 1000ha e acima de 1000ha, corresponderam, respectivamente, 41% e 93%, período que se caracterizou pelas políticas territoriais de distribuição de terras. Nos estratos fundiários menores que 100ha, a área incorporada foi na ordem de 5.105.245ha, crescimento de 111%, ao passo que nos estratos de 100 a 1000ha e acima de 1000ha o resultado foi, respectivamente, de 36% (5.064.288ha) e 67% (10.730.706ha), o que se pode verificar que as grandes propriedades incorporaram duas vezes mais áreas que as pequenas propriedades. Contraditoriamente, em face da “baixa” densidade populacional rural, se erigiu uma corrida pela terra que ainda não cessou na Amazônia, o que continua produzindo intensos conflitos agrários e territoriais.

No plano estrutural, houve uma transformação geoeconômica regional quando se deslocou a economia tipicamente extrativista, centrada na exploração da natureza a partir de mercadorias retiradas dos rios e da floresta, a exemplo do pescado, madeira, borracha, castanha-do-brasil e outros produtos da natureza, para a economia da agropecuária, que atualmente, em algumas sub-regiões amazônicas, se transformou em agronegócio, ampliando o espaço do capital globalizado (Silva, 2014, 2015). Os principais produtos desse novo uso do território são as *commodities* de soja, milho, pecuária (carne), cana-de-açúcar e minérios. Por sua vez, o avanço da fronteira agrícola na Amazônia delineou os conflitos agrários como processo marcante da sociabilidade do capital, cujo os pares “modernidade e violência” constituem conteúdo da dinâmica agrária (CPT, 2016). Disso resultou no imperativo territorial, ao longo dos anos, de se garantir e ampliar as áreas protegidas (unidades de conservação, terras indígenas e áreas quilombolas), como produto territorial das lutas sociais e políticas desenvolvidas pelas comunidades tradicionais amazônicas, ONG’s, organizações camponesas e setores do Estado (Porto-Gonçalves, 2001; Almeida, 2010).

Por fim, a situação jurídica das propriedades rurais na Amazônia, assim como as áreas públicas que ainda não foram destinadas ou destacadas para o domínio particular, ou seja, as chamadas terras devolutas, constituem a disputa territorial das mais problemáticas em função da corrida pela terra gerada pelo crescimento das *commodities* agrícolas na região. Isso se agrava

em função da necessidade, por parte do capital do agronegócio, em garantir o que se qualifica como “segurança jurídica” das propriedades, que em outros termos se pode indicar como o processo de normatização do território (Santos, 1996). Portanto, está em disputa um amplo estoque de terras que necessitam ser juridicamente garantidos para consolidar o avanço dos espaços globalizados, notadamente, na região amazônica (Silva, 2015; Silva; Conceição, 2017). Acrescenta-se que além das propriedades rurais sem titulação, o processo de acumulação do capital atua no sentido de se apropriar de terras públicas, principalmente das áreas protegidas, caracterizando nesse aspecto o que Harvey (2004), qualifica como acumulação por espoliação, que atinge a Amazônia e que busca reformular os pactos territoriais do Estado que, concretamente, sinalizou com mais intensidade, nas décadas de 1980/2010, as políticas de proteção dos espaços naturais.

Agronegócio e estoque de terras na Amazônia

Após quase seis décadas de ocupação econômica da Amazônia no modelo de exploração intensiva dos recursos naturais e sua mercantilização na dinâmica societária do capital (mercado de terras, agropecuária, mineração, madeira, mineral e hidroenergético), amplia-se cada vez mais a corrida pela terra, com conseqüente recrudescimento dos conflitos agrários e territoriais na região (Sauer; Almeida, 2011; CPT, 2016).

Ao menos duas questões se impõem no cenário amazônico que se qualifica como uma problemática recente: *i*) a regularização fundiária das terras ocupadas e disponibilizadas pelo governo federal através de colonização agrícola (assentamentos rurais/campesinato) e destinação particular (médios e grandes proprietários), se colocam como um estoque de áreas disponíveis ao mercado de terras mobilizado pelo agronegócio; *ii*) tal processo induz a uma pressão econômica e socioterritorial que alimenta a geopolítica das áreas protegidas (unidades de conservação, terras indígenas e áreas quilombolas), atingindo os povos e comunidades tradicionais amazônicas e parcelas do campesinato. Nessas questões, evidencia-se a vinculação do debate agrário com a dimensão territorial do capitalismo na Amazônia.

Regularização fundiária e o estoque de terras

Referente a primeira questão, os dados mais recentes do Instituto de Colonização Agrícola e Reforma Agrária - INCRA, órgão público responsável pelas políticas de distribuição de terras na Amazônia, indicam haver na região 3.274 assentamentos rurais, atendendo 525.391 famílias (Tabela 1), representando uma área de 67.577.932,24 hectares, num universo de 6.717.148 habitantes no espaço rural, que equivale a 28% da população que vive na Amazônia (INCRA, 2017; IBGE, 2010).

Tabela 1. Distribuição dos Assentamentos Rurais na Amazônia Legal (1970-2017).

Estados	Nº de assentamentos	Nº de famílias	Área de assentamentos (HA)
Maranhão	1.026	132.411	4.739.655,26
Mato Grosso	549	82.879	6.045.645,64
Roraima	67	16.604	1.445.926,55
Rondônia	224	39.025	6.186.580,14
Amazonas	145	57.299	27.341.988,86
Acre	161	32.807	5.600.710,33
Amapá	54	14.784	2.244.755,99
Tocantins	378	23.560	1.237.077,78
Pará	670	126.022	12.735.592
Total	3.274	525.391	67.577.932,24

Fonte: INCRA (2017). Organização: Autor.

Desde a década de 1960, quando iniciou a política de assentamentos rurais na Amazônia, parte desse universo de “proprietários” não tiveram e ainda não têm suas posses juridicamente confirmadas, ou seja, ainda não possuem títulos definitivos de suas propriedades. Portanto, o conjunto de posseiros é amplo e sua fragilidade social e jurídica se tornou uma problemática contemporânea que se cristalizou com o avanço do agronegócio, principalmente, da soja, estimulando a crescente corrida pela terra e os conflitos agrário-territoriais na Amazônia (Silva; Conceição, 2017).

Se no período anterior à política governamental de colonização agrícola a situação jurídica das terras não se constituía em uma problemática social aguda que exigisse

sistemática ação governamental na região, na atualidade essa é uma questão central que envolve uma quantidade considerável de famílias, em geral camponeses dos assentamentos rurais do INCRA, mas que atinge, também, as médias e grandes propriedades, somado às propriedades fruto de invasões e grilagens de terras públicas, incursão em unidades de conservação, terras indígenas e áreas quilombolas.

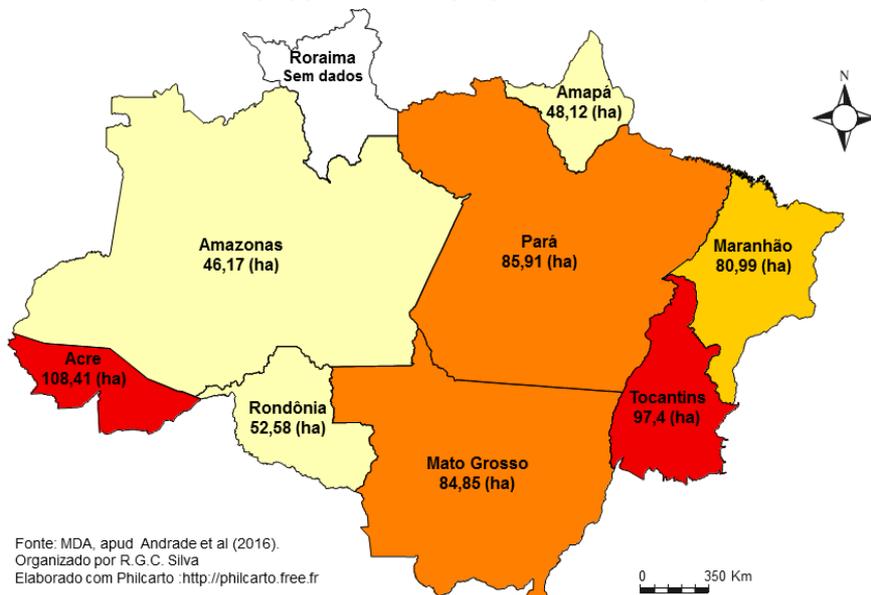
O deslocamento da economia extrativista, ancorada no valor de uso da natureza vinculada às mercadorias “naturais”, para a agropecuária e agronegócio, estas amparadas no valor de troca dos produtos agrícolas e das terras, impôs uma relação social e econômica que, atualmente, exige-se a titulação definitiva das propriedades, tanto para acessar as variedades de créditos agrícolas quanto à comercialização para com o agronegócio, principalmente, da soja e pecuária. Nestes termos, os requisitos de “segurança jurídica”, expressão comum nas narrativas das instituições e dos grupos hegemônicos do agronegócio, se coloca como imperativo territorial para transformar a Amazônia brasileira num comércio global de terras. Portanto, um volume considerável de terras públicas, algumas destinadas aos assentamentos rurais e outras apropriadas de forma fraudulenta pelo mecanismo de grilagens de terras, estão forçosamente articuladas em uma agenda política e territorial qualificada como regularização fundiária.

Tal situação está caracterizada a partir dos dados do Cadastro Ambiental Rural – CAR, instrumento instituído na lei 12.651/2012, cujo objetivo é auxiliar as instituições públicas no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais, assim como, visa controlar e monitorar o desmatamento dessas propriedades. Funciona como instrumento declaratório, em que o proprietário georreferencia sua área. Todavia, ocorre que o CAR pode e/ou tende a servir como instrumento de grilagem de terra, sobrepondo áreas protegidas. Dados recentes indicam a sobreposição ou “incorporação” de 11.091.061 hectares de áreas indígenas nas propriedades dos fazendeiros, registrando maior “grilagem virtual” nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará, Acre, Maranhão e Rondônia (Castilho, 2017).

A proposição do Programa Terra Legal Amazônia (PTLA), lançado em 2009 no âmbito do Plano Amazônia Sustentável (PAS), do governo federal, tornou-se a resposta governamental para enfrentar a indefinição dos direitos fundiários na região, cujo

objetivo era regularizar cerca de 300 mil posses localizadas em 436 municípios dos nove estados que compõem a Amazônia Legal (BRASIL/MDA, 2009). Com a entrega do título de propriedade objetivava-se garantir segurança jurídica aos posseiros e diminuir os conflitos agrários na região amazônica (Ribeiro; Silva; Santos, 2016).

Figura 3 – Programa Terra Legal na Amazônia brasileira. Área média (ha) por título de propriedade/Estados (2016).



Num primeiro momento, pode-se argumentar que a política de regularização fundiária visou atender a demanda social do campesinato posseiro. Para essa assertiva corroboram os dados mais recentes do Programa Terra Legal, referente até maio de 2016, quando foram emitidos 17.101 Títulos de Domínio Rural, e destes 94,13% dos beneficiados não tinham qualquer documento jurídico que lhes garantissem a posse da terra. As áreas tituladas podem ser assim discriminadas: 72,4% destas correspondem às propriedades com até 1 Módulo Fiscal (MF), caracterizada como minifúndios; 22,7% representam propriedades de 1 a 4MF (segmento da agricultura familiar, na forma da lei), indicando que 97,4% das propriedades e 77% das áreas destinadas com titulação atende o segmento da agricultura camponesa/pequena

propriedade. Registra-se que o segmento de 4 a 15MF (médias propriedades), respondeu por 2,6% dos beneficiados e alcançou 23% da área destinada nesse estrato (Andrade *et al.*, 2016; Ribeiro; Silva; Santos, 2016). A área média por título de propriedade variou de 46,17 a 108,41 hectares (Figura 3), nos estados da Amazônia brasileira, o que significa que nesse primeiro momento a regularização fundiária atendeu os camponeses posseiros, constituídos por famílias produtoras de mercadorias agrícolas que abastecem as cidades da região, sendo responsáveis por parte significativa da alimentação que chega às residências, desempenhando relevante função na economia local e regional.

A perspectiva da posse e conseqüente propriedade juridicamente reconhecida por meio da emissão do Título Definitivo, majoritariamente, para o campesinato, contraditoriamente, permitiu aos agentes hegemônicos do agronegócio, cuja expressão institucional são parlamentares, sindicatos rurais, confederação, associações, enfim, instituições que projetam a ação política e territorial desse modelo econômico para o espaço rural, a defender a política de regularização fundiária como uma necessidade social e econômica dos municípios da Amazônia. A legitimidade das demandas das pequenas propriedades se revestiu na campanha para ampliar a área a ser regularizada, abrindo caminho para a legalização da grilagem de terras na região.

Com o golpe parlamentar aplicado no Brasil em 2016, que destituiu o Governo da Presidente Dilma Rousseff, uma agenda de desconstrução das políticas sociais e territoriais se impôs pelas forças conservadoras do Congresso Nacional, sobretudo com apoio dos conglomerados econômicos da mídia e da bancada ruralista, atingindo a regulação das áreas rurais protegidas, assim como, proposições de mudança dos marcos regulatórios inerentes a legislação das terras indígenas, áreas quilombolas e do sistema de proteção ambiental.

Se a política pública de regularização fundiária Terra Legal (PTLA) visou, inicialmente, atender o campesinato, acolhendo uma demanda legítima de milhares de famílias, as forças hegemônicas do agronegócio, organizadas no Congresso Nacional brasileiro através da Frente Parlamentar da Agropecuária (bancada ruralista), atuaram para ampliar seus interesses econômicos e territoriais, constituindo-se em uma base parlamentar que apoiou e

apoia todas as medidas que possam alterar as normas institucionais referentes às “áreas protegidas” da Amazônia. Atendendo as demandas da bancada ruralista, o governo federal instituiu várias Medidas Provisórias (MP), dentre elas a MP 759/2016, conhecida como “MP da Grilagem”, já sancionada em lei, que estabelece novas regras para regularização fundiária urbana, rural e da Amazônia Legal (BRASIL, 2016). Dentre as possíveis consequências para as comunidades tradicionais amazônicas e para o campesinato, a MP/Lei da Grilagem “abre a possibilidade de transferência de terras da União a grandes especuladores fundiários, anistia grileiros de terras, enfraquece a reforma agrária e acaba com o conceito de uso social da terra” (Amazônia, 2017). Além de liberar a transferência de áreas públicas da União para grandes especuladores de terras, a MP da Grilagem ampliou para até 2.500 hectares a área que pode ser regularizada, abrindo caminhos para legalização dos latifúndios formados pelo instrumento da grilagem de terras públicas (Brito; Cardoso Júnior; Barreto, 2017). Em resumo, a MP 759/2016 permite a legalização do processo de apropriação de terras públicas para servir à especulação fundiária e a ampliação do mercado de terras vinculado a expansão do agronegócio na Amazônia.

Redução das áreas protegidas e ampliação do estoque de terras

Esse conjunto de ações organizadas pelas forças hegemônicas do agronegócio visa construir um espaço agrícola das *commodities* na Amazônia, obliterando qualquer instrumento de proteção ambiental que possa, sob as lentes do agronegócio, implicar em obstáculos ao crescimento espacial das *commodities* agrícolas e mineral. Almeida (2010) qualifica essas ações como “agroestratégias”, ou seja, processos que incorporam extensões de terras e outros recursos da natureza, seja para inserir no fluxo da acumulação ou como reserva de valor territorial para o capital. Diz respeito às ações sistemáticas das forças econômicas que buscam controlar o território a partir da privatização das terras, deslocando-as do controle de domínio público para o domínio privado, servido, assim, como instrumento de controle territorial e político. As agroestratégias são acionadas pelos agentes do agronegócio para intensificar o controle territorial e para isso são utilizadas “medidas que objetivam remover obstáculos jurídico-formais e político-administrativos, que reservam áreas para fins de

preservação ambiental ou para atender a reivindicações de povos e comunidades tradicionais” (Almeida, 2010, p. 117), o que na Amazônia resulta em intensos processos de desterritorialização, discriminação e campanhas sistemáticas nos meios de comunicação contra os territórios e territorialidades diferenciadas dos povos e comunidades tradicionais amazônicas (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, dentre outros).

Em outros termos, o agronegócio impõe uma agenda territorial para diminuir, suprimir ou modificar áreas protegidas que estejam obliterando o processo de acumulação. Trata-se de produção do espaço regional vinculado aos fluxos globais de produção agrícola, cujas transformações conduzem à uma geografia do agronegócio que consiste, a priori, no ataque sistemático para a redução das áreas protegidas (unidades de conservação), na inviabilização jurídico-territorial das áreas indígenas e quilombolas visando o controle e a formação de estoques de terras para alicerçar o crescimento espacial do agronegócio e, por fim, para fazer avançar a fronteira agrícola globalizada na Amazônia (Silva, 2015). Expressa, portanto, a construção de uma geografia agrária metamorfoseada pela formação de monoculturas, incremento tecnológico nos processos produtivos e construção de redes geográficas para permitir a fluidez territorial (Arroyo, 2003), condição imperativa para a expansão das *commodities* na região amazônica.

Tabela 2. Resumo da distribuição da terra estimada no Brasil (2017).

Categoria fundiária	Área (milhões ha)	Área (%)
Áreas protegidas	232	27
Terras Públicas Não Destinadas	86	10
Terras Privadas	453	53
<i>Pequenas propriedades (<4MF)*</i>	114	13
<i>Médias propriedades (entre 4 e 15 MF)</i>	104	12
<i>Grandes propriedades (>15MF)</i>	234	28
Assentamentos	40	5
Outros	38	5
Brasil	850	100

*Fora de assentamentos - Fonte: Altas (2017); Freitas; Guidotti; Sparovek (2017).

No âmbito desse amplo processo, a questão é: “*onde há terras para o agronegócio globalizado?*” No Brasil essa problemática está mais complexa. Conforme dados da Tabela 2,

as terras privadas correspondem a 53% da extensão das terras do país, sendo 28% latifúndios, o que significa uma extensão maior que as áreas protegidas (27%), contrariando discurso comum dos agentes hegemônicos do agronegócio de que há muita terra protegida no Brasil. Se pensarmos a cartografia do latifúndio (Atlas, 2017), o domínio das grandes propriedades representa as seguintes porcentagens, por região: Sul e Sudeste (33%), Nordeste (41%), Norte (25%) e Centro-Oeste (75%).

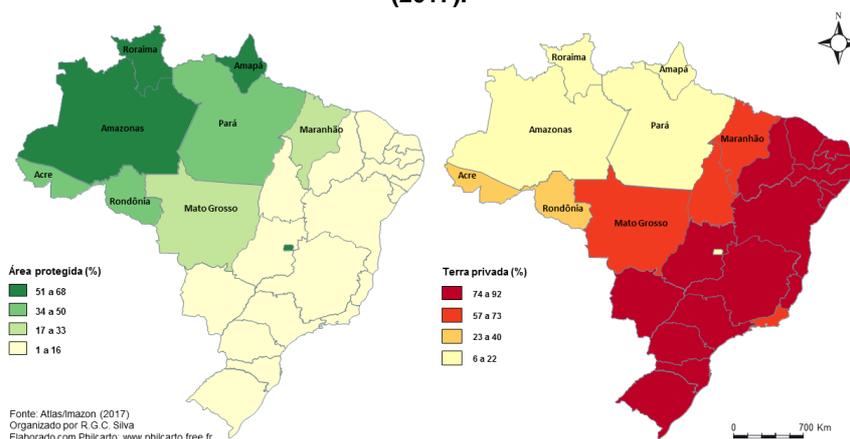
Especificamente, o Centro-Oeste configura-se como o celeiro agrícola brasileiro, principalmente, com a produção de soja e milho e, também, a região com maior domínio das grandes propriedades (75%). Estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento sobre a produção agrícola brasileira indicou que o Centro-Oeste produziria cerca de 90 milhões de toneladas de grãos (42%), de um total estimado em 213 milhões de toneladas para safra 2016/2017, representando cerca de 48% da área agrícola nacional. Somente no estado de Mato Grosso, o maior produtor, a estimativa era produzir aproximadamente 52,7 milhões de toneladas, ou seja, 24,7% da produção nacional (CONAB, 2017). Contudo, se a estrutura fundiária das regiões Sul e Sudeste apresenta certa “estabilidade”, configurada com produtos agropecuários já consolidados em pequenas, médias e grandes propriedades, a potência agrícola que se tornou a região Centro-Oeste fez acelerar a corrida pela terra na Amazônia. Essa condição assume maior relevância na medida em que as grandes propriedades representam “somente” 25% da área da Região Norte, o que abre uma possibilidade acentuada para ampliar a concentração fundiária na maior parte da Amazônia brasileira, ao passo que aumenta a pressão política, através das agroestratégias, para reduzir as áreas sob a gestão territorial do estado.

Quando se analisa a distribuição de terras estimadas no Brasil (Tabela 2), conforme dados do Atlas – A geografia da agropecuária Brasileira (Freitas; Guidotti; Sparovek, 2017), verifica-se que as grandes propriedades (28%) no Brasil ocupam uma área maior do que as áreas protegidas (27%), e que as terras não destinadas, ou seja, áreas que ainda estão sob o controle público que não se converteram em propriedades privadas representam 10% das terras brasileiras (86 milhões de hectares).

Então, para a questão elencada sobre “onde há terras para o agronegócio globalizado?”, a resposta é a Amazônia. Se

analisarmos a cartografia das áreas protegidas e as terras privadas por unidade da federação (Figura 4), verifica-se que as altas taxas de propriedade privada (de 70 a 92%) estão nos estados mais dinâmicos da agropecuária brasileira (Sul e Sudeste) e nas regiões mais antigas na ocupação territorial (Nordeste). No outro polo, temos nos estados da Região Norte, e mesmo nos estados que compõem a Amazônia brasileira, a maior representatividade de proteção ambiental no Brasil, com taxa que varia de 34 a 68% das áreas.

Figura 4. Brasil: percentual das áreas protegidas e terra privada por Estados (2017).



Em síntese, a Amazônia apresenta a menor taxa de propriedade privada por unidade da federação e a maior taxa de áreas protegidas sob o “controle” do Estado, constituindo-se numa região onde os processos de apropriação e grilagem de terras públicas podem se transformar em domínio do território pelos agentes hegemônicos do agronegócio globalizado. As terras sob o controle do Estado (áreas não destinadas) ou demarcadas em territórios protegidos (áreas indígenas, áreas quilombolas e unidades de conservação) estão no centro de disputas territoriais, opondo o agronegócio e as organizações sociais das comunidades tradicionais amazônica e do campesinato, Organizações não Governamentais (ONG’s) e parte dos institutos públicos de pesquisa, que entende ser necessário áreas protegidas para garantir os direitos humanos e territoriais dessas comunidades rurais.

Nesse sentido, nos conflitos agrários e territoriais emergem escalas geográficas que articulam o local, o regional, o nacional e o global. Não se trata tão somente de conflitos locais, que normalmente envolviam fazendeiros e madeireiros contra os camponeses e as demais comunidades rurais na região. Trata-se da apropriação de grandes áreas, localizadas nos territórios do campesinato, dos indígenas, dos quilombolas, dos ribeirinhos, dos seringueiros, do conjunto social que qualifica a Amazônia como espaço de múltiplas territorialidades, de formas diferenciadas de relação homem e natureza (Silva; Conceição, 2017). O agronegócio globalizado visa destruir essas formas coletivas de uso do território, representando uma negação cultural dessas comunidades. Para isso, desenvolve estratégias no plano político, econômico, territorial e midiático, para justificar e legitimar as ações de destruição dos territórios culturais dos povos amazônicos, buscando se apropriar de áreas protegidas e terras públicas ainda sem destinação, na perspectiva de formar um mercado de terras e de expansão agropecuária. Sob esse entendimento, a Amazônia se transforma numa fronteira global do agronegócio. Significa, pois, não se tratar somente de apropriação de terras, mas de domínios territórios do capital global (Silva *et al.*, 2017).

Considerações finais

A política do Estado brasileiro em ampliar a ocupação econômica e social nas áreas mais distantes e remotas do centro dinâmico do país remete desde o primeiro Governo Vargas (1930 a 1945), no período do Estado Novo, em que se instituiu a “Marcha para o Oeste”, política que objetivava ocupar e estimular a migração para as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil.

O Norte do Brasil fora objeto desse processo, embora não se tenha conseguido densidades relevantes que modificassem a região em seus aspectos geoeconômicos. Durante todo esse período a Amazônia recebeu pontualmente políticas públicas de ocupação territorial, sendo o espaço regional já ocupado pela população das cidades. No espaço rural o povoamento se constituía na presença das comunidades tradicionais amazônicas. Somente na década de 1960 esse processo adota outra ordem econômica, social e territorial, onde grandes projetos agropecuários, minerais e hidrelétricos, assim como a colonização

agrícola, configuraram a nova geografia regional, assentada na intensiva exploração dos recursos naturais, na institucionalização da propriedade privada como formas de acesso à terra, na apropriação de terras públicas para especulação fundiária e acumulação do capital.

Dos problemas sociais herdados desse processo, a ocupação das terras pelo campesinato regional e colonos migrantes, sempre apresentou fragilidade jurídica, pois, mesmo sendo assentados no âmbito da colonização pública, sua condição de posseiro se manteve em função da ausência sistemática dos títulos definidos das propriedades. O Estado negou às famílias sua efetiva apropriação das propriedades, restando-lhes a condição de posseiros (ocupante de terras).

No período recente, esse quadro se altera, tornando-se mais complexo. Com o descolamento da fronteira agrícola para a Amazônia, desde a década de 1960, a corrida pela terra e os conflitos agrário-territoriais se intensificaram, qualificando-se ainda mais com a presença do agronegócio. Nesses termos, a necessidade de titulação de terras, assim como, a apropriação e dominação do território pelas forças hegemônicas do agronegócio globalizado convergem em ações políticas que visam criar as condições favoráveis para um mercado de terras global, concomitante ao ataque aos territórios indígenas, quilombolas e unidades de conservação, ou seja, às áreas protegidas, no intuito de converter florestas em pastagens e monoculturas.

Portanto, as áreas protegidas se tornaram objeto da cobiça do capital global, assim como, as terras do campesinato e das comunidades tradicionais amazônicas. Esse movimento contemporâneo do Estado e do capital indica um campo de disputa política e territorial multiescalar na Amazônia brasileira, opondo os movimentos sociais do campo às agroestratégias do capital, na luta em defesa de seus territórios.

Nota:

O presente artigo compõe o projeto de pesquisa “Agricultura, território e espaços da globalização: aportes teóricos a partir da Argentina e Brasil”, em desenvolvimento no Programa Postdoctoral en Ciencias Humanas y Sociales da Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires (UBA), sob a supervisão da Professora Doutora Mariana Arzeno.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-144.

AMAZÔNIA, AMIGOS DA TERRA. **Mais destruição: Senado aprova MP da Grilagem**. 1 de junho de 2017. Link: <http://amazonia.org.br/2017/06/mais-destruicao-senado-aprova-mp-da-grilagem/>

ANDRADE, L. C. G. *et al.* **Programa Terra Legal** – quem são os beneficiários da regularização fundiária na Amazônia Legal? 2016. 20 p. link: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_1684/ARTIGO.26%20de%20set.pdf

ARROYO, M. Território Brasileiro e Mercado Externo: uma leitura dessa relação na virada do Século XX. In: Souza, M. A. A. (Org.). **Território Brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003. p. 428-457.

ATLAS. **Atlas – A geografia da agropecuária Brasileira**. Belém: Imaflora, Geolab/USP, 2017. Link: <http://www.imaflora.org/atlas-agropecuario/>

BECKER, B. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. 2 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BRASIL. MDA. **Programa Terra Legal Amazônia**. Manual de operações, 2009. Link: <http://www.mda.gov.br/portal/serfal/> Acesso em 12/08/2014.

BRASIL. Presidência da República. **Medida Provisória nº 759**, de 22 de dezembro de 2016, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 2016. Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv759.htm

BRASIL. Presidência da República. **Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND**. Brasília, 1974.

BRITO, B., CARDOSO JÚNIOR, BARRETO. **Comentários sobre a Medida Provisória nº 759/2016**, Imazon, Belém, 12 de abril de 2017.

CASTILHO, A. Proprietários rurais declaram 15 milhões de hectares em Terras Indígenas e Unidades de Conservação. **De Olho nos Ruralistas**, Observatório do Agronegócio no Brasil, 2017. Link: <http://outraspalavras.net/deolhonosruralistas/2017/06/28/proprietarios-rurais-declaram-15-milhoes-de-hectares-em-terras-indigenas-e-unidades-de-conservacao/>

COSTA, W. M. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. 3 ed., São Paulo: Contexto, 1991.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo Brasil 2016**. Goiânia: CPT-Nacional, 2016.

FONSECA, D. R. **Estudos de História da Amazônia**. 1. ed. Porto Velho: Maia, v. 1. 260 p.

FREITAS, F. L., GUIDOTTI, V., SPAROVEK, G. Nota técnica: Malha fundiária do Brasil, v. 170321. In: **Atlas – A geografia da agropecuária Brasileira**. Belém: Imaflora, Geolab/USP, 2017.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. **Censo Agropecuário – 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INCRA. **Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. 2017. Link: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> 17/05/2017.

LOUREIRO, V. R. **A Amazônia no século XXI: as novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. 1ª ed., São Paulo: Contexto, 2001.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2006.

SANTOS, R. **História econômica da Amazônia Legal (1800-1920)**. São Paulo: T.A Queiroz, 1980.

SAUER, S, ALMEIDA, W. (org.). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. A continuidade de uma forma de Dominação, do Estado Novo à Nova República. **Reforma Agrária**, 25 (1), p. 39-64, jan-abr., 1995.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. Política de colonização agrícola e o protesto camponês. **Ensaio FEE**, 6 (2), p. 127-140, Porto Alegre, 1985.

THÉRY, H. **Configurações territoriais na Amazônia**. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Coordenação da Amazônia, Brasília, 1999. 68 p.

SILVA, R. G. C; MICHALSKI, A; LIMA, L. A. P.; CONCEICAO, F. S. Geografia das dinâmicas territoriais agrárias de Rondônia. In: Ferreira, G. H. C. (Org.). **Geografia Agrária em debate**: das lutas históricas às práticas agroecológicas. 1ª ed. edição. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. p. 143-162.

RIBEIRO, A. F. A; SILVA, R. G. C; SANTOS, J. L. Política de regularização fundiária em Rondônia: limitações do Programa Terra Legal e expectativas socioterritoriais. **Confins** (Paris), v. 29, p. 1-19, 2016. Link: <http://confins.revues.org/11541>

SILVA, R. G. C. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. **Confins** (Paris), v. 23, p. 1-30, 2015. Link: <http://confins.revues.org/9949>

SILVA, R. G. C. A regionalização do agronegócio da soja em Rondônia. **GEOUSP**: espaço e tempo, v. 18, p. 298-312, 2014. Link: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/84534>

Capítulo 2

DINÂMICAS TERRITORIAIS DO AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO DA SOJA NA AMAZÔNIA: O CASO DE SANTARÉM (PARÁ)¹

Márcio Júnior Benassuly Barros

Introdução

A partir de 1996 incentivados por diversas ações do governo do estado do Pará e da prefeitura municipal, Santarém foi se consolidando como porta de entrada da nova fronteira agrícola do agronegócio de soja no estado do Pará. Em Santarém, as terras localizadas no planalto santareno passam a compreender objetos de disputa entre os empresários ligados à agricultura moderna da soja e os pequenos agricultores locais. Este processo de transformações na atualidade está presente em diversas comunidades localizadas ao longo da BR 163 e da PA 370 (Santos, 2012), onde a chegada de empresários ligados a produção em larga escala de soja promoveram profundas alterações de ordem social, econômica e territorial. A chegada destes novos personagens nas comunidades promove uma profunda alteração na dinâmica socioeconômica e territorial, pois é responsável pela introdução de uma lógica ligada à agricultura mecanizada e moderna que utiliza grandes recursos de capital e tecnologia.

A introdução do agronegócio globalizado da soja em Santarém tem provocado uma série de dinâmicas no uso e ocupação da terra com destaque para a região da PA 370 e da BR 163. Esta nova situação geográfica (Silveira, 1999) implicou em profundas mudanças, alterando de maneira definitiva a produção agrícola destas comunidades. Na comunidade de Boa Esperança até a introdução do cultivo da soja, em 2002, havia uma produção

¹ O presente texto é uma versão ampliada do artigo de mesmo título apresentado no XII ENANPEGE, realizado no período de 12 a 15 de outubro de 2017 em Porto Alegre.

agrícola diversificada que incluía: mandioca, arroz, pimenta-do-reino, laranja, café (Santos, 2012). Após a introdução do plantio da soja a comunidade transformou-se em grande produtora agrícola de grãos (soja, arroz e milho), realidade que vem contribuindo para a exclusão dos pequenos agricultores e camponeses que se obrigam a vender ou arrendar suas terras para os grandes produtores de soja. Este processo tem contribuído para ampliar a concentração fundiária e de renda na região da PA 370 e da BR 163.

O objetivo deste trabalho é analisar as dinâmicas territoriais da produção agrícola de Santarém (PA), antes e depois da introdução do cultivo da soja no município, que ocorreu a partir de 1996. A coleta de dados da pesquisa foi realizada mediante a execução de trabalho de campo em 2017, nas comunidades de Boa Esperança, Volta Grande e Paxiúba, localizadas às margens da rodovia estadual PA 370, também conhecida como rodovia Santarém–Curuá Una. Os dados secundários foram coletados junto ao IBGE², que serviu para a elaboração de quadros e gráficos. O mapa utilizado na pesquisa foi elaborado com base nos dados disponíveis do projeto TerraClass³, tendo como classe de análise os dados da agricultura anual.

Produção agrícola de Santarém antes da chegada da soja

Desde a fundação de Santarém, em 1661, a produção agrícola familiar tem sido praticada por populações localizadas ao longo das várzeas e da terra firme. Santarém foi fundada por João Felipe Bettendorf, jesuíta que organizou a aldeia dos Tapajós. Por determinação da coroa portuguesa foi construída a fortaleza dos Tapajós, inaugurada em 1697, com o objetivo de resguardar o tapajós de incursões estrangeiras. Em 1848 ocorre a elevação da vila de Santarém para cidade (Fonseca, 2015).

Segundo Hoefle (2013, p. 46):

² Foram utilizadas as informações do Sistema IBGE de Recuperação Automática-SIDRA. Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br.

³ O projeto TerraClass tem como objetivo produzir mapas sistêmicos de uso e cobertura das terras desflorestadas da Amazônia Legal Brasileira. Maiores informações podem ser consultadas em http://www3.inpe.br/cra/projetos_pesquisas/dados_terraclass.php. Acessado em 20/12/2017.

Historicamente os surtos econômicos no oeste do Pará se realizaram apoiados em Santarém e, por extensão, Itaituba, fundada no século XIX pela elite seringalista de Santarém, como parte de sua *hinterlândia*. Santarém, como toda cidade para intermediar relações econômicas e socioculturais da sub-bacia do Tapajós de uma área considerável do rio Amazonas.

Ao longo do tempo Santarém vem passando por diversos surtos econômicos, como as drogas do sertão, ouro, borracha, juta, pecuária e agronegócio da soja (Hoefle, 2013). Nas comunidades de várzeas a produção agrícola é interrompida pelas cheias dos rios onde a dinâmica nesses locais é intercalada por período de seis meses de água cheia e seis meses de água seca, o que limita a atividade produtiva.

Em comunidades de terra firme não existe a interrupção da produção agrícola. Nessas comunidades localizadas, principalmente, ao lado do planalto santareno, onde está situada a rodovia PA 370 e a BR 163, existem inúmeras comunidades de elevada produção familiar que abastecem as feiras das cidades (Santarém e Belterra, principalmente).

Antes da introdução do plantio da soja em Santarém (1996), a produção familiar não tinha competição com a grande produção (grandes proprietários). Nestas comunidades a produção de banana, coco-da-baía, laranja, limão, maracujá, pimenta-do-reino, abacaxi, arroz, feijão, mandioca, melancia e milho são destaques da produção familiar. Parte desta produção é comercializada em mercados de Santarém, como as feiras da COHAB, Mercado 2000, Aeroporto Velho, administradas pela Associação dos Produtores Rurais de Santarém (APRUSAN).

A APRUSAN foi criada em 17 de junho de 1983, fundada por 45 produtores que comercializavam suas produções na Avenida São Sebastião em frente ao cemitério municipal. Em 2016 a APRUSAN possuía 917 famílias associadas na entidade. A associação foi criada para facilitar a comercialização dos produtos da agricultura familiar em Santarém, pois faltava um espaço exclusivo para a comercialização da produção familiar no município.

A produção que é comercializada no Mercado 2000 tem origem nos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos. Algumas comunidades se destacam na produção de alguns produtos agrícolas como: Igarapé do Pedra na produção de melancia, Terra de Areia, Baixa d'água e Água Fria na produção

de abacaxi, Boa Fé, Terra Preta e Novo Empenho na produção de maracujá, Boa Esperança na produção de farinha amarela e farinha de tapioca e ramal do Gato na produção de tapioca.

Figura 01: Mercadão 2000, ponto de comercialização da pequena produção agrícola em Santarém.



Fonte: Márcio Benassuly, 2017.

Quadro 01: Quantidade produzida na lavoura permanente em Santarém entre 1990-1995.

Lavoura/Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Abacate	1.250	1.320	1.200	1.350	1.575	1.575
Banana	2.112	1.320	165	594	429	220
Borracha	213	66	83	72	130	101
Cacau	1.185	1.564	1.193	1.734	2.134	2.134
Café	40	65	40	52	55	55
Coco-da-baía	750	750	780	840	840	840
Laranja	21.000	44.400	29.600	47.400	63.000	78.000
Limão	16.000	11.200	10.080	10.080	10.560	11.000
Mamão	504	432	504	600	456	498
Manga	8.100	8.100	8.550	8.550	8.550	9.000
Maracujá	1.656	1.080	2.160	2.592	2.160	1.944
Pimenta-do-reino	5.478	4.928	202	640	504	504
Tangerina	25.200	25.200	26.600	26.600	26.600	33.600
Urucum	103	120	120	120	120	120

Fonte: Organizado pelo autor com base em IBGE-SIDRA, 2015.

A lavoura permanente em Santarém é constituída pelo cultivo de: abacate, banana, borracha, cacau, café, coco-da-baía, laranja, limão, mamão, manga, maracujá, pimenta-do-reino, tangerina e

urucum. Em 1995 a cultura da laranja foi a que obteve a maior produção, totalizando 78.000 toneladas do produto em Santarém, conforme verifica-se no Quadro 01.

Quadro 02: Quantidade produzida na lavoura temporária em Santarém entre 1990-1995.

Lavoura/Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Abacaxi	375	525	900	3.000	3.000	3.000
Arroz	6.500	11.200	4.400	18.000	11.250	12.300
Batata-doce	375	188	112	75	45	75
Cana-de-açúcar	6.000	4.500	3.060	1.500	18.000	13.250
Feijão	495	290	295	260	540	756
Juta	34	-	55	65	19	-
Mandioca	108.000	115.200	149.000	100.000	120.000	144.000
Melancia	760	570	540	540	270	300
Melão	-	-	-	-	-	15
Milho	5.000	7.500	4.200	7.000	4.000	5.300
Soja	-	-	-	-	-	-
Tomate	300	450	525	525	525	600

Fonte: Organizado pelo autor com base em IBGE-SIDRA, 2015.

Por sua vez, a lavoura temporária em Santarém é constituída pelo cultivo de: abacaxi, arroz, batata-doce, cana-de-açúcar, feijão, juta, mandioca, melancia, melão, milho, soja e tomate, conforme quadro 02. Em 1995 a cultura da mandioca foi a que se destacou com a maior produção, totalizando 144.000 toneladas deste produto, conforme verifica-se no quadro acima.

Produção agrícola de Santarém depois da chegada da soja

A introdução da soja no estado do Pará ocorreu nas safras 1996/1997. Em Santarém, a construção do porto da Cargill em 2001 foi fundamental para a atração de produtores dessa lavoura para a região do planalto Santareno, considerando como importante fator a disponibilidade e o preço da terra na região (Paixão Júnior, 2013).

A introdução da soja em Santarém ocorreu na gestão do governador Almir Gabriel (1995-1998), por intermédio do programa de governo conhecido como Novo Pará, que criou bases técnicas para a modernização do espaço agrícola paraense. Este programa incentivou a criação das bases técnicas, políticas e de transportes para a introdução da soja no território paraense concentrados em três polos: nordeste, sul e oeste do Pará.

Quadro 03: Dinâmica do agronegócio da soja em Santarém-Pará.

Ano	Eventos
1994	Experiência de plantio de soja por empresários locais (Grupo Quincó) na serra do Diamantino. A experiência não obteve êxito.
1996	O Governo do Estado do Pará faz contratação de empresa paranaense Agrária Engenharia e Consultoria S.A para estudo da viabilidade econômica da soja na região, em parceria com o grupo Quincó. A experiência obteve êxito.
1997	Primeira exportação de soja (165 toneladas) de Santarém com destino à Roterdã.
1997	Divulgação do potencial agrícola de Santarém realizada em Mato Grosso por políticos (inclusive o prefeito Lira Maia) e empresários locais.
1999	Assinatura entre Companhia Docas do Pará (CDP) de contrato de concessão para instalação do porto da Cargill.
2000	Implantação do preço portuária de soja pela Cargill atraindo dezenas de produtores para a região.
2003	Inauguração do porto da Cargill em Santarém.
2004	Inauguração da Corrêa Agroindustrial Ltda (COAGRO), pertencente à família Santarena Correa.

Fonte: Organizado pelo autor com base em Paixão Júnior (2012), Trindade (2015).

Figura 02: Dia de campo sobre a cultura da soja em 1997, em Santarém (PA).



Fonte: Arquivo ICBS, 1997. Na figura estão o prefeito Lira Maia, governador Almir Gabriel e o secretário de agricultura Hildegardo Nunes.

Com o êxito da colheita da primeira safra de soja de 165 toneladas realizada em 1997 no município de Santarém que foi comercializada em Roterdã (Holanda), passou-se a divulgar o potencial das terras agrícolas para investidores de outras regiões do Brasil.

Segundo Hoefle (2013, p. 66):

Os produtores de soja e o porto da Cargill foram atraídos à Santarém graças à campanha montada pela prefeitura em meados dos anos de 1990 que divulgou nas regiões Sul e Centro-Sul, como o planalto de Santarém era excepcional na Amazônia para a agricultura mecanizada, e alertou para o fato de haver 600 mil hectares de terras já desmatadas, não sendo preciso abrir a floresta primária para o plantio. Chegando em Santarém, os produtores compraram áreas planas de fazendeiros e pequenos produtores, provocando saída de população do campo para bairros populares na cidade de Santarém. A mudança foi tão brusca que em algumas áreas com plantio de soja, que foram fechadas escolas relativamente novas na zona rural por falta de alunos.

A campanha de divulgação do potencial agrícola liderada pela Prefeitura de Santarém e pelo governo do Pará incluiu diversas estratégias na mídia na cidade e em outros estados da federação, tendo como objetivos a atração de novos sojicultores para o planalto santareno.

Figura 03: Placa de publicidade destacando o potencial agrícola de Santarém.



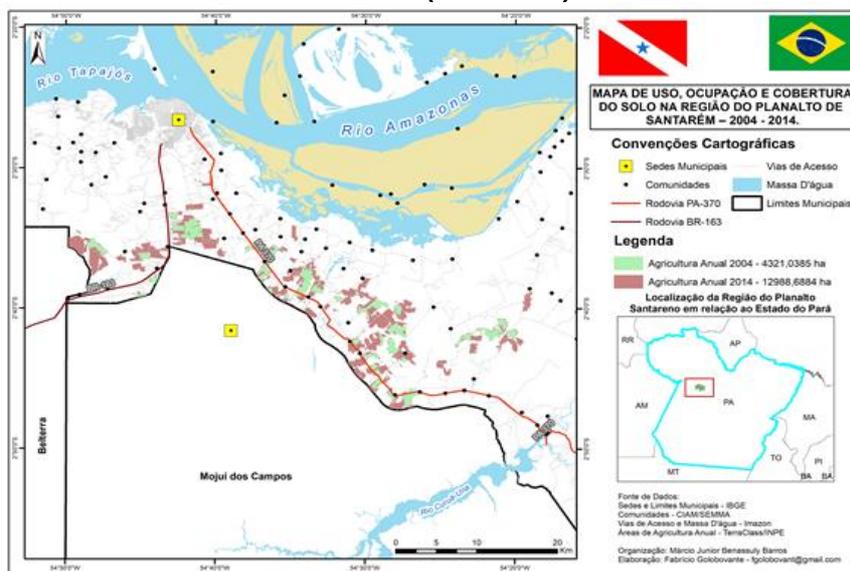
Fonte: Valbuena, 2009.

O avanço da soja em Santarém implicou na expropriação de muitos agricultores de suas terras, que se deslocaram para a cidade de Santarém, originando novos bairros como o Alvorada e o Novo Horizonte, enquanto que outros camponeses se deslocaram para áreas mais afastadas do planalto santareno (Costa, 2011).

No final de 2003, o Sindicato de Trabalhadores de Santarém (STTR) contabilizou a saída de 500 famílias do campo e, atualmente, calcula-se que esse número tenha triplicado. As comunidades do Paca e do Prata já desapareceram. A comunidade Boa Esperança, importante na produção de farinha de mandioca, também está em processo de desaparecimento, assim como Açaizal, que tinha 45 famílias e atualmente tem apenas sete (Schlesinger; Noronha, 2006, p. 83).

A chegada do agronegócio da soja em Santarém provocou uma violenta valorização das terras na região do planalto santareno. Em 1999 o preço por hectare era, em média R\$ 200,00 e, em 2005, atingiu R\$ 3.000,00, o que representa um acréscimo de 1.500% de valorização das terras neste curto período (Costa, 2011).

Figura 04: Mapa de uso, ocupação e cobertura do solo – Região de Santarém (2004-2014).



Fonte: Autor

As regiões mais afetadas pelo avanço do plantio da soja em Santarém foram as comunidades localizadas ao longo da rodovia estadual PA 370. Nas comunidades de Boa Esperança, Volta Grande e Paxiúba muitos camponeses venderam suas terras a preços baixos para os sojicultores que, posteriormente, promoveram o desmatamento dos lotes para o plantio da soja. Nestas comunidades, os camponeses que ainda permanecem e resistem ao avanço do agronegócio relatam os casos de impacto ambiental e de saúde devido ao uso de agrotóxicos nos plantios de grãos. Este processo promoveu alterações na qualidade do ar, bem como promoveu o aparecimento de pragas nas propriedades camponesas, que antes da introdução da soja não eram registradas nos lotes dos pequenos produtores.

Ao longo da PA 370 é possível constatar a presença de plantações de soja nas comunidades de Jacamim, Tipizal, Boa Esperança, Volta Grande, Paxiúba, Planalto Fé em Deus, Guaraná, etc. Nestas comunidades a agricultura camponesa vem “cedendo” espaço para o agronegócio globalizado, o que tem provocando uma série de transformações nestas comunidades. O mapa anterior mostra a área do planalto de Santarém (Figura 4), com destaque para o uso do território pela agricultura anual⁴ em dois recortes temporais, em 2004 (verde) e 2014 (marrom). No período de uma década constatamos que o avanço do plantio da soja nas comunidades da PA 370 foi considerável. Outro vetor de produção de soja em Santarém ocorre ao longo da BR 163, em direção ao município de Belterra, onde constatamos a presença do plantio de soja nas comunidades de Cipoal, Lavras, Amapá, etc.

Em visita às comunidades da PA 370 é visível a presença de casas de camponeses abandonadas próximas ao plantio de soja (Figura 5), bem como a substituição das pessoas pelo plantio de grãos. Muitas escolas e paradas de ônibus também foram desativadas em função do avanço da fronteira agrícola da soja nesta rodovia.

⁴ Áreas extensas com predomínio de culturas de ciclo anual, sobretudo de grãos, com emprego de padrões tecnológicos elevados, tais como uso de sementes certificadas, insumos, defensivos e mecanização, entre outros (Coutinho *et al.*, 2013).

Figura 05: Casa e parada de ônibus abandonadas na PA 370 em Santarém.



Fonte: Márcio Benassuly, 2017.

Quando estudamos a lavoura permanente em Santarém no período de 1999-2005, constatamos que as maiores produções em toneladas foram de: banana (11.862), laranja (5.136) e limão (1.320), conforme se constata no Quadro 04.

Quadro 04: Quantidade produzida na lavoura permanente em Santarém (1999-2005).

Lavoura	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Abacate	415	415	110	515	-	-	-
Banana	77	260	4.691	11.862	11.862	11.862	11.862
Borracha	78	85	125	125	-	-	-
Cacau	4	4	4	6	6	6	6
Café	485	485	1.411	705	705	494	494
Coco-da-baía	150	150	150	150	180	180	180
Laranja	19.800	23.760	13.200	13.200	13.200	5.136	5.136

Limão	13.296	13.296	720	1.320	1.320	1.320	1.320
Mamão	600	600	450	375	375	375	375
Manga	4.500	4.500	180	-	-	-	-
Maracujá	3.024	2.304	108	153	153	153	153
Pimenta-do-reino	256	288	288	288	288	288	225
Tangerina	4.000	4.000	800	800	725	725	725
Urucum	113	118	236	236	236	236	236

Fonte: Organizado pelo autor com base em IBGE-SIDRA, 2015.

Já a lavoura temporária em Santarém no período de 1999-2005, as maiores produções em toneladas foram de: mandioca (150.000), arroz (123.000), soja (66.000) e milho (22.440) conforme podemos constatar no Quadro 05.

Quadro 05: Quantidade produzida na lavoura temporária em Santarém (1999-2005).

Lavoura	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Abacaxi	1.161	1.174	1.484	1.500	1.500	1.500	3.230
Arroz	4.695	6.523	16.995	36.920	198.000	187.200	123.000
Batata-doce	12	24	30	-	-	-	-
Cana-de-açúcar	500	600	600	600	600	600	600
Feijão	1.231	1.136	2.010	2.214	720	600	684
Juta	-	-	10	30	10	75	15
Mandioca	40.000	60.000	70.000	80.000	96.000	96.000	150.000
Melancia	400	20	330	2.800	2.800	2.800	4.000
Melão	-	20	-	-	-	-	-
Milho	3.000	2.380	2.760	2.400	2.700	2.100	22.440
Soja	761	135	75	600	12.420	29.700	66.000
Tomate	400	500	600	400	700	700	700

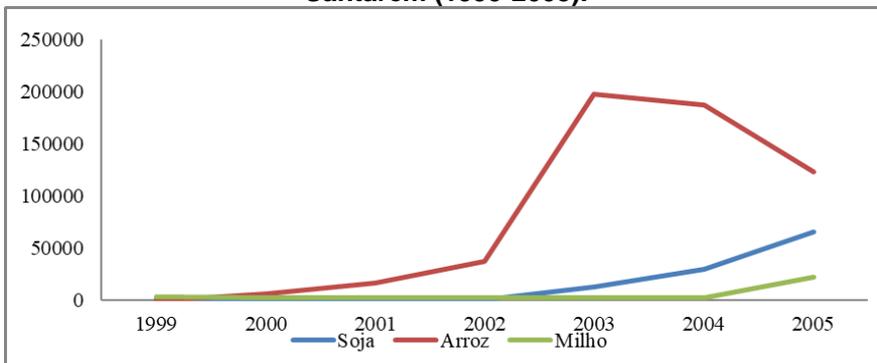
Fonte: Organizado pelo autor com base em IBGE-SIDRA, 2015.

Os dados acima mostram um crescimento vertiginoso da produção de soja em Santarém a partir da safra 2001/2002. Os principais grãos produzidos pelo agronegócio em Santarém são: soja, arroz e milho. Cabe destacar que na produção da soja, as culturas do arroz e milho são cultivadas para o preparo do solo

antes do cultivo da soja, no que os sojicultores denominam de “safrinha”.

Desta forma a expansão da soja em Santarém, contribuiu também para a expansão das culturas do arroz e milho. A produção de arroz a partir da safra de 2003 apresentou uma queda em sua produção, conforme podemos verificar no Gráfico 01.

Gráfico 01: Quantidade produzida (t) de soja, arroz e milho em Santarém (1999-2005).



Fonte: IBGE-SIDRA, 2015.

Elaborado pelo autor.

Em Santarém existem várias unidades de silagem, independentes ou que prestam serviços para a Cargill, localizadas ao longo das rodovias PA 370 e BR 163 (Hoefle, 2013). O porto da Cargill, em Santarém, recebe soja do oeste do Mato Grosso e Rondônia, transportada por barcaças na hidrovia do Madeira, de Porto Velho (RO) a Santarém. Outro volume pequeno chega por carretas. Já a soja comprada no oeste do Pará não ultrapassa 3% do volume exportado pelo porto da empresa em Santarém (Cargill, 2014). Em 2006, com a aprovação da moratória da soja, a produção agrícola foi limitada às áreas já desmatadas, ficando proibida a abertura de novas áreas para o plantio desta lavoura. A Cargill se comprometeu a comprar soja somente de produtores que cumpram essas medidas (Cargill, 2014).

O Banco da Amazônia (Basa) é o principal agente de fomento do agronegócio da soja em Santarém, em que os recursos do Fundo Constitucional do Norte (FNO) tem financiado a logística do agronegócio.

A expansão da monocultura de soja no estado do Pará contou com incentivos dos governos, que forneceram tecnologia, financiamento e

infraestrutura. O governo paraense e instituições federais, como a Embrapa/Amazônia Oriental, forneceram as bases tecnológicas para seu desenvolvimento. O Banco da Amazônia, por sua vez, tem financiado fazendas e processadoras de grãos em Santarém (Schlesinger; NORONHA, 2006, p. 76).

O Basa mantém linhas de crédito para o fomento em propriedades agrícolas para o plantio de soja na região, como foi possível constatar em trabalho de campo ao longo da PA 370. Em frente a Cargill, em Santarém, verifica-se a placa de financiamento, pelo Banco da Amazônia, da construção de vinte barcaças graneleiras e três empurradores, no valor de R\$ 78.582.560,00 para a empresa, com o objetivo, também, de promover o desenvolvimento sustentável (Figura 06).

Figura 06: Fomento do Banco da Amazônia na logística do agronegócio em benefício da Cargill em Santarém.

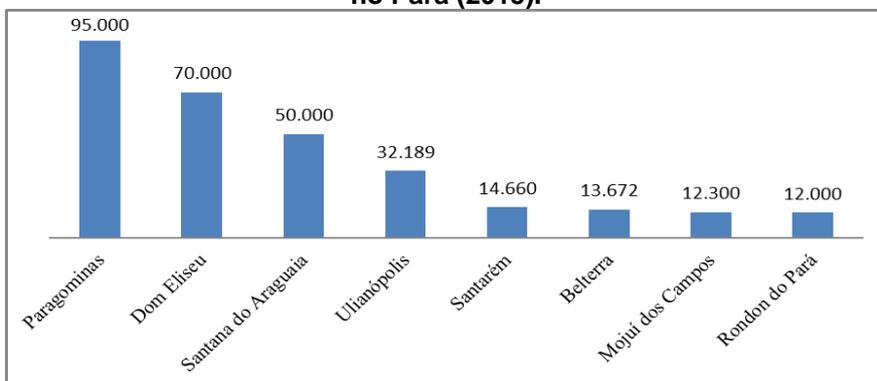


Fonte: Márcio Benassuly, 2017.

Segundo dados do IBGE, em 2015, 23 municípios paraenses realizaram colheitas de soja em seus territórios municipais (Altamira, Belterra, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Dom Eliseu, Floresta do Araguaia, Medicilândia, Mojuí dos Campos, Novo Progresso, Paragominas, Parauapebas, Placas, Redenção, Rio Maria, Rondon do Pará, Rurópolis, Santa Maria das

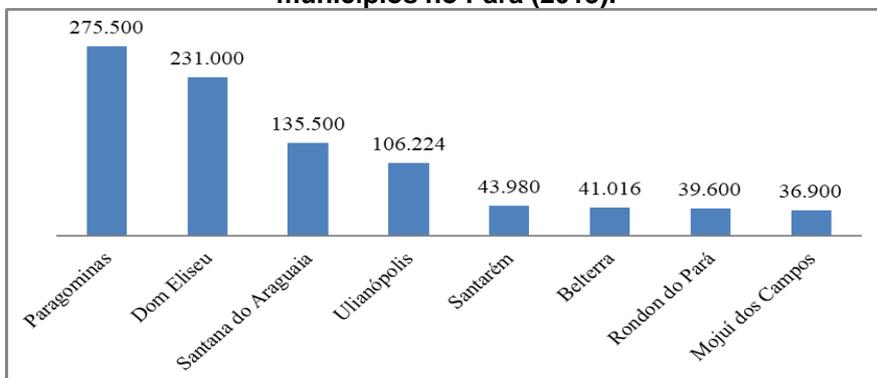
Barreiras, Santana do Araguaia, Santarém, Tailândia, Tracuateua, Ulianópolis e Uruará), o que comprova o avanço desta lavoura no estado do Pará.

Gráfico 02: Área colhida (ha) de soja nos oito principais municípios no Pará (2015).



Fonte: IBGE-SIDRA (2015).
Organizado pelo autor.

Gráfico 03: Quantidade produzida (t) de soja nos oito principais municípios no Pará (2015).



Fonte: IBGE-SIDRA (2015).
Organizado pelo autor.

Desta lista de 23 municípios, os oito municípios com maiores colheitas em hectares foram: Paragominas (95.000), Dom Eliseu (70.000), Santana do Araguaia (50.000), Ulianópolis (32.189), Santarém (14.660), Belterra (13.672), Mojuí dos Campos (12.672), Rondon do Pará (12.000). Dos oito municípios do Pará, com

maiores áreas colhidas de soja, Santarém é o quinto, Belterra é o sexto em área colhida e Mojuí dos Campos é o sétimo conforme podemos verificar no Gráfico 02.

Os oito principais municípios produtores de soja no estado do Pará, no ano de 2015, foram: Paragominas (275.500), Dom Eliseu (231.000), Santana no Araguaia (135.500), Ulianópolis (106.224), Santarém (43.980), Belterra (41.016), Rondon do Pará (39.600), Mojuí dos Campos (36.900). Santarém foi o quinto maior produtor de soja do Pará em 2005. Belterra o sexto e Mojuí dos Campos foi o oitavo. A produção do território de Santarém poderia ser maior se não fosse os desmembramentos de seu território para a constituição dos municípios de Belterra na década de 1990 e de Mojuí dos Campos nos anos 2000, conforme apresentado no Gráfico 03.

Em trabalhos de campo realizados desde 2016 temos constatado a incorporação de novas áreas para a produção de soja, nos três municípios que compõe o planalto santareno. Em alguns casos a geografia parece ser um limitador do avanço da soja na região. Em Santarém a soja está concentrada em uma pequena parte do território municipal que são as terras do planalto. Em Belterra o avanço da soja só não foi maior na área do planalto porque lá existem duas unidades de conservação, uma federal, a Floresta Nacional do Tapajós (FLONA Tapajós) e outra municipal, no caso, a Área de Proteção Ambiental do Aramaná (APA Aramaná). Já em Mojuí dos Campos onde não existem áreas de proteção na região do planalto o avanço da soja é considerável.

Considerações finais

A chegada da soja em Santarém no final da década de 1990 foi responsável pela introdução de variadas dinâmicas de ordem social, econômica e territorial nas comunidades rurais onde este cultivo foi implantado.

A introdução desta lavoura no município contou com os incentivos dos governos federal, estadual e municipal que viabilizaram as condições técnicas, de fomento e da infraestrutura para o empreendimento ligado ao agronegócio da soja no município de Santarém.

Nas comunidades rurais onde a *commodity* foi implantada houve uma disputa pela terra entre agricultura familiar e o agronegócio da soja. Desde a chegada da soja em Santarém

verifica-se o aumento da concentração fundiária da terra, pois o cultivo da soja requer grandes áreas para a viabilidade do plantio.

O avanço da soja em Santarém promove um cercamento (Hebette, 1991) das pequenas propriedades dos agricultores, que por diversas razões vendem suas terras para os sojicultores da região, por não encontrarem condições para a continuidade da produção familiar agrícola.

A implantação da soja em Santarém indica elementos de uma lógica externa no lugar, onde a racionalidade exógena é introduzida nas comunidades vítimas desta *commodity*.

Referências

- CARGILL. **Terminal fluvial de Santarém**. Santarém, 2014.
- COSTA, Solange Maria Gayoso da. Agronegócio e terras na Amazônia: conflitos sociais e desterritorialização após a chegada da soja na região do Baixo Amazonas no Pará. In. SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington. **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Editora Universidade de Brasília, 2011.
- COUTINHO, Alexandre Camargo *et al.* **Uso e cobertura da terra nas áreas desflorestadas da Amazônia Legal: TerraClass 2008**. Brasília, DF: Embrapa; Belém: INPE, 2013.
- CPT-SANTARÉM. Comissão Pastoral da Terra em Santarém. **Os impactos sociais da soja no Pará**, Santarém, PA, 2005.
- ELIAS, Denise. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Revista Eletrônica de Geografia Y Ciências Sociais**, V.X, N.218 (03), 2006.
- FASE. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. **Relatório do Seminário a expansão da soja no Baixo Amazonas**, Santarém, PA, 2005.
- FONSECA. Wilde Dias da. **Santarém: momentos históricos**. ICBS, Santarém, 2015.
- FREDERICO, Samuel. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**. nº 17, 2013.
- HÉBETTE, Jean (org.). **O cerco está se fechando**. Petrópolis, Vozes, 1991.

HOEFLE, Scott William. Santarém, cidade portal de fronteiras históricas do oeste do Pará. **Espaço Aberto**, v. 3, n. 1, 2013.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática-SIDRA**. Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br. Várias consultas.

NASCIMENTO JUNIOR. Francisco C. Uso agrícola do território e trabalho científico para o campo moderno no Brasil. In. **GEOUSP-Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 34, 2013. Número Especial, pp. 45-58.

PAIXÃO JÚNIOR. Paulo Roberto Carneiro da. **Uso do território e gênero de vida na Amazônia: reprodução camponesa e agronegócio no planalto santareno**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2012.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: o território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro. Record. 2001.

SANTOS. Raimundo Alberto dos. **O planalto em questão: história da comunidade de Boa Esperança**. 2ª Ed. Santarém, 2012.

SCHLESINGER, Sérgio; NORONHA, Sílvia. **O Brasil está nu! O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais**. Rio de Janeiro: FASE, 2006.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. In. **Revista Território**, ano IV, nº 6, jan/jun. 1999.

VALBUENA, Rubén. **Dinámicas territoriales en la región de Santarém (1975-2005)**. Teses doutorais. Univ. Valladolid. Dep. Geografia. 2009.

Capítulo 3

A EXPANSÃO DE MONOCULTIVOS NOS CERRADOS E (RE)-ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO NO TOCANTINS E MARANHÃO

Benjamin Alvino de Mesquita
Luís Augusto Pereira Lima

Introdução

O presente texto constitui um dos resultados do projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da UFMA. Tem por objetivo analisar o avanço do grande capital nos cerrados do Tocantins e Maranhão e seus desdobramentos em termos da organização do espaço produtivo e na dinâmica econômica destes estados, assim como, verificar as consequências sobre as áreas tradicionais ocupadas com a produção de alimentos básicos.

Embora a presença de grandes empreendimentos na Amazônia não seja novidade, o atual padrão de expansão com controles da produção, financiamento, comercialização e industrialização efetivado por empresas globais como a Cargill, Monsanto, Suzano, o cenário passa a ser outro, principalmente, porque ainda contam com as facilidades governamentais em termos de financiamentos e incentivos fiscais e uma demanda externa por *commodities* favoráveis (Mesquita, 2012, 2014).

Para a consecução deste objetivo, se utilizou, fundamentalmente, dados secundários do IBGE, INPE, pesquisa de campo e artigos relacionados à temática. Registra-se como resultados e conclusão, um aumento no número de proprietários na região (TOMA) em detrimento do número de não proprietários (posseiros, arrendatários e parceiros), elevando assim, a relação entre proprietários e não proprietários.

Há um descompasso entre atividades do agronegócio e agricultura familiar. A primeira cresce de forma exponencial e a segunda aritmeticamente. Um número crescente de microrregiões do Tocantins e Maranhão se especializam em eucalipto, mas, prioritariamente, em soja. Há uma redução na área e produção

com mandioca e arroz nestes estados. O percentual com soja (e, também com eucalipto) em relação a lavoura temporária em cada estado é crescente e as relativas ao mercado interno é decrescente: no Tocantins é superior a 50% e no Maranhão a 29%. Espacialmente se percebe uma substituição da lavoura tradicional pelo agronegócio. A expansão vigorosa destas atividades tem reorganizado o espaço produtivo regional, de um lado, a agricultura industrial ascendente e, de outro, a agricultura familiar declinante.

A contribuição do agronegócio a economia local se faz de forma diferenciada e depende do peso e do grau de integração efetivado pelos monocultivos e, em cada estado, têm especificidades que refletem na organização da estrutura produtiva do setor.

De acordo com o IBGE (2009), o Cerrado e a Amazônia são os dois mais importantes biomas brasileiros, tendo o primeiro uma área de 2.045.064km², ficando abaixo apenas da Amazônia (4.220.818km²), o que representa, respectivamente, 24% e 49% da área total do país. O Cerrado está concentrado em oito estados: Minas Gerais, Bahia, Piauí, Maranhão, Tocantins, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A importância econômica, social e ecológica dos dois biomas é inquestionável. No entanto, a proteção do Cerrado sempre esteve à margem de qualquer política pública de preservação e contenção que pudesse frear a devastação em andamento ou que minimize este processo acelerado.

A ocupação do Cerrado vem de longa data e tinha na pecuária ultra extensiva sua principal atividade e associada a ela esteve a agricultura itinerante, extrativismo, retirada de lenha e produção de carvão, perdurando até os anos sessenta. A principal razão apontada, a subutilização, era de cunho econômico. Segundo esse raciocínio, as terras do Cerrado eram tidas como inadequadas para agricultura em função dos custos de produção. Daí vem a opção por atividades de baixa produtividade, com custos ínfimos de implantação com as listadas anteriormente.

Com a implementação da política de modernização agrícola e um conjunto de infraestrutura que acompanha desde os anos 1970, esse quadro de integração e ocupação do Cerrado muda rapidamente em decorrência da incorporação de novas tecnologias realizadas no âmbito da revolução verde. A partir de então, a área do Cerrado assume um papel cada vez mais importante na

agropecuária brasileira, adquirindo à produção de grãos essa relevância que detém na atualidade e que se transforma na principal fronteira agrícola.

A velocidade da ocupação destas áreas proveio de um conjunto de ações, sobretudo governamentais, em termos de políticas agrícolas e programas especiais e a oferta de uma gama de infraestruturas indispensáveis e, mais recentemente, a partir dos anos de 1990, o cenário econômico externo favorável dos preços derivado do crescimento da demanda por *commodities* passa a ser o principal determinante desta expansão.

Por outro lado, a expansão da área com grãos e outras monoculturas, em particular soja e eucalipto na Amazônia Legal, trouxe efeitos diversos que refletem na questão econômica, social, demográfica e ambiental destes locais onde estão e no seu entorno. Os saldos para a maioria dos locais não são positivos, especialmente para o segmento excluído deste processo, como os pequenos produtores vinculados à agricultura familiar. É nesta perspectiva que se analisa o que vem ocorrendo nos cerrados do Tocantins e do Maranhão nas últimas décadas, a partir do avanço célere da soja. Na questão da reorganização do espaço e de sua dinâmica produtiva, na devastação e degradação de novas áreas e, ainda, no incremento do desmatamento, cujos efeitos transbordam sobre as áreas tradicionalmente voltadas a alimentos básicos como mandioca, arroz e feijão.

O texto está estruturado em cinco partes, além da introdução e conclusão. A parte inicial é sobre a evolução recente da fronteira agrícola do cerrado, em que se recupera os antecedentes deste processo, mostrando como, onde e porque evolui até os dias de hoje, especialmente tomando como parâmetro a variação da cultura da soja e da área de lavoura ao longo destes 20 anos na Amazônia Legal e, mormente no Tocantins e Maranhão. Na parte seguinte procura-se analisar o que ocorreu na organização e distribuição do espaço agrário nestes locais com a dinâmica que tais atividades do agronegócio assumem, destacando a especialização e o nível de concentração que passa a prevalecer em algumas microrregiões e municípios onde a soja lidera esse processo e o desdobramento para outras atividades agrícolas. Na sequência (três e quatro) se analisa o efeito do avanço da soja na economia local e no perfil produtivo do setor agrícola. Na última parte se verifica o impacto da ocupação do cerrado no aspecto da devastação e desmatamento na Amazônia Legal

Evolução Recente da Fronteira Agrícola no Cerrado da Amazônia Legal

A expansão da fronteira agrícola nas áreas de Cerrado do Centro-Oeste, Nordeste e da Amazônia é relativamente nova e se acentua na década de noventa. Ela se fez no bojo de uma série de programas governamentais inseridos na ainda política de modernização agrícola dos anos 70 e 80. E, mais recentemente, em razão da crescente demanda externa por *commodities*, ocasionadas pelo crescimento econômico de economias como China e Rússia, grandes importadores de proteínas vegetais e animais. O objetivo inicial era a ocupação através de uma agricultura moderna e extensiva dos imensos, ditos, espaços disponíveis no Centro-Oeste, particularmente, aqueles dos cerrados. Para isso, a produção de grãos e a pecuária de corte foram as principais atividades a alavancar essa fadada ocupação. Nesse sentido, vários programas foram criados, a exemplo do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), este contando inclusive com os financiamentos externos do Banco Mundial e de agências governamentais externas, como a *Japan International Cooperation Agency* (JICA) do governo japonês, além do apoio da política agrícola de crédito rural, preços mínimos e subsídios ao óleo diesel. Como resultado, tem-se uma expansão importante de grãos e de carne nos cerrados de Minas Gerais e de Mato Grosso. Após essa fase inicial, a ocupação se alastra para outros estados do Nordeste (Bahia, Maranhão e Piauí) e para o Norte (Amazônia), a exemplo dos estados de Tocantins, Rondônia e Pará.

No caso específico dos cerrados do Nordeste e do Norte, embora a soja e a pecuária estejam presentes já na década de oitenta, a sua representatividade econômica era insignificante. A soja ganha destaque importante, efetivamente, em termos de área ocupada, taxa de crescimento e exportação gerada e, portanto, importância econômica na década de 90 e nos anos 2000, em função de um cenário internacional excepcional de crescimento da demanda, ocasionando preços elevados, que outras atividades não detinham na época. A consequência é uma explosão das áreas com soja (e, também, a volta da pecuária), inicialmente na Bahia e, depois, nos estados do Maranhão, Tocantins e Piauí, na atual região denominada de MATOPIBA. Entre 1990 a 2010, enquanto a área com lavoura temporária saltou de 5,4 milhões

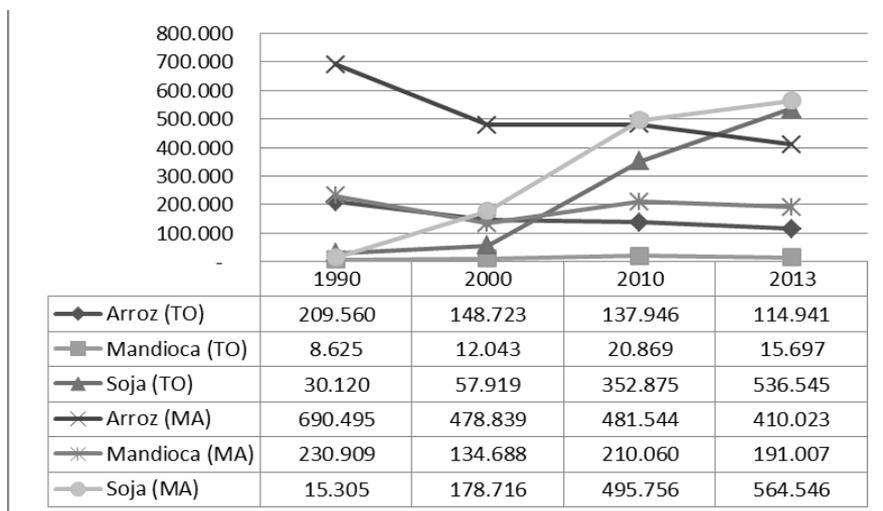
para 6,8 milhões de hectares, a área com soja em tais regiões de fronteira saiu de 407 mil hectares para 1,8 milhões de hectares, significando um crescimento médio de 7,9% no período de 20 anos. O destaque deste período de 20 anos (1990/2010) é o estado da Bahia, por onde a soja se consolida no Nordeste, cuja participação ao longo deste período saiu de 360mil/ha para 1,017 milhões de hectares, o que representa o crescimento de 5,5% ao ano no período.

Com os preços da soja favoráveis decorrente da demanda externa dos anos noventa, sobretudo chinesa, esse cenário muda bastante e três novos estados ganham importância no cenário da oferta deste produto. De acordo com dados do IBGE se percebe uma inflexão positiva, entre 1990 a 2000, da participação do Maranhão e Tocantins, seja tomando como referência a oferta desta nova fronteira do Cerrado inserida na soja mais recentemente BA, MA, TO e PI, seja comparativamente à Amazônia Legal, que inclui o maior produtor de soja do país, o estado do Mato Grosso, nas duas situações, a presença crescente dos estados Tocantins e Maranhão (TOMA) é marcante. No caso da Amazônia Legal essa participação do Tocantins e Maranhão salta de 2,8% (1990) para 11,6% (2010), e para a fronteira mais nova do agronegócio MATOPIBA, o salto na participação ainda é maior, sai de 11% em 1990 para 45,5% em 2010.

O Brasil, em duas décadas (1990 a 2010), teve um crescimento de 28,45% da sua área de lavoura temporária, a Amazônia Legal 41% e os dois estados (TOMA) ainda menor, com 23%. Mas o Tocantins, em igual período, incorpora quase 100% (98,5%), enquanto o Maranhão mostra sua estagnação na agricultura ao crescer apenas 7,8% em 20 anos. No entanto, quando se observa o que ocorre com a área plantada com soja neste mesmo período, a situação é diferente: no Maranhão ela ultrapassa a 3.000% (3.139%), no Tocantins cresce mais de 1.000% (1.072%), na Amazônia Legal foi de 354,5% e no Brasil não passa de 110%. Isto mostra o nível desta dinâmica agrícola em tais áreas, frente as demais. Naturalmente, em cada década se tem uma dinâmica diferenciada: enquanto na década de 1990 (1990/2000) a variação da área de soja foi acima de 1.000%, no Maranhão e no Tocantins essa maior variação (509,2%) ocorreu na década de 2000 (2000/2010), mesma coisa na Amazônia Legal e no Brasil, respectivamente 131% e 70%.

De acordo com o Gráfico 01, podemos perceber o avanço descomunal da soja referente as outras atividades agrícolas (arroz e mandioca) no período relevante de 1990, 2000 e 2010 (e 2013), com perspectiva mais presente dos acontecimentos relacionados à agricultura em relação aos estados TOMA (Mesquita, 2013).

**Gráfico 01: Área plantada Tocantins/Maranhão
arroz – mandioca – soja (mil ha)**



Fonte: IBGE, 2015.

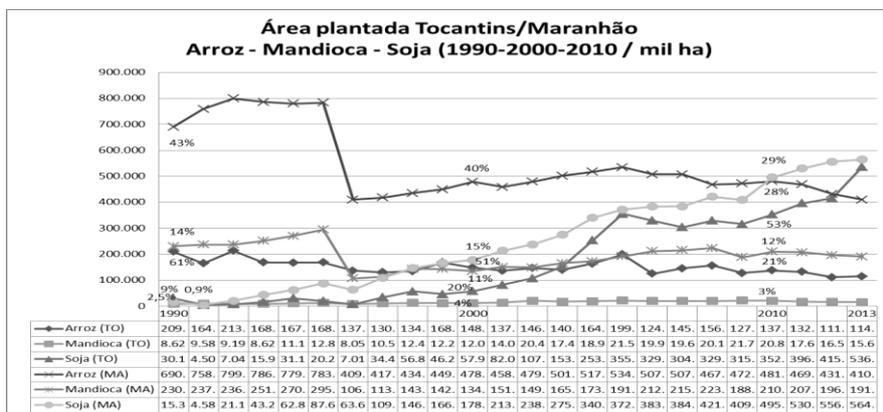
Elaborado: Lima; Mesquita, 2015.

O gráfico em questão demonstra a potência da soja em ambos os estados, a partir do ano de 2000, ao contrário do arroz, que nos dois estados cai o quantitativo de área plantada. Já no Gráfico 02, percebemos diversos saltos no período (1990 a 2010), referente à área ocupada pela soja (consideramos 2013 como referência mais atual). No Gráfico 02, no entanto, há uma primeira inflexão em 1996, quando ocorreu uma relativa e expoente queda nas áreas plantadas de todos os produtos, possivelmente em adaptação às perspectivas econômicas do então Plano Real. A outra ocorreu em 2000, com aumento da área plantada no TO e queda no MA. Já em 2005, com uma retomada mais expressiva da ocupação de áreas plantadas, principalmente, pela soja. E três anos depois, em 2008, no auge da crise econômica internacional, que reflete em 2009 quando ocorreu outra queda na área plantada,

mas em 2010, tem retomado com 29% no MA e 53% no TO do que foi plantado nesses estados, registrando outro salto de aumento da área plantada.

Tanto no período maior de 20 anos quanto nas duas décadas, o crescimento da área com soja foi sempre superior ao da área com outras lavouras, o que mostra uma apropriação de área de outros produtos agrícolas, entre as quais, as culturas de mandioca e arroz (e feijão), pelo eucalipto e, sobretudo, pela soja.

Gráfico 02



Fonte: IBGE, 2015.

Elaborado: Lima; Mesquita, 2015.

Na Amazônia, por exemplo, a área ocupada com arroz em 1990 era de 1.540.348ha, mas por outro lado em 2000 era de 1.791.476ha. Contudo, essa dinâmica não prevalece e em 2010 chega a 1.090.678ha. A tendência se mantém nos estados do TOMA (Tocantins e Maranhão), dado que a área era de 900.055ha em 1990, caiu para 627.562ha em 2000 e depois para 619.490ha, em 2010. Para a mandioca o cenário é de leve ascensão e queda, pois na Amazônia, em 1990 chegava a 598.564ha, em 2000 a 618.551ha e em 2010 é de 741.878ha. Nos dois estados TO e MA, o tamanho da área ocupada é declinante em relação a ocupação da soja: em 1990 havia 239.534ha e em 2000 chegava a 146.731ha, em 2010 era de 230.929ha.

A dinâmica da soja nos cerrados do Tocantins e do Maranhão chega a índices consideráveis que podem deter uma observação calculada, visto que a direção do avanço das áreas destinadas ao plantio da soja aumenta continuamente. Podemos perceber, a

partir de 1990, nos estados do TOMA, que os modestos 45.425 hectares passariam, em 2000, para 236.635ha e em dez anos chega a 848.631ha.

Uma comparação da taxa de crescimento, por décadas, da expansão da soja no plano nacional (Brasil), regional (Amazônia) e entes federativos (TO e MA), permite-nos visualizar a dinâmica que tem assumido o monocultivo da soja nestes diferentes espaços. Tomando a área ocupada como referência, embora outros parâmetros possam também ser utilizados, como o volume da produção (t), ou mesmo a produtividade, constata-se diferenças marcantes. O Brasil, por exemplo, tem taxas modestas, na década de 1990 menos de 2% (1,7%), no período de *boom* das exportações, década de 2000 cerca de 5,5% e em 20 anos a média é de 3,6%. Para a Amazônia legal essa média é de 7,8% e de 7% na década de 1990 e 8,7% com o *boom*. Para a área consolidada dos dois estados examinados (TOMA) o crescimento é exponencial, a média para os 20 anos é de 15,76% e respectivamente 17,9% e 13,6% para as demais décadas. O Maranhão na década de 1990 chega a crescer 27,8% e o Tocantins na década de 2000 cerca de 19,8%.

Por outro lado, como as taxas de crescimento da lavoura temporária são modestas para tais locais, o crescimento da soja se fez através da incorporação de áreas de outras culturas e pecuária. A taxa de crescimento para Amazônia Legal para a lavoura temporária em 20 anos foi de 4,5% a.a., superior a do Brasil (1,25%) e a do TOMA (1,0% a.a.). Mas para o arroz e a mandioca é negativa (-)1,7% a.a. e/ou irrelevante (1,1% a.a.). Tendência acompanhada pelo TOMA, conforme mostra as taxas de crescimento da lavoura temporária 1% do arroz a 1,8% e da mandioca 0,36% no intervalo de 20 anos.

Organização e Distribuição do Espaço Agrário produtivo nos Estados do Tocantins e do Maranhão¹

A abordagem inicial quando nos referimos ao espaço (geográfico e social) considera que as atribuições do espaço perpassam essas relações e apropriações do território. Diante

¹ Todos os dados referentes à área plantada, aqui mencionados, são provenientes do IBGE fornecidos *on line* no site do SIDRA. Deixamos de citá-los a cada cifra apenas para não dificultar a leitura dos mesmos.

disso, Saquet colabora ao afirmar que o “território é um lugar de relações a partir da apropriação e produção do espaço geográfico, com o uso de energia e informação, assumindo, desta maneira, um *novo* significado, mas sempre ligado ao controle e à dominação social” (Saquet, 2007, p. 34). Esse controle e dominação social se fazem presentes quanto aos monocultivos instalados nos espaços de produção e reprodução de agentes sociais, bem como as formas de produção das empresas. Há um emblemático contexto na organização do espaço quando se incrementa a produção de monocultivos em estados, como no Tocantins e Maranhão, cujos espaços se organizam e distribuem com povos e comunidades tradicionais e empresas multinacionais.

Do ponto de vista da organização da produção, imposta por grandes empresas, a mesma se baseia em relações de produção capitalista que tem por base o trabalho assalariado, o controle dos meios de produção, a grande escala e a articulação com o mercado externo. O perfil dos estabelecimentos é constituído por médios e grandes proprietários, e o controle dos mesmos se encontra nas mãos de proprietários locais ou extras locais e de grandes empresas controladores do financiamento e comercialização de grãos como a Cargill e Bunge. Além de controlar portos estratégicos, como o porto de Santarém (Pará).

Nesta perspectiva, percebemos o acelerado avanço, principalmente da soja, mas também de outros monocultivos (cana-de-açúcar e eucalipto), desde meados dos anos noventa nestes dois Estados, acarretando diversas mudanças no uso e controle da terra, especialmente nas áreas objeto de investimento e no seu entorno, ocasionando, assim, uma concentração e especialização das regiões para tais atividades. Embora os dois estados tenham quase três centenas de municípios e dezenas de microrregiões geográficas, a produção dessas atividades se concentra em um número restrito de municípios e microrregiões. Inicialmente, podemos observar no mapa abaixo a dinâmica das convergências da ocupação de espaço pela soja sobre o bioma Cerrado, em perspectiva ao bioma Amazônia.

No Maranhão, a soja se expande no Sul e no Nordeste (vide mapa 01), mas o número de microrregião com soja é modesto e só tem importância em três: Chapada das Mangabeiras, Gerais de Balsas e em Chapadinha (das 17 microrregiões). Dos 217 municípios não mais do que cinco têm relevância à atividade:

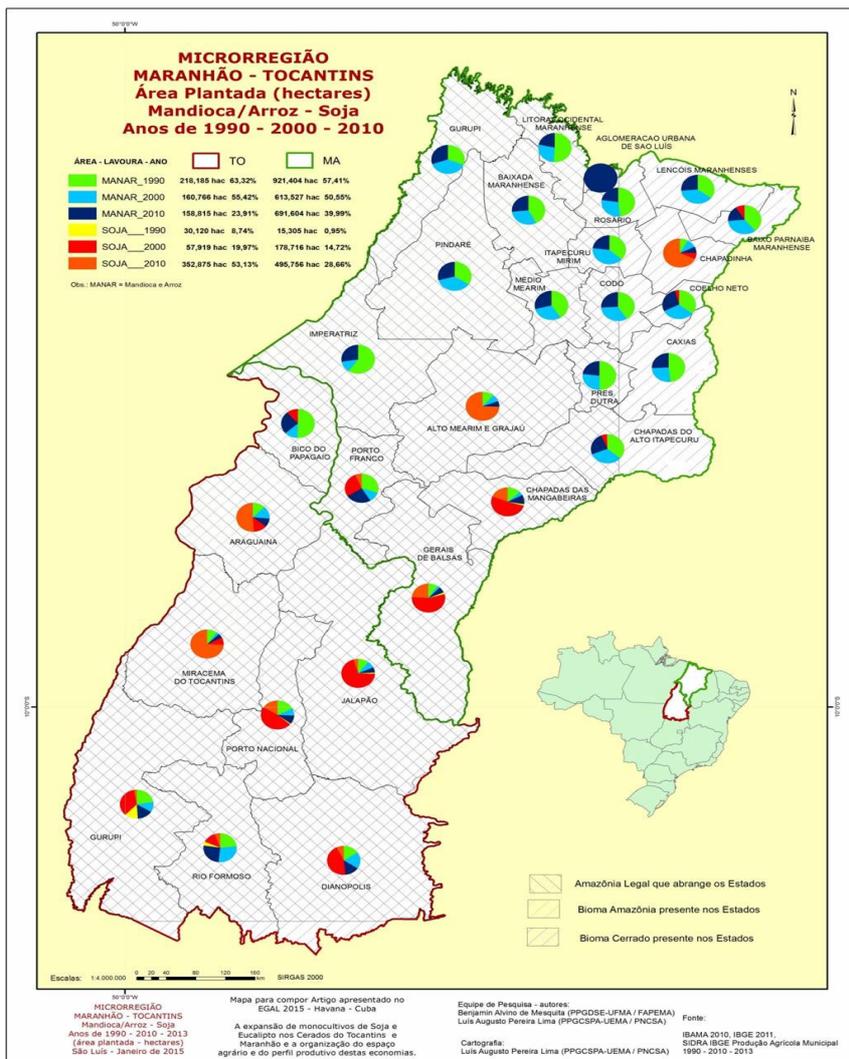
Balsas, Tasso Fragoso, Sambaíba, Riachão e São Raimundo das Mangabeiras.

Não obstante, essa relação de abrangência da soja, no Tocantins, quase que completamente envolve o estado e suas microrregiões (07 no total), concentrando, principalmente em Rio Formoso e Gurupi (1990) e, depois, Porto Nacional e Jalapão (2010). Esta observação deve-se também pelo fato, pois tendo Palmas como referência para o norte do estado, a soja segue sua “saga” de ocupação das áreas. Quanto aos municípios (2010), apenas 05 estão à frente: Alvorada, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Goiatins e Peixe.

De acordo com o Mapa 01, em 1990 as duas microrregiões no Maranhão (Chapadas das Mangabeiras e Gerais de Balsas) detinham 98% da área ocupada, em 2010 cerca de 85% (495.756ha) da área. A terceira microrregião em destaque, Chapadinha, passa a ter importância e juntas perfazem mais de 93% da área plantada. Cerca de sete municípios despontavam com a soja e detinham 95% da área plantada (de 15.305ha) em 1990, em 2010 passam para dez os municípios mais importantes que controlavam cerca de 86% (dos 495.756ha) das áreas plantadas com soja.

Nessa lógica, no Tocantins o perfil traçado, relativo à concentração e especialização, é semelhante. Também, como havíamos dito, são poucos os municípios e microrregiões onde a soja tem relevância, mas em duas delas há predominância: são as de Porto Nacional e Jalapão. Nestas duas microrregiões a área com soja, em 1990, era de 3.700 hectares e em 2010 já era de 184.875 hectares. Para os municípios o nível de concentração também é acentuado, visto que em 1990 cerca de 10 concentravam aproximadamente 92%, em 2010 esse percentual foi de 57%. Mostra-se mais uma vez que houve um relevante aumento da área ocupada pela soja no estado, dinâmica que ocupa grande parte do cerrado.

Mapa 01: Área de estudo (Maranhão e Tocantins).

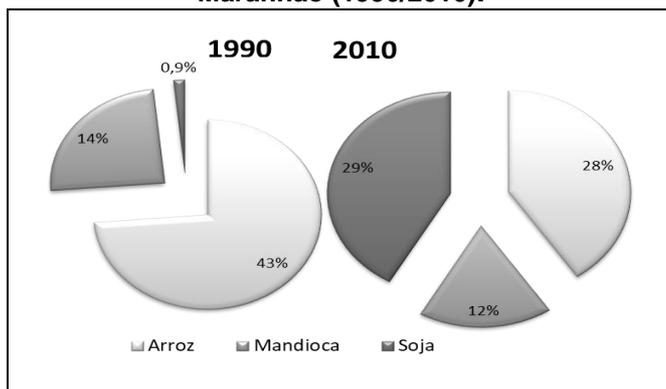


Essa dinâmica assinalada no mapa em questão, das microrregiões de Maranhão e Tocantins, aborda uma questão bem particular quanto ao que se “prega” em outras partes da Amazônia Legal. Assim, como as ações do Estado e das empresas, parece que o Norte do Maranhão ainda resiste com o Manar (Mandioca e Arroz), uma espécie de “resistência de paisagem”, como diria Scott (2000). Os fatores, sociais e econômicos, estão coadunados com as estratégias

das políticas governamentais e estratégias das empresas “contra” as práticas e saberes de povos e comunidades tradicionais que resistem, mas não os vencem. Nesse contexto, as microrregiões (TOMA) sinalizam o avanço da soja sobre os biomas, como demonstrado no mapa, mas, sobretudo, buscam por novas áreas, cujos territórios são aqueles pertencentes aos povos e comunidades tradicionais. Portanto, nos estados do TOMA, se concentram um dos maiores movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais do país. O Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), que mantém atividade com suas afiliadas nessas áreas abrangidas pela soja, haja vista os conflitos sociais oriundos das relações de produção, sob as demandas dos fatores sociais e econômicos. O mapa 1 expressa esse avanço da soja, mas expõe o contraponto da resistência das práticas da chamada roça, seja com mandioca ou com arroz.

Contudo, de acordo com Gráfico 03, o número restrito de grandes produtores no Maranhão que controlam a produção é marcante quanto ao território ocupado na produção propriamente dita com soja, pois há 20 anos não chegava a 1%. Essa área, em 2010, chega a 495.756 hectares, 29% da área com lavoura temporária do estado. Se compararmos, a área com arroz, em 2010 detém apenas 28% dos 43% de 1990. Para a mandioca os percentuais são, respectivamente, de 12% e 14%, de redução (Mesquita, 2011).

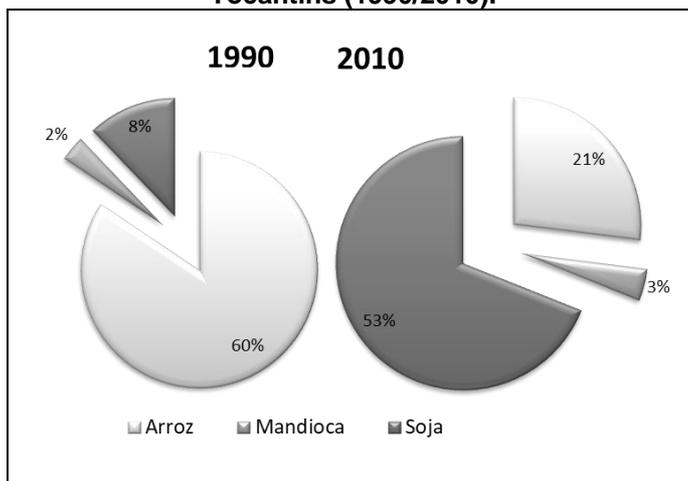
Gráfico 03: Área plantada (%) com arroz, mandioca e soja no Maranhão (1990/2010).



Fonte: IBGE, 2015.

Elaborado por: Lima; Mesquita, 2015.

Gráfico 04: Área plantada (%) com arroz, mandioca e soja no Tocantins (1990/2010).



Fonte: IBGE, 2015.

Elaborado por: Lima; Mesquita, 2015.

No Gráfico 04 podemos observar esse avanço no Tocantins, em termos de percentuais diretos, no intervalo de 20 anos. Somente para ilustrar, a área ocupada por arroz reduziu praticamente em 40% e a de soja aumentou em 45% sobre um contexto bem peculiar, haja vista os investimentos nas áreas de monocultivos e possível “desagregação” dos pequenos produtores, ou seja, povos e comunidades tradicionais, se observarmos que a área com mandioca estagna e com arroz reduz drasticamente.

Efeitos do avanço de monocultivos (Soja) na economia local

A presença de grandes empreendimentos, particularmente, aqueles relacionados a projetos industriais e de infraestrutura em áreas periféricas para o capital, quase sempre é vista pelas autoridades governamentais, setor privado e a sociedade em geral como portador de soluções mágicas para os problemas crônicos de subdesenvolvimento, subemprego, geração de renda, atraso tecnológico, precários indicadores socioeconômicos que assola a economia local/regional. As soluções “mágicas” esperadas configuram um cenário em que a Amazônia Legal ganha notoriedade internacional, mas também nacional sob a ótica de megaprojetos de infraestrutura que convergem investimentos que

incorporam comunidades tradicionais e áreas cobiçadas pelos monocultivos (Mesquita, 2013).

Esse texto visualiza o contexto de um processo socioespacial encaminhado pelos empreendimentos que desconhecem a dinâmica das especificidades da economia local e que se agrega às relações sociais frente ao avanço do grande capital. Almeida ressalta que diante de “uma incorporação acelerada de imensas extensões de terras tem colocado em risco tanto patrimônios naturais, quanto patrimônios culturais, violando flagrantemente, segundo entidades ambientalistas, tratados internacionais e convenções” (Almeida, 2009, p. 59-60). Por conta, os monocultivos agem prioritariamente sobre terras públicas “vazias” em posse da chamada “roça” de povos e comunidades tradicionais. Neste ponto, dar-se um dos riscos mencionados por Almeida sobre o sistema de produção de povos e comunidades tradicionais.

Nem sempre se atenta para outros problemas que acompanham a entrada desses grandes investimentos nesses lugares. Embora haja experiências de outros lugares, onde a presença dos mesmos não trouxe o que se esperava em termos de emprego, industrialização, agregação de valores, geração de impostos e melhoria das condições de vida à população local e do entorno, mas ao contrário, criou problemas e ampliou os já existentes na área de saúde, educação e infraestrutura em geral. Mesmo assim os investimentos são sempre bem-vindos e no geral não há uma avaliação criteriosa entre os efeitos positivos e negativos que eles proporcionam à maioria da população (Mesquita, 2013).

Se antes nessas áreas “subdesenvolvidas” a entrada de capitais de grande porte em atividades, como a agricultura, tinha como pressuposto uma gama de incentivos fiscais para atraí-lo, nas últimas décadas isso se tornou desnecessário em razão de perspectivas econômicas favoráveis ao investimento que o mercado acena ao empresariado e das expectativas de retorno econômico acima da média que esses projetos voltados à produção, comercialização e industrialização das *commodities* (como a soja, eucalipto, dendê, cana, algodão e milho), tendem a oferecer. Isso não quer dizer que outras barganhas não sejam feitas em tais locais onde elas se instalam, por exemplo, a construção de toda uma infraestrutura logística necessária à viabilização da escala do projeto (Mesquita, 2014).

Na década de noventa se assistiu nas áreas dos cerrados do Maranhão e do Tocantins a entrada de grandes grupos nacionais e internacionais nestas atividades agrícolas voltadas à exportação. O interesse de grandes fundos de investimentos por tais atividades e presença física de empresas do porte da Cargill, Bunge, entre outras, faz toda a diferença, já que trazem um aparato técnico-financeiro e um poder político de negociação diferente do que prevalecia anteriormente. A consequência desta atuação para as economias envolvidas e ao seu entorno é proporcional a dimensão que tais empreendimentos assumem, ritmo de crescimento e do grau de agregação de valor que as mesmas conseguem efetivar em tais produtos. Como esses empreendimentos se articulam primordialmente com o mercado internacional, significa que sua dinâmica se correlaciona com os preços e a demanda de tais *commodities* e, portanto, com a performance da economia de um todo (Mesquita, 2012, 2014).

Por outro lado, se sabe ainda que apesar do rápido e significativo avanço nas últimas décadas em termos de áreas ocupadas com tais produtos, especialmente nesses dois estados da Amazônia Legal - Maranhão e Tocantins, essa expansão da oferta não foi acompanhada por uma estrutura industrial que possibilitasse uma agregação de valor e/ou criasse elos produtivos articulados a tais produtos, como a suinocultura e avicultura industrial. A exceção é a fábrica de celulose da Suzano inaugurada no município de Imperatriz (MA), em 2014, e de outras iniciativas menores voltadas ao esmagamento da soja em Porto Franco (Maranhão) e outro no Tocantins. O resultado é que o volume crescente de grãos ofertados (cresceu 1.022% nos últimos 15 anos), saindo na forma *in natura* para serem industrializados em outros locais (Brasil e exterior) e sem pagar impostos, mas deixando um pesado passivo socioambiental em tais economias.

Independentemente, deste caráter de enclave que assume a expansão destas atividades, elas, juntamente, com outras variáveis externas têm interferido na estrutura setorial destas economias, sendo que o emprego e renda gerada e apropriada, impostos arrecadados, é função do peso que têm cada uma delas. Assim, enquanto em Imperatriz a empresa Suzano detém uma dinâmica sobre tais variáveis, em outro município a soja passa despercebida neste quesito.

O perfil setorial²

Os dados das Contas Regionais obtidos do IBGE (2015), nos dão uma ideia das mudanças setoriais em andamento na Amazônia Legal e nessas duas economias (TO e MA), onde o agronegócio se torna cada vez mais importante. A participação do PIB da Amazônia no país salta de 6,2 % para 8,1% no intervalo de 15 anos (1995 a 2010), sobressaindo três estados: Pará, Amazonas e Mato Grosso. Quanto aos dois estados (TO e MA), sua participação na Amazônia fica em torno de 1/5 (20%). No caso do agropecuário, nesse mesmo intervalo a participação fica em torno de 5%, na Amazônia essa participação salta quase sete pontos percentuais, saindo de 14,8%, em 1995, para 21%, em 2010. Os responsáveis por isso são Mato Grosso, Maranhão, Rondônia e Tocantins. Apesar desta importância do PIB agrícola na economia regional decorrente do avanço intermitente de grãos e de carne em toda Amazônia Legal, nota-se que TO e MA sofrem um declínio regional, saindo de 31%, em 1995, para 27,6%, em 2010. Esta observação pode perpassar pelo avanço da soja (Lacerda; Rodrigues; Mesquita, 2013).

No caso do Tocantins há uma queda relativa do setor agrícola que é marcante, dado que perde quase 12 pontos percentuais entre 1995 (29,7%) e 2010 (18,1%), tendência essa também acompanhada pelos serviços. O desempenho da indústria chama atenção pela mudança significativa ocorrida: sai de patamar modesto, de 4% em 1995 para 18%. Essa dinâmica da indústria se encontra no salto fenomenal dos subsetores: construção civil e na geração e distribuição de energia. Ou seja, não é que a produção de grãos e carne, principais produtos do setor agrícola, tenha encolhido no período, mas a questão é que os demais subsetores da indústria cresceram muito mais em igual intervalo.

Para a economia do Maranhão não houve mudança brusca, nem na agricultura e nem no setor industrial, como aquela detectada no Tocantins. A razão estaria em uma estrutura produtiva mais antiga, originária do período Carajás (pós-década de oitenta), baseados em grandes projetos de exportação (Vale e Alumar), que têm por base *commodities* agrícolas e minerais. Apesar de vulnerável, a tendência

² Gostaríamos de chamar atenção, todos os dados relacionados às cifras das contas regionais do PIB e VAB foram retirados das Contas Regionais, disponibilizadas pelo IBGE na sua parte de Contas Nacionais e Regionais.

nesse período mais largo foi favorável a tais atividades e manteve certa estabilidade. A agropecuária, em 1995, era de quase 20%, em 2000 diminuiu para 15,6% e depois volta a crescer 17,2%, em 2010, ou seja, teve uma oscilação negativa de 3%. O avanço do setor industrial foi modesto, saindo de 14,3 %, em 1995, para 15,7%, em 2010, sendo que neste ano o destaque é dado pela construção civil e indústria de transformação. Quanto ao setor de serviço, este manteve sua participação em torno de 65% no intervalo examinado.

Comparativamente, nota-se que nos dois estados agropecuários se têm participação parecida em 2010, próximo de 18%. No Tocantins a sua participação é amplamente declinante, já no Maranhão ela se encontra estável. No caso do setor industrial, enquanto as mudanças no Maranhão são instáveis e modestas, no Tocantins a mesma é surpreendente e recente, o que dá a falsa impressão de que há um processo de industrialização em andamento, o que não é verdadeiro, pois a indústria de transformação não alcança 4% (3,6%), sendo o forte a construção civil e a geração e distribuição de eletricidade. No caso do Maranhão, o segmento mais dinâmico da indústria é a de transformação, embora já tenha alcançado em 2003, 9,3% do PIB, e em 2010 ele é inferior (3.3%) àquele registrado na economia do Tocantins. A grosso modo, podemos afirmar que apesar da importância do agronegócio nos dois estados, principalmente aquele voltado aos grãos e carne, no Tocantins mais de 2/3 da área de lavoura temporária está vinculada à soja e outras centenas de milhares com pecuária e outros produtos da agricultura comercial. O setor perde espaço para a indústria, e a indústria que se estabelece ainda não é aquela vinculada ao setor agropecuário, o que significa que o estado é um grande produtor e exportador de matéria-prima que gera imposto, renda e emprego em outras regiões e/ou países que compram essa matéria-prima.

Pode-se afirmar algo parecido com o Maranhão, embora a importância relativa do agronegócio (da soja) seja menor, cerca de 1/3 da área com lavoura temporária e se estima que tenha mais de 100 mil hectares com eucalipto, mas o processamento industrial na atividade ainda é rudimentar. Quase tudo que se produz é também, aqui, exportado, a exceção, conforme já se chamou atenção anteriormente, está com a instalação recente de unidades industriais para o aproveitamento de eucalipto (Fábrica da Suzano) e processamento de soja em Porto Franco e as centenas de carvoarias.

Ocupação do Cerrado e desmatamento

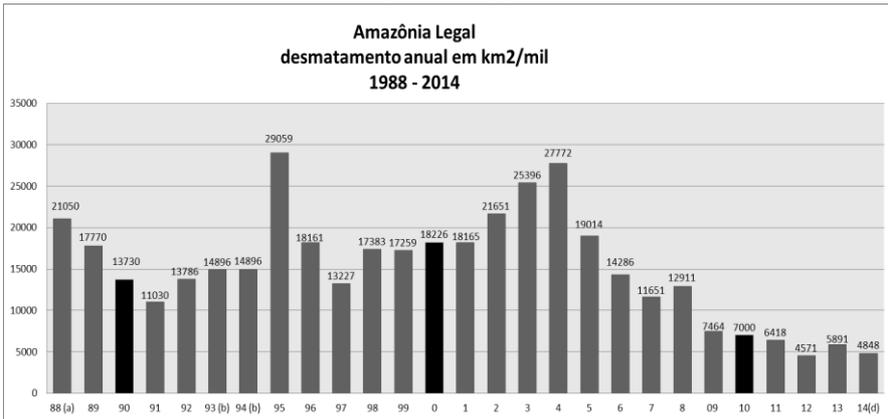
Podemos afirmar que o padrão atual de desenvolvimento vigente na ocupação do Cerrado, o precário controle institucional de órgãos governamentais sobre os agentes causadores e a conjuntura econômica internacional favorável à expansão de *commodities* que predominou até recentemente, explicam, em parte, essa tendência inexorável de devastação que se constata em diferentes biomas, mas em particular na Amazônia e nos Cerrados. A devastação vem acompanhada de desmatamento, degradação ambiental (contaminação) e perda irreparável na biodiversidade desses locais.

Nos dois biomas citados alguns agentes causadores se destacam pela extensão e controle do território ocupado. Na parte produtiva, destacam-se: pecuária, produção de grãos, eucalipto, dendê, cana-de-açúcar, algodão e milho. A grilagem de glebas públicas por quadrilhas especializadas e a implantação de megaprojetos de infraestrutura completam o *kit* dos principais agentes da devastação.

Tomando como referência apenas a evolução e a tendência mais geral das últimas décadas quanto ao quesito desmatamento, dá para perceber qual tem sido a dinâmica destas áreas no desenrolar desse processo de expansão recente do agronegócio. A série histórica do INPE (Prodes), dessas últimas décadas (1990/2010), relativa à Amazônia Legal, onde é possível captar o desmatamento dos dois biomas (Cerrado e Amazônia), permite acompanhar o que ocorreu nesses 20 anos de constante devastação.

Alguns aspectos marcantes (Gráfico 05) saltam à vista. De um lado o declínio absoluto da dimensão do desmatamento saiu de 13.730km², em 1990, para 7.000km², em 2010, e dois picos no período, sendo o 1º em 1995, com 29.059km² e o 2º em 2004, com 27.772km², de outro lado, a gigantesca área já desmatada, ou seja, o acumulado salta de 220.473km² para 385.783km² em 10 anos (2000/2010), apesar de todo alarde contra o desmatamento no período. Também chama a atenção a participação contínua do Pará e Mato Grosso neste processo: o primeiro na Amazônia, clássica por conta da expansão da pecuária e o último, na região de Cerrado, o desmatamento acompanhou a expansão primeiro da pecuária e depois de grãos, em particular da soja.

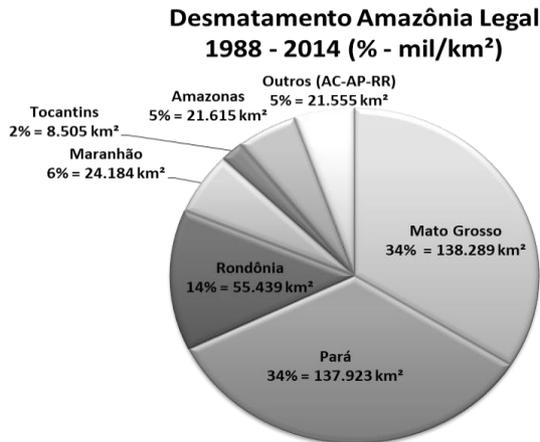
Gráfico 05



Fonte: INPE, 2015; elaborado por Lima; Mesquita, 2015.

No Gráfico 06 expomos de maneira separada a abordagem do Tocantins e do Maranhão no grau de desmatamento acumulado de 1988 a 2014 (com taxa estimada), bem como esse contínuo avanço no desmatamento do Pará e Mato Grosso.

Gráfico 06



Fonte: INPE - PRODES 2015

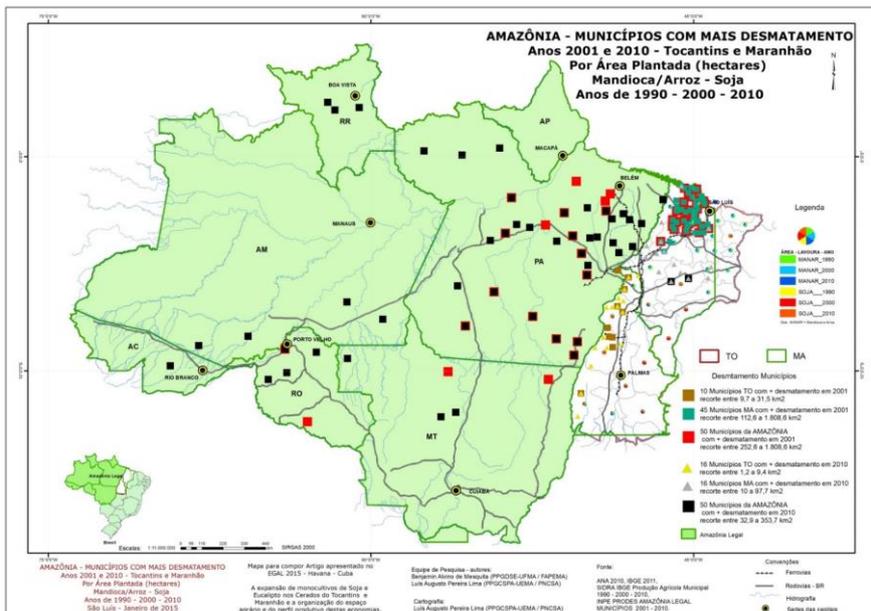
Fonte: INPE, 2015; elaborado por Lima; Mesquita, 2015.

A entrada da soja nos cerrados do Tocantins e do Maranhão nos anos noventa, junto com a pecuária extensiva (já existente) potencializou o desmatamento e elevou a sua participação na

Amazônia. Esses Estados contribuem para o desmatamento de maneira expressiva, principalmente o Maranhão, que saiu de 14.041km² (6,37%) em 2000, para 22.870km² (5,93%) em 2010, ostentando a quarta colocação no acumulado geral de 2014. O Estado de Tocantins saiu de 6.901km² (3,13%) em 2000 para 8.291km² (2,15%) em 2010.

Esse estado de “sucesso” propriamente dito reflete nas outras Unidades da Federação em função das proximidades e acessos oportunizados pelos grandes projetos de infraestrutura, tanto quanto estradas, ferrovias e hidrovias, portos e aeroportos, interligando esses lugares. Em uma breve espacialização, sob os argumentos do desmatamento que não “cessa”, as “frentes” de expansão agrícola dos monocultivos, pecuária, mineral, hidrográfica, madeireira, petroleira e gás, se afunilam com suas estratégias. Nesse aspecto, Velho (2013, p. 105), comenta que há “meias verdades” quando se relata sobre a estrada Belém-Brasília, como “o início do soerguimento econômico da Amazônia”. Concordamos com Velho pela convicção de que foram várias as tentativas de “soerguimentos”, no entanto, o desmatamento continua. Citando alguns pontos como referência, desde os anos de 1970, com o Projeto Radam Brasil, Transamazônica BR-230 e mais atual, o Projeto Cartografia da Amazônia (2012). Em destaque, elaboramos um mapa, com algumas pontuações para demonstrar a relação dos dois estados com a Amazônia Legal e os municípios com maiores índices de desmatamento (2001 e 2010) a partir da ocupação das áreas por soja (1990-2000-2010).

Em uma análise do Mapa 02, ainda podemos constatar que o desmatamento no Maranhão, desde 2001, pairava no cenário amazônico como um dos Estados com municípios que mais desmataram, reduzindo em 2010, mas mantendo atividades significantes quanto ao desmatamento, se observarmos outros pontos do mapa. Entretanto, o Tocantins manteve índices reduzidos, mas em 2010 acentuou o desmatamento a tal ponto que projetou um corredor do desmatamento seguindo entre a BR-158 e o limite estadual, com os estados de Goiás e o Pará.



Desde os anos setenta, auge da política de modernização da agricultura, a expansão da fronteira agrícola se encontra nas áreas de cerrado, sendo que o ritmo e o caminho que ela tomou se fez de forma diferenciada. A expansão foi ditada pela distância dos centros econômicos dinâmicos, oferta de infraestrutura, políticas públicas de incentivos e a tendência do mercado internacional no quesito *commodities* agrícolas. Essas variáveis são favoráveis a incorporação de novas áreas agrícolas e têm avançado no cerrado geometricamente, como se pode constatar nos últimos 20 anos nos Estados do Mato Grosso, Goiás, Bahia e, mais recentemente, Tocantins, Maranhão e Piauí.

Embora a área com a pastagem seja superior àquela destinada a produção de grãos, plantio de floresta, a grande pressão por ocupação de novas áreas vem, especialmente, da soja, porque a velocidade de expansão se faz de forma geométrica, conforme já se demonstrou no item anterior. Nota-se que ela duplica de tamanho rapidamente, seja na Amazônia Legal ou nos estados citados onde predomina o Cerrado. Por exemplo, no Tocantins tem 253 mil km² (91% da área total) e no Maranhão 217 mil km² (65%), sendo que nos dois estados a área destinada para soja já representa cerca de 65% e 32% da área com lavoura

temporária desses estados. Na década de 1990, o Tocantins e o Maranhão dobraram várias vezes a área plantada, fenômeno semelhante aconteceu na década de 2000. Outra atividade pouco lembrada, mas cada dia mais importante, neste contexto da devastação, é a produção de carvão vegetal de matas nativas, que no Maranhão cresceu muito nesse igual período.

Considerações finais

Há um descompasso entre atividades do agronegócio e agricultura familiar. A primeira cresce de forma exponencial, e a segunda aritmeticamente. Um número crescente de microrregiões e municípios do Maranhão e Tocantins se voltam para soja e eucalipto, mas a concentração da produção se restringe a poucos locais, não mais do que duas a quatro microrregiões e de cinco a oito municípios. Nesses estados há uma redução preocupante na área de produção com mandioca e arroz. O percentual com soja (e, também de eucalipto) em relação a lavoura temporária, em cada estado, é crescente e as relativas ao mercado interno é decrescente: no Tocantins é superior a 60% e no Maranhão a 29%. Especialmente, se percebe uma substituição da lavoura tradicional pelo agronegócio. A expansão vigorosa dessas atividades tem reorganizado o espaço produtivo regional a favor deste segmento moderno, notando-se, de um lado, uma agricultura industrial ascendente e, de outro, uma agricultura familiar declinante. A contribuição do agronegócio à economia local, em função do baixo nível de agregação de valor presente na cadeia produtiva, se faz de forma diferenciada e depende do peso econômico e do grau de integração efetivado pelos monocultivos e, em cada estado tem uma especificidade que reflete na organização da estrutura produtiva do setor.

As tendências são preocupantes e pessimistas quanto a devastação e o desmatamento que acompanha o avanço das áreas de soja sobre áreas adjacentes, embora se saiba que há esforço no sentido de freá-lo. No entanto, o cenário de devastação que acompanha a incorporação de novas áreas para o atendimento de demanda por *commodities* não é nada animador, principalmente tendo em vista a despreocupação com relação a área de cerrado e a pressão que deverá crescer em relação a Amazônia. Se isso vier prevalecer, novas pressões na Amazônia serão deslocadas para o Cerrado: primeiro porque é onde a

fronteira agrícola está disponível e não tem apoio internacional de proteção; segundo porque a própria legislação do código ambiental permite que o desmatamento no bioma seja de 65% contra os 80% da Amazônia; e, finalmente, porque outros processos também responsáveis pela devastação estão em plena atuação, como a urbanização do campo e a construção de grandes obras logísticas, se encarregaram de acelerar esse ritmo atual.

Estima-se sobre o desmatamento no Cerrado, que estaria em torno de uma média anual de 1,5%, ou seja, três milhões de hectares, ou mesmo, uma outra mais conservadora, de 1,1% a.a. ou 2,2 milhões de hectares, considerando uma estimativa de existência de 34% ainda do Cerrado. Assume-se que as unidades de conservação e terras indígenas atuais serão mantidas no futuro, estimamos que o Cerrado deverá desaparecer no ano de 2030, caso o atual modelo de desenvolvimento seja mantido (Machado *et al.*, 2004).

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Agroestratégias e Desterritorialização – Os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: **O Plano IIRSA na visão da sociedade civil-amazônica**. Orgs. ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de e CARVALHO, Guilherme. Belém – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/FASE; Observatório Comova/UFPa, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. 1 ed – São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCOTT, James C. **Los dominados y el arte de la resistencia**. Traducción de Jorge Aguilar Mora. DR 2000, Ediciones Era, S.A de C. V. – México

VELHO, Octávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. – 3 ed – Manaus: UEA Edições, 2013.

IBGE/SIDRA, 2015. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/carto.asp?func=imp&z=t&o=10&i=P>. Acessado em dezembro 2015).

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009). **Contas regionais**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>

estatistica/economia/contasregionais/2009/defaultrepond_zip.shtm. (Acesso em dezembro 2014).

_____. **Censo Agropecuário** (2009). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CA&z=t&o=11> (Acesso em dezembro 2015).

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Projeto PRODES 2015**. São José dos Campos. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodes.php> Acessado em 07/12/2015.

LACERDA, N.R, RODRIGUES, M.P. MESQUITA, B, A nova dinâmica da produção agrícola e a (re) organização do espaço produtivo na Amazônia. In: **38ª Associação Latina Americana de Sociologia**; Santiago Chile, 2013.

MACHADO, R.B. *et al.* **Estimativas de perda da área do Cerrado brasileiro**. Relatório técnico não publicado. Conservação Internacional, 2004, Brasília, DF.

MESQUITA, Benjamin Alvino de **O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar**. São Luís: Edufma, 2011.

_____. A atuação governamental, as forças de mercado e a inserção da Amazônia no ciclo de commodities, In **crise do capital, lutas sociais e políticas públicas**. São Paulo: Xama, 2012.

_____. Os grandes projetos de investimentos na Amazônia e as transformações agrárias. In: **ESADR 2013 - Alimentar mentalidades, vencer a crise global**. Évora, Portugal, 2013.

_____. Notas provisórias sobre as estratégias de desenvolvimento e os grandes projetos na Amazônia. **Revistas de Políticas Públicas**, número especial, julho de 2014.

Capítulo 4

MINERAÇÃO DE BAUXITA E GRUPOS QUILOMBOLAS DO RIO TROMBETAS (PARÁ): TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS, SOCIAIS E NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Silvia da Silva Corrêa

Introdução

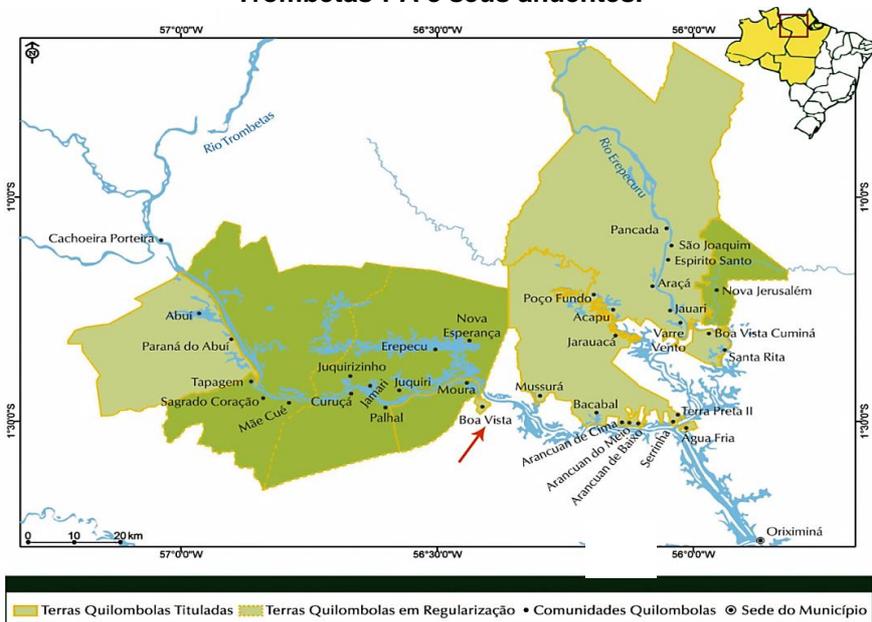
As transformações territoriais, sociais e o desmonte dos meios de vida dos grupos amazônidas intensificados pelas ações políticas, econômicas e desenvolvimentistas do regime militar pós 1964, implementou na região Amazônica a mercantilização da natureza e seus recursos, resguardados há séculos por diferentes grupos tradicionais. Os grupos formados por populações remanescentes de quilombos na Amazônia, representam um importante segmento populacional que construíram historicamente um modo singular de viver na floresta, fugidos da opressão e das condições desumanas de trabalho que eram submetidos, no sistema colonial escravista.

Nesse processo de resistência foram construindo formas alternativas de sobrevivência e saberes que se reproduziram por várias gerações. A caça, a pesca, o extrativismo de produtos da floresta, bem como o cultivo de mandioca e pequenas plantações para o sustento da família, alicerçam a base de produção comunitária, a qual esses grupos se sustentaram. As cachoeiras do rio Trombetas, no município de Oriximiná, no estado do Pará, constituíram um importante refúgio quilombola, e onde atualmente encontram-se distribuídos 35 territórios que disputam com mineradoras, madeireiras e agentes do capital, diferentes formas de apropriação da natureza e seus recursos.

Compreender a produção e apropriação do território pelo capital dispõe entender o processo dialético que se configura no interior das relações produtivas e de trabalho pelo qual a sociedade produz e transforma a natureza, no seio contraditório da dinâmica do modo de produção capitalista. Nessa perspectiva o conceito de território, na análise geográfica, nos ajuda a evidenciar os conflitos pela apropriação desigual do território e do espaço,

bem como refletir as formas de subordinação, exploração e a contínua luta por *R-existir*¹, dos diferentes atores/grupos sociais que produzem o território.

Figura 01: Expressividade de territórios quilombolas no rio Trombetas-PA e seus afluentes.



Fonte: CPI-SP (2011)

Neste trabalho as reflexões fundamentam-se, em Raffestin (1993), Oliveira (2002), Harvey (2004, 2005), Porto-Gonçalves (2010) e Marx (2011, 2014), para evidenciar as disputas, o controle e as transformaes nos territórios quilombolas, do rio Trombetas-PA. A pesquisa de cunho qualitativa, envolveu revisão bibliográfica e trabalho de campo, e mostra como o capital redefine as relaes sociais e transforma o território, no processo global de acumulao capitalista.

¹ Porto-Gonçalves (2010, p.130), entende **R-existência**, com R maiúsculo referindo-se aos grupos, movimentos e sujeitos sociais que na Amazônia, "não só lutam para *resistir* contra os que matam e desmatam, mas por uma determinada forma de *existência*, um determinado modo de vida e de produo, por modos diferenciados de sentir, agir e pensar", e que não pode ser medida numa racionalidade meramente econmica e do lucro.

Os quilombolas do rio Trombetas sob o domínio do capital mineral, o território em disputa

O rio Trombetas, a partir de 1970, convive com uma das maiores mineradoras de bauxita do mundo: a Mineração Rio do Norte (MRN). A ação do capital e do Estado autoritário foram decisivas no processo de desterritorialização e reestruturação das formas de ocupação e uso do território pelos grupos locais, especialmente os quilombolas. A territorialização de Empresas e instituições para explorar os recursos naturais do Trombetas caracterizam o que Acevedo e Castro (1998), qualificaram como uma “ordem excludente”. Um conjunto de instituições públicas e privadas se colocaram como os novos agentes territoriais na região, expropriando e desestruturando inúmeras comunidades quilombolas e seus modos de vida tradicionalmente ali territorializados.

Os grupos quilombolas que, dispersamente, ocupavam a região do Trombetas, antes da atividade mineral, recriaram formas de existência, valores, relações e instrumentos de trabalho, que foram sendo adequados às condições e o desenvolvimento natural da floresta, baseados em “saberes acumulados”. As técnicas de capturas, horários, habilidades e instrumentos da caça, pesca, o manejo do extrativismo e da agricultura, repassadas ao longo do tempo e da ocupação livre da floresta, cristalizou princípios comuns e éticos que se perpetuaram no território e ofereciam as condições de um viver com certa autonomia e independência, cuja organização, técnicas e instrumentos de trabalho perpassavam pelo respeito e proteção da natureza e o manejo sustentável de seus recursos.

Para os quilombolas, o rio Trombetas era o espaço da fartura, onde se podia escolher a alimentação da família, entre os vários tipos de caças, peixes, quelônios, este último principal fonte de alimentação dos quilombolas do Trombetas. Por muito tempo mantiveram um certo “isolamento geográfico”, em razão do baixo povoamento e ocupação do Trombetas, principalmente, até meados do século XIX, o que para O’dwyer (2002), tratava-se na verdade de um “isolamento consciente”, que permitia a efetiva defesa dos interesses do grupo quilombola para com os “de fora”.

Mosaico 1: Vivência e “saberes acumulados”, dos quilombolas do rio Trombetas-PA.



Fonte: Sílvia Corrêa, Trabalho de campo (2014)

As transformações geográficas, econômicas e sociais na região amazônica, especialmente, no rio Trombetas, pós 1970, instituídas decisivamente no seio de um Estado militar, autoritário e repressor, implementou planos e projetos de desenvolvimento na região amazônica para prover o interesse do grande capital, em detrimento dos grupos tradicionais ali existentes.

A ação do Estado no financiamento e acumulação privada do Trombetas contribuiu para o cerco às terras dos quilombolas conformado na “cumplicidade entre Estado e Empresa”, cuja contradição se realizou na ocupação capitalista, de um lado, e na desagregação e desestruturação da vida e do território das populações quilombolas, de outro:

Balsas sobem o rio Trombetas carregadas de equipamentos, mantimentos e material de pesquisa, sob o olhar de perplexidade dos ocupantes desavisados. Carregamentos com destinos diferentes, mas certamente complementares. Um dos pontos de chegada é onde hoje funciona a Mineração Rio do Norte, em Porto Trombetas. O outro, Cachoeira Porteira, é um lugar mítico de sonhos e profecias, de curas e oferendas, portanto, sagrado no imaginário do grupo (Acevedo; Castro, 1998, p. 207).

Emergem os conflitos, disputas e estratégias de controle espacial e territorial sob as áreas quilombolas, evidenciando um campo de forças antagônicas alimentado por processos geográficos ligados à lógica do capital, que impacta a estrutura territorial, social e de trabalho das populações quilombolas diretamente atingidos. O enfrentamento na luta pelo direito de permanência na terra pelos quilombolas, frente à territorialização do capital no Trombetas, caracteriza as desigualdades das relações capitalistas e não capitalistas na terra, produzindo territórios heterogêneos na base de disputas e conflitualidades.

Fernandes (2005, p. 5) explica que a conflitualidade é resultante do “Conjunto de conflitos que constitui um processo gerador e indissociável do desenvolvimento na disputa territorial”, bem como o processo de “enfrentamento perene que explicita o paradoxo das contradições e desigualdades do sistema capitalista”, portanto, violência, expropriação, lutas, resistência são marcas que compõem a disputa pela terra, protagonizadas pelos agentes do capital versus populações quilombolas.

A experiência da violência física, simbólica, cultural, impetrada pelo capital mineral e pelo Estado, recaiu sobre os quilombolas de forma cruel e desestruturadora. O capital impôs uma nova ordem econômica e social no Trombetas, ocasionando uma rápida e profunda transformação da natureza no seio de um viés modernizador, que aliado à ciência e tecnologia expressava seu poder e dominação na região. Os quilombolas tiveram seus meios de vida e trabalho completamente transformados, visto que o rio passou a ser ocupado, sinalizado e utilizado para prover o fluxo de entrada e saída de navios carregados de bauxita, além de embarcações transportando funcionários e mercadorias para o projeto minerador, sob o olhar desavisado e assustado dos grupos quilombolas. Instaura-se no Trombetas “uma geografia econômica

da exclusão e de conflitos²”, extremamente desfavorável e nociva às comunidades locais tidas como “atrasadas”, por não pautarem suas vidas numa lógica puramente capitalista.

As Relações de poder no território: conflitos, disputas territoriais e mudanças nas relações de trabalho

O capital mineral se territorializa e legitima seu poder nas terras tradicionalmente ocupadas pelos quilombolas do rio Trombetas, sobrepondo seus territórios de moradia e trabalho, desterritorializando-os e submetendo-os a toda forma de violência e devastação dos recursos naturais. O território, passa a refletir as relações de poder contraditórias, evidenciando as tramas, os conflitos, normatizados e regulados pela lógica do capital e do lucro, em prejuízo dos grupos quilombolas e costumes tradicionais preexistentes. Porto-Gonçalves (2010, p. 56), afirma, sem nenhum exagero, que essa forma de ocupação econômica da Amazônia está “banhada no sangue daqueles a quem só restou a alternativa de uma resistência heroica”, como, bravamente, fizeram os remanescentes de quilombos do Trombetas, face a um modelo de desenvolvimento excludente, predatório, violento que os ignorou inclusive de sua condição humana, deixando-os entregues à própria sorte.

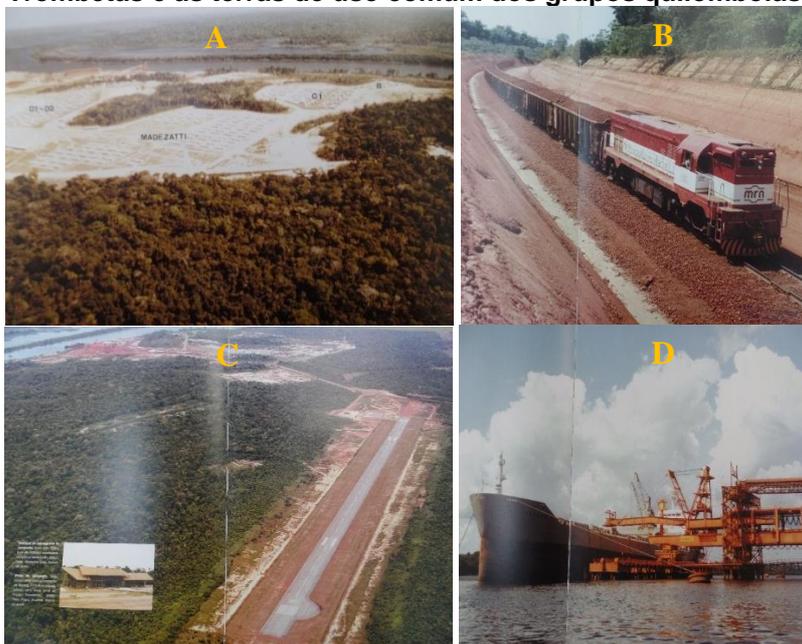
A floresta e toda a biodiversidade amazônica têm produzido riqueza para os agentes do capital e, conseqüentemente, deixado a devastação, a pobreza e a exploração para a população local. Os discursos dos “espaços vazios e terras sem homens para homens sem terra”, utilizado largamente na Amazônia, segundo Zart (2005, p. 61), para que o capital pudesse se expandir livremente, na verdade estavam vazios apenas da “presença de três elementos básicos constituintes das relações capitalistas de produção: o trabalhador, o capital e o trabalho”. A Amazônia encontrava-se dispersamente povoada por diversos grupos tradicionais que, no extrativismo, produziam suas condições de existência em bases não capitalistas.

No Trombetas, após 1970, os usos tradicionais do espaço foram rapidamente transformados para ceder lugar aos objetos geográficos e as instalações de vila residencial - *Company-Town* (Mosaico 2-A), estrada

² Porto-Gonçalves, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 96-104.

de ferro (Mosaico. 2-B), aeroporto (Mosaico. 2-C), porto (Mosaico. 2-D), instaurando, definitivamente, uma “ordem excludente e conflitos” nas terras dos quilombolas, transformando o território em campo de disputa e poder, pelo acesso e controle dos recursos.

Mosaico 2: Objetos geográficos, que transformaram a geografia do Trombetas e as terras de uso comum dos grupos quilombolas.



Fonte: Acervo de Siqueira (2002).

O capital mineral passa a dominar as relações e se impor sobre os grupos tradicionais, alterando as formas de trabalho e de vida da população local, além de acelerar o crescimento populacional urbano, e os investimentos diretos e indiretos no local e no seu entorno³. No território, evidenciam-se os grandes objetos fixos, cujos fluxos são intensificados, valorizando e acelerando a circulação da produção em função da extensão do mercado externo, assim o capital mineral vai concretizando suas ações no campo econômico, social, político e cultural no Trombetas,

³ O entorno das áreas mineradoras é o lugar para onde os centros de mineração tendem a se estender territorialmente e a limitar ou regular (Coelho, 2000, p. 138-139).

convertendo os grupos quilombolas e a natureza em meios de acumulação e de interesses dos agentes hegemônicos.

Em sua “Geografia do Poder”, Claude Raffestin (1980, p. 58), explica que as relações de poder no território se constituem no embate de forças antagônicas, onde o território além de ser um dos particulares “trunfos do poder”, aliado aos recursos e a população, compõem o elemento dinâmico de onde procede a ação e as estratégias de dominação de um grupo sobre outro, desencadeando conflitos e contradições pelo território e acesso aos recursos. O território é “fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, tem no poder o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas” (Souza, 1995, p. 78).

O avanço capitalista no Trombetas, com a instalação de uma *Company-town* pela mineração Rio do Norte, legitimou o poder autoritário do capital sobre a floresta e os grupos quilombolas que ali viviam. A mineradora implantou todo um aparato tecnológico moderno, oferecendo serviços públicos, supermercados, hospital, criando uma ‘cidade fechada’ para atender as demandas da produção e extração de bauxita. A *Company Town* representou um choque para quem tradicionalmente teve sua casa aberta ao rio (Acevedo; Castro, 1998, p. 219), como os quilombolas, pois seu sistema de vigilância altamente controlado e vigiado com portões de ferro, diferia em muito do viver e transitar livre na floresta. Aos poucos os quilombolas foram sendo envolvidos pelas transformações e pelos discursos ideológicos da empresa, de progresso, desenvolvimento, emprego e modernização.

Nesse sentido, a análise de Mézáros ao explicar o processo de reprodução do capital se faz adequada: o [...] capital em busca do controle de reprodução sociometabólica adentra e se apropria de tudo, toda a sociedade e todos os lugares (Mézáros, 2007, p. 68). Essas estratégias de aproximação utilizadas pelo capital no oferecimento de melhorias e serviços públicos onde o Estado e as políticas públicas são insuficientes e, mesmo ausentes, têm como principal finalidade controlar o território e a população, submetendo-os aos interesses da produção, através da exploração da força de trabalho. Assim, ampliam-se as formas de coerção nas relações de trabalho e na apropriação dos recursos. Os quilombolas, aos poucos, passaram a ocupar cargos de diaristas nos alojamentos da *Company Town* ou ainda de zeladores, serviços gerais, com carteira assinada. Nessas condições novas

de trabalho, passaram a ter seus modos de vida drasticamente modificados.

O rompimento das práticas agroextrativistas, a partir das novas formas de emprego e assalariamento na atividade mineradora, ocasionou uma fragmentação no uso e nas relações no território e no cotidiano quilombola. A busca por emprego e a rotina do trabalho assalariado na mineradora substituiu os costumes e hábitos de trabalho na agricultura e no extrativismo. O dinheiro, que antes para os quilombolas era apenas um complemento adquirido com a venda de produtos como farinha, castanha e óleos vegetais para adquirir as poucas coisas que não produziam, passaram a determinar, através dos salários recebidos, o sustento e a manutenção das famílias. À medida que o dinheiro/salário permeia as relações entre os quilombolas, a coesão social e os laços de solidariedade, elemento forte de identificação do grupo, começam a se romper. O território passou a expressar as contradições que envolvem essas relações de compra e venda da força de trabalho, ao produzir fragmentação, insegurança, falta de solidariedade e exploração.

Segundo os quilombolas, os empregos oferecidos pela mineradora são os mais indesejados e com baixos níveis técnicos e salariais, sendo que, para os demais cargos, se busca mão de obra na área urbana e em outros municípios, sempre relegando aos quilombolas trabalhos temporários e de pouca especialização, em razão de sustentarem o discurso de que os quilombolas trabalham no que eles sabem fazer⁴.

Os quilombolas passaram por vários momentos de transição, conflitos e cooptação na relação com o capital mineral. Inicialmente, foram aproveitados pelos conhecimentos geográficos da região, como mão de obra braçal para ajudar nas perfurações, construção de alojamentos provisórios, na abertura de picos na floresta, como guias, mateiros, cozinheiras, lavadeiras, especialmente, nas fases iniciais de pesquisa mineral e de implantação do projeto. Esse período remonta 1968 em diante e, a partir do início do projeto, foram sendo forçados às mudanças, através da expropriação de seus locais agroextrativistas, removidos para outros lugares, tornando-se submissos às regras e

⁴ Entrevista cedida a Wanderley (2006), por um representante da Mineração Rio do Norte (MRN).

normas impostas pelo capital e pelo Estado em seus territórios, ignorando os costumes e meios de vida tradicionais.

Conforme relembra uma senhora quilombola do Boa Vista: “a mineração queria jogar a gente daqui, levar a gente pro Caranã, uma vila que eles fizeram dentro da mata pra nós, depois queriam mandar a gente pro Batata, mas ninguém aceitou era muita briga aí com a mineração”⁵. Aos poucos e à base de muito sofrimento e luta, os quilombolas vão resistindo e desenvolvendo estratégias de permanência no território. Concomitantemente, a mineradora passa a ofertar empregos e serviços públicos para os quilombolas como forma de controlá-los e direcioná-los a seus interesses, induzindo-os à ilusão de que fariam parte do progresso e desenvolvimento que traziam para a região, e que melhorariam suas condições de vida.

Figura 02. Trabalhador Quilombola prestando serviço à Mineradora na função de auxiliar de serviços gerais (ASG), na parte do Horto do Projeto.



Fonte: Sílvia Corrêa, Trabalho de campo (2014).

⁵ Entrevista realizada em 17 de março de 2015, com uma quilombola do Boa Vista-Trombetas.

Desenvolve-se a ideologia de que o trabalho na mineradora “era melhor do que trabalhar na roça, na castanha. A pessoa ia se sentir importante, diferente, empolgado, de valor por trabalhar na Empresa”, ou ainda, “era melhor ter um emprego na MRN, do que fazer uma roça pra vender farinha lá”⁶. Desse modo, são envolvidos em um processo de transformações nas relações de trabalho, se distanciando da agricultura e do extrativismo, e tornando-se vulneráveis, dependentes e submetidos às formas precárias de relações de trabalho na mineradora.

Através, da inserção dos quilombolas ao mundo do trabalho assalariado, forma-se um exército de reserva à disposição do capital, na sua maioria sujeitos analfabetos, cuja experiência de trabalho se restringia às práticas comunitárias de coleta, pesca, e pequena agricultura, passaram a ser inseridos como força de trabalho na Empresa mineradora em ocupações de baixa qualificação e remuneração. Buscando assegurar a existência no território conquistado, os quilombolas do Trombetas passaram a conviver com as formas perversas e estratégias de (re)produção do capital, que “tem sido capaz de produzir, mas não tem sido capaz de repartir”, os frutos da riqueza, impondo “o terror da incerteza quanto ao próprio destino e ao destino dos filhos e dos próximos (Martins, 2012, p. 21).

O caso crítico de transformação ocorreu com os quilombolas do Boa Vista - Trombetas, que ficaram totalmente cercados, espremidos em uma pequena parcela do território. Desprotegidos e destituídos de seus locais agroextrativistas, passaram a conviver com novas relações de trabalho e consumo, se submetendo à lógica do trabalho para o capital. Esse processo passou a induzir o grupo a um metabolismo social, já que, de agroextrativistas passam a trabalhar em diversas funções remuneradas, o que irá ocasionar uma profunda transformação social e nas relações internas do território quilombola, cujos valores passam a ser induzidos pelo individualismo e consumismo da sociedade envolvente.

Nas atividades remuneradas na mineradora, os quilombolas passam a conviver com trabalhadores de outras regiões do país e se envolvem num ritmo cada vez mais acelerado de trabalho que não estavam acostumados. Segundo Meyer (2014, p. 115), os

⁶ Depoimentos obtidos durante trabalho de campo nas comunidades quilombolas, entre 2014 e 2015.

trabalhadores das comunidades quilombolas, “representavam a classe inferior. Para os trabalhadores locais, na mina só havia trabalho não qualificado e mal pago. As oportunidades para as mulheres locais estavam limitadas ao trabalho em tempo parcial e doméstico”. Além disso, segundo o autor, mesmo trabalhando em tempo integral, “recebiam menos de 60% do salário de um trabalhador branco qualificado”.

Figura 03 – Quilombola Manoel dos Santos Viana (Mimi Viana), trabalhando na limpeza das áreas de alojamento da mineradora, outubro de 1975.



Fonte: Manoel dos S. Viana, 1975.

Homens e mulheres quilombolas passam a compor a mão de obra da empresa em atividades na vila, ferrovia, porto, enfim, em todas as instalações da mineradora. Desse modo, todos os dias acordavam cedo e utilizavam suas pequenas embarcações, as canoas/rabetas, remando em direção à empresa, onde trabalhavam durante o dia e retornavam à noite para suas casas. Tal rotina impedia de realizarem práticas como o *puxirum*, a caça, a pesca, o descanso e, principalmente, os costumes, cada vez mais sendo distanciados de suas tradições e das suas práticas

agroextrativistas. As mudanças são imensas para o grupo quilombola, que tiveram que ir se adaptando ao controle, regras e exigências da nova condição de trabalho. O quilombola Mimi Viana, relata que a inserção no trabalho da mineradora não era fácil. Segundo ele, muitos quilombolas não aguentaram o ritmo de trabalho que era imposto pela Empresa.

A figura (03) acima, cedida pelo entrevistado, mostra a sua primeira função de serviços gerais na mineradora. Segundo ele, a “empresa, no início, convidava as pessoas para trabalhar, dava oportunidade no nível que ela podia, depois ela ia dando formação, agora tinha que aguentar a pressão, cumprir as regras”. O relato de Manoel Viana é esclarecedor, dada a sua trajetória na Empresa, já que este foi um dos poucos quilombolas que conseguiu se aposentar trabalhando na mineradora. A função de serviços gerais era aceita sem questionamentos pelos quilombolas, em função da baixa escolaridade e nunca terem trabalhado nessas condições. Assim, passam a ser disciplinados para o trabalho regido pelo capital. Em suas próprias palavras, Manoel Viana, relembra:

Eu entrei como servente, fazendo cafezinho e lavando banheiro e saí como operador de trem. No meu primeiro dia de trabalho, entrei para lavar banheiro do alojamento que estava com o vaso preto, lavei bem que ficou brilhando. O meu chefe quando viu, gostou muito, me tornei um funcionário de confiança...Teve muita gente que entrou, mas não conseguiu ficar no cargo, num suportou o trabalho, ser faxineiro, capinar, lavar sujeira!⁷

Sob essa condição Marx e Engels (1978, p. 74-75) chamam a atenção para a questão de que, quanto mais o trabalhador tiver baixa qualificação e organização de classe, mais lucro este dará ao capitalista, que vai precisar dispor de investimento mínimo para garantir a manutenção da força de trabalho. Segundo os autores “[...] quanto menor for o tempo de formação profissional exigido por um trabalho, menos será o custo de produção do operário e mais barato será o preço de seu trabalho, salário”. É, nesse sentido, que para Marx e Engels, a força de trabalho é de suma importância para a acumulação de capital, já que é condição de sua existência, através do assalariamento. Martins (1997, p. 94), reafirma que nas relações capitalistas, apesar da produção ser social, a apropriação

⁷ Manoel dos Santos Viana (Mimi Viana), 74 anos, atualmente aposentado pela MRN, em entrevista realizada em Oriximiná, em julho de 2015.

dos resultados é privada, e isso revela a “contradição fundamental anunciada no descompasso histórico entre o progresso material e o progresso social”.

Em suma, o capital mineral passa a utilizar a força de trabalho quilombola, explorando a *mais-valia*, transformando os quilombolas em força de trabalho explorada e subjugada ao sistema capitalista, como parte de sua reprodução dentro de um processo contraditório e desigual. Os grupos quilombolas do Trombetas, ao serem direcionados e subordinados ao capital-trabalho pela atividade mineradora, passam a fazer parte de um processo de transformação social e de relações de trabalho, que os encaminha para a proletarização. No modo de produção capitalista, os detentores da força de trabalho, incorporados aos ditames do capital, precisam estar livres e despossuídos de seus meios de produção para que possam se sujeitar aos diversos tipos de trabalho assalariado. É através da venda da força de trabalho que estes despossuídos dos seus meios de produção passam a adquirir suas condições de existência, formando um exército industrial de reserva.

Os quilombolas passaram a conviver com formas exploratórias de trabalho, onde muitos não toleraram, ampliando o preconceito de que esses grupos são “preguiçosos e não gostam de trabalhar”, com justificativa de não aguentarem o caráter da produção e trabalho privado, cujo resultado é destinado apenas aos grupos capitalistas, sobrando pouco aos trabalhadores. Trata-se de um movimento contraditório do modo de produção capitalista, onde a força de trabalho passa a ser uma mercadoria destinada à reprodução ampliada do capital.

Um dos mecanismos importantes de aceitação dos trabalhadores aos ditames do capital é a ilusão de que, através do emprego e do recebimento de salário, poderiam ascender socialmente, consumir bens e produtos, e fazerem parte de um progresso e modernidade que induzem mecanismos ideológicos de sustentação da dominação e exploração capitalista. No Trombetas, a ilusão do emprego, progresso e consumo foram incorporados ao grupo quilombola do Boa Vista de forma contínua, já que tinham que encontrar meios de sobrevivência, assim, estes vão ingressando em trabalhos mais informais, como jardinagem e atividades domésticas na casa dos funcionários da Vila, sendo diretamente envolvidos na mudança de hábitos de consumo, ao passarem frequentemente a comprar nos supermercados e fazer

uso dos serviços existentes na vila, modificando suas rotinas e costumes.

Desse modo, o dinheiro passa a permear as relações no território quilombola, as várias formas de ganho proporcionados pela atividade mineradora repercutem e transformam a forma de viver e as relações entre os quilombolas, que pouco a pouco passam a aceitar a disciplina, o controle e a organização do trabalho para o capital. Ao serem inseridos no processo de proletarianização e dependência do capital mineral, os quilombolas passam a ter seus meios de existência estranhados, pois abandonam o trabalho agroextrativista, que lhes garantia a produção e satisfação da vida e do autoconsumo livres, passando a se inserir em relações de trabalho estranhas a eles, mediada pelas formas exploratórias do capital mineral, que se baseia na exploração do trabalhador e na perda do produto do trabalho, resultando na degradação, precarização e a não satisfação das necessidades básicas de existência do trabalhador.

Assim, conforme afirma Marx, o trabalho como satisfação das necessidades nesse sistema é substituído pela alienação e desumanização do trabalhador, tornando-se estranho em relação a si mesmo e ao próprio meio de produção da vida material. Muitas são as estratégias que o capital lança mão para destituir e se apropriar dos meios de vida dos grupos tradicionais, envolvendo-os na relação capital-trabalho, como vendedores de força de trabalho. Nas terras quilombolas do Trombetas, uma das estratégias do capital para efetivar suas formas de expansão e acumulação foi “sugerir” ao Estado o cerco das terras de uso comum dos quilombolas, com a criação das Unidades de Conservação, o que demonstra a aliança entre capital e Estado na apropriação capitalista do Trombetas. Tal aliança mostra a “forma que o Estado assume: autoritarismo para a massa, protecionismo para as empresas” (Cardoso; Muller, 2008, p. 3).

Essa medida forçou os quilombolas a se direcionarem para conseguir trabalho nas atividades e projetos da mineradora, bem como nos postos de fiscalização das Unidades de Conservação. Segundo os quilombolas, os próprios gestores das unidades vêm utilizando-os para vigiar as grandes áreas da FLONA e da REBIO, e remetem essas condições às formas de escravidão do passado, pois, segundo eles:

Ainda não mudou nada da época da escravidão pra agora. Porque o capitão do mato era um negro, davam uma bota, um chapéu, um charuto, uma espingarda e ele ia caçar os irmãos dele negro, hoje é a mesma coisa, tão pegando gente daqui pra trabalhar como fiscais e pegar gente pescando, caçando aí dentro. É a mesma jogada não mudou nada, da época da escravidão para agora, o povo se submete a tudo pra ganhar aquela miséria de dinheiro (Entrevista realizada com um quilombola do Boa Vista, em março de 2015).

Envolto nos mecanismos de individualização, consumo e dependência da sociedade, os quilombolas passam a se diferenciar quanto ao acesso ou não aos empregos e às formas de ganho, sendo envolvidos nas estratégias alienantes do sistema, onde ter vale mais que o ser, deixando para trás os laços de solidariedade e ajuda mútua. De acordo com a liderança quilombola Daniel, o sentido que se tinha de riqueza era outro, “não era de ter dinheiro no bolso”, mas era a riqueza de viver livre, escolher o que comer, pescar sem ter que pedir licença, tirar madeira para construir suas casas, enfim, a riqueza de estar livre da dependência e do controle de outrem. Atualmente, as mudanças nas relações de trabalho dividem os quilombolas, descaracterizam seus modos de vida e enfraquecem suas formas organizativas, ao passo dos próprios quilombolas reconhecerem que “o dinheiro é bom, mas tem atrapalhado muito nossa vivência aqui, sem falar que o fato de estar empregado, não é muito seguro, pois você pode ser demitido a qualquer hora”⁸.

A instabilidade e as mudanças provocadas pelo capital mineral nos territórios quilombolas têm revivido as formas de escravidão dos antepassados, só que agora com novos mecanismos de conversão, inseridas pela relação capital-trabalho, que envolvem os grupos quilombolas em formas opressivas, precárias e fragmentadas de trabalho e de reprodução da vida. Na relação capital-trabalho além dos trabalhadores serem submetidos aos diversos mecanismos de dominação, também são cooptados a aceitar toda a gama ideológica, ilusória, alienante que os leva a transformar sua visão de mundo, aceitando com certa conformidade os processos “desumanizantes”, da produção capitalista, que funcionam como entraves a emancipação do homem e do trabalho.

⁸ Entrevista realizada com uma quilombola do Boa Vista, em junho de 2014.

Nesse sentido, faz-se necessário a construção de uma relação mais harmônica com o território, baseada nas potencialidades deste e dos grupos que o realizam, garantindo um desenvolvimento justo, humano e que considere as diversidades, possibilitando a reprodução da vida em bases libertas das amarras do capital, e o desenvolvimento societal para “além do capital”.

Considerações Finais

O avanço do capital mineral na Amazônia, sobretudo a partir da década de 1970 sob forte discurso nacionalista e desenvolvimentista do Estado autoritário brasileiro, efetivou graves consequências no território dispersamente ocupado por populações tradicionais. A transformação da natureza em mercadoria e a separação dos grupos tradicionais de seus meios de vida e trabalho, sob a égide do capital, desencadeou processos sociais e territoriais pautados em conflitos, violência e expropriação, relegando aos grupos tradicionais a contínua luta por “re-existir”, em um território marcado por contradições, conflitos, cooptações e embates em torno da apropriação dos recursos naturais e por modos de vida e trabalho que não se justificam apenas sob a lógica do lucro.

Os grupos quilombolas do Trombetas nos fornecem uma importante dimensão do que representou para os grupos tradicionais, a criação do complexo minero-metalúrgico em áreas diversas da Amazônia, cujas estratégias e discursos com ‘novas’ roupagens continuam a ser incorporados na expansão desses megaprojetos. Desse modo, o significado e apropriação desses recursos pelo capital, jamais se transformou em desenvolvimento e melhoria das condições de vida dos grupos diretamente afetados, mas os têm forçado a conviver com relações precárias de trabalho e desmonte de seus meios de vida, levando-os à miséria, à fome, à migração, à favelização e à violência. O significado do trabalho que até então para os grupos tradicionais se restringia à coleta, à pesca, à pequena agricultura, no tempo da natureza e em caráter familiar, passa a ser incorporado e transformado para a produção de mercadorias globalizadas. Novas formas de contratação, exigência de qualificação, competitividade, produtividade e assalariamento são características que passaram a fazer parte da nova sociabilidade produzida pelo capital, impondo mudanças significativas no espaço amazônico.

Os conflitos em torno da questão mineral na Amazônia, envolvendo os grupos tradicionais quilombolas, encontram-se imbricados não somente às disputas pelos recursos minerais, mas, conseqüentemente, à disputa pelo controle e dominação do território, que para os grupos tradicionais representa a reprodução da vida, da existência, mas para o capital significa o lucro, a exploração e o processo de acumulação desenfreada. As transformações impostas pelo capital mineral nas terras e relações de trabalho dos quilombolas do Trombetas, na Amazônia paraense, vêm ao longo dos anos, forçando-os a se submeterem a condições precárias de trabalho e mudanças no modo de vida tradicional, tornando-os força de trabalho barata e disponível a acumulação capitalista.

Os conflitos que se desencadeiam dessa relação capital-trabalho, envolvendo grupos tradicionais quilombolas, não são uma especificidade da região do Trombetas, mas de todas as regiões do Brasil, onde o capital busca se expandir, expropriando os grupos tradicionais e submetendo-os ao controle e disciplina do seu processo de acumulação.

Portanto, não há dúvida que a história e geografia da Amazônia, são marcadas pela expropriação e violência às suas populações tradicionais, transformá-las em proletários e oferecer migalhas compensatórias, expõe a dependência, aumentando a subordinação e as demandas do capital. Organização, resistência e políticas públicas, são os maiores desafios.

Referências

ACEVEDO, Rosa. CASTRO, Edna. **Estudos de Comunidades Negras no Município de Oriximiná sob Impactos de Projetos desenvolvimentistas**. Universidade Federal do Pará. Núcleo de Estudos Amazônicos. Belém/PA, 1988.

_____. **Negros de Trombetas: guardiões de matas e rios**. Belém: Cejup/UFGPA-NAEA, 1998.

COELHO, M. C. N. Políticas e Gestão ambiental (des)integrada dos recursos minerais na Amazônia Oriental. In: COELHO, M. C. N *et al.* **Estado e Políticas Públicas na Amazônia. Gestão de Recursos Naturais**. Belém: CEJUP, 2000. p. 117-170.

_____. MONTEIRO, M. **As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia**. Novos Cadernos NAEA v. 7, n. 1, p. 91-122, jun. 2004.

_____. Verticalização da Produção e variedade de situações sociais no espaço funcional do alumínio nos baixos vales do Amazonas e Tocantins. In: **Território/ LAGET**, UFRJ. Ano VII, n. 11, 12 e 13, jul./dez., Rio de Janeiro, UFRJ, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. 120 p.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A sociedade vista do abismo**. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

_____. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3. Ed. São Paulo: Hucitec, 1991. 182 p. (Ciências sociais; 10).

_____. **Fronteira: degradação do outro nos confins do humano**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MEYER, Frank. Cidades-empresa numa cadeia produtiva transnacional: dimensões sociais e ambientais da produção de alumínio em Porto Trombetas, Brasil, e Årdal, Noruega. **Revista Mundos do Trabalho**. v. 6, n. 11, janeiro-junho de 2014, p. 107-127.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro primeiro, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**: Livro I: O processo de produção do capital. [Tradução de Rubens Enderles]. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. ELGELS, Friedrich. **Crítica da educação e do ensino**. São Paulo: Moraes Editores, 1978.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Remanescentes de quilombos do rio Erepecuru: o lugar da memória na construção da própria história e de sua identidade étnica. In: **Brasil: um país de negros?** Rio de Janeiro, Pallas; Salvador, Ceao, 1999.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Território e migração: uma discussão conceitual na geografia**. São Paulo. Dep. De geografia: USP (mimeo), 1999.

- _____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007, 184p. 143.
- _____. A geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo Brasileiro. In: Carlos, Ana Fani A.(Org.), **Novos caminhos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 2002.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônia.** 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.
- SIQUEIRA, Ozair Pereira de. **Mineração Rio do Norte:** Uma empresa que faz e conta. Rio de Janeiro. Laborprint, 2002.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena:** Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território: Sobre Espaço, Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: Castro *et al.* (Orgs) **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- SOUZA, Patrícia Feitosa. **O novo espaço da produção globalizada:** o médio-baixo vale do rio Amazonas-PA. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.
- WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes, **Território Invadido:** as lutas e os conflitos nas terras dos negros do Trombetas-PA. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, curso de bacharelado em Geografia, 2006.
- _____. **Conflitos e Movimentos Sociais Populares em Área de Mineração na Amazônia Brasileira.** Orientadora: Maria Célia Nunes Coelho. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia).
- _____. **Conflitos e impactos ambientais na exploração dos recursos minerais na Amazônia.** GeoPuc (Rio de Janeiro), v. 3, p. x-x, 2009.
- ZART, Laudemir Luiz. **Encantos, caminhos e desencantos: Migração-colonização na Amazônia Mato-Grossense.** Cáceres: Editora Unemat, 2005.

Capítulo 5

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E DO IDH-M NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA MINERADORA VALE NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

José de Ribamar Sá Silva
Benjamin Alvino de Mesquita

Introdução

A exploração dos recursos minerais da Amazônia brasileira foi intensificada após a descoberta da província mineral de Carajás e com a subsequente implantação de empreendimentos favorecidos pela criação do Programa Grande Carajás (PGC), na década de 1980. Ao longo de três décadas essa exploração só vem se ampliando, na perspectiva de atender a demanda do mercado externo, num movimento articulado com o funcionamento global do sistema capitalista.

Além da extração dos minerais, o conjunto desses empreendimentos abrange grande leque de atividades, incluindo aquelas que são ligadas a uma dimensão urbano-industrial e outras vinculadas à zona rural, voltadas para plantio de florestas comerciais, monocultura de grãos, pecuária e produção de carvão vegetal, numa extensa área que se passou a chamar “corredor Carajás”. A companhia Vale é a principal empresa envolvida, especialmente no que se refere ao Projeto Ferro Carajás, e controla as atividades desde a mina até o porto de exportação, bem como a comercialização dos minérios, integrando os circuitos de produção e circulação.

A presença da então Vale do Rio Doce e dos demais empreendimentos incentivados pelo PGC na região, provoca controvérsia desde a implantação, tanto no que concerne à capacidade de propagação de efeitos positivos em estímulo aos demais segmentos econômicos, quanto pelos impactos nos ecossistemas locais e na organização da produção de alimentos da agricultura familiar nos municípios situados na área de influência da estrada de ferro Carajás, do interior do Pará ao litoral do Maranhão.

A precariedade das condições de vida da população ao longo do corredor Carajás se mostra, à primeira vista, na paisagem dos povoados às margens da ferrovia, tornando-se explícita na movimentação frenética de ambulantes que tentam vender iguarias aos passageiros a cada parada que o trem faz, nos dois sentidos do trajeto, entre os terminais de São Luís (MA) e Parauapebas (PA).

É esse contexto que se busca discutir no presente capítulo, estabelecendo, de início, uma breve caracterização da área de influência da estrada de ferro Carajás, para em seguida examinar, tendo em conta os objetivos do Programa Grande Carajás, a evolução da agricultura empresarial e da agricultura familiar. Ao final, procura-se identificar na evolução do IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), elementos que possam indicar possíveis interferências dos empreendimentos vinculados ao PGC na melhoria dos indicadores dos municípios situados na área de influência da ferrovia.

Uma caracterização da área de influência da Estrada de Ferro Carajás

O Programa Grande Carajás (PGC) foi criado pelo governo do Brasil em 1980⁹, atingindo uma vasta região nos estados do Maranhão, Pará e Tocantins, com limites nos rios Xingu (Pará) e Parnaíba (fronteira do Maranhão com o Piauí). Na história recente da exploração sistemática dos minérios da Amazônia, foi pensado o Projeto Ferro Carajás, da então estatal e uma das principais mineradoras do mundo, a Companhia Vale do Rio Doce. Nas palavras de Feitosa (1998), esse projeto foi viabilizado na medida em que, na passagem da década de 1970 para 1980, a CVRD ganhou espaço no mercado internacional e assumiu interlocução ativa nas políticas relativas à produção e à comercialização de minérios no Brasil. No debate sobre o Projeto Ferro Carajás, a CVRD acabou ampliando os objetivos do mesmo, de modo que, pelo Decreto Lei nº 1.813/1980, foi criado o que se convencionou chamar de Programa Grande Carajás (Feitosa, 1998).

Os principais objetivos do PGC remetem, em última instância, a uma maior inserção da Amazônia brasileira no mercado internacional, buscando incrementar a geração de recursos em

⁹ Esse programa foi oficialmente extinto em 1990.

moeda estrangeira para a continuidade do pagamento da dívida externa do país. Feitosa (1998), com base no decreto supramencionado, descreve os estratos de empreendimentos previstos para a área de abrangência do PGC. O primeiro deles cobria a construção da ferrovia ligando a mina de extração, na Serra dos Carajás, estado do Pará, ao porto de exportação no litoral do Oceano Atlântico, em São Luís, capital do Maranhão, instalação e ampliação do sistema portuário, obras de infraestrutura para viabilização do uso de hidrovias e aproveitamento hidrelétrico de bacias hidrográficas. No segundo estrato estavam previstas ações de pesquisa, prospecção, extração, beneficiamento, processamento primário de minério, agricultura, pecuária, pesca e agroindústria, florestamento, reflorestamento e beneficiamento de madeira¹⁰. Com atenção neste segundo estrato, podemos reordenar alguns empreendimentos, sem prejuízos dos demais, em dois grandes segmentos de atividades, que foram definidos como estratégicos: o minero-metalúrgico e o agropecuário e agroflorestal.

Quanto ao primeiro segmento, conforme destacou o geógrafo Breno dos Santos (*apud* Feitosa, 1994), o Programa viabilizou a exploração da maior reserva de minério de ferro até então descoberta em todo Planeta, localizada no sudeste do Pará e cujo potencial inicial foi estimado em 18 bilhões de toneladas de ferro de alto teor, além de outros minerais de importância estratégica no mercado, como bauxita, manganês, cobre, estanho, níquel e ouro. Em relação ao ouro, por exemplo, hoje se sabe que o volume da reserva é várias vezes superior a 100 toneladas inicialmente divulgadas.

No segundo segmento foi previsto um conjunto de empreendimentos voltados à modernização da agropecuária na área de influência do projeto principal (minero-metalúrgico). No que se refere à agricultura, foi dada forte ênfase para a produção de grãos em larga escala, onde os potenciais empreendimentos seriam estimulados via concessão de incentivos fiscais diretos, postos à disposição dos interessados, tanto por instituições criadas para essa finalidade quanto pelas já existentes, voltadas ao desenvolvimento regional. Paralelamente, também havia o objetivo de ampliação da pecuária empresarial de grande porte, já

¹⁰ Feitosa (1998) menciona um terceiro estrato, que estaria associado ao esforço de captação de recursos financeiros externos.

implantada no período anterior (1970-1985), com benefícios fiscais e outras facilidades proporcionadas por agências de fomento ao desenvolvimento regional: Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), principalmente, nas microrregiões de Imperatriz e Pindaré (MA), berço dos projetos empresariais beneficiados no auge dos incentivos fiscais e de Lei da Terras¹¹ (Mesquita, 2006). Outra atividade prevista foi o plantio de eucalipto, de grande importância para o suprimento do carvão vegetal necessário ao funcionamento das unidades de transformação primária do minério de ferro em ferro-gusa.

Em seu conjunto, esses projetos apresentam elevado potencial de impacto nos contextos locais onde foram implantados. Como observa Silva (2008), o caráter dessa interferência abrange diversos aspectos que, de um lado, representam a geração de determinada massa de emprego e de renda e, de outro lado, provocam resultados negativos, diretos e indiretos, que vão desde a devastação da cobertura vegetal e a degradação das condições gerais de equilíbrio dos ecossistemas locais até a desarticulação do modo de vida e, em particular, das formas de produção material das populações atingidas.

Apesar das promessas reiteradas à época por seus defensores, o ímpeto maior do PGC, a exportação, exige que os empreendimentos funcionem sob dada combinação de fatores de produção. Assim, Silva (2008) enfatiza que esses projetos apresentam, por um lado, possibilidades muito frágeis no que se refere à promoção de benefícios significativos para as populações locais, acentuando-se o caráter excludente da opção de desenvolvimento e, por outro lado, eles se destacam muito mais por seus efeitos desestimulantes sobre a produção agrícola tradicional, pela força de atração que exercem sobre a mão de obra na região, bem como pela interferência que desencadeiam sobre os ecossistemas locais.

Considerando seus possíveis impactos diretos ao longo da ferrovia, merecem atenção as usinas implantadas em alguns municípios e que atuam no processamento intermediário, transformando o minério de ferro em ferro-gusa. O processo poderia ter efeitos positivos para as economias locais, uma vez que a transformação preliminar possibilitaria geração e circulação

¹¹ Lei do estado do Maranhão, nº 2.979, de 17 de julho de 1969.

de renda, através dos salários e da realização de compras no varejo da região, podendo estimular o surgimento de empregos indiretos, ainda que em pequena escala.

Todavia, esse movimento também provoca mudanças sociais e ambientais com potenciais danos aos contextos locais. As usinas que foram instaladas no corredor Carajás¹² usam o carvão vegetal, que é, proporcionalmente, o principal componente para a transformação do minério de ferro, representando mais da metade do custo de produção, conforme indicou Gistelinck (1988). Inicialmente, a disponibilidade de mata secundária constituiu um fator favorável no que se refere à redução dos custos de produção. E naquele momento, o autor denunciava que os projetos de ferro-gusa vinham recebendo aprovação do PGC sem que se levasse em conta a questão ambiental e, particularmente, a devastação da floresta.

Na prática, nenhum plano diretor resolverá o problema do carvão vegetal. Cada usina de ferro-gusa procurará assegurar o abastecimento do carvão vegetal, haverá um mercado livre. As empresas vão oferecer aos lavradores, potenciais produtores de carvão, tecnologia e material necessário para a construção dos fornos e, no início, um preço atrativo. Depois de grande parte dos pequenos produtores terem abandonado as suas roças em troca da produção do carvão, o preço vai se nivelando e os intermediários vão ficando com a margem de lucro. A floresta vai ser devastada e o lavrador deixará de produzir alimentos (Gistelinck, 1988).

Logo se configurou na região a situação em que agentes intermediários assumem a aquisição e a distribuição do carvão. Conhecidos localmente como *gatos*, esses agentes encarregaram-se de recrutar os produtores diretos, geralmente pequenos agricultores vulneráveis às incertezas de suas atividades de subsistência.

Na relação estabelecida, as grandes empresas compram o carvão de um intermediário e este compra dos produtores diretos, sendo que a empresa controla os preços e a medição da produção, operando-se o processo segundo a lógica de remuneração por peça, em que o produtor recebe por metro cúbico de carvão produzido. Nessa forma de remuneração, revela-se uma brutal exploração da mão-de-obra. Buscando aumentar suas receitas, os trabalhadores têm de prolongar as correspondentes jornadas de trabalho e empenhar-se mais intensivamente, submetendo-se a um consumo acelerado de suas energias (Silva, 2008).

¹² Usa-se expressão “corredor Carajás” como sinônimo de “área de influência da estrada de ferro Carajás”.

Com essa forma de controlar o processo, as grandes empresas conseguem esquivar-se de eventual responsabilização pelas condições de trabalho, bem como não precisam assumir encargos sociais e demais obrigações legais da relação trabalhista, além de neutralizar potenciais conflitos de interesse entre trabalhadores e capitalistas, pois a relação se configura entre os não proprietários dos meios de produção. Marx chamou atenção, já no século XIX, que o sistema de salário por peça é a forma de remuneração que mais interessa aos capitalistas, uma vez que a exploração dos trabalhadores pelo capital se realiza por meio da exploração do trabalhador pelo trabalhador (Marx, 1985).

A Estrada de Ferro Carajás entrou em funcionamento no ano de 1985 e, até o hoje, seu significado tem se evidenciado cada vez mais, tanto nos problemas que causa às comunidades atingidas quanto no gigantismo de suas operações. Essa ferrovia de 892km de extensão é parte do sistema integrado de exploração de minérios da Vale: mina/ferrovia/usina/porto/navios. A companhia criada pelo Estado brasileiro, em 1942, foi privatizada no contexto da ofensiva neoliberal no ano de 1997¹³, e suas operações estão presentes em 14 estados no Brasil.

Informações publicadas pela companhia (Vale, 2016) revelam que 120 milhões de toneladas de carga e 350 mil passageiros são transportado a cada ano pela estrada de ferro Carajás. Atualmente, a Vale está intensificando ainda mais a mineração na província de Carajás, com o Projeto Carajás S11D, sendo previstos investimentos de 16 bilhões de dólares para ampliar a capacidade de extração e transporte do minério de ferro. A ferrovia está sendo duplicada, com a construção de 504km de nova linha e remodelamento de 226km da existente.

Esse novo cenário traz ainda maiores preocupações para muitos moradores dos mais de 90 povoados, vilas e cidades ao longo do atual trajeto da ferrovia. Hoje, ainda sem a duplicação, operam 35 composições simultaneamente, incluindo uma que integra 330 vagões, o que corresponde ao comprimento de 3,3 quilômetros (Vale, 2016). As principais reclamações dos moradores incluem, entre outras, ocorrência de atropelamentos

¹³ A partir de 2008, a empresa deixou de usar a sigla CVRD, passando a identificar-se apenas por Vale e, em 2009, mudou também o nome oficial para Vale S.A., que já vinha sendo utilizado como nome comercial desde 2007 (Revista Ferroviária, 2009).

com morte, trepidação que provoca rachadura nas paredes das casas, poluição sonora, interrupção frequente no fluxo de pessoas de lado a outro da ferrovia durante a passagem dos comboios. Em 2013, gestores de 23 municípios criaram o Consórcio dos Municípios da Estrada de Ferro Carajás no Maranhão, numa tentativa de ampliar o poder de negociação com a Vale.

A iniciativa visa o recolhimento de tributos municipais, pagamento de compensações socioeconômicas e ambientais aos municípios, já que a Vale é uma empresa com alto poder de agressão ao meio ambiente, contribuição para o Fundo de Desenvolvimento Municipal (...), bem como a elaboração de Planos Diretores Municipais sólidos, que irão contribuir para a detecção de problemas socioeconômicos e ambientais dos municípios, apontando soluções para tais problemas, dentre os quais se sobressai o IDH-M dos municípios consorciados, a maioria esmagadora deles com índices abaixo da média estadual (Jornal Pequeno, 2013).

Aspectos como os acima mencionados, servem para ilustrar a situação atual. Pode-se, também, depreender que a duplicação da ferrovia poderá significar a potencialização dos problemas hoje enfrentados pelas referidas populações. Ao longo de três décadas, desde sua implantação, observa-se que os empreendimentos do PGC significaram o acirramento dos problemas fundiários e ambientais em sua área de abrangência, na chamada Pré-Amazônia maranhense e na parte sul/sudeste do Pará, ao longo do que se convencionou chamar de Corredor Carajás, uma vez que se estende por 150km de cada lado da ferrovia, desde a serra dos Carajás até o porto, na ilha de São Luís. Nesse corredor instalou-se a maioria dos projetos incentivados pelo PGC, cuja escala prioritária era a grande empresa.

Na seção seguinte, com o propósito de observar evolução das atividades econômicas, particularmente, a agricultura empresarial e a familiar, nos últimos 25 anos, opta-se por examinar a área ocupada por alguns produtos selecionados desses segmentos.

Expansão da agricultura no corredor Carajás

Para a finalidade do presente texto, foram observados os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes aos municípios de Canaã dos Carajás, Parauapebas e Marabá, no Pará, e Açailândia, Alto Alegre do Pindaré, Arari, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Cidelândia, Miranda do Norte, Santa

Inês, Santa Rita, São Luís, São Pedro da Água Branca e Vitória do Mearim, no Maranhão.

Conforme já foi mencionado, optou-se por eleger alguns produtos como representativos da atividade empresarial e da agricultura familiar e observou-se a evolução da área ocupada por esses cultivos no período em foco. Assim, para a agricultura empresarial, foram escolhidos, cana-de-açúcar, milho e soja, enquanto para a agricultura familiar foram selecionados arroz, feijão e mandioca.

Tabela 1 - Área ocupada por lavouras empresariais selecionadas, Brasil, Pará, Maranhão e Municípios do Corredor Carajás (1990 a 2014).

Brasil, UF, Município	Lavoura	Área plantada (Hectares)				Variação (%)
		1990	2000	2010	2014	2014/1990
Brasil	Cana-de-açúcar	4.322.299	4.879.841	9.164.756	10.472.169	142,3
	Milho	12.023.771	12.648.005	12.963.080	15.841.921	31,8
	Soja	11.584.734	13.693.677	23.339.094	30.308.231	161,6
Pará	Cana-de-açúcar	7.084	8.064	10.897	13.350	88,5
	Milho	167.015	419.934	203.669	205.150	22,8
	Soja		2.225	85.450	243.171	
Maranhão	Cana-de-açúcar	37.374	19.912	50.477	46.810	25,2
	Milho	499.091	319.759	382.814	551.885	10,6
	Soja	15.305	178.716	495.756	677.540	4.326,9
Municípios da AIEFC (MA e PA)	Cana-de-açúcar	92	40	34	4	-95,7
	Milho	19.981	31.897	39.508	43.978	120,1
	Soja	-	-	-	7.173	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Produção Agrícola Municipal. (online document <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/ protabl.asp?c=1612&z=t&o=1&i=P>, acedido em 25-05-2016).

No plano geral dos dois estados, Pará e Maranhão, é possível notar-se que, dos três produtos da agricultura empresarial (Tabela 1), a soja apresentou expansão significativa na área ocupada. O Maranhão passou de 15,3 mil hectares (1990) para 677,5 mil hectares (2014), o que representa um crescimento superior a 4.300%. Por sua vez, o Pará não teve registro de produção de soja no início do período, porém, em relação ao ano de 2000, quando teve 2,2 mil hectares cultivados, subiu para 243,2 mil hectares, em 2014, o que significa que houve uma expansão de 10.800% na área ocupada pela soja naquele estado. No conjunto do país, o avanço da área de soja foi de 142% no período considerado.

Quando se observa o conjunto dos municípios da área de influência da ferrovia, percebe-se que a evolução da agricultura empresarial apresenta situações muito distintas em relação aos produtos selecionados. A soja, que teve crescimento vertiginoso nos dois estados, apareceu discretamente, apenas no último ano do período e com ocorrência concentrada no município de Açailândia, onde estavam 5,4 mil dos 7,2 mil hectares plantados na área de influência da ferrovia. O milho foi o único que teve expansão da área ocupada, passando pouco de menos de 20 mil (1990) para quase 44 mil hectares (2014), alcançando um acréscimo de 120%. Cabe ressaltar que esse produto é normalmente cultivado também pela agricultura familiar, o que não nos permite afirmar que, neste caso, o avanço ocorreu na agricultura empresarial. Por sua vez, a cana-de-açúcar, praticamente desapareceu, restando uma área ocupada pouco significativa, após sofrer uma redução de 96% em relação ao início do período.

Observando-se a evolução da área ocupada pelos produtos típicos da agricultura familiar (Tabela 2), revela-se uma situação bastante delicada, no período analisado. No conjunto do país, houve acentuada redução nos três produtos selecionados, sendo o caso do arroz o que sofreu a maior redução percentual (43,6%), porém, em termos absolutos, a área do feijão perdeu mais de um milhão e novecentos mil hectares, com uma diminuição de 35,9%. Tanto o feijão quanto o arroz perderam grandes parcelas de áreas nos três intervalos do período estudado.

Tabela 2 - Área ocupada por lavouras da agricultura familiar selecionadas, Brasil, Pará, Maranhão e Municípios do Corredor Carajás (1990 a 2014).

Brasil, UF, Município	Lavoura	Área plantada (Hectares)				Variação (%)
		1990	2000	2010	2014	2014/1990
Brasil	Arroz	4.158.547	3.704.863	2.778.173	2.347.460	-43,6
	Feijão	5.304.267	4.441.431	3.655.538	3.401.466	-35,9
	Mandioca	1.975.643	1.736.680	1.817.055	1.592.287	-19,4
Pará	Arroz	132.617	306.304	10.897	126.935	-4,3
	Feijão	49.403	76.733	203.669	53.796	8,9
	Mandioca	236.316	302.257	85.450	297.482	25,9
Maranhão	Arroz	690.495	478.839	481.544	389.418	-43,6
	Feijão	105.307	70.744	88.624	97.573	-7,3
	Mandioca	230.909	134.688	210.060	188.080	-18,5
Municípios da AIEFC (MA e PA)	Arroz	30.162	38.776	34.031	26.189	-13,2
	Feijão	4.652	6.087	6.269	5.085	9,3
	Mandioca	7.904	11.424	19.161	17.630	123,1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Produção Agrícola Municipal. (online document. <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1612&z=t&o=1&i=P>, acessado em 25-05-2016).

No Maranhão, a área das três principais lavouras (arroz, feijão e mandioca), também decresceu de forma acentuada, sendo o caso do arroz o que mais se destaca. O encolhimento da área foi de 301 mil dos 690,5 mil hectares ocupados no início do período, sendo 211,6 mil hectares perdidos ao longo da década de 1990 e, só nos últimos quatro anos (2010 a 2014), a área encolheu em 92 mil hectares. No Pará apenas a mandioca aumentou de forma considerável a área ocupada (25,9%).

Nos municípios situados na área de influência da ferrovia, as situações são distintas para os três produtos escolhidos. O feijão manteve a área estável, crescendo apenas 9,3% em 25 anos. Em números absolutos é uma área de pouca relevância, passando de 4,6 mil hectares para 5,1 mil hectares. Por sua vez, a mandioca apresentou um acréscimo de 123% na área ocupada. Esse

resultado foi obtido em função do acréscimo que houve nos municípios paraenses de Marabá, onde cresceu 1.600% e Parauapebas, com 150% de aumento. Há que se considerar, porém, que a área inicial (7,9 mil hectares) era relativamente modesta e alcançou 17,6 mil hectares no final do período.

Quanto ao arroz, em 1990, a área ocupada no corredor Carajás representava cerca de 10% em relação ao total do Maranhão e tinha relativa importância em três dos doze municípios estudados no estado: Açailândia (8 mil hectares), Arari (7 mil hectares) e Miranda do Norte (2 mil hectares). Na atualidade, observa-se que o cultivo quase desapareceu em Açailândia (800 hectares) e em Miranda do Norte (605 hectares) e reduziu-se quase pela metade em Arari (3,7 mil hectares).

Essa é a situação que se apresenta como a mais delicada entre os produtos da agricultura familiar, nem tanto pela redução final de 13%, mas sobretudo porque a perda de área foi brutal nos quatro últimos anos do período: de 2010 a 2014 houve uma redução de 7,8 mil hectares, depois de ter encolhido 4,7 mil hectares na década anterior. Num cenário de crise econômica e de alta de preço dos alimentos, a perda de espaço da agricultura familiar pode ter consequências agravantes para o conjunto da população dos municípios da área estudada. Na seção a seguir, busca-se construir um breve panorama social desses municípios, através do destaque à evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

Indicações do IDHM ao longo da Estrada de Ferro Carajás

O conjunto dos quinze municípios da área de influência da Estrada de Ferro Carajás, escolhidos para os propósitos desta análise, congrega uma população de 1.877.419 habitantes, de acordo com o IBGE (2010), sendo que mais de um milhão estão na cidade de São Luís, 233,7 mil estão no município de Marabá e outros 153,9 mil estão em Parauapebas. Depois desses municípios, as maiores aglomerações se encontram em Açailândia (104 mil), Santa Inês (77,3 mil) e Buriticupu (65,2 mil). Em nenhum dos demais municípios a respectiva população ultrapassa o patamar de 33 mil habitantes.

Destaca-se que são significativas as taxas de crescimento da população em alguns municípios, entre 1991 e 2010. A mais elevada entre essas taxas foi observada no município de

Parauapebas, que atingiu a média de 5,7% ao longo do período, e a velocidade dessa taxa se desenrolou na zona urbana, pois a taxa referente à população rural foi negativa (-2,7%). Entre todos, Parauapebas é o município cuja dinâmica depende quase que inteiramente das atividades da Vale. A segunda maior taxa ocorreu no município de Marabá, 3,4% no período. No Maranhão, os municípios onde se observaram as maiores taxas foram Miranda do Norte (2,8%), Santa Rita (2,2%) e São Luís (2%), sendo neste último um movimento fortemente urbano, uma vez que a população rural da capital do Maranhão decresceu a uma taxa de 10,4%.

Essas mudanças, a um ritmo relativamente rápido, ocorridas em curto espaço de tempo na economia e na população, têm potencial para impactar diversos aspectos que os diversos indicadores sociais, econômicos e ambientais visam captar. Esses parâmetros oficiais (PIB, Renda per capita, IDH, IDHM), ainda que se reconheçam suas lacunas em expressar a realidade concreta, são importantes para, entre outros fins, indicar tendências ao longo de um período determinado, tendo em vista as possíveis melhorias nas condições de vida das pessoas. Fazendo-se uma opção e com clareza de seus limites, intenta-se, aqui, observar como se comporta o IDHM, especialmente naqueles municípios que apresentam maiores contingentes e maiores taxas de crescimento populacional na área de influência da ferrovia Carajás.

O IDHM é um índice que se compõe a partir da agregação dos indicadores de longevidade, educação e renda, entendidos estes aspectos como relevantes para o desenvolvimento humano. Essas são as dimensões do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), renda, saúde e educação, mas que no IDHM são observadas em realidades mais específicas no âmbito dos municípios, a partir das informações dos censos demográficos do IBGE (1991, 2000, 2010).

Assim, o IDHM “adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros” (PNUD, 2013). Em outras palavras, os três componentes do índice procuram refletir a expectativa de vida ao nascer (IDHM Longevidade), o acesso ao conhecimento, através da escolaridade dos adultos e fluxo escolar dos jovens (IDHM Educação) e o padrão de vida medido pela renda per capita do

município (IDHM Renda). O índice é estratificado em quatro faixas, que variam de 0 a 0,499 (muito baixo), 0,5 a 0,599 (baixo), 0,6 a 0,699 (médio), 0,7 a 0,799 (alto) e 0,8 a 1 (muito alto).

Tabela 3 – Evolução do IDHM no Brasil e nos municípios do corredor Carajás (1991, 2000, 2010).

País – UF – Ano	1991	2000	2010
Brasil	0,493	0,612	0,727
São Luís (MA)	0,562	0,658	0,768
Parauapebas (PA)	0,439	0,553	0,715
Santa Inês (MA)	0,408	0,512	0,674
Marabá (PA)	0,401	0,536	0,668
Açailândia (MA)	0,344	0,498	0,672
Miranda do Norte (MA)	0,340	0,471	0,610
Arari (MA)	0,331	0,470	0,626
Vitória do Mearim (MA)	0,322	0,438	0,596
Santa Rita (MA)	0,312	0,446	0,609
Cidelândia (MA)	0,286	0,414	0,600
Canaã dos Carajás (PA)	0,276	0,456	0,673
São Pedro da Água Branca (MA)	0,249	0,415	0,605
Buriticupu (MA)	0,237	0,342	0,556
Bom Jesus das Selvas (MA)	0,198	0,364	0,558
Alto Alegre do Pindaré (MA)	0,190	0,336	0,558

Fonte: Atlas Brasil (2013)

Conforme se observa na Tabela 3, no início do período em análise (1991), excetuando-se São Luís, todos os demais municípios situados no corredor Carajás se encontravam na faixa de IDH muito baixo, mesma faixa em que estava a média do país. Há que se ressaltar que seis desses municípios ainda não haviam sido emancipados naquele ano, mas essa circunstância não altera sua condição. No final da década subsequente (2000), apenas três

municípios (Marabá e Parauapebas, no Pará, e Santa Inês, no Maranhão) haviam migrado para a faixa de IDHM baixo, enquanto a média do país e o índice da cidade de São Luís passaram para IDHM médio e, em seguida (2010) atingiram IDHM alto. Entre os demais, quatro passaram para a faixa imediatamente superior e oito ascenderam dois níveis, com destaque para o caso de Parauapebas, que foi de IDHM baixo para IDHM alto naquele intervalo de tempo.

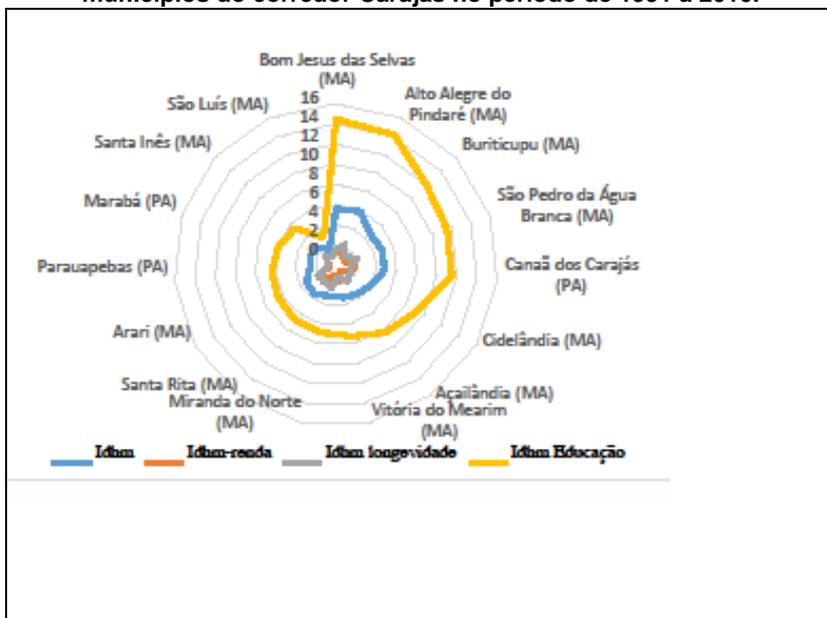
O que nos indicariam essas mudanças relativamente significativas nos índices de alguns municípios, especialmente na última década? Seriam essas modificações resultantes da dinâmica dos empreendimentos vinculados ao extinto PGC? Na busca de elementos para essas indagações, podemos examinar a evolução de dois dos componentes do Índice (renda e educação), considerando que, por um lado, variações nos indicadores da educação não decorreriam do funcionamento desses empreendimentos e, por outro lado, que mudanças na renda per capita poderiam ser fortemente influenciadas pela existência dos empreendimentos aqui considerados.

Focando esses aspectos do IDHM (Renda e Educação) entre o início (1991) e o final do período (2010), as alterações ocorridas nos municípios do corredor Carajás podem ser resumidas a seguir, em comparação com os índices dos dois estados (Pará e Maranhão) e do país. No indicador Renda, dos três municípios situados no Pará, Canaã dos Carajás (0,475) estava abaixo da média do estado (0,567), Marabá (0,561) equiparava-se à média e Parauapebas (0,626) encontrava-se acima, no início, porém, os três situaram-se acima da média em 2010. No Maranhão, cujo índice médio em 1991 era 0,478, apenas quatro dos 12 municípios situavam-se acima desse valor (São Luís - 0,617, Açailândia - 0,565, Santa Inês - 0,497 e São Pedro da Água Branca - 0,481), porém, em 2010, apenas os três primeiros se mantiveram acima da média.

Quanto ao indicador Educação, observa-se que em 1991, apenas o município de Parauapebas (0,199) situou-se no patamar médio do estado do Pará (0,197) e demais estavam abaixo. Todavia, em 2010, os três municípios haviam superado o IDHM Educação do nível estadual. No caso do Maranhão, em 1991, apenas São Luís (0,430) e Santa Inês (0,224) estavam acima do baixíssimo IDHM Educação do estado (0,173). Ao final do período (2010), quando o índice do Maranhão evoluiu para 0,562, além de

São Luís (0,752) e Santa Inês (0,615), o município de Açailândia (0,602) também superou a média do estado.

Gráfico 1- Taxas de crescimentos dos componentes do IDHM nos municípios do corredor Carajás no período de 1991 a 2010.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

No Gráfico 1, percebe-se logo de início que a Educação foi o componente que mais avançou e, além disso, avançou de forma muito diferenciada em relação aos demais. Em 5 dos 15 municípios, as taxas de evolução do indicador situaram-se acima de 10%, indo até perto de 15%, contudo, nenhum deles é um dos municípios de maior porte no corredor Carajás. Aliás, a taxa mais baixa (2,99%) verificou-se em São Luís, onde se concentra o maior contingente populacional. É compreensível que a oferta da educação avance a um ritmo mais acelerado naqueles municípios onde havia inicialmente baixa oferta. Na passagem do século XX para o XXI, é necessário destacar que a legislação brasileira tornou obrigatória a ampliação do acesso ao Ensino Fundamental e, pela Constituição brasileira, esse nível de ensino deve ser prioritariamente ofertado pelas redes municipais. Talvez isso explique por que municípios instalados na segunda metade da década de 1990, como São Pedro da Água Branca (11,51%),

Buriticupu (11,98%), Alto Alegre do Pindaré (14,16%) e Bom Jesus das Selvas (14,48%), tenham apresentado as taxas mais elevadas.

Tabela 4 - Situação dos municípios do corredor Carajás no ranking do IDHM e do IDHM-renda (2010).

Posição no Ranking DHM 2010	Município	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	Posição no Ranking IDHM-Renda 2010
249 °	São Luís (MA)	0,768	0,741	562 °
1454 °	Parauapebas (PA)	0,715	0,701	1546 °
2573 °	Santa Inês (MA)	0,674	0,633	3115 °
2598 °	Canaã dos Carajás (PA)	0,673	0,67	2439 °
2621 °	Açailândia (MA)	0,672	0,643	2964 °
2716 °	Marabá (PA)	0,668	0,673	2359 °
3561 °	Arari (MA)	0,626	0,587	3820 °
3902°	Miranda do Norte	0,610	0,550	4670 °
3927 °	Santa Rita (MA)	0,609	0,553	4590 °
4029 °	São Pedro da Água Branca (MA)	0,605	0,577	4055 °
4144 °	Cidelândia (MA)	0,600	0,562	4395 °
4238 °	Vitória do Mearim (MA)	0,596	0,540	4903 °
5081 °	Bom Jesus das Selvas (MA)	0,558	0,537	4965 °
5116 °	Buriticupu (MA)	0,556	0,533	5049 °
5146 °	Alto Alegre do Maranhão (MA)	0,554	0,516	5288 °

Fonte: Atlas Brasil (2013)

Situação oposta é observada em relação ao componente Renda. Como se evidencia no gráfico 1, o IDHM Renda apresentou as taxas de variação que menos se afastaram do centro do gráfico, isto é, do valor zero. Nos municípios mais populosos e nos quais se instalou a maioria dos empreendimentos vinculados ao Programa Grande Carajás, foi onde se observaram as mais baixas taxas de crescimento de componente Renda, a

exemplo de Açailândia (0,68%), Parauapebas (0,60%) e São Luís (0,97%).

Observados no contexto dos 5.565 municípios brasileiros analisados no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, o corredor Carajás ocupa posições pouco confortáveis, como mostra a Tabela 4. O município melhor situado é São Luís (249^o), mas quando se considera separadamente o componente Renda, o município perde 313 posições. O próximo a aparecer no ranking é Parauapebas, na posição 1.454^o e desce 92 no IDHM Renda. Santa Inês é o terceiro município a parecer na lista (2.573^o) e perde 542 posições no que diz respeito ao componente Renda. Embora os municípios Canaã dos Carajás (2.598^o), Marabá (2.716^o), Bom Jesus das Selvas (5.081^o) e Buriticupu (5.116^o) avancem algumas posições (respectivamente, 159, 357, 116 e 67), todos os demais caem, destacando-se de maneira mais negativa os casos de Santa Rita (663 posições), Vitória do Mearim (665 posições) e Miranda do Norte (768 posições).

De um modo geral, se é possível supor que alterações na renda per capita indicam mais imediatamente possíveis efeitos positivos de atividades empresariais em determinada localidade, no caso dos municípios do corredor Carajás, todavia, parece que o funcionamento dos empreendimentos pouco tem se refletido nesse indicador.

Considerações Finais

A exploração econômica em larga escala dos recursos naturais na Amazônia brasileira não é recente e se expressa em diversas atividades, incluindo o período de extração industrial do látex, tentativa de grande produção de celulose, represamento de rios para geração de energia elétrica, exploração madeireira, extração de minerais, plantação de pastagens para criação de gado, entre outras atividades, ao longo do século XX. No entanto, nas últimas três décadas tem se aprofundado a exploração dos recursos, com o conseqüente agravamento de seus efeitos sociais e ambientais, uma vez que o processo se desenrola sob as exigências de acumulação do capital, próprias de cada momento histórico. O descobrimento da província mineral de Carajás e a estruturação de sua exploração simbolizam esse momento, articulando diretamente o espaço amazônico com a dinâmica de reprodução do capital em escala global.

O Programa Grande Carajás (PGC), na década de 1980, como uma ampliação do Projeto Ferro Carajás, logrou viabilizar a operação dos empreendimentos numa vasta área territorial que se configurou no chamado “corredor Carajás”. Conforme se destacou anteriormente, considerado em sua totalidade e observadas suas interações, esses empreendimentos condensam a moderna forma de expansão e aprofundamento das relações de produção capitalistas propriamente ditas na Amazônia, com as consequentes modificações das condições gerais antes vigentes.

Não há dúvida de que tanto os projetos vinculados à extração de minérios quanto os ligados à agropecuária e ao cultivo de florestas artificiais apresentam elevada capacidade de interferência nos contextos locais. Se, de um lado, os empreendimentos apontam para a geração de determinada massa de emprego e de renda, de outro lado, provocam impactos variados, que atingem aspectos como desmatamento e degradação das condições gerais de equilíbrio dos ecossistemas locais, além da desarticulação do modo de vida e das formas de produção material engendradas pelas populações.

Do ponto de vista da possibilidade de geração de emprego e renda, o simples anúncio de implantação desses empreendimentos funcionou como forte fator de atração de mão de obra, provocando deslocamentos populacionais, a partir de lugares situados tanto dentro quanto fora da região amazônica. Os desdobramentos dessa movimentação são diversos, principalmente, no que se refere à dinâmica das aglomerações urbanas, com sua multiplicidade de novos desafios a serem enfrentados, a exemplo da pressão exercida sobre serviços públicos, cuja oferta já era historicamente precária ou, em alguns casos, inexistente. O exame da expressão particular desses graves problemas nos diversos municípios do corredor Carajás extrapola os objetivos deste texto. O propósito aqui foi verificar se, após três décadas de funcionamento, os empreendimentos estimulados pelo Programa Grande Carajás representaram impactos positivos no desenvolvimento dos municípios situados na área de influência da Estrada de Ferro Carajás. Para tanto, procedeu-se ao exame dos indicadores que compõem IDHM, bem como das modificações na área ocupada pela agricultura empresarial e pela agricultura familiar, respectivamente.

Assim, foi possível observar que o componente do IDHM que procura revelar o acesso ao conhecimento (IDHM Educação) foi o

único a apresentar alterações significativas nesses municípios, considerando sua evolução. No entanto, visto em comparação à média estadual, no caso do Pará (onde estão apenas três dos quinze municípios observados), essa evolução colocou os municípios do corredor Carajás acima do índice do estado, ao final do período. No Maranhão, somente três municípios situaram-se acima da média em 2010, dois dos quais já se encontravam nessa posição no início do período. Quando observados sob a perspectiva do crescimento apresentado a partir do ano inicial, o IDHM Educação na área de influência da ferrovia Carajás teve notáveis avanços, especialmente nos municípios de São Pedro da Água Branca (11,51%), Buriticupu (11,98%), Alto Alegre do Pindaré (14,16%) e Bom Jesus das Selvas (14,48%). No entanto, as alterações são decorrentes de um contexto mais amplo, de implantação de políticas públicas no país, dada a obrigatoriedade legal de ampliação da oferta no Ensino Fundamental, cuja atribuição constitucional é das redes municipais de ensino. Além da ampliação da oferta de vagas no sistema escolar, é preciso destacar que uma das condicionalidades para inclusão e permanência das famílias em programas sociais, como o Bolsa Família, é a comprovação de frequência escolar de suas crianças. Esse aspecto pode ter contribuído para a melhoria do componente Educação ao longo da primeira década do século XXI nos municípios do corredor Carajás.

Por sua vez, o IDHM Renda apresentou variação muito discreta em todos os municípios analisados. Em seis dos quinze municípios, a variação desse componente do índice foi inferior a 1%, sendo que quatro destes (Parauapebas – 0,6%, Açailândia – 0,68%, Marabá – 0,96% e São Luís – 0,97%) são os municípios que têm maior relevância econômica no corredor Carajás. No contexto dos demais municípios dos respectivos estados, além dos três situados no Pará, apenas três municípios dos doze situados no Maranhão possuem IDHM Renda acima da média estadual. O fraco desempenho desse componente do IDHM nos municípios do corredor Carajás pode indicar que a capacidade dos empreendimentos para induzir a geração de renda não tem sido decisiva para o desenvolvimento desses municípios. É possível que essa situação diga respeito, de forma mais acentuada, às atividades complementares de cada cadeia produtiva, visto que os efeitos “para frente” e “para trás” são bastante limitados, devido às características dos empreendimentos, que são voltados

prioritariamente para o fornecimento de *commodities* ao mercado externo.

É necessário reconhecer que os componentes do IDH e, portanto, de sua versão adaptada para a realidade dos municípios no Brasil, embora ampliem consideravelmente o leque de dimensões apreendidas, não são suficientes para abarcar a complexidade da realidade nos diferentes países ou quaisquer outros recortes territoriais, a exemplo dos municípios. Esse, aliás, é o aspecto que tem alimentado críticas ao índice, mas é igualmente necessário lembrar que a realidade, inclusive por estar em constante mutação, é sempre mais complexa que a sistematização que dela se possa fazer. Nesse sentido, talvez seja mais útil chamar atenção para o fato de que, através do IDH, não se consegue perceber os impactos das atividades econômicas quanto à intensidade de uso dos recursos naturais em determinados municípios e seus efeitos capazes de afetarem as condições gerais de equilíbrio dos sistemas atingidos, ou ainda, em que medida desequilíbrios em determinado ecossistema afetam o funcionamento de outros ecossistemas no planeta. Um exemplo é o fenômeno chamado “rios voadores” que, alimentado pela evaporação da floresta Amazônica, leva umidade a uma extensa região do Centro Oeste do Brasil até parte da Argentina.

Mesmo sem captar aspectos relacionados ao meio ambiente, o IDHM nos municípios situados no corredor Carajás não favorece uma leitura positiva dos empreendimentos implantados no contexto do PGC. O que torna essa observação mais preocupante é o fato de que isso ocorre num contexto de forte retração da área ocupada pela agricultura familiar, o que pode significar o comprometimento das possibilidades de abastecimento alimentar na região. Como o funcionamento daqueles empreendimentos, tanto os urbano-industriais quanto os relacionados ao agronegócio, não aponta para a geração de emprego e renda em uma escala que seja capaz de estimular e sustentar as economias locais, o enfraquecimento da agricultura familiar pode trazer graves consequências para as possibilidades de desenvolvimento da região amazônica e, em particular, dos municípios diretamente atingidos pela atuação da companhia Vale. Assim, ao que parece, são poucas as chances de mudança naquela realidade da qual, hoje, são indissociáveis tanto a precária paisagem dos povoados quanto as confusas cenas dos vendedores ambulantes que disputam os fregueses nas paradas do trem de passageiros, ao

longo do mesmo trajeto que é percorrido pelas gigantescas locomotivas de carga, entre a mina de exploração e o porto de exportação dos minérios.

Referências

- ATLAS BRASIL. (2013). **Atlas de desenvolvimento humano no Brasil**. (online document <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>, acessado em 25-05-2016).
- FEITOSA, R. M. M. (1994). **O processo socioeconômico do Maranhão: história e desenvolvimento**. Dissertação de mestrado em economia, Belém, Universidade Federal do Pará.
- FEITOSA, R. M. M. (1998). **Tendências da economia mundial e ajustes nacionais e regionais**, UFMA, São Luís.
- GISTELINK, F. (1988). **Carajás, usinas e favelas**, São Luís.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2010). **Censo demográfico**. (online document <http://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>, acessado em 15-07-2016).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2016). **Produção Agrícola Municipal**. (online document <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1612&z=t&o=1&i=P>, acessado em 25-05-2016).
- JORNAL PEQUENO. (2013). **Municípios assinam consórcio da estrada de ferro Carajás**. (online document <http://jornalpequeno.com.br/2013/5/3/municipios-assinam-consorcio-da-estrada-de-ferro-carajas/>, acessado em 15-07-2016).
- MARX, K. (1985). “O salário”, In Marx, K. **O capital**, Difel, São Paulo, 616-653.
- MESQUITA, B. A e I. N. Mesquita (2013). **Monocultura em expansão e a reorganização de território na Amazônia**. Encontro de geógrafos da America Latina (on line). Disponível em <http://www.egal2013.pe/>
- MESQUITA, B. A. (2006). **A transformação da pecuária maranhense sob a ação governamental e as forças de mercado: ritmos e rumos da ação do capital no período de 1970 a 2000**. Tese de doutorado em Geografia, Planejamento e Urbanismo, Paris, Universidade de Paris III.

PNUD. (2013). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. (online document http://www.pnud.org.br/idh/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM, acessado em 25-07-2016).

REVISTA FERROVIÁRIA. **Vale muda seu nome legal para Vale S.A.** 2009 (online document <http://www.revistaferroviaria.com.br/index.asp?InCdEditoria=1&InCdMateria=8283&pagina=>, acessado em 15-07-2016).

SILVA, J. R. S. (2008). "O desenvolvimento recente da economia maranhense, as atividades de produção de alimentos e a segurança alimentar", In Silva, J. R. S. **Segurança alimentar, produção agrícola familiar e assentamentos de reforma agrária no Maranhão**, Edufma, São Luís, 128-177.

VALE. (2016). **Estrada de Ferro Carajás: o caminho onde passa a nossa riqueza**. (online document <http://www.vale.com/brasil/PT/initiatives/innovation/carajas-railway/Paginas/default.aspx>, acessado em 22-07-2016).

Capítulo 6

CAMPOS TRANSTERRITORIAIS: UM MECANISMO DECOLONIAL NA (R)EXISTÊNCIA DOS POVOS INDÍGENAS

Marcos Vinícius da Costa Lima

Introdução

A maioria dos países membros da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para garantir a manutenção da sua presença nesta instituição de caráter político multilateral, logo se viu na obrigatoriedade de adotar as novas regras de tratamento para com os povos indígenas e de inseri-las no ordenamento jurídico de seus países, criando-se assim a figura da “identidade política indígena” nos seus Estados-Nações, além de se comprometerem em reconhecer, portanto, os direitos consuetudinários dos povos originários, assim como também as suas formas tradicionais de organização social, política e de ocupação dos seus territórios. A partir de então, as diferentes bandeiras reivindicatórias dos povos indígenas dos Estados-Nações independentes passaram a pautar os eixos dos debates políticos, na intenção de implantar significativos códigos legais na Constituição que favorecessem iniciativas para com o reconhecimento e a gestão de seus territórios tradicionalmente ocupados.

É neste centro de disputas que se coaduna o campo de relações de forças do indigenismo, onde se tem posicionado um conjunto de agentes neoliberais contraditórios (solidários), convergentes e divergentes aos interesses de povos indígenas.

No campo do indigenismo os principais agentes concretos podem ser identificados como os possuidores de maior capital econômico e os de menor capital cultural, sendo que os detentores de maior capital econômico ou financeiro conseguem influenciar ou impor regras subliminarmente ou não, funcionando como “dispositivos” de constrangimento aos detentores de maior capital cultural, estes mesmos, contudo, são também possuidores de territórios tradicionalmente ocupados, geradores de grande interesse para os capitalistas financeiros, que por sua vez buscam

apropriar-se, assim como, usar o capital cultural e inclusive os territórios desses povos originários.

Transterritorialização como estratégia de construção e consolidação do projeto de indigenismo insurgente

Os principais aspectos que deslocam a categoria “transterritorialização” para o campo das lutas por transformações sociais e/ou políticas, são, sobretudo, operados como “estratégia de reterritorialização” para um devir/porvir de “outras” territorialidades (rearticuladas e re combinadas, porém não necessariamente “novas”), sinalizadas, sobretudo, por desejos (ainda que negociadas ou por “coerção consentida” – Harvey, 2005), contra-hegemônicos, configurando, sobretudo, como o “porvir” de um projeto de vida, onde o sonhar por condições de vida melhores, por igualdade que não os inferiorizem (Santos, 2003, p. 56), faz parte dos planos de ação reivindicados no campo cotidiano da resistência dos povos indígenas.

O acionamento das estratégias transterritoriais tem como fator exponencial os efeitos cardiais e colaterais das mudanças ocorridas na reestruturação do sistema mundo moderno colonial do início do século XX, em particular, pelo reordenamento do sistema capitalista monopolista que instaurou um sistema de normas desde a regulamentação da máquina estatal até a mais simples subjetividade dos corpos humanos, embora suas bases tenham suscitadas na construção do Estado burguês, sobretudo nas bandeiras ideológicas da revolução francesa. É sobre essa estrutura de sociedade pensada e organizada/ordenada pelo pensamento eurocêntrico da burguesia branca cristã, que Michel Foucault a ressemantizou como sociedade do controle, centralizada, em particular, pela sua teoria da biopolítica, operada pela governamentalidade e seus dispositivos técnicos de biopoder, processo pelo qual produziu-se uma racionalidade global orquestrado, no estágio atual, pela lógica do neoliberalismo. Tal política (racionalidade governamental) foi desenvolvida pelos princípios do mercado, mas que atua como uma lógica normatizadora e ideológica, regulando a “vida” dos indivíduos da/na sociedade de consumo, com o intuito de tornar os indivíduos em inusitadas máquinas dóceis e produtivas.

Portanto, se a sociedade tem uma matriz de pensamento (neoliberalismo), significa dizer, também, que ela tem um

propósito, ou melhor, um projeto de sociedade, contudo é um projeto de “pensamento liminar” que atua pela “diferença colonial” (Mignolo, 2003), fragmentando a sociedade em “territórios” (Massey, 2008), campos discursivos (Foucault), “campo de tensões polares” (Agamben, [2004] 2006), posicionados num campo¹ de forças (bourdieuniano) com relações políticas específicas, servindo de modelos de/para a sociedade moderna, meticulosamente, projetados sobre um conteúdo essencialista e objetivado, a serem requeridos e perseguidos como referência do “moderno”. Onde o entrar nesse sistema significa renegociar, continuamente, a sua permanência e as suas subjetividades como valor de uso/troca em determinado campo desigual do poder, sendo, direta ou indiretamente, “imposto” (“coerção consentida” – Harvey, 2005), “contratos sociais” pela governamentalidade (subjetivação) eurocêntrica.

O processo de governamentalidade, que será melhor exemplificado mais a posterior, é estabelecido por um padrão gramatical, detentor de lexos linguísticos e específicos (campo discursivos de forças contraditórias), posicionado politicamente (direita, centro, esquerda ou pela lateralidade) e localizados geohistoricamente que classificam e justificam a criação de segmentos territoriais (campos linguísticos operando como plexos), no conjunto sociopolítico dirigido e controlado (no sentido panóptico), pelas classes hegemônicas da sociedade contemporânea. Essa rede de relações é fruto do sistema de dominação que separa e extrai (subjetivamente), dos indivíduos aspectos vitais da/na/para reprodução material e cultural destes, e assim transformá-los e

¹ Tal campo bourdieuniano pode ser concebido como um espaço social multidimensional (simbólico e/ou físico) de relações sociais entre agentes que compartilham interesses em comum, disputam vantagens específicas, numa relação assimétrica (recursos e competências/saberes). É um espaço de disputa entre dominantes e dominados. Entre agentes que possuem um acúmulo maior de capital (poder econômico e cultural) para intervir e reformular o campo de poder (redefinir novos horizontes, legitimar “outros” conceitos, ressignificar regras heterônimas de entrada e saída do/no campo, os limites, os entre-lugares, as fronteiras etc.) e empregam, simultaneamente, estratégias desterritoriais e por outro lado reterritoriais, onde ambas forças buscam conservar, aperfeiçoar ou subverter suas posições estratégicas, tendo esse último o desejo de abandonar sua posição de dominado empregando, geralmente, estratégias insurgentes (transterritoriais), representando assim uma relação de lutas antagônicas constantes pela própria (r)existência social e política.

utilizá-los como mercadorias, além de serem negociados como “bens” nos campos de forças específicas (mercados especializados de trocas de bens simbólicos e/ou materiais).

No campo de forças do indigenismo, encontram-se múltiplos campos discursivos (múltiplos territórios) agenciados por agentes distintos (Estado, Igrejas, Ong’s, Empresas), porém orientados por interesses estratégicos capitalistas, que tratam os direitos sociais e suas subjetividades como “bens” (mercadorias), sob a condição de uso e de apropriação específica do campo das políticas públicas em questão, tais como a educação, saúde, renda, moradia, segurança, identidade e a territorialidade, pois estes direitos (como sistema de normas), são projetados e regidos para afetar e/ou influenciar na continuidade da “doxa” coletiva, ou seja, são negociados e amarrados na teia da normatividade cotidiana da vida social e política, através de ações/programas/planos/projetos/leis/normas/crenças e absorvidas, ideologicamente, como “verdade absoluta”.

Esses intentos coloniais e neoliberais, além de promoverem a naturalização das normatizações, eles também os homogeneizam de forma multiescalar, ou seja, transformando-os em dispositivos temáticos ou campos discursivos atribuídos de valores identitários (tendo como central a etnicidade dos grupos em questão, no nosso caso a dos indígenas), para agirem como reprodutores das estratégias multiterritoriais, através de planos/ações/projetos dos diferentes agentes do poder hegemônico, além de estarem criando seus dispositivos para garantirem a manutenção do *status quo* do sistema mundo moderno colonial e de seus múltiplos campos normatizadores das “coisas” (jurídico-administrativo da vida, dos valores religiosos, dos valores ambientais, dos valores econômicos – materiais e simbólicos).

Definir o campo do indigenismo pressupõe realizar uma breve etimologia desta palavra. Onde se lê o sufixo “ismo”, de acordo com o dicionário da língua portuguesa, deriva do grego e indica uma ideologia, um sistema (plexo/rede) a ser seguido, algo consolidado como regra ou, que se acredita ser uma regra. Ex.: positivismo, cristianismo, jornalismo, mas também, designa um conjunto de crenças ou doutrinas de um determinado grupo, este sufixo possui ao menos seis possibilidades de significados: fenômeno linguístico, sistema político, religião, doença, esporte, ideologia, entre outros. A terminologia –ismo, também, tem como função: qualificar uma “certa patologia”,

mesmo que esta esteja presa a um sentido ideológico de determinados grupos, a exemplo do homossexualismo. No entanto, a resistência política que busca decolonializar o pensamento do poder ocidentalizador, provocou mudanças de acordo com seus sonhos/desejos (projetos de vida), pelo qual emergiu “novas” gramáticas (abolicionistas), como aconteceu com o homossexualismo, cujo termo, desde do dia 17 de maio de 1990, deixou de ser tratado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como patologia para ser reconhecido como "homossexualidade", o sufixo "dade" é adicionado, ressignificando o "modo de ser" como do comportamento do “ser” no seu debate ontológico.

Como fenômeno linguístico e ideológico, o indigenismo está, constantemente, sendo ressemantizado por agentes externos e internos ao campo de forças “inter-intra-relações” indígenas, passando a coexistir, no mesmo campo de debate, códigos distintos (reacionário e insurgentes), que se destacam conforme a relação de poder que se sobressai no processo de configuração de alianças políticas que reordenam e se apropriam do discurso proeminente no campo em questão. Desta maneira, o campo do indigenismo vem sendo tratado, não somente como um termo, mas como um conjunto de ideologias que designam projetos (programas/ações/metastonhos/desejos), para a vida dos indígenas, cuja racionalidade tem derivada da externalidade indígena, implantando premissas com aspectos ideológicos do sistema mundo moderno colonial, que, paralelamente, deparam-se com posturas subversivas de pensamentos decoloniais no seio do movimento indígena.

O campo do indigenismo no Brasil, historicamente, esteve sujeito quase que por unanimidade a ação de programas indigenistas produzidos e gerenciados por agentes estatais que pensaram projetos de caráter, inicialmente, assimilacionista, passando, posteriormente, para um sentido mais integracionista dos indígenas à nação, pretensamente, homogeneizada pelo discurso das elites dominantes do país. O resultado foi a invisibilização da diversidade étnica que ainda sub (r)existe desde a era pré-cabralina aos dias atuais, embora o Estado tenha reconhecido e garantido a sua representação política no plano da legislação nacional, a partir da Carta Magna da constituição de 1988, a sua participação foi relativizada, não sendo suficiente para garantir o seu poder de tomada de decisão sobre o futuro de suas próprias vidas e de seus territórios, para este modelo de controle

da vida indígena pelas forças estatais denominamos de Indigenismo de Estado (oficial).

A alteridade parece ser a mola propulsora, também nos demais formatos de “projeto indigenista”, ou seja, na forma de pensar e agir, partindo de cima para baixo, pois assim tem sido com os agentes ambientalistas para com os indígenas, que denominamos aqui de indigenismo ambiental, um projeto indigenista que vê os índios como sentinelas ou guardiões da floresta e para tanto criam estruturas políticas (normativas), cercada de um campo linguístico próprio (ambientalismo/ecologismo), para atender as suas perspectivas ideológicas, contudo atrelada ao sistema econômico e jurídico-administrativo (multiescalar global-local-global), dominante.

O projeto indigenista dos agentes empreendedores (desenvolvimentistas industriais e/ou financeiros), recebem aqui a denominação de indigenismo de mercado, por perceber os indígenas como capital social (também humano ou cultural), ou seja, os veem com potencial para empreender e gerar renda, sendo, sobretudo, objeto de interesse econômico desde do uso e apropriação do seu território até os seus saberes transcendentais, atrelado as normativas do poder estatal que “legitimam” suas práticas econômicas juntos aos indígenas em nome do desenvolvimento da nação, e por último, compondo a externalidade do pensar o indigenismo no Brasil, temos o projeto dos missionários voltados aos indígenas. A efetivação desses projetos indigenistas pelos missionários das igrejas cristãs, que se subdividem entre protestantes e católicos, sendo estes divididos entre conservadores e progressistas que como tais, daremos enfoque ao seu caráter de empresa, instituição que se alimenta de aspectos reacionários, no sentido de valorizar o espírito do capitalismo, preterindo os valores e a cosmologia dos saberes dos indígenas. Que por esta perspectiva são tratados como corpos que precisam ser convertidos aos valores cristãos, sustentáculos do sistema de produção capitalista. No entanto, as práticas da igreja católica conservadora (reacionária), convergem para que as identifiquemos com a sua ala progressista, também, como organização ou instituição financeira, que patrocina a organização social e formação política dos indígenas sem, todavia, questionar o “status quo” da superestrutura, ou seja, preservando os dispositivos que colonizam o pensamento e saberes, suas crenças, economias dominantes, sua natureza e seus territórios,

sobre os quais compartilhamos aqui das premissas críticas de G. Agamben, W. Benjamin e L. Boff e M. Lowy.

Por outro lado, há uma configuração de ações políticas em processo de construção, dando forma a um “projeto” de indigenismo com caráter de resistência, que por designação se realiza por meio de um conjunto de expressões políticas (local-global-local), que se contrapõe de forma reticular (redes), agindo, assim transterritorialmente, ora convergindo para com as ideias da alteridade indigenistas, ora divergindo ou abstraindo/extraindo parte de um todo, como aporte para suas estratégias transterritoriais.

As estratégias transterritoriais podem, de acordo com os próprios interesses insurgentes, posicionar o sujeito político na frente (para obstruir), paralelo (para concorrer), ou se sobrepondo (para se autoafirmar), diante das investidas multiterritoriais. Transterritorializar pressupõem articular formas diferenciadas de agir em rede, interconectando-se a cada grupo de agentes do poder hegemônico presente no campo do indigenismo no Brasil. Sobre as quatro tipologias de indigenismo e suas relações com o movimento indígena de resistência iremos analisar as suas formas de articulação e suas práticas “multi” e “trans” territoriais na região do baixo rio Tapajós e Arapiuns.

Roberto Cardoso de Oliveira (2000), nos chama atenção ao definir o indigenismo para que seja considerado no conjunto de tipos de indigenismo, a eticidade, como fator relevante, no processo de construção de mecanismo subversivos que supere as fronteiras (barreiras), na relação de forças interétnicas (fricção), em particular, no que tange a linguagem e aos meandros das normas legalistas, que além de dificultar a tomada de decisão na elaboração de um projeto de base indígena (indigenismo de resistência), pois do contrário, o que se tem desenvolvido é um monólogo, favorecendo o etnocídio. Para inverter tais situações é preciso tornar viável um diálogo que reconheça as reais necessidades indígenas, não como práticas capitalistas desenvolvimentistas convertidas em semânticas como etnodesenvolvimento de mercado, mas a partir e nas/para realidades indígenas que ressignifiquem o sentido de desenvolvimento pela ótica dos indígenas, ou seja, um projeto endógeno sistematizado que considere as histórias locais (geo-históricas), incorporando os valores éticos em pé de igualdade

estabelecido pelos saberes étnicos, como Cardoso de Oliveira sugere, pois para ele:

O problema ético, todavia, surgiria a partir do momento em que os índios encontrariam dificuldade em interpelar a FUNAI sobre o alcance das mudanças previstas por seu programa de mudança econômica e/ou social em nível micro, ou sobre a orientação da política indigenista, portanto governamental, conduzida em nível macro. A rigor, tal interpelação é um “ato de fala” dirigido pelo componente dominado da relação interétnica ao componente dominante – esse alienígena, culturalmente eurocêntrico e historicamente colonizador – que não pode cobrar do primeiro (do indígena) a obediência aos pré-requisitos de inteligibilidade, verdade, veracidade e retidão – pressupostos da ética discursiva – que se espera estejam presentes no exercício pleno do diálogo interétnico. Essa interpelação feita pelo índio ao não-índio dominador (que não é apenas representante do pólo politicamente dominante, mas também como alguém que domina a linguagem do discurso) torna muitas vezes difícil a inteligibilidade da mesma interpelação e, com ela, sua natural pretensão de validade, uma vez que falta aquela condição básica para o proferimento de um ato de fala que seja “verdadeiro” (isto é, aceito como verdadeiro pelo ouvinte alienígena); que tenha “veracidade”, sendo portanto aceito como força ilocucionária (i. é, de convicção) pelo mesmo ouvinte; e que manifeste “retidão” ou, em outras palavras, que cumpra as normas da comunidade de argumentação eticamente constituída, normas estas estabelecidas (e institucionalizadas) nos termos da racionalidade vigente entre os não-índios, i. é **no pólo dominante da relação interétnica. Essa institucionalidade dominadora tem sido, a rigor, senão a causa, pelo menos um sério fator de infelicidade do pólo dominado, incapaz de ser eludida pelos indigenistas militantes, seja do setor oficial ou do alternativo constituído pelas ONGs e pelas missões religiosas.** Isso significa que na relação entre indígenas e alienígenas, mediada ou não pelo Estado (entenda-se FUNAI), mesmo se formada uma comunidade interétnica de comunicação e de argumentação, e **que pressuponha relações dialógicas democráticas** (pelo menos na intenção do pólo dominante), mesmo assim o diálogo estará comprometido pelas regras do discurso hegemônico. Essa situação somente **estaria superada quando o índio interpelante pudesse, através do diálogo, contribuir efetivamente para a institucionalização de uma normatividade inteiramente nova, fruto da interação havida no interior da comunidade intercultural.** Em caso contrário – para falarmos como Habermas – persistiria uma espécie de “comunicação distorcida” entre índios e não-índios, comprometedora da dimensão ética do discurso argumentativo. **Porém, na ausência de uma nova normatividade, teoricamente possível, mas de difícil realização na prática (pelo menos diante da realidade atual não só no Brasil, mas no mundo), o horizonte não está de todo sombrio se considerarmos a probabilidade do domínio do discurso hegemônico pelo pólo dominado da relação interétnica.** (Cardoso de Oliveira, 2000. p. 225-226). Grifo nosso.

Portanto, pensar o indigenismo como uma necessidade dos/para os povos indígenas, nos reporta a premissa marxista, defendida por Lefebvre (1978), pela qual ele afirma que a “necessidade é, ao mesmo tempo, ato (atividade), e relação, em si mesma complexa, com a natureza, com os seres humanos, com objetos. Pelo trabalho o ser humano domina a natureza e se apropria parcialmente dela (...)” (Lefebvre, 1978, p. 28). Por essa perspectiva, podemos afirmar que o território (objetivado na territorialidade de determinado grupo, ou seja, gerado pelo processo de (re)territorialização e por extensão na transterritorialização), é produto do trabalho enquanto interfluxo da subjetividade e objetividade (ver Figura 1: Campos vitais da (r)existência social indígena). O indigenismo insurgente, portanto, considerando os ritmos geo-históricos de sua diversidade étnico e político, dialeticamente, tem se apropriado de códigos linguísticos (jurídico-administrativos), e discursivos, reprojetoando e refazendo-os (transformando-os), como “um porvir” de sua “natureza concreta”. Esse também é um exemplo de tomada de consciência que o indigenismo de resistência (através dos movimentos indígenas organizados), vem experimentando desde o seu reconhecimento pela Constituição Nacional de 1988. O indigenismo insurgente representa um esforço de uma tomada de consciência política, tal como Gramsci afirmara que “a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (consciência política), é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática, finalmente, se unificam” (Gramsci, 1987, p. 20).

O território (neste caso, o campo da territorialidade indígena), enquanto, interfluxo entre subjetividade e objetividade, é, sobretudo, uma construção e, simultaneamente, um construtor do mesmo processo que emerge o “sujeito” ou o “ser” social (político), da/na “sociedade moderna”. Portanto, decifrar e analisar os parâmetros (dispositivos), as tecnologias de poder, que geraram o sujeito político, neste caso, o “índio”, enquanto categoria genérica, e que substantivou o campo do indigenismo, pressupõe identificar as inter-intra-extra-conexões dos sujeitos indígenas nas suas relações de forças com os agentes do poder dominante.

Com a identificação das (dis)posições políticas (ideológicas), dos agentes que se apresentam em diferentes campos discursivos, porém, constituintes de um mesmo indigenismo na Região do Baixo Tapajós e Arapiuns (RBTA), permitirá delimitar os objetivos das

estratégias multiterritoriais (projetos indigenistas desterritorializadores), que possam explicar o ethos dos respectivos indigenismos: oficial, ambientalista, missionário e o de mercado. Embora, seja um indigenismo, aparentemente, subdividido, concorrem para o mesmo jogo da moderna colonialidade que é, para além dos discursos públicos, defender e proteger os interesses da sociedade de mercado, o que nos leva a discordar da premissa de Cardoso de Oliveira (1988), que afirma existir nesse conjunto de ideias indigenistas uma “unicidade”, ao definir, que o indigenismo no Brasil, “não é senão o compartilhar um mesmo universo de ideias e valores que tem na defesa das populações aborígenes o seu objetivo único e exclusivo” (1988, p. 75).

Da subjetivação dos sujeitos à Transterritorialidade do indígena plural

As tipologias de indigenismo são formas de expressão material e simbólica dos agentes que as constituem. As ações transterritoriais (estratégias), que se faz no presente edificam, ao mesmo tempo, o futuro daquilo que os indígenas negam e também daquilo que lhes é negado, concomitantemente, ou seja, negam qualquer intervenção externa que geo-historicamente impeça a sua (r)existência indígena e reivindicam direitos consuetudinários (condições para sua reprodução social), que a eles são negados pelas autoridades governamentais. O indigenismo oficial tem sido projetado a partir dos não indígenas como políticas públicas para atender, hipoteticamente, as “necessidades próprias” dos indígenas. No entanto, como contradiscurso, o indigenismo de resistência tem se posicionado politicamente contrário, divergindo e/ou convergindo, nas suas distintas, e até inusitadas, formas de negociação com seus agentes antagonicos.

O resultado destas ações tem se dado pelas relações de interpenetrabilidade, gerando um “porvir” de um “território” (físico e/ou simbólico), que não, necessariamente, seria a criação de um “novo”, mas de uma “dobra” (contiguidade), ou mesmo uma terceira via, uma reterritorialização que emerge de dentro pra fora, de baixo para cima, e que encontra na sua vizinhança (lateralidade), as conexões necessária para sua (r)existência ou para sua autorreafirmação como tal. Neste processo, o território que emerge, surge, concomitantemente, no e a partir do próprio campo vital, a identidade que vai legitimá-lo, recombinao e

articulando elementos da intersubjetividade que lhes “importam” tanto através das redes (plexos) do campo endógeno quanto do exógeno (Deleuze, 1991, p. 20).

É através do campo de forças contraditórias, dinamizado pelos agentes que compõem o indigenismo, que as “identidades plurais” são revalorizadas, politicamente, desconvencionando padrões diacríticos, em que uma não anula a outra, mas pelo contrário, fortalece as unidades (multiplicidades de identidades), pela unicidade transterritorial da identidade plural (Zambrano), que no/para o campo em questão ela é reterritorializada. Estas estratégias transterritoriais de desindividualizar o “sujeito” através da “desobediência epistêmica”² (Mignolo, 2010), constituem o mecanismo que anima tanto as práticas da biopolítica - maior verso menor - (Agamben, 2000), quanto as que (re)criam (des-re-subjetivam), os sujeitos e seus campos discursivos (plexos políticos), nos quais as técnicas de biopoder (biotecnologias), são (re)aplicadas e aperfeiçoadas.

Agamben (2002) e Mignolo (2010) exemplificam, respectivamente, como o corpo (homo sacer), é transformado em objeto da política (bios), e como a decolonialidade do poder reposiciona o indigenismo insurgente no seu processo de

² Mignolo em suas reflexões nos remete a noção de desprendimento, pois ele entende que “la descolonización epistémica avanza paralela al delinking que Samir Amin planteó en la esfera económica como desprendimiento del capitalismo. La diferencia con la apertura que ofrece Quijano es que la matriz colonial incluye la esfera económica y no la separa de las otras esferas. Todas ellas están inter-relacionadas en la naturalización de la cosmología occidental (por ejemplo, la totalidad) que produce el efecto mágico de hacernos creer que el mundo es lo que esa cosmología dice que es. El desprendimiento es urgente y requiere un vuelco epistémico descolonial (que está en marcha en distintas regiones del planeta) aportando los conocimientos adquiridos por otras epistemologías, otros principios de conocer y de entender, y por tanto, otras economías, otras políticas, otras éticas. La “comunicación intercultural” debe ser interpretada como comunicación inter-epistémica (como veremos más abajo, em el caso del concepto de interculturalidad entre los intelectuales indígenas em Ecuador). Además, desprenderse presupone moverse hacia una **geopolítica** y una **corpopolítica** del conocimiento, que por una parte denuncia la pretendida universalidad de una **etnicidad en particular (biopolítica) localizada en una región específica de planeta (geopolítica), esto es, Europa, donde el desarrollo del capitalismo ha sido con- secuencia del colonialismo. La noción de desprendimiento guía el vuelco epistémico descolonial hacia una universalidad-otra, es decir, hacia la pluriversalidad como proyecto universal**” (Mignolo, 2010, p. 17) grifo nosso.

reterritorialização, emergindo mecanismos transterritoriais que possam descolonizar as perspectivas do poder/saber/pensar/ser/fazer/ouvir/sentir, permitindo, assim, novas “dobras” (fronteiras), nessa rede de agenciamento identitário (territoriais), que envolve o campo de forças contraditórias do/no indigenismo:

o corpo do homo sacer, é mais uma vez uma vida nua. Esta é a força e, ao mesmo tempo, a íntima contradição da democracia moderna: ela não faz abolir a vida sacra, mas a despedaça e dissemina em cada corpo individual, fazendo dela a aposta em jogo do conflito político. Aqui está a raiz de sua secreta vocação biopolítica: aquele que se apresentará mais tarde como o portador dos direitos e, com um curioso oxímoro, como o novo sujeito soberano (ísubiectus superaneus, isto é, aquilo que está embaixo e, simultaneamente, mais ao alto) pode constituir-se como tal somente repetindo a exceção soberana e isolando em si mesmo corpus, a vida nua. Se é verdade que a lei necessita, para a sua vigência, de um corpo, se é possível falar, neste sentido, do “desejo da lei de ter um corpo”, a democracia responde ao seu desejo obrigando a lei a tomar sob seus cuidados este corpo (Agamben, 2002, p. 130).

La matriz colonial de poder es entonces una estructura compleja de niveles entrelazados Colonialidad del poder: Control de la economía, Control de la autoridad, Control de la naturaleza y de los recursos naturales, Control del género y la sexualidade, Control de la subjetividad y del conocimiento.

La colonialidade del poder está atravessada por atividades y controles específicos tales la colonialidade del saber, la colonialidade del ser, la colonialidade del ver, la colonialidade del hacer y del pensar, la colonialidade del oír, etc. Muchas de estas actividades pueden agruparse bajo la colonialidade del sentir, de los sentidos, es decir, de la aesthesis. Tardíamente, em el siglo XVIII, la aesthesis fue apropiada por el pensamiento imperial y transformada em aestética, sentimiento de lo bello y lo sublime. Em el correr de los últimos três siglos, lo sublime pasó a segundo plano y lo bello totalizó la estética y quedó limitada al concepto occidental de arte. Em suma, colonialidad del poder remite a la compleja matriz o patrón de poder sustentado em dos pilares: el conocer (epistemología), entender o comprender (hermenéutica) y el sentir (aesthesis). El control de la economía y de la autoridad (la teoría política y económica) dependen de las bases sobre las que se asiente el conocer, el comprender y el sentir. La matriz colonial de poder es em última instancia una red de creencias sobre las que se actúa y se racionaliza la acción, se saca ventaja de ella o se sufre sus consecuencias. Por eso Quijano dirá: es necesario, más que necesario, urgente, poner de relieve el mecanismo y dismantelar la matriz colonial de poder (Mignolo, 2010, p. 12).

O projeto de indigenismo do sistema hegemônico impõe, em função da sua natureza cartesiana (positivista), e capitalista, condições que fragmentam sua vida nua (zoé), em vidas (bios),

que são objetivadas (e subjetivadas), dos indivíduos indígenas, que os atravessam, alterando e subjugando a matriz dos saberes e das crenças desses indivíduos, que outrora, através da colonialidade interétnica, foram estigmatizados e rejeitados pelo pensamento colonial liminar (Mignolo, 2005). A corporeidade já subjetivada (bio), ou seja, já individualizadas, coloca o indivíduo no fronte de si mesmo, em que este deve se submeter contra si e em favor da escolha do campo que lhe melhor lhe convenha ser identificado como tal (ainda que este ser seja essencializado ou reduzido ao enquadramento da vigilância controlada, cotidianamente, pelas normas geradas no sistema panóptico do opressor).

O sujeitoado, embora seja constituído “por um conjunto de diferenças interpessoais”, ele se vê obrigado, em nome de uma identidade política (bio), fragmentada, a se desvincular das suas “demais” diferenças interidentitárias (partes vitais de si que coexistem no conjunto de diferentes campos territoriais de sua transindividualidade³), na e pelas formas de agir dentro de um campo de correlação de forças contraditórias e complementares, aqui vista como campos vitais da (r)existência social e política (ver Figura 1: Campos Vitais Intersubjuntivos e da (R)existência Social), que, estrategicamente, foram abduzidas (apropriadas), pelo sistema mundo colonial moderno capitalista e patriarcal, como espaço (campo de forças), de controle multiterritorial (sujeito individualizado/fragmentado).

Os indivíduos de posse de uma única atribuição identitária política, estrategicamente, “credenciam como sua” também, a “verdade” colonial de que a unicidade absoluta dos indivíduos, subjugada como exclusividade pelo modelo hegemônico, para ser utilizada como identidade “legítima” (de direito, mas não de fato), a se anunciar através de um “discurso público”, para um “arrebatamento” dos que se autodeclararem como “ser” de uma identitária política (*bio*), objetivado e essencializado, por meio daquela identidade criada e ofertada pelo sistema colonial moderno e capitalista como reduto da segurança social e territorial (do bem estar), sendo portanto forçado a negar (ocultar), a natureza plural da própria identidade étnica /cosmológica /de

³ Entendemos a “transindividualidade” como propriedade do “direito difuso” já consagrado e previsto pelos códigos e direitos civis da constituição nacional.

classe /de ocupação /espacial /geracional /sexual /estética, ou seja, transterritorial⁴.

Carlos Walter Porto-Gonçalves também faz referência a identidades plurais, sem, no entanto, usar este termo, usando barras a exemplo dos “múltiplos povos/etnias/nacionalidades e grupos/classes sociais em situação de subalternização/opressão/exploração” (Porto-Gonçalves, 2017, p. 15).

A sujeição dos indivíduos, pressupõe, que estes se posicionem, politicamente, em particular a partir das “suas” referências, historicamente, construídas por interconexões de campos sociais, que se articulam no interior de um conjunto de oito plexos (campos), que concebemos aqui como campos intra-interdependentes e vitais na/para a (r)existência sociais e políticos dos “sujeitos políticos” que servem, por exemplo, para o reconhecimento ou não das identidades indígenas e de suas territorialidades.

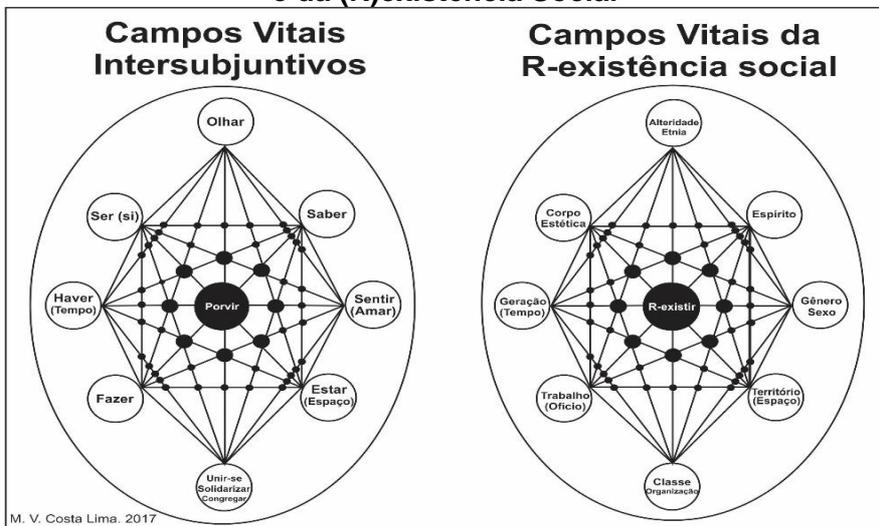
A construção dos campos vitais resultam da correlação de um lexo verbal que pode constituir um campo discursivo, que aqui são considerados como “campos vitais intersubjuntivos” que agem como referência na institucionalização identitária dos campos vitais da (r)existência social (atributos vitais e necessários na reprodução social e cultural das identidades), que têm sido apropriados, inclusive como dispositivos (para formulação de múltiplas identidades), de controle e dominação pelo sistema estruturante e normativo dos agentes hegemônicos do capital (empreendedor/financeiro).

As interconexões de campos interidentitários (transindividuais) até aqui esplanadas, podem ser representadas pelos subcampos que foram organizados em dois diagramas dispostos na figura “Campos Vitais Intersubjuntivos e da (R)existência Social”, representando uma rede de interações, onde os verbos (dispositivos linguísticos que geram/delimitam o reduto/território das relações (linguagem/ligação dialógicas), responsável pela

⁴ Durante o II Seminário de Educação do Campo e Cultura Quilombola”, Aymê Jilvana Castro Fergueira, estudante e militante da Associação quilombola Bambaê, da comunidade de Poacê (quilombo de Jambuaçu no Município de Moju/Pará), afirmou entender a transterritorialidade como o seu ser quilombola articulando os campos sociais “tudo-de-uma-vez” no campo vital da (r)existência social, ou seja, “não dá pra falar de mim e da minha comunidade em um só campo vital se não fizermos relação com os outros campos vitais”, em 01/10/2017.

definição de “quem tem o direito ou não de se comunicar/dialogar/negociar” a partir do (intra-inter-extra), território, tais atributos podem ser distribuídos da seguinte forma: 1. Olhar identifica a Alteridade (raça/etnia), 2. Sentir identifica a Sexualidade (gênero), 3. O Saber identifica a Subjetividade (saberes/espiritualidade), 4. O Estar a Espacialidade (terra-território), 5. O Haver a Temporalidade (geracional/história de vida), 6. O Ser a Objetividade (corpo/estética), 7. O Des/re/ter a Classe (organização social), 8. O Fazer o Trabalho (posição no mercado). Esses campos vitais são os vínculos que recombinados e articulados pelo sentimento de pertencimento determinam um porvir (inovação/reinvenção/outro/neoterritorialidade), que se encontra no centro todas as interconexões como resultado do investir da transterritorialidade (reterritorialização), o que colabora para explicarmos a natureza da identidade plural. Sobre estes campos “vinculativos” (rede relacional), de identidades vitais.

Figura 1: Campo Vitais Intersubjetivos e da (R)existência Social



Fonte: Diagrama elaborado pelo autor (2017), a partir, dentre outras, da metodologia de análise de redes socioterritoriais em Raffestin (1993) e em Souza e Quandt (2008).

Os campos vitais intersubjetivos devem ser entendidos como um conjunto de dispositivos que influenciam, diretamente, na construção dos discursos dos agentes sociais, que é resultado das

relações sociais geradoras, e que informa a existência, de territórios. Daí a preocupação de Mignolo de ser urgente em decolonizar os campos intersubjetivos (do pensar/do fazer/do ser/sentir/haver/ter/estar/olhar), e que ainda estão sobre os referenciais da colonialidade do saber e do poder (Edgard Lander e Anibal Quijano), para que possa garantir um “porvir” de uma transterritorialidade geo-histórica (local-global-local), dos “de baixo” subversivos.

Nossas observações e análises, partem do ponto de vista dos movimentos de resistência, das suas formas de pensar e agir, estrategicamente, nos seus processos de afirmação, apropriação e uso do território, além de buscarmos, nesse sentido, apreender a dinâmica que alimenta as “geometrias de poder” (Massey, 2008), circunscritas nas descontinuidades espaço-temporal, que articulam um conjunto de multiplicidades territoriais (emergentes ou não), e de que forma estas são geradas e geram, a partir de suas interações, outras territorialidades (alternativas), ou seja, outros campos específicos e vitais para a sua (r)existência social, étnica e política, como sujeitos “insurgentes”, ainda que possam ser “dissimulados” através de seus “discursos ocultos” (Scott, 2013), que compartilha, em certa medida, com a noção de “dependência libertadora” de Bauman (2001)⁵, entendida também, para além do sentido de “coerção consentida” apresentada por David Harvey (2005).

Busca-se, portanto, entender as particularidades da reterritorialização realizada pelo movimento de resistência indígena, a partir do processo do entrecruzamento e/ou de interpenetrabilidade (com certa aproximação com às ideias de (des)encaixe na perspectiva de Giddens), nas e pelas relações de poder, sobretudo no campo discursivo do indigenismo, para em seguida, traçarmos um paralelo com as ações práticas desenvolvidas pelo movimento indígena na/da região do baixo rio Tapajós e Arapiuns.

⁵ Durante o II Seminário de Educação do Campo e Cultura Quilombola”, Aymê Jilvana Castro Fergueira, estudante e militante da Associação quilombola Bambaê, da comunidade de Poacê (quilombo de Jambuaçu no Município de Moju/Pará), afirmou entender a transterritorialidade como o seu ser quilombola articulando os campos sociais “tudo-de-uma-vez” no campo vital da (r)existência social, ou seja, “não dá pra falar de mim e da minha comunidade em um só campo vital se não fizermos relação com os outros campos vitais”, em 01/10/2017.

A Categoria multiterritorialidade tem como princípio os atos dos indivíduos que experimentam vários territórios, constituindo um conjunto de sobreposição de vários territórios ou territorialidades (Haesbaert, 2004, 2014). No entanto, para este texto, atentou-se em manter o foco nas ações de resistência dos grupos insurgentes, dialogando, para tanto, com outros ramos das ciências sociais, pois é através deste viés que localizam as ações práticas, produtoras dos espaços das resistências, que encontramos eco em “muitos teóricos” de vertentes feministas e estudiosos do pensamento crítico e “*poscoloniales*”, tal como Massimo Modonesi (2010), que aponta em sua leitura crítica sobre “subjetivação política”, a relevância interpretativa dos que fazem referência ao papel revolucionário dos/nos movimentos de resistência.

Antônio Gramsci, por exemplo, destaca a contribuição da subalternidade e sua implicância para uma “*revolución pasiva*”; assim como para a posição crítica de Ranajit Guha por este destacar a historiografia colonial das rebeliões camponesas na Índia, nas quais Guha revela um proeminente “projeto de poder” não por meio de uma consciência racional, “mas reflexiva resultante da experiência e da deliberação coletiva e política” (Modonesi, 2010, p. 41), assim como, também, na ideia de Edward P. Thompson que não separa a classe de consciência de classe, ou seja “como duas entidades separadas e consecutivas uma a outra”, pelas quais Thompson afirma que não haveria “luta de classe sem classe”.

Modonesi cita a importância das proposições de Gayatri Spivak, que embora ela tenha divergido do lugar de enunciação de Gramsci sobre a subalternidade, ela se apoia, criticamente, nas subjetivações do sujeito foucaultiano para compreender e defender as diferentes formas de insurgências, em particular, das condições e experiência de subordinação vividas pelas mulheres indianas. Nessa mesma perspectiva Antônio Negri e Lazzarato (2001), traz à tona o tema do “trabalho imaterial” para diferenciar o “operário massa” do “operário social” (Giuseppe Cocco, 2001)⁶. Dessa forma eles nos alertam para as novas lutas sociais nos quais estão inscritas a exploração do capitalismo contemporâneo sobre as subjetividades, e Negri conclui, em parceria com Michael Hardt

⁶ Giuseppe Cocco faz a introdução do livro “Trabalho Imaterial” de Lazzarato e Negri (2001).

(2004), a proposta de “Multidão” (*multitud*), como um novo sujeito revolucionário que não segue, exatamente, a representação de uma unidade social ou como uma coisa ou identidade dada, senão como todos os indivíduos (sujeitados), que são explorados nas suas diferentes subjetividades.

Faz-se importante salientar que o avanço teórico, sobre o processo de múltipla territorialização (multiterritorialização), debatido por Rogério Haesbaert, que do ponto de vista restrito do/no indivíduo, tem como ponto de partida a ideia da acumulação de experiências socioculturais de um indivíduo realizada em determinado lugar (território-local), e que a partir das mobilidades físicas destes indivíduos, novas territorialidades são acionadas ou constituídas às/nas suas novas práticas cotidianas (sentido cultural), considerando sempre as pré-experiências como o local de enunciação, que (re)afirma a sua (r)existência social na interface de outros territórios, ainda que o indivíduo esteja na imobilidade física do espaço, mas poderá ter “mobilidade” através das suas relações sociais (que também é espacial).

Massey, no entanto, adverte, no seu livro “Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade” (2008), que, fundamentalmente, o que importa é “o modo como pensamos o espaço”, justificando que o espaço é uma dimensão implícita que “molda nossas cosmologias estruturantes”. “Ele modula nossos entendimentos do mundo, nossas atitudes frente aos outros, nossa política” (p. 16), evidenciando, assim, o caráter político da multiterritorialidade (heterogeneidade), ao afirmar, também, que o tempo-espaço (mudança - social), é inerente na/à coexistência de outros espaços. Massey assevera que os seus estudos orbitam pela esfera política com suas bases na análise relacional, ela se posiciona politicamente em favor do antiessencialismo (evitando olhares determinantes, objetivantes, unilateral, monolíticos, fragmentados, isolados, ou seja, que operam pela lógica da colonialidade do saber e do poder), e afirma que as interrelações das entidades/identidades são o que garante a existência do Espaço e, por efeito, as suas variantes de Lugar e Território:

Assim, primeiro, entender o espaço como um produto de inter-relações combina bem com a emergência, nos anos recentes, de uma política que tenta comprometer-se com o antiessencialismo. Em lugar de um liberalismo individualista, ou de um tipo de política de identidade, que considere essas identidades já, ou para sempre, constituídas e defenda os direitos ou reivindique a igualdade para essas identidades já constituídas, essa política

considera a constituição, dessas próprias identidades e as relações através das quais elas são construídas como sendo um dos fundamentos do jogo político. As "relações" aqui são compreendidas como práticas encaixadas. Em vez de aceitar e trabalhar com entidades/identidades já constituídas, essa política enfatiza a construtividade relacional (incluindo as chamadas subjetividade política e clientelas políticas). É cautelosa, portanto, a respeito de reivindicações de autenticidade baseadas em noções de identidade imutável. Em vez disso, propõe um entendimento relacional do mundo e uma política que responda a tudo isso. A política de inter-relações reflete, portanto, a primeira proposição, de que o espaço, também, é um produto de inter-relações. O espaço não existe antes de identidades/entidades e de suas relações. De um modo mais geral, eu argumentaria que identidades/entidades, as relações "entre" elas e a espacialidade que delas faz parte são todas co-constitutivas (Massey, 2008, p. 30).

Partindo das premissas masseybianas (subsidiadas pelas/nas análises subjetivas e relacionais), atrelamos os campos discursivos foucaultianos (biopolítica), que doravante nos ajudarão a posicionar um olhar antiessencialista, que considera, sobretudo, as práticas de resistências cotidianas. Essa perspectiva ressoa na necessidade de repensarmos a tese do "mito da desterritorialização", desenvolvido por Rogério Haesbaert (2004), em que ele afirma que a desterritorialização não é resultado único da dominação hegemônica (perdas e ganhos), e, sim, simultâneo com a reterritorialização, no entanto, ele desenvolve um debate que centraliza a multiterritorialização como um termo que tenha que dar conta desde a escala do indivíduo até a escala do sistema hegemônico dominante, sem considerar, no entanto, as formas diferenciadas com que o processo da multiterritorialização são efetivadas pelos seus agentes antagônicos/contraditórios (dominadores e insurgentes). Haesbaert afirma que a multiterritorialização é:

(...) pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma "multiterritorialidade" (Haesbaert, 2004, p. 344).

Doravante, Haesbaert (2006), nos ajuda a delimitar o papel destas categorias, deixando bem claro ao afirmar que é um mito acreditar que as elites (planetárias) são desterritorializadas. Pois dessa forma, ele ratifica que "não são os grandes empresários e os

grandes executivos que estão “desterritorializados” - ao contrário, são eles que têm a liberdade de escolher a (multi)territorialidade que mais lhes convêm” (p. 367). Tomaremos, para tanto, emprestado o termo trans-territorialização (com hífen, por indicar uma estratégia “transterritorial” no processo de (re)territorialização), para, a partir daqui, fazermos dela uma referência às estratégias de resistência de grupos sociais insurgentes, ou seja, para as ações projetadas de (re)territorialização, e assim aumentar o potencial analítico destas categorias, além de diminuir o sentido ambivalente dos termos Multi e Trans-Territorialização.

É importante salientar que a nossa intenção aqui, não é aprofundar um debate sobre o *modus operandi* do conceito de multiterritorialização, mas diferenciá-lo do processo de trans-territorialização, didatizando-o para facilitar a compreensão sobre este processo como “apropriado” pelos grupos insurgentes, além de dar ênfase a sua importância em promover a própria (re)territorialização, com hífen, denotando que este processo ocorre com e na recriação (como na “a reinvenção das tradições” de Eric Robsbawm (1987), ou na “reimaginação das coisas como processo” de Doreen Massey (2008, p. 44), (r)existindo continuamente, seja reforçando a sua territorialidade pré-existente e/ou seja no enfrentamento político pela (r)existência social de seus protagonistas de/em determinado espaço (território), que para tanto buscam estratégias diferenciadas (inovadoras) contra as técnicas de poder deliberadas pelos grupos hegemônicos de dominação.

Haesbaert, no seu livro mais recente, “Viver no Limite” (2014), enfatiza, veemente, que a multiterritorialidade compartilha do mesmo sentido da transterritorialidade. A partir desta visão, propomos uma ressemantização desses conceitos, contrariando o entendimento polissêmico entre estas duas palavras, porém sem causar perdas aos seus conteúdos teóricos, mas, pelo contrário, acreditamos que o prefixo “trans” (trans-territorialização), será relevante em seu mais complexo (com hífen, para referirmos a um conjunto de redes interconectadas, tendo sempre um como referência de ponto de partida), sentido polissêmico (como bem nos adverte Haesbaert e Mondardo (2011), a ponto de elevarmos o seu caráter ambivalente para polivalente, reposicionando a sua centralidade analítica, e assim destacá-la, pelo menos para nossa pesquisa, como uma categoria da resistência social, capaz de dessubjetivar os campos vitais em prol de uma (re)territorialização de povos originários insurgentes, e que inevitavelmente se

traduzem no campo de forças contraditórias, diferenciando a da categoria “multiterritorialização” que promove a desterritorialização física e simbólicas de grupos historicamente subalternizados. A separação desses “múltiplos” processos nos permite apontar aspectos semânticos que são alvos da ação desterritorializadora, como os alvos das subjetividades constitutivos dos movimentos emergentes e insurgente, e que, portanto, a eles são negados/excluídos/discriminados/racializados/desqualificados/ pelo poder hegemônico dominante regido, em particular, pelos paradigmas da colonialidade do saber e do poder.

Considerações Finais

O objeto principal de disputa entre os grupos antagônicos tem como ponto de partida a terra e o território, no entanto são os mecanismos (dispositivos), do sistema mundo-moderno-colonial que estabelecem as bases-estruturantes das regras do jogo político e que, necessariamente, credenciam os agentes (bio), em questão a acessarem e se posicionarem no campo do indigenismo.

A materialização dos interesses das classes hegemônicas no campo de forças das lutas políticas, indubitavelmente, obedece aos critérios de classificação identitária e da estrutura hierárquica administrativa e jurídica, que foram previamente legitimados pela colonialidade, dos acordos tácitos, historicamente, construídos nas relações de poderes assimétricos, e ou pelos acordos explícitos afirmados nas diferentes esferas de representação política. As identidades políticas forjadas nos campos vitais da (r)existência social indígena (centralidade étnica), para os sistemas hegemônicos e financeiro, passaram a ter valor estratégico (territorial), por constituir-se de um poder que se sobrepõe aos demais atributos identitários no processo de negociação de políticas específicas, sem considerar os (oitos) lexos responsáveis pela concretude da transterritorialidade indígena.

A identidade plural indígena (constituída pelos campos vitais da transterritorialidade) confronta com as normativas hegemônicas (essencialistas), e que no seu quesito étnico indígena, ainda os referenda como grupos homogeneizados, legitimando a criação de políticas públicas de “inclusão excludente”. Ainda contra os indígenas, sobressai o dispositivo do racismo institucionalizado (estruturante e estruturado), criado, culturalmente pela “racionalidade da modernidade”, para manter a diferença colonial.

Por outro lado, a contra estratégia de dominação, ou seja, a trans-territorialização precisa “transigir os fixos e fluxos” (Santos, 2002), causando a “Re-des-subjetivação” como ação para a “emergência” de “outras” “territorialidades táticas”, em alusão a ideia de “identidade tática” de Berino (2007), oportunizando, para tanto, “possibilidades” para a efetivação de projetos indígenas insurgentes, ou seja, que possamos redesconstruir pela desobediência epistêmica uma outra racionalidade que reconsidere os saberes de suas ancestralidades, como princípio balizador da trans-territorialidade, como no agir “transgredindo” a lógica colonial (“entrecampos” – P. Gilroy) que, dialeticamente, reordena a territorialidade indígena para além das fronteiras entre as de suas aldeias e as cidades.

As estratégias da trans-territorialidade indígena, portanto, trazem para o centro desse debate, a autoafirmação transidentitária (propriedade do direito difuso), que tem, na sua cosmologia multirrelacional e na sua interculturalidade crítica (Walsh, 2009), a conexão interativa dos campos de (r)existência social e política como fruto da resistência, e como tal, representa os traços vitais necessários para serem referendadas como parte do porvir de um projeto indígena transindividual. Pois os grupos insurgentes ao demarcar um “porvir territorial”, recusam a imposição de políticas indigenistas que os fragmentam nas suas cosmogonias, que os inferiorizam, os desqualificam, os constroem e/ou os violentam em sua integridade e dignidade étnica e ancestral.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo?** Santa Maria, RS: Palloti, 2006.
- BAUMAN. Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2001.
- BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In: LOURO, G. L. (org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BUTLER, Judith. **Vida precária. Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n.1, p. 13-33.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Ação indigenista, eticidade e o diálogo inter-étnico. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 40, abr./mai., p. 213 – 230, 2000.

DELEUZE, G. **A dobra: Leibniz e o barroco**. 2. ed. Campinas: Papirus. 1991.

FANON, Frantz. **Em defesa da revolução africana**: Título original: pour la revolution africaine. 1 ed. Lisboa / Portugal: Terceiro Mundo, 1980.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP. 1991.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

HAESBAERT, R. Apresentação à edição brasileira. In: MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand, 2014.

HAESBAERT, R.; MONDARDO, M. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. **Revista GEOgraphia**, Niterói: RJ, Vol. 12, Nº 24, 2010. Disponível em: www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/download/378/297 Acessado em: 12/05/2017.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LAZZARATO, M. ; NEGRI. A. **Trabalho Imaterial**. Rio de Janeiro/RJ: DP&A, 2001.

LEFEBVRE, Henry. Práxis. In: **Sociologia de Marx**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1978, p. 17-41.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade; tradução Hilda Pareto Maciel ; Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locais / Projetos Globais**: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2003.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistémica**. Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la

descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo. 2010, 126 pp
Disponível em: <https://antropologiadeoutraforma.files.wordpress.com/2013/04/mignolo-walter-desobediencia-epistc3a9mica-buenos-aires-ediciones-del-signo-2010.pdf> Acessado em: 27/09/2016.

MODONESI, Massimo. **Subalternidad, antagonismo, autonomía:** marxismos y subjetivación política. Buenos Aires. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; Prometeo Libros, 2010.

NEGRI, Antônio. Para uma definição ontológica da Multidão. In: **Lugar Comum**. Nº 19-20. Rio de Janeiro. NECOM/UFRJ. p.15-26. 2004.

PORTO-GONÇALVES. Carlos Walter. **Amazônia:** encruzilhada civilizatória: Tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro-RJ: Consequência Editora. 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

SACK, R. D. Territorialidades humanas. In: Dias, L.; Ferrari, M. (org.) **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2011.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar:** os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educação intercultural na América Latina:** entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.

Capítulo 7

GEOGRAFIA DA PECUÁRIA E DO DESMATAMENTO EM RONDÔNIA⁷

Amanda Michalski
Francilene Sales da Conceição
Ricardo Gilson Costa da Silva

Introdução

O crescimento do rebanho bovino alterou a geografia da pecuária e do desmatamento em Rondônia, principalmente, quando o deslocamento das frentes agropecuárias do sul para o norte do estado significou o avanço do capital sobre a floresta e cristalizou uma fronteira multiescalar. A principal consequência desse processo, objeto desse texto, relaciona essa geografia no município de Porto Velho.

É evidente que a geografia da pecuária e da ilegal e criminosa exploração madeireira metamorfoseou as áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas) e instaurou pressões político-econômicas e coerção territorial sobre territórios dos povos do campo e da floresta. Sendo assim, este trabalho analisa o crescimento da pecuária e do desmatamento no município de Porto Velho, no período de 2000 a 2015. Considera-se que o crescimento do rebanho bovino (corte) e os vínculos com os mercados externos contribuíram na elevação dos desflorestamentos em Rondônia.

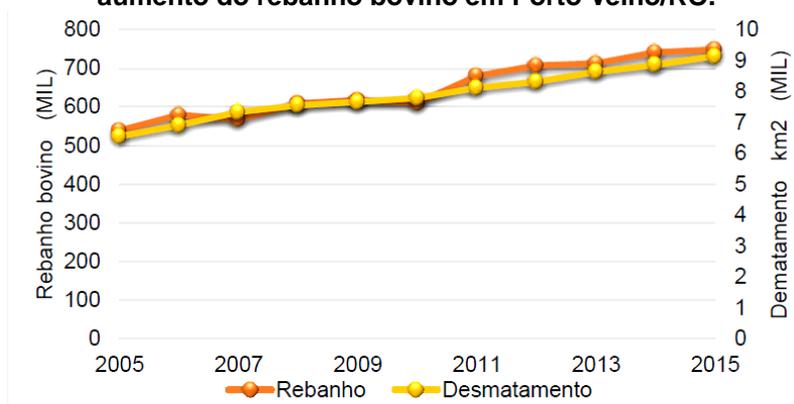
Para o desenvolvimento da pesquisa adotou-se uma abordagem qualitativa e quantitativa do espaço agrário. Os procedimentos metodológicos foram a revisão teórica-conceitual, análises de dados estatísticos, trabalho de campo e cartografia geográfica. Os dados quantitativos referentes ao desmatamento em Rondônia, com foco para o município de Porto Velho, foram

⁷ O presente texto resulta do Projeto de Pesquisa “Globalização e Espaço Agrário em Rondônia” (UNIR/CNPq/2016-2018), em desenvolvimento pelo do Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia – GTGA, do Laboratório de Gestão do Território - LAGET/UNIR.

coletados no site do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais–INPE, utilizando dados do projeto PRODES Digital OBT, de monitoramento da floresta Amazônica brasileira por via satélite LandSat 7 e 8. Quanto aos dados referentes ao rebanho bovino estadual, os mesmos foram coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/SIDRA) e da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia (IDARON).

Na análise dos dados quantitativos, de início, constata-se uma correlação do aumento do rebanho bovino com o aumento do desflorestamento em Rondônia. Para isso, utilizou-se o método estatístico do Coeficiente de Correlação Linear ou Coeficiente de Pearson (Karl Pearson, 1857- 1936), que afirma que a correlação “é uma medida de associação bivariada do grau de relacionamento entre duas variáveis”, ou seja, o coeficiente de correlação de Pearson (r) é uma medida de associação linear entre duas variáveis, neste caso as variáveis são rebanho e desmatamento (Figueiredo; Silva, 2009). Como demonstra a Figura 1, a correlação é positiva forte, atingindo o valor equivalente a 0,8686, indicando uma forte relação entre o aumento do desmatamento com o aumento do quantitativo bovino rondoniense.

Figura 1: Correlação entre aumento do desmatamento com o aumento do rebanho bovino em Porto Velho/RO.



Fonte: PRODES, 2015. IDARON, 2015.

Elaborado por: Michalski, 2017.

Portanto, para as duas variáveis selecionadas (rebanho bovino e desmatamento), verifica-se que na medida em que a pecuária cresce, os desflorestamentos aumentam, caracterizando-

os como um crime ambiental, dado que aumenta a pressão, principalmente, em áreas protegidas.

Geografia da Pecuária em Rondônia

A formação socioespacial que Rondônia vivenciou a partir de 1970 centrou-se na transição do extrativismo (animal, mineral e vegetal) para as frentes agropecuárias, no qual transformou o uso do território e as espacialidades dos grupos sociais que viviam sob a lógica do campo e da floresta, atingindo seringueiros, indígenas, ribeirinhos, quilombolas e camponeses. As transformações ocorridas no espaço geográfico rondoniense são frutos de um amplo processo delineado pelo Estado brasileiro para a exploração dos recursos naturais e expansão da fronteira do capital que está intrinsecamente relacionada à formação socioespacial do Brasil (Thery, [1976] 2012; Costa Silva, 2012).

Essas transformações resultaram das políticas de colonização agrícola na Amazônia (1960-1980), cujo intuito foi transformar a floresta em espaço de produção agropecuária, vinculando a região aos fluxos econômicos mais dinâmicos do Brasil (Thery, [1976] 2012; Valverde, 1979; Becker, 2007). Tal racionalidade atendia aos interesses do Estado brasileiro e do capital em se reproduzir e, ao mesmo tempo, atenuar os fortes conflitos e pressões sociais que ocorriam nas demais regiões do Brasil, razão que aponta a colonização agrícola como uma política territorial estratégica aplicada na Amazônia. A expansão das relações capitalistas de produção é o indicativo da transformação da Amazônia em fronteira do capital, um espaço da metamorfose da natureza e da terra em mercadoria.

A partir desse período, a geografia de Rondônia se configurou em novos arranjos socioespaciais, dado que o campo-floresta foi metamorfoseado em espaço da reprodução ampliada do capital, que atualmente se cristaliza no agronegócio latifundiário globalizado. Em processo contínuo, abriu-se a fronteira agrícola para o capital globalizado instaurar sua lógica espoliadora, que nega as territorialidades e as espacialidades dos povos e comunidades tradicionais amazônicas (ribeirinhos, indígenas, quilombolas, seringueiros, caboclos, dentre outros), que vivem e experienciam outra temporalidade que não é a mesma do capital hegemônico.

A espacialização das *commodities* resultou na tecnificação e cientificação do espaço regional, modificando o meio natural ao longo de quase cinco décadas. Os efeitos dessas ações resultaram no crescimento do agronegócio em Rondônia, vinculando a economia regional aos mercados exógenos, no qual os produtos agrícolas que se destacam são a soja e a pecuária. Essas *commodities* são exportadas *in natura* e possuem elevado valor no mercado internacional. Os crescentes investimentos destinados à agropecuária, por meio de políticas públicas, modificaram a composição técnica do território e introduziu a especialização produtiva que visa atender aos mercados consumidores globalizados (Costa Silva, 2005, 2015, 2016). Entre esses mercados estão Hong Kong, Rússia e Egito, países que representam mais de 70% do mercado consumidor de carnes do rebanho bovino rondoniense (Diário da Amazônia, 2017).

A territorialização da soja no sul de Rondônia fez a pecuária se deslocar para regiões que não foram objeto das políticas de colonização (assentamentos rurais) e que não apresentavam taxas de desmatamento relevantes no espaço regional. Com a capitalização, resultado da comercialização e arrendamentos de terras para a soja, muitos fazendeiros/pecuaristas buscaram novas áreas para a expansão da pecuária, aumentando as pressões territoriais nas áreas protegidas e no seu entorno, área denominada de zona de amortecimento (BRASIL, 2000). A zona-tampão ou zona de amortecimento⁸ é um espaço legalmente instituído nos limites das unidades de conservação e terras indígenas, que serve à proteção dessas áreas protegidas, sendo permanentemente objeto de grilagem, roubo de madeira e área de expansão ilegal da pecuária e de extração madeireira, ou seja, converteu-se em espaço do crime ambiental. Nessa perspectiva, a expansão da pecuária para o norte de Rondônia está intrinsecamente relacionada ao deslocamento do capital e ao aumento do desmatamento na região do município de Porto Velho, em áreas que deveriam ter usos sustentáveis, a exemplo da

8 Segundo WWF Brasil as zonas-tampão são áreas localizadas no entorno das unidades de conservação que funcionam como um “para-choque”, uma forma de impedir que a degradação da natureza alcance a unidade de conservação, terras indígenas e outras áreas que estão sob a proteção e responsabilidade governamental.

Subzona 2.1, descrita no Zoneamento Socioeconômico de Rondônia como:

[...] zona que se deve priorizar o aproveitamento dos recursos naturais, evitando a conversão da cobertura vegetal natural. As atividades agropecuárias podem ser mantidas, mas sem expansão dessa atividade (SEDAM, 2010, p. 16).

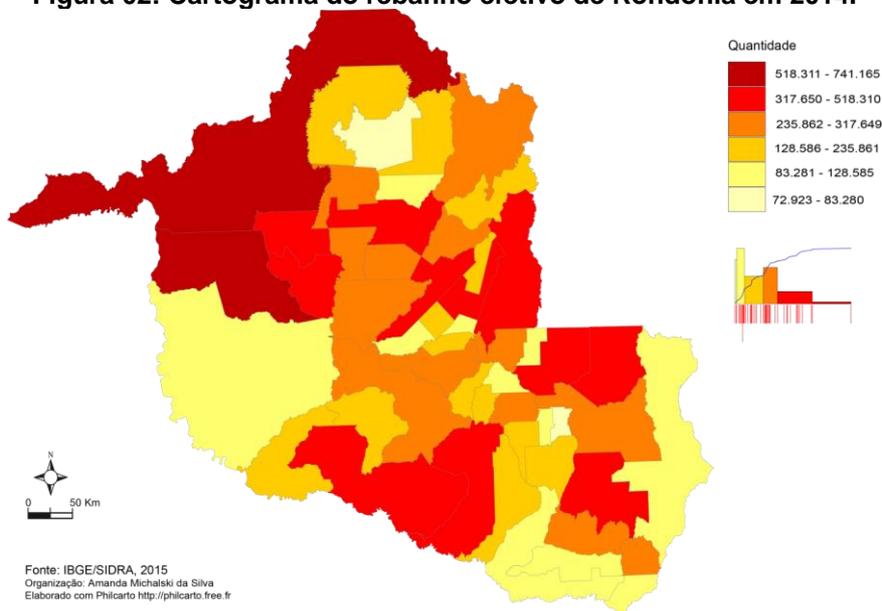
O realce para o ordenamento jurídico do território é que se refere justamente na área que deveria estar protegida, mas que onde se localiza União Bandeirantes, “distrito” de Porto Velho, que segundo dados da IDARON se destaca com o crescente aumento do rebanho bovino. O município de Porto Velho apresenta em quase toda a sua extensão solos classificados em Latossolo Vermelho Amarelo Distrófico – LLD, sendo que tais solos apresentam textura média, com teores elevados de areia, inclusive semelhantes às Areias Quartzosas, potencializando sua erosibilidade. Por apresentar esse solo, a fertilidade é baixa, havendo a necessidade de uso de corretivos e fertilizantes (EMBRAPA, 2016). Além disso, a retirada da cobertura vegetal (desmatamento) intensifica o processo de erosão por lixiviação e o aumento da atividade agropecuária eleva a compactação do solo, que junto aos demais processos citados, tende a aumentar a escassez de nutrientes, provocando perdas de solos e prejuízos futuros para as atividades agropecuárias (SEDAM, 2010).

Observa-se na região de União Bandeirantes as contradições na implementação e gestão do território em referência ao normatizar o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia (ZSEE), haja vista que o crescente avanço do desmatamento e a expansão da agropecuária, além de proporcionar o empobrecimento futuro do solo da localidade, constata-se ainda a pressão sob as áreas de proteção ambiental, como é o caso da Terra Indígena Karipuna e a Resex Jaci-Paraná.

No período de 2000/2014, o rebanho bovino cresceu 125% em Rondônia, passando de 5.664.320 para 12.744.326 de cabeças. O município de Porto Velho, no mesmo período, cresceu 361%, chegando a 741.165 cabeças e alcançou o primeiro lugar no *ranking* estadual (IBGE, 2015). Ao analisarmos a cartografia desse processo (Figura 02), verifica-se que a pecuária está mais fortemente presente no Vale do Guaporé e no norte/noroeste de Rondônia, especialmente nos municípios de Nova Mamoré, Porto

Velho, Alto Paraíso e Buritis. Há o indicativo de que essas áreas tendem a sofrer as pressões socioterritoriais, convertendo a natureza e áreas protegidas em espaço da agropecuária.

Figura 02: Cartograma do rebanho efetivo de Rondônia em 2014.



Fonte: IBGE/SIDRA, 2015
Organização: Amanda Michalski da Silva
Elaborado com Philcarto <http://philcarto.free.fr>

Fonte: IBGE/SIDRA 2015.
Organizado por Michalski
Elaboração com Philcarto: <http://philcarto.free.fr>

Essas frentes agropecuárias que avançam para o norte rondoniense também indicam que a terra e a floresta se transformam em mercadorias altamente valorizadas no mercado local. A geografia das *commodities*, baseada na interação da agro/pecuária/flora-negócio, além de permitir o crescimento do rebanho bovino que contribui com o Produto Interno Bruto (PIB) de Rondônia, resultou também no aumento do desmatamento que se materializa nos conflitos agrários e territoriais.

Na perspectiva geoeconômica, a pecuária rondoniense se destaca na economia estadual. Conforme consta no *ranking* do PIB do ano de 2011, no primeiro lugar aparece o setor de serviços, com participação de 61,2%. Em segundo lugar se destaca o crescimento do setor agropecuário, alcançando um total de 20,5% do PIB, e em terceiro lugar temos o crescente aumento do setor

industrial, com participação de 18,3% (IBGE, 2012). Os incentivos fiscais não se restringiram somente ao setor industrial, pois a agropecuária também recebeu benefícios que refletiram na modificação do espaço agrário rondoniense.

No caso de Rondônia, há uma elaborada narrativa de “disponibilidade de terras”, visto haver fortes discursos políticos contra as áreas protegidas, sob o argumento de que essas áreas e sua ampliação obliteram o desenvolvimento econômico. A dinâmica territorial desse processo se traduz nas frentes agropecuárias e madeireiras, que invadem os espaços legalmente protegidos para dar outra destinação econômica, ampliando as invasões às áreas protegidas, em seu entorno (zonas de amortecimento) e na formação de vilas rurais.

A migração em escala intraestadual corresponde a nova geografia de Rondônia, na medida em que os pecuaristas/fazendeiros, madeireiros, pequenos proprietários e grileiros se apropriam de terras públicas e buscam áreas situadas próximas às terras indígenas e unidades de conservação, como é o caso de União Bandeirantes e Rio Pardo, que fazem divisa com a Terra Indígena Karipuna e Resex Jaci-Paraná, ambos “distritos” do município de Porto Velho. O capital agropecuário migra e se fortalece em locais onde ainda se configura como “meio natural”, potencializando o surgimento de novas vilas e povoados em meio à floresta. Nesse contexto, eleva-se as pressões sobre áreas protegidas e aumenta a coerção territorial sobre os territórios do campesinato, indígenas e extrativistas, desvelando-se como impactos natural e territorial (Costa Silva, 2014; Costa Silva *et al.*, 2017).

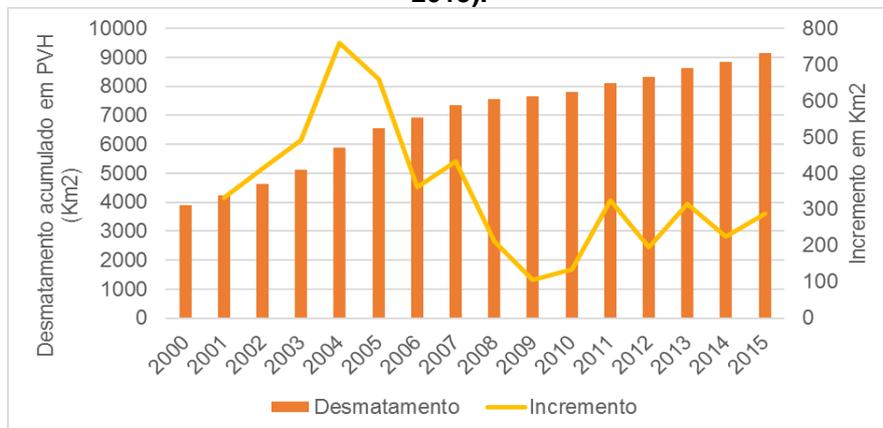
Pecuária e desmatamento em Porto Velho

O espaço agrário do município de Porto Velho se modificou em função do crescimento da pecuária e conseqüente aumento das taxas de desmatamento, que, por sua vez, resultou em novos arranjos socioespaciais e novas dinâmicas territoriais. Verifica-se que a maioria dos municípios das regiões em que as *commodities* (pecuária e soja) estão mais presentes ultrapassaram mais de 80% de desmatamento da área municipal, ou que as áreas disponíveis à expansão agropecuária estão nos limites e no espaço territorial das áreas protegidas.

Toda essa dinâmica territorial em Rondônia refletiu na taxa de desmatamento em Porto Velho, que passou de 11,23% para 26,41% da área municipal, ou seja, no município o desmatamento cresceu 135,25% no período de 2000/2015, figurando entre os municípios em que mais se incrementa o desmatamento na Amazônia. Desse modo, afirma-se que o deslocamento da pecuária para o município de Porto Velho resultou na pressão territorial sobre as áreas “protegidas”, no qual as leis ambientais são ignoradas pelos agentes econômicos e negligenciadas pelo Estado.

Ainda que Porto Velho esteja longe dessa taxa média (80%), os indicativos da lógica do agronegócio lembram a entrada no *ranking* dos municípios que mais contribuem para o incremento do desmatamento em Rondônia e na Amazônia Legal, em função do crescimento da pecuária, da exploração ilegal de madeira e do desmatamento decorrente da construção das hidrelétricas do Madeira (Jirau e Santo Antônio).

Gráfico 01: Evolução do desflorestamento no município de Porto Velho relacionando a taxa do incremento do desmatamento (2000-2015).

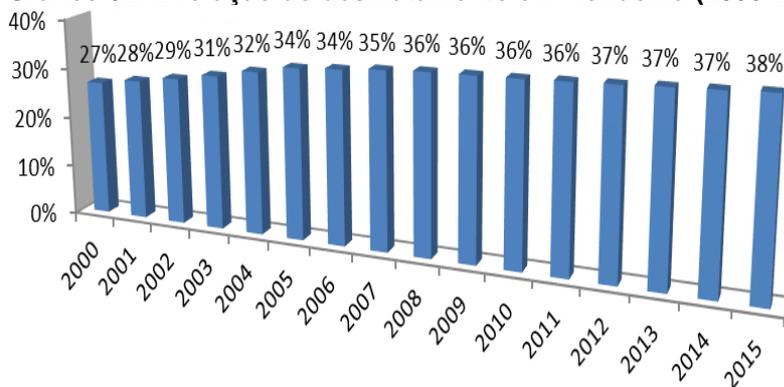


Fonte: INPE/PRODES municípios 2000 a 2015.
Elaborado por Michalski, 2017.

Os diagnósticos apontam para um desmatamento progressivo em Porto Velho que amplia a atividade da pecuária. O Gráfico 01 indica os dados referentes ao desmatamento acumulado e seu incremento no município de Porto Velho. Nota-se que os maiores

picos de incremento ocorrem no período de 2001 a 2005, voltando a subir a partir de 2009, o que demonstra forte ligação com o aumento do quantitativo bovino nas localidades de União Bandeirantes e Rio Pardo.

Gráfico 02: Evolução do desmatamento em Rondônia (2000-2015).



Fonte: INPE/PRODES 2016.

Elaboração: Michalski, 2017.

Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Porto Velho tem uma extensão territorial de 34.631km², e apresenta no gráfico uma área de desflorestamento, até o ano 2000, de 3.888,3km², representando 11,23% de área do município. Em 2015 alcança 9.147,4km², significando 26,41% de sua extensão territorial convertida em campos abertos para a agropecuária, o que se traduz num aumento de 135,25% para o período. Na escala estadual, incorpora-se aos 38% da área desmatada em quinze anos de expressivo aumento do capital destinado ao agronegócio. O Gráfico 02 apresenta a evolução do desmatamento em Rondônia entre os anos de 2000 a 2015. Esses dados apontam que nesse período a dinâmica do desflorestamento no estado de Rondônia está levemente ascendente.

Como afirmamos, o desflorestamento no espaço agrário/florestal de Rondônia relaciona-se ao aumento do rebanho bovino, no qual metamorfoseou as sub-regiões rondoniense que antes se constituíam de áreas que se encontravam em estágio de preservação/conservação. Dentre os municípios de Rondônia que mais sofreu tais processos, certamente, se destaca Porto Velho, no qual originou novas vilas e povoados em áreas que há duas

décadas estavam totalmente preservadas (Costa Silva, 2016b). Os reflexos desses processos se concretizam no campo e na floresta, correspondendo aos movimentos espaciais das frentes agropecuárias e madeireiras para o norte de Rondônia, cujo o produto territorial são as vilas rurais e agrocidades que surgem a partir dos estímulos de agentes públicos e privados na invasão e ocupação de áreas protegidas.

Vilas rurais e agrocidades em Rondônia

O movimento espacial das frentes agropecuárias e madeireiras em Rondônia tem levado ao surgimento de vilas rurais ou povoados em áreas onde se tinha Floresta Amazônica, resultando em novos usos do território e, conseqüentemente, em nova organização espacial (Costa Silva, 2016a). No passado, tais movimentos foram analisados como frentes pioneiras, cujo destaque principal é o clássico estudo de Pierre Monbeig ([1950] 1984), referente à expansão paulista em função da produção cafeeira no início do século XIX, e na Amazônia ressalta-se a pesquisa de Hervé Thery ([1974] 2012), que analisou, na década de 1970, o início da colonização agrícola de Rondônia e seus efeitos territoriais. O conceito de frentes pioneiras procurava explicar a expansão da sociedade nacional em regiões periféricas, destacando as relações de trabalho e a relação do homem, natureza e paisagem. Em outros termos, as frentes pioneiras representavam a incorporação de regiões periféricas aos mecanismos da sociabilidade do capital, transformando a terra e a natureza em mercadorias, o que, em síntese, pode-se entender como a expansão da civilização material capitalista no âmbito dos limites territoriais dos Estados, cujas populações não viviam as densidades sociais e econômicas do capital.

No caso de Rondônia, a colonização agrícola (1970/1980) apresentou esses elementos socioeconômicos e, por conseguinte, configurou a produção e organização do espaço geográfico vinculados aos processos mercantis de sociabilidade do capital (Costa Silva, 2012). O debate sobre a permanência de processos espaciais vinculados ao que se qualifica como frentes pioneiras está em aberto e em várias sub-regiões da Amazônia tem-se a manifestação dessas dinâmicas, mesmo em espaços que passaram por ordenamento territorial, ou seja, espaço planejado e socialmente pactuado no âmbito dos Zoneamentos

Socioeconômico Ecológico (ZSEE), a exemplo dos estados de Rondônia, Mato Grosso, Acre, Pará, Roraima e Amazonas.

Especialmente, nas últimas duas décadas, verifica-se em Rondônia o surgimento de inúmeras vilas e povoados que não foram pensados à luz dos instrumentos de planejamento regional e territorial (ZSEE). Trata-se de um fenômeno que não deriva diretamente de políticas públicas, muito embora esteja associado às intervenções (práxis política) de agentes públicos e econômicos interessados na conversão de espaços naturais em espaço da agropecuária, exploração madeireira e grilagem de terras. Assim, a dimensão dos processos empíricos e sua escala geográfica nos indica tanto o surgimento de vilas rurais, quanto a evolução de vilas rurais para verdadeiras agrocidades (Santos, 1982; Costa Silva, 2015, 2016b).

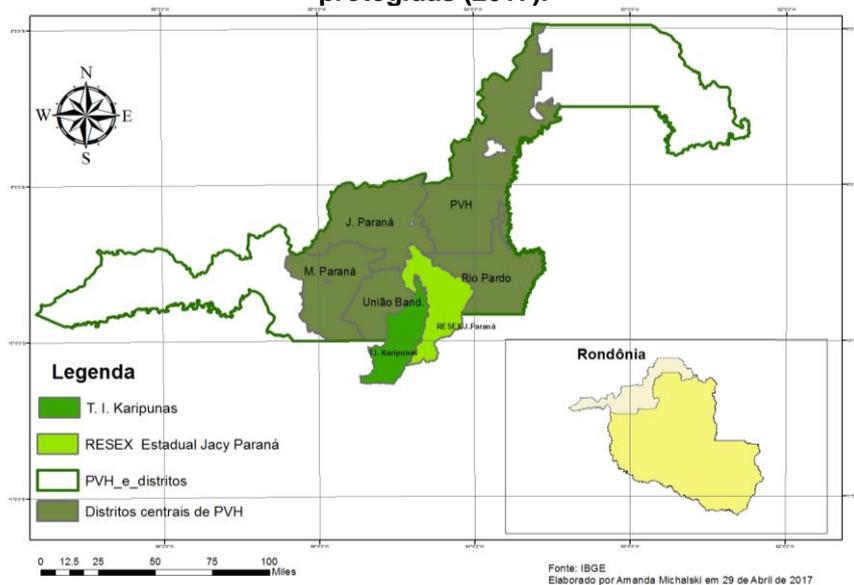
A categoria de vilas rurais refere-se a um espaço geográfico que serve para a habitação e o trabalho. Está para o uso dos trabalhadores volantes do campo, cujas atividades desenvolvidas estão voltadas para atender as necessidades das unidades familiares. Para Guedes e Cordovil (2013), a escala de análise para a definição de vila rural na Amazônia, no âmbito da ciência geográfica, deve-se ao gênero de vida e a paisagem, no qual esses espaços geográficos são concebidos como relações indissociáveis. Sendo assim, os autores conceituam vilas rurais como sendo:

Uma formação socioespacial, cuja paisagem não ultrapassa a dimensão do tradicional, ou seja, não alcança um alto grau de complexidade técnica, além de ser composta de uma materialidade, expressa em seus objetos geográficos e numa misticidade clarificada em seus ritos e crenças, que estruturam o mundo do sagrado, acessíveis a toda população, codificando ao mesmo tempo um mundo de valores humanos e sobrenaturais, onde a interação ou soma da matéria e do espírito se tornam técnicas, transmitidas pela tradição, com a finalidade de domínio da natureza e afirmação da geograficidade do grupo (Guedes; Cordovil, 2013, p. 32).

A proposição dos autores a partir do conceito de vilas rurais, sob nosso entendimento, é aplicável em sub-regiões amazônicas onde o processo de modernização do espaço agrário não está presente ou com limitada intensidade de capital. Trata-se de lugares em que a solidariedade orgânica (Santos, 1996), é ressaltada pela proximidade, co-presença, enfatizada pela manifestação do tradicional, misticidades e crenças, da relação

entre o grupo/comunidade e a natureza sem larga mediação técnica/tecnológica, como se verifica em muitos lugares da Amazônia, a exemplo das vilas rurais ao longo do Vale do Guaporé, na fronteira com a Bolívia, e no rio Madeira, estados de Rondônia e Amazonas. Na Amazônia, o mundo rural é múltiplo e o modo de vida e trabalho das populações são regidos pela terra, água (rio) e a floresta, dependendo dos processos socioespaciais e da localização geográfica. Em essência, o fenômeno particular estudado deve levar em consideração as especificidades dos lugares, as territorialidades e as espacialidades, pois a diversidade dos agentes sociais presentes no espaço amazônico é diversa, a exemplo dos camponeses, pescadores, extrativistas, indígenas, quilombolas e caboclos que vivem outra temporalidade e lógica social.

Figura 03: Município de Porto Velho: distritos centrais e áreas protegidas (2017).



Essas vilas rurais podem sofrer aceleramentos geográficos, seja em função das atividades produtivas, seja pelas oportunidades que podem gerar aos migrantes em se perceberem no lugar com a expectativa de mobilidade social ascendente, ou mesmo em decorrência de situações em que a “corrida pela terra”

se acelera na Amazônia. Tanto a ação dos migrantes, da população que ocupa a vila, do capital agrário e do Estado podem, em curto período, transformar o espaço local em escalas de atividades socioeconômicas que modificam sua hierarquia geográfica. Tais fenômenos já haviam sido verificados em Rondônia no período da colonização, quando da análise das aglomerações territoriais em que se ressaltava que as relações campo e cidade assumiam feições econômicas e sociais que Santos (1982), denominou de agrocidades, as quais desempenharam a função de entreposto comercial e de trabalho dos colonos antes destes terem acesso à terra (Costa Silva, 2012).

Sob esse entendimento, compreendemos União Bandeirantes como uma agrocidade e Rio Pardo como vila rural, ambas localizadas no município de Porto Velho (Figura 03). Sua configuração geográfica é formada por atividades agrícolas e não agrícolas, originadas pela ocupação irregular de terras públicas (áreas devolutas e áreas protegidas), cujos sujeitos desses processos são pequenos agricultores, fazendeiros, madeireiros, grileiros, agentes políticos (parlamentares), que atuaram sob a omissão e/ou apoio indireto do Estado, principalmente, em não proteger e fazer comprimir o Zoneamento Socioeconômico Ecológico (ZSEE). Contudo, foi o capital agropecuário e madeireiro que impulsionou a transformação desses lugares. A população migrante, tanto no campo quanto na área urbana, em geral, é formada por agricultores familiares que migraram das demais sub-regiões de Rondônia em busca de terras, tratando-se de uma migração na escala intraestadual (Costa Silva, 2016a, 2016b; Costa Silva *et al.*, 2017).

Como afirmado anteriormente, os dados do programa PRODES/INPE indicam que o desflorestamento em Porto Velho alcançou 26,41% em 2015, informando um aumento de 5.259,1Km² de áreas desmatadas no município, correspondente ao período de 2000-2015. Na Figura 3 observa-se a localização geográfica do município de Porto Velho e seus distritos centrais, incluindo as áreas protegidas (Terra Indígena Karipuna e Resex Jaci-Paraná), que sofrem pressões da agropecuária e da ilegal indústria madeireira, instaurando a geografia dos conflitos agrários e territoriais. Destacaremos União Bandeirantes como principal agrocidade emergente desse processo geográfico de deslocamento das frentes agropecuárias e madeireiras em Rondônia.

Figura 04: Espaço geográfico da vila rural de União Bandeirantes (2016).



Fonte: Trabalho de campo, 2016.
Foto: Michalski

União Bandeirantes surgiu em 1999, fruto de uma ocupação de terra indiretamente estimulada pelo INCRA, processo que Vitachi (2015) qualificou de “(In)ação do Estado”. Essa agrocidade localiza-se a 160km da cidade de Porto Velho e abrange uma área de 104 mil hectares, cuja extensão territorial urbana é de 6,70km² (Figura 04) com população estimada em 15.000 habitantes (rural e urbana). Destaca-se pelo seu potencial econômico para o município de Porto Velho, o qual é visto pelo governo estadual como principal polo de produção agropecuária, cujos principais produtos são gado (leiteiro e corte), milho, café, feijão, cacau e banana. O que mais se sobressai é a pecuária. O setor madeireiro foi a atividade que mais contribuiu com o aumento das taxas de desmatamentos na região, impactando diretamente a natureza e as relações sociais, dado que na região têm-se seringueiros (Resex Jaci-Paraná) e grupos indígenas (T.I. Karipuna).

A imagem evidenciada na Figura 05 indica que o desmatamento iniciou nessa região a partir do ano 2000. Nesse período, a vila rural Rio Pardo foi a que mais apresentou alterações espaciais, pois as hachuras evidenciadas na imagem são decorrentes das intensas extrações ilegais de madeira de áreas protegidas, assim como, o início das atividades agropecuárias que se apresentavam em processo expansivo.

Figura 05: Região de União Bandeirantes e Rio Pardo (2000).

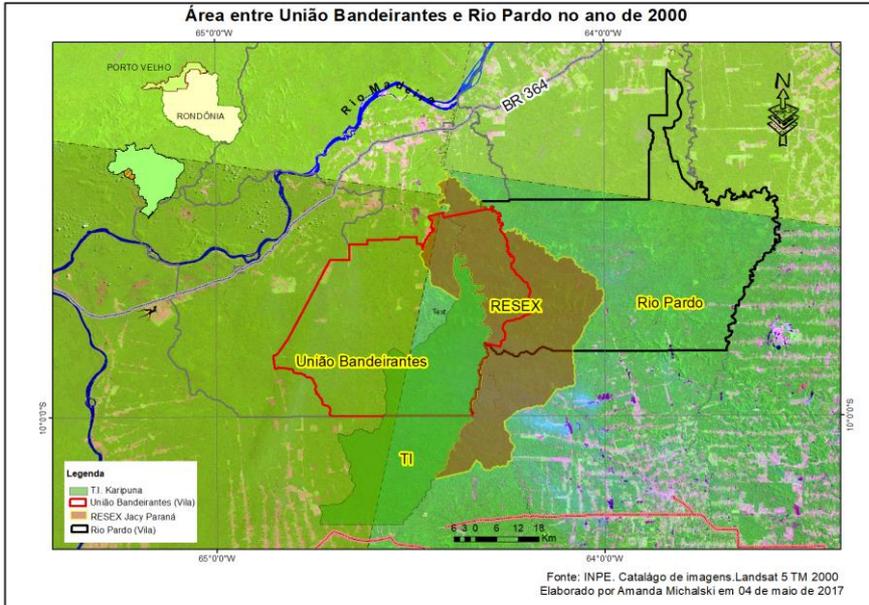
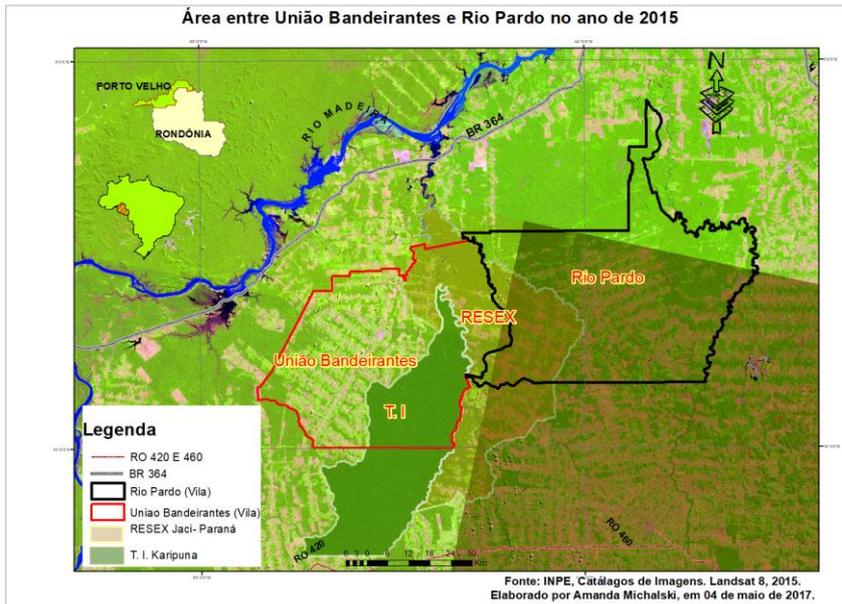


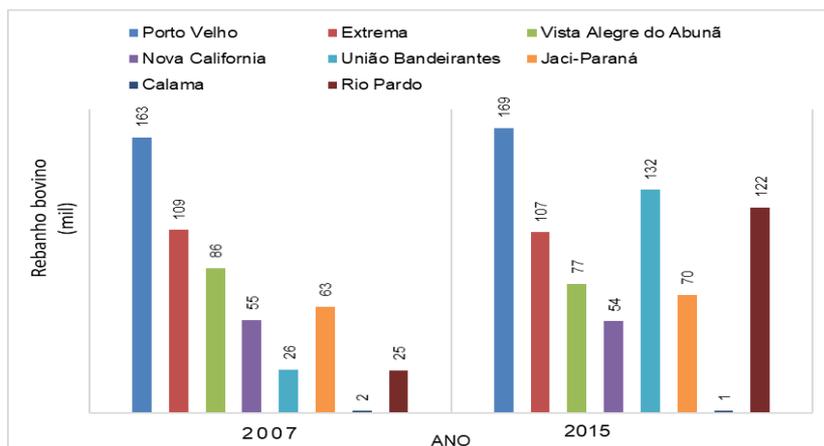
Figura 06: Região de União Bandeirantes e Rio Pardo (2015).



A análise comparativa entre a Figura 05 (2000) e Figura 06 (2015) demonstra que o espaço agrário de União Bandeirantes sofreu crescentes elevações nos índices de desmatamentos, formando em meio à floresta uma espinha dorsal semelhante a uma espinha de peixe, marcas essas que estão cartografadas nas geografias dos lugares e que são refletidas, contraditoriamente, nos espaços de vida dos povos da floresta (seringueiros e indígenas), dado que as variáveis pecuária e extração ilegal de madeira causaram nos últimos anos desmatamentos, grilagem de terras, mobilidade espacial das frentes agropecuária e madeireira e, conseqüentemente, ampliação da fronteira do capital.

Os dados de estratificação do rebanho bovino por distrito de Porto Velho (Gráfico 03), no período compreendido entre 2007-2015, indicam justamente que tanto União Bandeirantes quanto Rio Pardo se tornaram as principais regiões de expansão da pecuária no município de Porto Velho. Nesse período, a taxa de crescimento da pecuária em todo o município de Porto Velho foi de 39%, passando de 528.796 para 732.898 bovinos. Todavia, União Bandeirantes e Rio Pardo apresentaram, respectivamente, crescimento de 412% e 382%, sendo a segunda e a terceira região com mais rebanho bovino.

Gráfico 03: Estratificação do rebanho bovino por distrito em Porto Velho (mil unidades).



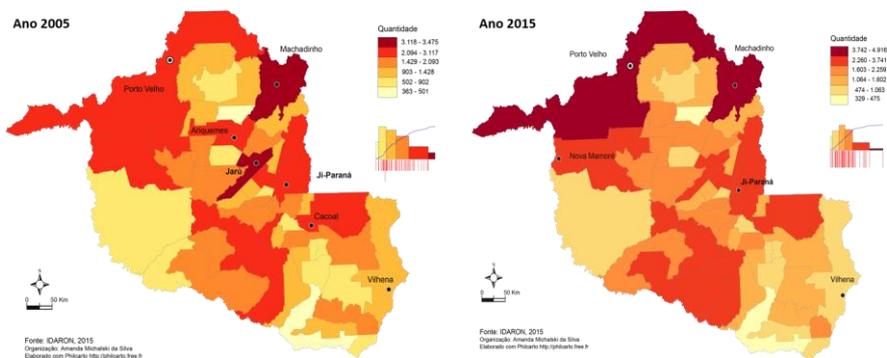
Fonte: IDARON, 2015.
Elaboração: Michalski, 2016.

O mecanismo de conversão de áreas florestais e áreas protegidas, do espaço natural para o espaço da agropecuária e da ilegal exploração madeireira foi a ocupação irregular desses espaços naturais pelos agentes do agronegócio, visto haver uma corrida pela terra que se estende do sul para o norte de Rondônia (Costa Silva *et al.*, 2017).

Trata-se de um processo espacial relacionado à escala amazônica de transformações dos espaços agrários, notadamente nos estados do Pará, Mato Grosso, Tocantins e Rondônia, onde se registra o crescimento econômico do agronegócio (pecuária, soja, cana), e a “fabricada” corrida pela terra (Costa Silva; Conceição, 2017).

No que se refere, particularmente, a Rondônia, nota-se o que podemos qualificar de espacialização da pecuária, visto que o domínio desta avança em todas as sub-regiões rondoniense, todavia, acentua-se o deslocamento em sub-regiões que há duas décadas não apresentavam, por exemplo, aos agentes hegemônicos do agronegócio da pecuária “espaço de reserva” para o capital (Figura 07).

Figura 07: Propriedades com pecuária em Rondônia (2005/2015).



Assim, a cartografia das propriedades com pecuária em Rondônia indica a ampliação dessa atividade produtiva nas regiões do município de Porto Velho, Nova Mamoré, Buritis, Machadinho do Oeste, enfim, para o norte/noroeste rondoniense. Em 2005 a pecuária se concentrava na região central (Ji-Paraná, Jaru, Ouro Preto do Oeste, Cacoal, Presidente Médici), deslocando para o norte em 2015, com destaque para Porto Velho.

Dessa forma, reafirma-se que a regionalização do agronegócio da soja em Rondônia provocou o deslocamento da pecuária para outras sub-regiões que se traduzem no aumento da pecuária, desmatamento, grilagem de terras públicas, no surgimento de vilas rurais e agrocidades (Costa Silva, 2014; 2016a). Para o município de Porto Velho, a pecuária emergiu como a principal mercadoria rural, que se territorializou em áreas protegidas, conseqüentemente, na prática de crime ambiental. Abriu-se o espaço agrário/florestal amazônico para os mercados globalizados, dado que a produção de mercadorias, como a pecuária, passou a ser controlada por grandes corporações do agronegócio que estabelecem relações e acordos “solidários” de mercados. Essas *trades* globalizadas passaram a exercer o controle dos preços e o principal produto da pecuária (carne), o que motivou a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia para a formação de cartel dos frigoríficos de abate bovinos (Rondônia, 2016).

São quase duas décadas de expansão da pecuária e do desmatamento sem que houvesse a elaboração de um planejamento e uma gestão ambiental eficiente que pudesse atender tanto aos anseios da sociedade local, bem como a garantia das áreas protegidas. Nesse período, tem-se a territorialização da pecuária, espacialização do desmatamento e as contínuas pressões territoriais nas áreas protegidas (TI Karipuna e Resex Jaci-Paraná).

Considerações Finais

O espaço agrário de Porto Velho sofre intensas transformações territoriais nas últimas décadas que tem resultado em ocupações irregulares de áreas florestais e áreas protegidas.

A cartografia desse processo geográfico demonstra que a expansão das frentes agropecuárias e madeireiras se movimenta do sul para o norte de Rondônia e contribuem para com as grilagens de terras públicas, invasão em áreas protegidas, desmatamentos, crime ambiental, e, sobretudo, para a expansão da fronteira interna.

As estratégias e as alianças políticas estabelecidas entre Estado e o capital, legítima a territorialização e a espacialização do agronegócio em áreas que deveriam ser protegidas, principalmente por ser territórios dos povos do campo e da floresta,

o que violam seus direitos ambientais, sociais, humanos e territoriais.

Apesar do estado de Rondônia ser um espaço voltado às práticas agropecuárias, não podemos deixar de reconhecer que há outros tipos de usos da terra, da floresta e do território pelos diversos grupos sociais que vivencia a natureza. As frentes agropecuárias e madeireiras impõem coerção/pressão territorial, apropriação dos recursos e destruição da natureza, como se verifica no espaço agrário de Porto Velho. Particularmente, a emergência de vilas rurais e agrocidades constitui a manifestação empírica desses processos espaciais, a exemplo de União Bandeirantes.

Porquanto, os dados sistematizados e os resultados apresentados nesse capítulo mostraram que as transformações territoriais indicam uma geografia em movimento, donde a natureza e os territórios dos povos e comunidades tradicionais amazônicas que expressam materialmente a Amazônia em sua diversidade sociocultural estão envolvidos e pressionados pelo caleidoscópio dos agentes hegemônicos do capital agrário-industrial que afirmam a ideologia do progresso econômico às expensas da natureza e dos grupos sociais que vivem da/na natureza.

Referências

BECKER, B. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BRASIL. **Lei 9.985, de julho de 2000**. Institui o SNUC. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322> Acessado em 02 de março de 2018.

COSTA SILVA, R. G. **Avanço dos Espaços da Globalização: a produção de soja em Rondônia**. Dissertação de Mestrado do Núcleo de Ciência e Tecnologia-NCT, Universidade Federal de Rondônia-UNIR. – Porto Velho, 2005.

COSTA SILVA, R. G. Das margens do Madeira ao interior da floresta: percursos da formação socioespacial de Rondônia (1970-1995). In: ALMEIDA SILVA, Adnilson de; NASCIMENTO SILVA, Maria das G. S.; _____. (Orgs.). **Colonização, Território e Meio Ambiente em Rondônia: Reflexões geográficas**. 1ª ed. Curitiba: SK Editora, 2012, p. 1-24.

COSTA SILVA, R. G. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. **Confins [Online]**, 23, posto online no dia 01 Março 2015. Acessado: <http://confins.revues.org/9949>.

COSTA SILVA, R. G. Agronegócio e campesinato em Rondônia. IN: FERREIRA, Gustavo H. Cepolini (org.). **Geografia Agrária no Brasil: Disputas, conflitos e alternativas territoriais**. 1 ed., Jundiaí: Paco Editorial, 2016a. p. 333-354.

COSTA SILVA, R. G. Agentes, procesos y conflictos en la gestión territorial en el estado de Rondônia (Brasil). **Polis**, Santiago, v. 15, n. 45, p. 319-344, dic. 2016b. Link: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682016000300016>

COSTA SILVA, R. G.; MICHALSKI, A.; LIMA, L. A. P.; CONCEIÇÃO, F. S. Geografia das dinâmicas territoriais agrárias de Rondônia. In: Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. (Org.). **Geografia Agrária em debate: Das lutas históricas às práticas agroecológicas**. 1ª edição. Jundiaí: Paco Editorial, 2017, v. 1, p. 143-162.

COSTA SILVA, R. G.; CONCEIÇÃO, F. S. Agronegócio e campesinato na Amazônia brasileira: transformações geográficas em duas regiões nos estados de Rondônia e Pará. **GEOGRAPHIA (UFF)**, v. 19, p. 54-72, 2017. Link: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/1008>

DIÁRIO DA AMAZÔNIA. **Carne de Rondônia exportada para 40 países. Porto Velho. 22 de março 2017.** www.diarioamazonia.com.br/carne-de-rondonia-exportada-para-40-paises/. Acessado em: 25 de abril de 2017.

FIGUEIREDO, D. B.; SILVA, J. A. Desvendando os mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**, v. 18, n. 1, 2009.

GUEDES, Eneias B.; CORDOVIL, Gilber V. Vilas rurais na Amazônia paraense: uma proposição conceitual. **Revista GEOAMAZÔNIA**, Belém, n.1, v. 01, p.23–39, jan./jun., 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades/Porto Velho/Rebanho efetivo**, 2015. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades/Porto Velho/PIB 2012**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br>

RONDÔNIA. Assembleia Legislativa do Estado – ALE/RO. Comissão Parlamentar de Inquérito. **Relatório final da CPI do**

Cartel dos Frigoríficos. CPI/ATO 001/2016/ALE, Porto Velho, maio de 2016. 60 p.

SEDAM - Secretária de Estado do Desenvolvimento Ambiental. **Vinte e um anos de Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia.** Porto Velho. 2010.

SANTOS, Milton. Organização do espaço e organização social: o caso de Rondônia. **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 51-77, 1982.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo - razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

THERY, Hervé [1976]. **Rondônia:** mutações de um território federal na Amazônia brasileira. 1 ed. SK Editora, Curitiba, 2012, 304 p.

VITACHI, José Carlos. **A (In)ação do Estado:** da gleba Jorge Teixeira de Oliveira ao núcleo urbano União Bandeirante – Porto Velho/RO - 1999/2014. Porto Alegre, 2015. 159 f. Diss. (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História. PUCRS.

VALVERDE, Orlando (coord.). **A Organização do Espaço na faixa da Transamazônica:** introdução sudoeste amazônico e regiões vizinhas. v.1, IBGE/INCRA, Rio de Janeiro, 1979.

Segunda Parte

Amazônia, territorialidades e campos em resistências

Capítulo 8

UMA LEITURA DA AMAZÔNIA A PARTIR DOS CONTEÚDOS CURRICULARES DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: UM ESTUDO PRELIMINAR DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Reginaldo Conceição da Silva

Introdução

Nos últimos dezesseis anos observamos por meio das mídias digitais a crescente oferta de cursos superiores em instituições públicas estaduais e federais em todo o Brasil. Por ser recente¹, e no tocante aos cursos de graduação em geografia², na modalidade de bacharelado e/ou de licenciatura, são encontrados, ainda que de modo disperso, em todas as Universidades Federais presentes na região Norte.

Na maioria das vezes, os cursos de geografia destas Universidades estão localizados predominantemente nas capitais: são os casos da Universidade Federal do Amazonas - UFAM (Manaus), Universidade Federal de Rondônia - UNIR (Porto Velho), Universidade Federal de Roraima - UFRR (Boa Vista), Universidade Federal do Amapá - UFAP (Macapá), Universidade Federal de Tocantins - UFT (Palmas) e Universidade Federal do Acre - UFAC (Rio Branco). O Estado do Pará possui uma excepcionalidade neste cenário, além da Universidade Federal do Pará – UFPA (Belém), há outras duas, a Universidade Federal do

¹ Não é nossa intenção fazer o levantamento histórico do início das políticas públicas de acesso às universidades. Refere-se, ainda que não seja de forma direta, ao tempo dos Governos Lula e Dilma como marcos significativos para a ampliação de Universidades Federais no Brasil.

² Regulamentados pelas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura, de graduação plena (CNE, Parecer 009/2001) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Geografia (CNE/CES, Resolução 14/2002). Ainda que tenha outras mais recentes, o que permite a atualização na elaboração dos planos de aula, as universidades objeto desse estudo, em sua maioria, apresentavam literaturas dessa data. O que nos permite desvencilhar o olhar para tais documentos.

Oeste do Pará - UFOPA (Santarém) e a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA (Marabá).

Na contramão dessa política de implantação de Universidade Estadual, o estado de Rondônia apresenta fortes indicativos de que sua população demorará a ter em seu solo uma instituição de ensino superior sob a gestão estadual. Seu estado vizinho, o Amazonas, apresenta realidade diferente. A Universidade do Estado do Amazonas (UEA), com estrutura multicampi, está presente em todas as porções geográficas do Estado, com predomínio de cursos tecnológicos e de licenciaturas.

A realidade pós-movimento da “marcha para o oeste” (implantação da Zona Franca de Manaus, de grandes empreendimentos minerais, usinas hidrelétricas, reintegração de posse de terra aos povos tradicionais, mecanização das práticas agrícolas para a monocultura), demanda das universidades com um olhar mais apurado acerca dos conteúdos presentes nas suas disciplinas. Nesta situação, incluímos a Geografia Agrária.

A questão central desse ensaio é problematizar os conteúdos curriculares trabalhados na disciplina Geografia Agrária nas Universidades Federais e Estaduais nas unidades federativas pertencentes à Região Norte do Brasil³. A coleta de dados deu-se por meio de consulta aos websites oficiais das Universidades aqui citadas. Os tratamentos dos dados foram analisados pelo método qualitativo de Creswell (2010, p. 209). Para este autor, a pesquisa qualitativa “é uma forma de investigação interpretativa em que os pesquisadores, fazem uma interpretação do que enxergam, ouvem e entendem. Suas interpretações não podem ser separadas de suas origens, histórias, contextos e entendimentos anteriores”. Por meio da abordagem qualitativa, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, nos sites das Universidades citadas, com intuito de obter as ementas curriculares das disciplinas Geografia Agrária e Geografia Rural para uma leitura comparada e preliminar acerca dos conteúdos temáticos.

Nosso objetivo consistiu em realizar um estudo comparativo dos conteúdos curriculares que fazem parte das disciplinas Geografia Agrária e Geografia Rural ministradas em algumas

³ Ainda que não seja nosso propósito pesquisar todas as Universidades optamos por uma quantidade que seja representativa de todos os Estados da Região Norte do País. O recorte se deu na presença e disponibilidade das ementas curriculares nas Websites.

Universidades Federal e Estadual, localizadas na região Norte do Brasil.

Nosso propósito não é esgotar as discussões que permeiam o fazer pedagógico que marcam esta disciplina, assim sendo, reafirmamos sua relevância dado o contexto socioespacial em que estas Universidades estão inseridas. A apresentação dos resultados, ainda que preliminares, foram apresentados em quadros, limitados a duas ementas e duas Instituições de Ensino por ilustração. Seu alocamento foi feito de forma aleatória, respeitando-se o nível institucional das mesmas.

Como resultado, percebe-se que os conteúdos geográficos de cunho regional (conflitos agrários, movimentos sociais do campo, perfil socioeconômico do campo, características locais do campo no Estado) são pouco apontados nas ementas. Por não se tratar do plano da disciplina do curso, as ementas poderiam ainda sugerir temas cuja característica transversal possibilitaria ao graduando em Geografia problematizar a situação do/no campo de estudo da Geografia Agrária e ou Rural de sua vivência.

O papel das universidades nas cidades amazônicas e o campo⁴

Qual o papel das Universidades nas cidades amazônicas diante da produção do saber no e sobre o campo? Para que tenhamos uma resposta que contemple esta questão, devemos ter em mente que a “função social” do campo não é necessariamente ser submisso, ao menos na perspectiva da produção de novos conhecimentos, em relação à cidade.

A relação Campo-Cidade e Rural-Urbano nos estudos da Geografia Agrária, apresentam grandes potenciais de conteúdos e de inspirações geográficas. Cito a título de ilustração, da função do campo na produção de alimentos X a produção de alimentos nas cidades, fazendo uso dos terrenos baldios, lajes e quintais. Respeitando-se as dimensões geográficas necessárias a uma

⁴ Chamamos a atenção para que o leitor tenha acesso ao livro organizado por Maria da Encarnação Spósito e Arthur Magon Whitacker “cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural” pela Editora Expressão Popular. Convidamos para a leitura dos artigos “perspectiva sobre o urbano e o rural” de Angela Maria Endlich; “as categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um *continuum*” das autoras Lucelina Rosseti Rosa e Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira.

produção que garanta a regularidade na oferta dos bens alimentícios produzidos em ambos os espaços.

As práticas sociais que levam aos diferentes e possíveis modelos de produção requerem, em alguns casos, conhecimentos empíricos e em outros, conhecimentos produzidos em ambientes propícios de produção e difusão de saberes. É o caso, por exemplo, das universidades e seus cursos ligados às “ciências da terra” e ou “sociais”, entre os quais incluímos a Geografia.

Compreendemos que a política de implantação de uma Universidade agrega valor social ao processo de formação e qualificação de mão de obra na região onde ela se instala. Além desse fato, produz e difunde conhecimento que visam elucidar problemas do cotidiano, ao mesmo tempo em que se projeta ao futuro para garantir melhoria na qualidade de vida do cidadão.

No caso da formação em Geografia, Mota (2009, p. 12), afirma que esta disciplina se encontra:

[...]aberta a contribuições das demais disciplinas geográficas, humanas e sociais, como as contribuições da cultura acadêmica ou universitária na dinâmica, representação e identidade dos polos educacionais e dos estudantes, professores,[...]

Segundo Santos (2015, p. 10), espera-se da formação do docente neste campo do conhecimento “a constituição de um profissional transformativo que, na sua atuação, seja capaz de articular conhecimentos teóricos e práticos, mobilizando e transformando, criticamente, seus conhecimentos, a partir da interação dialógica com seus pares”. Por conhecimentos práticos podemos entender que estes estejam vinculados aos fazeres geográficos especializados nas mediações da Universidade, onde os exercícios empíricos nas áreas produtivas, seja na agricultura familiar ou industrial, dariam condições acadêmicas necessárias à apreensão da realidade local. Assim, do formado em geografia, espera-se ainda que seja capaz de realizar leituras da realidade social, política, econômica, física, cultural, dentre outras, sobre o estado ao qual está vinculado, voltadas à reflexão acadêmica em todas as etapas de formação de bacharéis e/ou licenciados em geografia.

Salientamos ainda que, a partir das categorias de estudos geográficos (lugar, paisagem, território, região e espaço), os graduados em geografia terão ainda condições de relacionar os

fenômenos locais aos globais, buscando sempre a relação tempo-espaço desses fenômenos. Estes aspectos aprimoram um olhar plural, dada a abrangência de sua formação.

Dessa forma, o campo de atuação do graduado em geografia, seja bacharel ou licenciado, seria balizado pelo legado acadêmico que, por meio dos conteúdos curriculares⁵, vincula-se às ideologias do Estado, construído para a mediação de uma dada sociedade.

Cabe aqui uma menção inicial ao trabalho de mestrado defendido por Washington Aldy Ferreira no ano de 2009, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP), intitulado “O currículo de Geografia: uma análise do documento de Reorientação Curricular da SEE-RJ”, que nos chama atenção para a seguinte situação:

Há professores que entendem o currículo escolar como apenas os guias curriculares, construídos pelas secretarias de educação, pelo Ministério da Educação ou por alguma instituição de ensino; segundo, que o currículo é, apenas, um conjunto de objetivos, conteúdos e experiências de aprendizagem e avaliação; terceiro que o currículo escolar lida apenas com o conhecimento escolar e quarto que a seleção de conteúdos e procedimentos que compõem o currículo é um processo neutro e apenas científico (Ferreira, 2009, p. 22).

As observações acima foram apresentadas por Ferreira, e logo em seguida ele propõe que:

[...] a seleção de conteúdos e procedimentos que compõe o currículo é um **processo político**, pois no ato de selecionar e organizar os conteúdos escolares os parâmetros científicos utilizados como critério não são neutros ou desinteressados, há embutidos neles **relações de poder**. Os professores de Geografia quando selecionam determinados conteúdos, partilham de crenças e atitudes que foram construídos historicamente (Ferreira, 2009, p. 22). Grifo nosso.

Observamos nestas rápidas passagens uma estreita ligação entre o fazer pedagógico, a difusão ideológica e a formação. A leitura do espaço, assim como o uso do livro didático e a seleção dos conteúdos assumem unidade teórica e conceitual a partir das experiências imediatas e estas são apreendidas na medida em

⁵ Currículo é entendido também, como conjunto de estratégias para preparar o jovem para a vida adulta, ou como um conjunto de experiências trabalhadas pela escola, ou conjunto das atividades e dos meios para alcançarem os fins da educação (Ferreira, 2009, p. 21).

que os elementos espaciais fazem parte do processo que envolve o ato de ensinar.

Tal fato nos leva a concordar com Ferreira (2009, p. 42), ao afirmar que “a disciplina escolar geografia é fruto do movimento da ciência geográfica articulado com as transformações que ocorrem no ambiente escolar e que atende por concepções hegemônicas de determinados grupos com interesses diversos, em períodos específicos”; acrescento ainda a articulação com o modelo político estadual e suas transformações ideológicas.

Citando Cavalcanti (2002), Ferreira afirma que as novas propostas curriculares no ensino da Geografia são desenvolvidas por ideias motrizes e por características teórico-metodológicas como⁶:

1. O Construtivismo como atitude básica do trabalho com a Geografia escolar;
2. A “Geografia do aluno” como referência do conhecimento geográfico construído em sala de aula;
3. A seleção de conceitos geográficos básicos para estruturar os conteúdos de ensino e
4. A definição de conteúdos procedimentais e valorativos para a orientação das ações, atitudes e comportamentos socioespaciais (Cavalcanti, 2002, p. 30, *apud* Ferreira, 2009, p. 49).

Percebemos, contudo, que tais afirmações apontam para um palco de acontecimentos. O espaço de vida dos estudantes independe do nível e/ou da unidade federativa em que estejam os conteúdos selecionados, carregarão consigo alguns desses valores e serão apreendidos por meio das categorias de estudos geográficos.

Neste sentido, Sposito (2010) nos apresenta algumas questões referentes aos estudos do campo pela perspectiva da cidade. Tal aspecto, contudo, abre horizontes de estudos, citemos, por exemplo, a “questão cidade-campo”, a partir da concentração demográfica, da diferenciação social, da unidade espacial e das discontinuidades territoriais, embora a autora nos alerte que:

Os aspectos e dimensões, que envolvem as complexas oposições, relações, interações, complementaridades e suposições que se estabelecem entre a

⁶ Acredito que tais aspectos sejam possíveis de uma reflexão na modalidade de Ensino Superior, sobretudo nas Universidades mais afastadas dos grandes centros, e localizadas na zona de expansão agrícola, onde alguns dos acadêmicos teriam seus modos de vida sutilmente contemplados nas abordagens curriculares.

cidade e o campo, e entre o urbano e rural, (...), estão longe de abarcar a amplitude dessa problemática e alcançar grau de profundidade desejável no plano teórico-metodológico (Sposito, 2010, p. 129)

A inversão desta perspectiva nos possibilitaria olhar para a cidade pelos acontecimentos do campo. Sabemos que seria uma complexa missão dada a diversidade de situações do campo, sobretudo na atualidade, por considerar as múltiplas dimensões que cercam a estrutura do pensamento geográfico a partir de cada uma das relações apontadas pela autora.

O professor Marcos Saquet, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, considera que “a diferenciação entre os processos de formação do campo ou do rural é histórica e geográfica e não meramente conceitual ou resultado de conflitos intelectuais acadêmicos. Enfim, é uma questão de métodos” (2010, p. 160), ainda que o olhar sobre a relação campo-cidade e o *lócus* da produção de conhecimento tenha suas bases ideológicas permeadas pela vivência do professor ministrante das disciplinas. O papel da Universidade em produzir conhecimentos sobre o campo ou sobre o rural não se configura como algo hegemônico. Muito pelo contrário, é algo heterogêneo. Saquet (2010) ainda nos instiga a pensar sobre isso, pois, segundo o autor “o que varia, são os arranjos, as intensidades, formas e conteúdos, velocidades” e reforça: “um só pode ser compreendido em suas relações com o outro, pois um está no outro, só vem a ser pelo outro, numa relação complementar, dialeticamente definida” (2010, p. 160).

A partir destas observações, podemos questionar sobre qual o papel das Universidades amazônicas na produção de conteúdos sobre, do e para o campo? Como articular os eventos que acontecem no campo na produção de conteúdo que representem a relação campo-cidade e sobre o rural-urbano com tamanha complexidade intrarregional no trato das informações emanadas destes?

Se por um lado consideramos a heterogeneidade existente no campo, compreendemos, por meio desta, a oportunidade de olharmos para a Amazônia com a dimensão espacial, política, econômica e física que lhe é peculiar. Reconhecemos, por outro lado, que a homogeneidade vigente em alguns currículos acadêmicos limita a visão sobre as dimensões multitemáticas presentes no campo, limitando assim as reflexões sobre as

situações em discurso “agro” dos Estados que compõem esta região.

Podemos refletir ainda que o papel das Universidades amazônicas, se continuarmos nessa linha de reflexão, nos estimula a realizar estudos sub-regionais para que melhor possamos refletir e teorizar sobre as diversas situações que explicam a relação entre espaço-tempo e estruturas das áreas produtoras de gêneros alimentícios.

As transformações socioespaciais do campo na Amazônia

O papel atribuído ao espaço geográfico amazônico no cenário internacional de produção de alimentos vem suscitando constantes adequações tecnológicas no campo. Em outro patamar, mas que alimenta e populariza tais adequações, observamos as estratégias midiáticas e espetacularização do espaço rural e da estrutura “agro” em diferentes modais espaciais de produção.

A expansão da fronteira agrícola nos estados de Rondônia, Acre e Amazonas possuem situações distintas no tocante à mecanização do campo no ato de produzir e transformar a paisagem, bem como nas modais produtivas que abastecem os mercados interno e externo.

É com certa regularidade que observamos nas mídias a Amazônia como palco de grandes transformações espaciais e diversos movimentos de resistências aos impactos gerados por tais mudanças. De um lado, encontramos na arena os governos estaduais, os empresários dos ramos mineral, florestal e agropecuários que exercem influências juntos aos agentes políticos e econômicos. Do outro lado, ainda que menos articulados, povos originários, povos tradicionais, agricultores familiares, fazem movimentos contrários aos impactos imediatos que tais transformações ocasionariam em seus modos distintos de vivência.

Milton Santos (2008, p. 65), ao escrever sobre “as classes invisíveis”, faz menção ao que alinhamos acima, embora tomasse como referência as transformações no espaço rural e depois aos impactos sob as populações tradicionais que nele vivem.

Assim, voltamos ao que se refere Santos (2008, p. 56), ao afirmar que “todos os espaços são espaços de produção e de consumo e a economia industrial (ou pós-industrial?) ocupa praticamente todo espaço produtivo, urbano ou rural”, assim, o

processo transformador dos espaços e de produtor de *commodities* agrícolas passam das instâncias políticas superiores (Nação e Estado) para as instâncias localizadas nos *lócus* de tais espaços.

Ao escrever sobre a “gestão ambiental pública na Amazônia Brasileira”, Souza e Vidal (2012, p. 57), fazem a seguinte reflexão:

Com elevado potencial econômico e natural, ao longo de seu processo histórico a região vem sofrendo um conjunto de intervenções que passam ao largo da administração pública (...) cujo objetivo maior seria o de elevar a qualidade de vida da população residente, com geração de emprego e renda, aliado a soluções efetivas para os graves problemas ambientais existentes.

Ainda que não se refiram diretamente à implantação de Universidades na região, podemos pensar que as instalações destas enquanto política de Estado, por meio das intervenções acadêmicas na produção de dados e geração de demandas nas políticas públicas, a presença de geógrafos em todas as instituições cuja gestão espacial se constitui como atividade fim, poderia ser eficaz se, junto aos órgãos de planejamento bem como das grandes empresas e nos programas de governos, a atuação de geógrafos fossem acionadas.

Para a Amazônia, enquanto “fronteira” agrícola, estamos assistindo uma série de ações articuladas do capital, com amplo apoio do governo em subsidiar o agronegócio, nos estados de Rondônia, Acre, Maranhão e Tocantins além de intensificar a implantação de um “arco” de mineração no Pará, acrescendo aí, o desmatamento da floresta e os impactos em inúmeros mananciais hídricos da região.

Sobre a mineração, Coelho (2007, p. 248-249) assegura que a infraestrutura implantada para a mineração, sobretudo no tocante à ferrovia, termina por escoar também grãos, gados, madeiras, etc., provocando a valorização da terra e, conseqüentemente, intensifica o desmatamento, surgem os conflitos sociais e alteram-se os modelos da economia extrativista vigente na região. Junto a tais mudanças, observam-se também as alterações no modo de vida da população seja por meio das remoções compulsórias, seja pelas políticas de governo. Souza e Vidal (2012, p. 60), reconhecem o esforço do governo federal em tentar promover o desenvolvimento da região, ainda que de forma não articulada e sem a definição de regras claras para tal.

No tocante à população, o trabalho do Sociólogo Antônio Carlos Witkoski, intitulado “Terras, florestas, águas e trabalho” (2007)⁷, como bem situou no título da obra, abre uma dimensão colossal na tentativa de estudos sobre os modos de vida do homem diante da Amazônia, ainda não totalmente conhecida pela ciência, mas que já é cobiçada pelo capital.

A Amazônia ainda é, dentro de alguns planos de ensino, algo distante. Vimos, anteriormente, que há nesse espaço um jogo de relações de poderes instituídos por uma ideologia desenvolvimentista e esta se apropria dos recursos naturais, altera a dinâmica de vida de inúmeras populações, mas estes fatos não adentram, ao menos de forma explícita, como conteúdo curricular.

Dessa forma, retomamos a Ferreira ao falar sobre as mudanças no rumo da educação em geografia:

Parte dos professores de Geografia buscou construir ao longo dos últimos vinte anos, uma nova forma de abordar os temas tratados pela Geografia. **A cidade/campo, a indústria, o relevo, o clima e a vegetação** e tantos outros temas precisavam não somente ser reelaborados, mas repensados dentro de novas práticas pedagógicas.

A pesquisa sobre o ensino de Geografia ampliou-se. Os encontros, congressos e seminários sobre ensino de Geografia, práticas de ensino em Geografia e pesquisas de ensino de Geografia multiplicaram-se. As publicações sobre ensino desta disciplina cresceram exponencialmente e novas obras didáticas (Ferreira, 2009, p. 51). Grifo nosso.

Isto parece algo óbvio, no entanto, se considerarmos que as transformações socioespaciais em algum momento chegam às escolas, poderíamos falar que, a partir dela, seus conteúdos assumem uma dimensão de resistência.

Partindo desta perspectiva, vislumbramos o momento em que o leitor da paisagem é convidado a detectar possíveis contradições no espaço, produzidas pela ação do Estado. Nesse sentido, é importante observar o que Vieira (2004, p. 3), diz sobre o tema:

A ciência geográfica, como um dos componentes curriculares do ensino básico, devido à sua natureza teórico-metodológica, mostra-se como um

⁷ Esta rápida referência à obra se faz pela relevância da mesma. O autor adentrou no universo do ribeirinho e trouxe à tona a sua relação numa perspectiva sociológica e ambiental. Cabe interação com a antropologia e a geografia pela natureza descritiva e analítica das disciplinas. Tendo o rio Solimões como palco das pesquisas, revela as várias Amazônias existentes e prontas a serem reveladas antes que os grandes projetos se apropriem das terras, dos modos de vida e da vida aqui existente.

importante instrumento de conscientização do indivíduo acerca de sua realidade espacial e de seu papel social dentro dessa realidade. Fato este que poderá contribuir para possíveis modificações e aprimoramento da nossa sociedade.

Para tanto, é preciso que esta disciplina coloque o indivíduo-educando em contato com um conhecimento geográfico que o leve a compreender a sua realidade como uma totalidade e a detectar as contradições existentes nela.

Observamos nessas passagens situações que nos conduzem à questão introdutória desse ensaio: “Quais são os conteúdos didáticos trabalhados na disciplina Geografia Agrária nas Universidades Federais e Estaduais nas unidades federativas pertencentes à Região Norte do Brasil?” Esta pergunta, por sua vez, nos leva a seguinte questão: Os conteúdos das ementas curriculares na disciplina dos cursos de graduação em geografia, em especial da geografia agrária, possibilitam ao acadêmico compreender sua realidade?

Nossa intenção não é responder à exaustão as questões apontadas. No entanto apresentaremos a seguir um espelho de algumas ementas de instituições de ensino superior (federal e estadual) localizadas na Amazônia. Outras duas preocupações nos fizeram vislumbrar o olhar para a disciplina ora em curso: primeiro, pelo fato de que o bioma amazônico vem “cedendo espaço” para o desenvolvimento da agricultura; segundo o fato de que milhares de agricultores familiares fazem parte de uma boa parte da produção de alimentos no país.

Incursões nos conteúdos da formação em Geografia Agrária

Objetivando o olhar dentro da Geografia para a Geografia Agrária, no momento em que se observam as ações do mercado, a opaca e omissão voluntária do governo ao “sujeito do campo” diante das especulações de terras e mortes no campo, vítima o trabalhador do campo, muitas vezes agricultores familiares.

Seguindo essa linha de raciocínio, o fortalecimento do papel da mídia na espetacularização do agronegócio nas cidades da Região Norte, bem como nas crescentes mobilidades compulsórias em prol da implantação de usinas hidrelétricas e parques de mineração, é que a questão norteadora fora levantada.

As ementas aqui apresentadas foram levantadas pela representatividade em que desempenha a disciplina na formação de geógrafos (agrários). Nosso intuito é que contenha uma

representatividade expressiva das Universidades Federais e mínima das Estaduais localizadas na Região Norte do Brasil. Contudo, dada à natureza do ensaio, reconhecemos a nossa limitação no tocante ao que se refere à obtenção dos planos de ensino, haja vista que o teor das ementas possa sofrer alterações no processo pedagógico, bem como na possibilidade de uma atualização mais frequente dos conteúdos e das literaturas utilizadas no processo de ministração das aulas.

Quadro 01: Conteúdos curriculares das Universidades Estaduais do Pará e do Amazonas.

Universidade Estadual do Pará – UEPA	Universidade do Estado do Amazonas – UEA
A Geografia - a relação agricultura e indústria e a formação de complexos agroindustriais agrários e a questão agrária.	A Geografia Agrária e as correntes do pensamento geográfico.
A agricultura sob os diferentes modos de produção.	Construção do referencial teórico prático do setor agrário sob o ponto de vista geográfico.
A renda da terra.	Agricultura familiar e agricultura capitalista.
A estrutura interna e as especificidades da atividade agrícola.	Modernização da agricultura e revolução tecnológica no campo.
As transformações históricas nas relações de produção e de trabalho no campo brasileiro.	Agronegócio e Agroecologia.
A situação atual do campo brasileiro: política de assentamentos, a estrutura agrária, e os conflitos sociais no campo.	Movimentos sociais no campo.
A geografia agrária e sua abordagem metodológica na Educação Básica.	Espaço agrário na Amazônia.

Fontes: Os dados da UEPA são retirados de seu website⁸; para os dados da UEA, as fontes são de arquivos cedidos pela secretaria acadêmica do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga, organizados pelo autor.

Optamos por não apresentar outros dois itens das propostas curriculares: os objetivos das disciplinas e o seu referencial bibliográfico. Estes dois itens dariam outros ensaios e suscitariam outros debates que perpassam o papel do professor diante da

⁸ <https://paginas.uepa.br/campusxx/index.php/pt/institucional/268-dfcs1224-geografia-agraria> UEPA 23:07.

formação de seus alunos, assumindo, assim, dimensões a serem estudadas com mais profundidade e em curso específico, seja a título de mestrado ou doutorado, que abordem a “natureza da Geografia Agrária na Amazônia”.

Assim sendo, iniciaremos nossa incursão em duas universidades sediadas em estados cuja fronteira agrícola divide os cenários na atualidade, refiro-me às universidades do Estado do Pará (80 horas) e do Amazonas (60 horas) para o desenvolvimento dos conteúdos.

No caso das duas universidades estaduais, observamos diferenças e semelhanças. Para efeito do que propõe este ensaio, nos chama a atenção a ausência do conteúdo que possibilitaria ao professor articular as questões do campo no ensino a nível fundamental e médio, no caso da UEA, por meio de disciplina próxima a “A geografia agrária e sua abordagem metodológica na Educação Básica” que consta na UEPA.

Numa perspectiva de qualificação, e com isso pensar o campo como objeto de estudo, a UEA, avança e apresenta um conteúdo que pode vislumbrar o olhar do acadêmico a seguir os estudos dentro dessa disciplina. É o caso do tema “A Geografia Agrária e as correntes do pensamento geográfico” que não é apresentado na matriz curricular da UEPA. De igual modo, os cenários conflitantes das transformações do campo na Amazônia ficam mais evidentes na ementa da UEA.

Visitando os endereços virtuais das Universidades Federais, observamos que a flexibilidade de conteúdos em que a disciplina é trabalhada não permite uma comparação direta. Isto porque os métodos e técnicas utilizados pelo professor podem aproximar os conteúdos, ao mesmo tempo em que podem possibilitar distorções significativas no trato da realidade Amazônica.

As Universidades Federais do Acre e do Amazonas possuem créditos e carga horária semelhantes. Ambas com 60 horas-aula. No que se refere à disposição dos conteúdos curriculares, a UFAC os dispõe em quatro eixos⁹, o que nos leva a compreender que são 15 créditos/contéúdos e a UFAM em seis eixos, o que equivale a 10 créditos/contéúdos. Em nenhum dos casos observados abaixo, encontramos possibilidades diretas de levar ao acadêmico

⁹ Tomado como referência a quantidade de conteúdos presentes nos documentos.

um conteúdo que facilite, na sua atuação como docente ou como bacharel, uma avaliação desse conteúdo em livro didático.

Quadro 02: Ementa da disciplina Geografia Agrária.

Universidade Federal do Acre – UFAC	Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Paradigmas do estudo do campo.	A geografia agrária e a questão agrária.
Relações de produção socioeconômicas e questões socioambientais agrárias.	A agricultura sob diferentes modos de produção.
Produções econômicas, sociais e territoriais agrárias brasileiras.	Estrutura social, relações de produção e de trabalho no campo sob o capitalismo.
O trabalhador familiar rural face à resistência e luta pela terra.	Propriedade privada e renda da terra.
-----	A industrialização da agricultura, Estado capital financeiro e produção de alimentos.
-----	O campo brasileiro hoje: estrutura agrária, conflitos sociais e a atualidade da reforma agrária.

Fontes: website da UFAC¹⁰ e da UFAM¹¹ organizado pelo autor.

Numa rápida leitura, e ainda nessa direção, a abordagem acerca do “campo”, ganha destaque a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Lá encontramos duas disciplinas que tratam dessa abordagem: Geografia Rural, com 51 horas-aula e a Geografia Agrária com 60 horas-aula. Acredito esta ser a melhor proposta curricular por atender aos dois campos do saber “agro” no espaço acadêmico. Para, além disso, a diversidade dos temas trabalhados propicia uma visão mais ampla aos acadêmicos e com isso a formação mais intensa na questão “agro” ou do “campo” se iguala a outras disciplinas com maior carga horária. Ainda assim, acredito não ser suficiente por ser um espaço geográfico em que mais há conflitos no campo¹² no Brasil.

¹⁰ <http://www.ufac.br/site/editais-concursos/centros/cfch/geografia-licenciatura-interiorizacao/ementas>

¹¹ http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Marta/1s2016/Programa_2016.pdf

¹² Recomenda-se a visita ao site da Comissão Pastoral da Terra para obtenção de

Quadro 03: Os componentes curriculares em Geografia Rural e Agrária da UFOPA.

Geografia Rural	Geografia Agrária
A Geografia e a questão agrária: os clássicos no mundo e no Brasil.	O espaço no capitalismo tradicional: o surgimento da questão agrária.
A geografia agrária: abordagens teórico-metodológicas.	A questão agrária no capitalismo contemporâneo: as novas concepções sobre o espaço rural.
O Espaço agrário: a relação homem e natureza e modos de produção.	O espaço rural no Brasil e no mundo.
A questão agrária: revoluções e contrarrevoluções.	A agricultura tradicional.
A formação do espaço Agrário Brasileiro.	Os sistemas agrícolas contemporâneos.
Apropriação capitalista da terra e a territorialidade camponesa.	A modernização da agricultura e a revolução verde.
O espaço agrário na Amazônia.	Agricultura e biotecnologia.
O novo mapa agrário do espaço paraense.	A produção camponesa familiar.
-----	Políticas agrícolas, agrárias e desenvolvimento rural.
-----	Processo de formação e a luta pela terra na Amazônia.

Fontes: website da UFOPA¹³ organizado pelo autor.

Apesar da diversidade de temas abordados, a existência de uma lacuna pode ser percebida, em ambas as disciplinas. A agricultura familiar cede lugar na base epistêmica da geografia agrária e se desloca do agricultor à condição camponesa, tal fato, numa reflexão de perspectiva ideológica, propicia saborosos debates e possibilidades de aprofundamentos. Contudo, não anula o avanço que ambas as disciplinas propiciam no processo de formação docente. Para a Geografia Rural, destaco os conteúdos “O novo mapa agrário do espaço paraense” e “A Geografia e a questão agrária: os clássicos no mundo e no Brasil” por trabalhar em escalas geográficas diferentes. Na Geografia Agrária, os conteúdos “O espaço rural no Brasil e no mundo” complementa o anterior e “Processo de formação e a luta pela terra na Amazônia” aliada ao conteúdo “Agricultura e biotecnologia” abrem novas

maiores detalhes. www.cptnacional.org.br

¹³ http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:X9uo10Ftqe8J:www.ufopa.edu.br/arquivo/proen-cursos-portarias-ppcs/geografia-ppc/at_download/file+%&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br#18

possibilidades de imersão do acadêmico nos estudos regionais em tempos pretéritos.

Ainda na Geografia Agrária, acredito que o conteúdo “O espaço rural no Brasil e no mundo” avança nas perspectivas espaciais, didática e cartográfica dentre os demais conteúdos. Se observarmos os livros didáticos, tal espacialização permite ao estudante se deslocar para os cinco continentes (Ásia, Oceania, Europa, África e América), em todas as séries escolares. O intuito aqui é garantir uma maior relação dos estudantes com o espaço rural, apresentando as diferentes realidades das sociedades e os modos de produção de bens rurais.

De igual modo, sem esquecer a dimensão local, o conteúdo “A agricultura tradicional” pode possibilitar o acesso histórico da “memória agrária” aos estudantes por meio do (re)conhecimento das práticas tradicionais da cultura agrícola ou extrativista que seja vista no espaço paraense. Neste sentido, o saber local apresentado por meio de exercício pedagógico do/no campo ou em comunidades tradicionais, ou ainda nas feiras livres presentes nas cidades, podem ser aliadas do processo de educação transformador para os educandos que vivem na cidade.

Até então, acredito que as principais categorias de estudos da ciência geográfica (lugar, paisagem, território, região e espaço geográfico), por meio destas duas disciplinas, ganham amplitude, seja nas leituras dos textos, nos debates em sala de aula, nas atividades de campo, bem como nas possibilidades de desenvolvimento de pesquisas, de iniciação à pesquisa, quando duas disciplinas conseguem dialogar, epistemologicamente, na leitura do espaço agrário, e possibilita para os moradores do campo mais um elemento geográfico no processo espacial de afirmação da identidade.

Nossa rápida visualização das ementas da “Geografia Agrária” chega agora às Universidades Federais de Roraima (UFRR) que possui 60 horas-aula – 4 créditos de 15 horas cada e pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) com 80 horas de duração – 4 créditos com 20 horas.

Quadro 04: Conteúdo Curricular das Universidades Federais de Roraima e de Rondônia.

Universidade Federal de Roraima – UFRR	Universidade Federal de Rondônia – UNIR
Conceitos e métodos.	Agricultura e produção do espaço agrário; Relações de trabalho.
As transformações capitalistas na agricultura. Sistemas agrícolas.	Estrutura fundiária.
O habitat rural. Estudo específico das regiões agrárias em âmbito mundial e brasileiro.	Renda da terra.
Os mecanismos econômicos e espaciais. Os processos de produção.	Movimento social rural e reforma agrária; Produção agropecuária.
Agricultura e regionalização.	Uso da terra e sistemas de cultivo.
A estrutura agrária nacional.	A industrialização no campo.
Os trabalhadores na agricultura.	Agricultura e questões ambientais.
A questão agrária hoje.	-----
As reformas agrárias do século XX. A reforma agrária em curso no Brasil.	-----

Fontes: websites da UFRR¹⁴e da UNIR¹⁵.
Organizado pelo Autor.

Enquanto espaço geográfico com dinâmicas voltadas às questões do campo distintas, Roraima e Rondônia podem não encontrar muitas semelhanças. Comparações dessa natureza podem ser mais bem visualizadas se observarmos os censos demográficos e agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No entanto, tomando como base as situações de conflitos no campo (por terra, por água e/ou terras tradicionalmente ocupadas) divulgados pela Comissão Pastoral da Terra¹⁶, Roraima apresenta muito menos registros de conflitos se comparado à Rondônia.

No tocante aos conteúdos curriculares, a disciplina de Geografia Agrária ofertada em Roraima, me parece, ao menos nos conteúdos apresentados de modo mais abrangentes como “O habitat rural. Estudo específico das regiões agrárias em âmbito

¹⁴Referências podem ser encontradas nas páginas http://ufrbr/depgeo/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=86:ge-334-geografia-agraria&id=10:downloads&Itemid=279.

¹⁵ www.geografia.unir.br/noticias_arquivos/18227_ementa_geoagraria_atual.doc.

¹⁶ Entidade ligada à Igreja Católica, no entanto, é um órgão que mantém os dados mais atualizados garantindo assim sua fidelidade metodológica na tentativa de visualização da situação do campo brasileiro. Consultar o site www.cptnacional.org ou livros impressos dos últimos anos por este órgão.

mundial e brasileiro” e “As reformas agrárias do século XX.” Além da “A reforma agrária em curso no Brasil” chama mais a atenção pela dimensão espacial e, numa perspectiva didática que possibilita o fazer pedagógico do futuro professor de geografia nos níveis de ensino fundamental e médio.

As questões vivenciadas pelas dinâmicas do campo no estado de Rondônia, podem não aparecer diretamente na ementa presente e disponível no site da Instituição, como falamos anteriormente. O plano de ensino, diferente da ementa, pode e é alterado de acordo com o que preconiza o fazer didático e ideológico docente.

Partindo desse contexto, o campo nos estados pode vir a ser utilizado como laboratório de estudo. Como campo de pesquisa e inspiração acadêmica sem precedentes no tripé que envolve o ensino, a pesquisa e a extensão.

O que chama a atenção aos cenários do campo vislumbrados pelos conteúdos curriculares nestas Universidades são os cenários políticos e as materializações das políticas estaduais para o campo. Assim, as relações socioespaciais em Roraima e em Rondônia, enquanto espaços de implantação recente da agricultura em grande escala, se transformam em laboratórios de estudos.

Neste sentido, Milton Santos (2008, p. 67), assegura que “o espaço impõe sua própria realidade”. Para tal sentido, os conteúdos curriculares, no processo de formação de professores e/ou bacharéis em geografia, pensando a continuidade das pesquisas sobre a realidade do campo, precisam olhar para este e deste se inspirar.

Em outra passagem, afirma o autor:

Para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção do espaço” (Santos, 2008, p. 67).

Cada uma das unidades federativas presentes na Região Norte com bioma amazônico, dentro dos “arcos” de desenvolvimento, faz parte de uma engrenagem econômica que perpassa, ao menos no tempo e no espaço, a demanda internacional, cuja expressão mercantil se faz mais oportuna.

A Amazônia apresenta um mosaico de natureza singular no trato das questões “agro”. De um lado, temos a terra sendo valorizada a cada grande projeto implantado, do outro, o desmatamento, a grilagem, o pasto, a *commodity* faz “da produção espetacular” ser cada vez mais tecnicada.

David Harvey (2013, p. 307), afirmava que “o capital é um processo, e não uma coisa”, e continua, “o processo mascara e fetichiza, alcança crescimento mediante a destruição criativa (...) transforma espaços e acelera o ritmo da vida”, tal aspecto é o que vemos hoje em toda a Amazônia brasileira. O “agro”, no modelo industrial, dinamiza a produção enquanto pressiona a tão invisibilizada agricultura familiar e sua produção.

Diante de todas estas observações, como pensar a Amazônia contida nas várias “Amazônias”: ecológica, política, hídrica, física, humana e curricular presente nos conteúdos acadêmicos? De que forma articular os acontecimentos do campo ao que se ensina das cidades? Como a cidade orienta as dinâmicas do campo? E como formar novos pesquisadores atentos às questões fundamentais do universo situacional em que a Amazônia está envolvida?

Considerações

Como vimos ao longo do ensaio, muitos dos temas apontados nas ementas possuem relação com a questão agrícola e agropecuária dos espaços de produção do campo. Isto alimenta o currículo escolar e propicia às ciências, sobretudo à ciência geográfica, com ênfase na geografia agrária, por serem tais questões objetos de temáticas de pesquisa.

Sinalizamos também que, em virtude das transformações socioespaciais, no que se refere aos processos de uso, ocupação e produção, as políticas públicas determinam significativas mudanças, no campo que culmina por afetar a vida de milhares de pessoas, e, em se tratando da Região Norte, tais mudanças impactam ainda toda uma cadeia natural.

No tocante aos espaços de produção de alimentos nos estados da Região Norte, observamos com maior frequência a “fome” pelo qual o sistema capitalista avança sobre as terras ao mesmo tempo em que o mercado se alimenta da (des)governança instalada pela má gestão política dos bens naturais, como água, solo, floresta, etc. Esse cenário faz com que vários hectares de

floresta sucumbam para as pastagens e depois, destas, para a monocultura.

O homem do campo, o agricultor, o coletor, o agroextrativista, todos eles nos parecem serem transformados em bandidos. Os grandes empreendimentos fracionam o modo de vida de ribeirinhos, fazem a mobilização demográfica sem as mínimas condições de lhes garantir a dignidade geográfica do antigo lugar de ocupação ao qual o homem havia se emoldurado à dinâmica da paisagem, da natureza. Vimos também que o currículo escolar se faz importante e que, graças a sua contextualização socioespacial, propicia a formação de pessoas éticas, críticas e comprometidas com a realidade em que estão inseridas.

Considerando a natureza do estudo, não podemos falar em considerações finais, mas apontar alguns elementos possíveis de reflexões acerca do tema geral da breve pesquisa, a saber:

a) os conteúdos referentes às disciplinas Geografia Agrária e Rural necessitam de atualização frequente, dada a dinâmica que envolve o campo de atuação;

b) em alguns casos as ementas poderiam apresentar o caminho metodológico e epistêmico da Geografia Agrária;

c) dado o enfoque regional, algumas ementas deixam esta abordagem em segundo plano, isto é, a cargo do plano de aula do professor;

d) para articular o Pensamento Geográfico, sobretudo na espacialização dos fenômenos agrários ou rurais, seria relevante que as disciplinas envolvessem a abordagem cartográfica no escopo prático ou em conteúdos específicos;

e) no tocante à formação de professor, muitas ementas não fazem menção ao caráter didático dos conteúdos referente ao espaço “agro” - com isso, podem deixar lacunas na “transmissão” do fazer pedagógico e de análise do material didático, podendo acarretar enfraquecimento na formação docente;

f) sobre a utilização do campo como laboratório, o conteúdo que verse sobre as experiências locais no estudo da Geografia Agrária e/ou Rural poderia ser apontado nas ementas curriculares;

g) a relação local-global, no tocante às temáticas e questões inerentes à Geografia Agrária, é pouco apontada como conteúdo em algumas disciplinas - tal relação propiciaria incrementar a formação docente inclusive na produção de novos conhecimentos.

É sabido que tais encaminhamentos são limitados. A livre atividade docente, as condições operacionais do fazer pedagógico

e da pesquisa, neste caso da Geografia Agrária, não se limitam às ementas curriculares estudadas. A partir dessa premissa, a carga ideológica, as condicionantes materiais e institucionais que viabilizem a adequação do currículo à plena formação docente não se atêm, como já exposto, ao ementário. Pode-se afirmar que tal estudo carece de uma articulação maior com os planos de aula e o referencial bibliográfico das obras neles apresentados, o que poderia garantir uma leitura mais apurada da questão levantada e que desencadeou o presente ensaio.

Referências

COELHO, Maria Célia Nunes. *Commodities* Minerais e a permanência do padrão corredor-fronteira na Amazônia oriental. In: OLIVEIRA, Márcia Piñon de. COELHO, Maria Célia Nunes e CORRÊA, Aureanice de Mello (organizadoras). **O Brasil, a América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas (I)**. Rio de Janeiro: Lamparina: Anpege, Faperj, 2008.

FERREIRA, Washington Aldy. **O currículo de Geografia uma análise do documento de Reorientação Curricular da SEE-RJ.** Washington Aldy Ferreira; orientadora: Sônia Maria Vanzella Castellar – São Paulo, 2009. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/.../WASHINGTON_ALDY_FERREIRA.pdf. Acesso em 14-08-2017 as 18:30

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. SP: Edições Loyola. 2013.

MOTA, Adeir Archanjo da. **A geografia do ensino superior e as origens da univer(cidade)**. Disponível em <http://www.neer.com.br/anais/NEER-1/comunicacoes/adeir-da-mota.pdf> acesso em 13 – 08 – 2017 as 22:18

SANTOS, Francisco Kennedy Silva dos. A formação do professor de geografia no ensino superior como profissional comunicativo transformativo na perspectiva da práxis pedagógica. In: XI Encontro Nacional da ANPEG. **A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação** De 9 a 12 de outubro 2015. Disponível em <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/1/3.pdf> Acesso 13-08-2017. as 22:14

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. Ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial das relações urban-rurais no sudoeste paranaense. In: SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão, Whitacker, Arthur Magon (Orgs.) **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular 2010. 157-186

SOUZA, Narda Margareth Gomes de e VIDAL, Josep Pont. Gestão ambiental pública na Amazônia Brasileira. In: ALMEIDA, Oriana, FIGUEIREDO, Silvio Lima e TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair (Orgs.). **Desenvolvimento e Sustentabilidade**. Belém: NAEA, 2012. p 57-69.

SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão, Whitacker, Arthur Magon (Orgs.) **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular 2010.111-130

VIEIRA, Noemia Ramos. O Conhecimento Geográfico Veiculado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia e o Espaço Agrário Brasileiro: Reflexões para uma Geografia Crítica em Sala de Aula. **Revista Nera** - ano 7, n. 4 – janeiro/julho de 2004. Disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/04/03_Noemia.pdf acesso 13-08-2017 às 22:10.

Capítulo 9

OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA AO PAC E A DESTERRITORIALIZAÇÃO DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS E CAMPONESAS EM FUNÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA LEGAL

Luciana Riça Mourão Borges

Introdução

O presente texto se constitui parte dos estudos realizados durante nossa pesquisa de doutorado, intitulada *Políticas Territoriais e o Setor Elétrico no Brasil: análise dos efeitos da construção de hidrelétricas na Amazônia pelo Programa de Aceleração do Crescimento no período de 2007 a 2014*¹⁷, sendo a apresentação de algumas de nossas reflexões acerca do tema abordado no estudo.

Procuramos compreender os principais efeitos da construção de hidrelétricas na Amazônia Legal, bem como a articulação da sociedade civil frente a esses grandes empreendimentos. Para tanto, realizamos trabalhos de campo e uma densa pesquisa bibliográfica sobre a implementação de barragens e os conflitos territoriais decorrentes dessas obras, no sentido de nos aproximarmos de uma leitura territorial levando-se em consideração os principais indivíduos afetados e (des)territorializados de seus lugares e localidades de origem.

Nossas análises percorreram observações acerca dos principais conflitos territoriais envolvendo as obras das hidrelétricas e os diversos sujeitos, atores e agentes da sociedade civil. O *start* de nossas reflexões ocorreu com nossa participação, coincidentemente com o início da pesquisa de doutorado, do Encontro Nacional de Atingidos por Barragens (MAB), no qual pudemos ouvir os diversos relatos de pessoas que tiveram suas casas atingidas e afetadas pelos reservatórios de várias hidrelétricas no país. Além disso, verificamos que não há apenas

¹⁷ Este trabalho foi desenvolvido com a utilização de recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP (processo: 2015/07297-4).

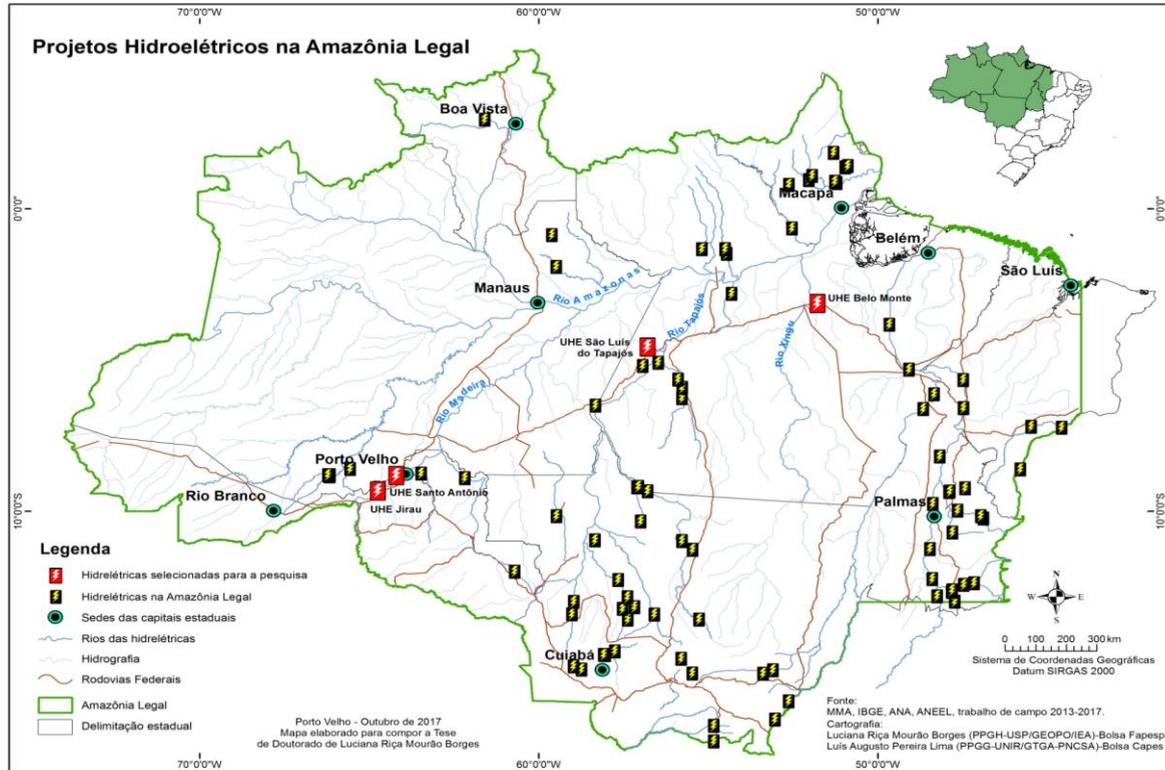
os atingidos por barragens, mas diversas categorias de sujeitos organizados e articulados, seja no campo ou na cidade, em territórios indígenas ou quilombolas, os quais possuem, nesse caso, um “inimigo único” que é o Estado e suas barragens. O mesmo encontro também nos apresentou as formas propositivas do MAB, tais como o **Plano Nacional de Atingidos por Barragens (PNAB)**, no qual são elencados os direitos dos atingidos que, por reivindicação do movimento e da sociedade civil, devem ser atendidos quando da construção de hidrelétricas.

Outra experiência que nos trouxe uma rica reflexão acerca dos sujeitos e atores articulados e que fazem resistência à construção de grandes obras de infraestrutura energética foi o **Fórum Social Pan-Amazônico**, organizado por diversos movimentos sociais da América Latina, tais como o MAB, o MST (Movimento Sem Terra), a Via Campesina, os povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, entre vários outros grupos. Nesse caso, o Fórum nos auxiliou a pensar sobre a construção de hidrelétricas na Pan-Amazônia, sendo não apenas uma articulação de grupos, mas a constituição de uma **Aliança dos Rios**, colocando os territórios de resistência como delimitação geográfica de suas ações: rio Madeira, rio Tapajós, rio Teles Pires e rio Xingu.

Unindo tais elementos, observamos que existem frentes de resistência em todos os complexos hidrelétricos atuais. Desse modo, sugerimos a análise a partir dos **Movimentos de Resistência ao PAC**, ou seja, o Programa de Aceleração do Crescimento, objeto de nossa análise. O objetivo de reunir os diversos movimentos nessa categoria consiste em compreender como as obras geram novas configurações no território, novas demandas, e, portanto, novas resistências.

Dessa forma, apresentamos esses caminhos de análise percorridos em nossos estudos, tendo a construção de barragens hidroelétricas na Amazônia como pano de fundo e a inserção de sujeitos articulados no contexto territorial e político altamente conflituoso, em que estão desenhadas novas configurações dos diversos territórios aqui mencionados.

Figura 1 – Projetos hidrelétricos na Amazônia Legal.



O Movimento dos Atingidos por Barragens

Historicamente, o MAB tem atuado, principalmente na defesa de populações atingidas¹ por empreendimentos hidrelétricos. Na Amazônia, o Movimento tem atuado nas grandes construções e, atualmente, na maioria dos canteiros de obras das hidrelétricas do PAC.

Junto com outros movimentos sociais, o MAB se articula com dois principais objetivos: a) Promover a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); b) Promover o Projeto Energético Popular. Ambas as propostas foram alinhadas com base na luta contra as barragens, nacionalmente difundida. Não se trata do único ou do principal movimento social, assim como suas propostas também não são inéditas. Porém, organizados de um modo unitário (como eles próprios defendem em suas falas), possuem um foco comum para tratar dos direitos dos atingidos.

Em várias entrevistas, com agentes dos movimentos sociais, pudemos observar suas preocupações em pressionar que as empresas responsáveis pelas obras possam, do mesmo modo, reduzir os danos às pessoas que são afetadas direta ou indiretamente. Contudo, há um grande embate de forças, que ocorre de modo comum em todas as hidrelétricas. Como exemplo, em Jirau, atualmente se reivindica a concessão das casas de Nova Mutum, bairro “planejado”, construído pelo consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR), para atender funcionários da usina e moradores desalojados em função da remoção das casas no distrito de Mutum-Paraná, alagado pela barragem. Já em Belo Monte, ocorreu uma mobilização para garantir indenizações às famílias que estão sendo expulsas, desalojadas, removidas. Há, porém, resistências por parte da empresa, conforme diversas informações vistas pelas instituições e movimentos sociais.

Durante nosso trabalho de campo, pudemos realizar diálogos com representantes do MAB e colher seus materiais de divulgação e apoio. Uma dessas ações, a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), foi recentemente apresentada como Projeto de Lei (PL29)² na Câmara dos

¹ Cf. tb. Carlos Vainer (2008) e Carla Cruz e Vicente da Silva (2010).

² Projeto de Lei (PL29) apresentado em 2015, pelo Deputado Federal Nilson Leitão (PSDB-SC), que institui a Política Nacional de Direitos das Populações

Deputados, em Brasília, cujo objetivo é garantir, por lei, todos os direitos das populações que sejam atingidas, afetadas, influenciadas ou impactadas por projetos hidrelétricos. Segundo o PL 29, tais direitos são aplicados a: a) barragens que estão em processo de licenciamento ambiental; b) barragens cuja população seja atingida pela construção ou pelo lago do reservatório, ou usinas que já estejam em operação.

Conforme o documento, são populações atingidas por barragens (PAB), as seguintes:

- a) Que perdem sua propriedade ou posse de imóvel;
- b) Perdem a capacidade produtiva do lote, sítio ou de parcela remanescente de imóvel que seja atingido parcialmente;
- c) Perda do exercício de atividades ou de recursos pesqueiros;
- d) Perda de fontes de renda e de trabalho cujos atingidos dependam economicamente;
- e) Prejuízo às atividades produtivas no entorno da barragem;
- f) Inviabilização de acesso a atividades de manejo ou recursos naturais que impliquem influência ou prejuízo ao seu modo de vida;
- g) Aqueles que tiverem prejuízos às suas atividades produtivas à jusante, no entorno e à montante, que afetem sua renda, subsistência ou modo de vida;
- h) Outros impactos diretos ou indiretos, bem como os que afetem o modo de vida das comunidades que receberão os reassentamentos e a nova população³.

Alguns dos direitos das populações atingidas são:

- a) Reparação através de indenização, reposição, compensação e compensação social, com reassentamento coletivo que preserve o modo de vida tradicional, laços culturais e de vizinhança, tal como anteriormente à barragem;
- b) Opção de alternativas de reparação;
- c) Negociação coletiva e prévia aprovação;
- d) Assessoria técnica independente custeada pelo empreendedor;

Atingidas por Barragens (PNAB) e dá outras providências. Disponível em <http://migre.me/qGIJb>. Também vale verificar os PL's 6091/2013, do Deputado Federal Marco Tebaldi (PSDB/SC), disponível em <http://migre.me/qGIOV>, e 1486/2007, do Deputado Federal Antônio Roberto (PV-MG), disponível em <http://migre.me/qGIWa>. Acesso em 07 de julho de 2015.

³ PL29/2015. Disponível em <http://migre.me/qGIJb>. Acesso em 09 de julho de 2015.

e) Indenização justa e prévia em dinheiro pelas perdas materiais; entre outros.

Nosso intuito é o de analisar as principais frentes de resistência que encontramos nos territórios sob a construção de hidrelétricas, dentro de nossa delimitação analítica, categorizando-as com o propósito de compreender também como se polarizam as questões e os conflitos, para identificarmos, desse modo, os efeitos das obras sobre essas populações locais.

Além da discussão sobre o MAB, percebemos em campo o surgimento de várias categorias de **atingidos**, nesse caso relacionadas a Altamira e Belo Monte. Identificamos as seguintes categorias: a) Carroceiros; b) Areeiros; c) Oleiros; d) Barqueiros. Tais categorias se juntam com as populações removidas de suas casas devido ao alagamento e as áreas concedidas ao consórcio Norte Energia (de modo semelhante aos demais projetos, como Jirau e Santo Antônio), o que está definido nos estudos de impacto ambiental e o que ocorre na realidade. São segmentos da sociedade civil que se veem afetados, mas que, pelo Plano Básico Ambiental (PBA⁴), não estão reconhecidos.

O Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens

Em 2013, entre os dias 2 e 5 de setembro, ocorreu o Encontro Nacional do Movimento de Atingidos por Barragens⁵, cujas reflexões realizadas entre os presentes, em conjunto com profissionais, educadores, acadêmicos e intelectuais (especialistas em questões energéticas, sociais e ambientais), puderam ser elucidativas para pensarmos os movimentos sociais dentro de um contexto amplo, como é o do PAC⁶. A principal pauta do encontro consistiu em reunir os atingidos por barragens de todo o Brasil, com o intuito de fortalecer a aliança com trabalhadores da cidade e do campo, com destaque para denúncias de violações de direitos⁷

⁴ ISA (2014).

⁵ Realizado na cidade de Cotia-SP.

⁶ Cf. BRASIL (2007).

⁷ Nesse ponto, trazemos a noção de *violação de direitos humanos*, abordada e utilizada tanto pela Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA), quanto pelo Ministério Público Federal, bem como pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH). Ambas as instituições realizam missões nas obras para a

pelas empresas, além de proporem o Projeto Energético Popular⁸. Também foram divulgadas as Cartilhas “Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB)”⁹ e “Água e energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular”, cujos principais tópicos passam pela conjuntura política na qual o MAB se insere, a importância do Encontro Nacional e o Projeto Energético Popular.

Faz-se importante levar em conta em nosso estudo essa parcela da sociedade organizada devido à relação direta que há entre tais movimentos e nosso objeto estudado, no caso, as hidrelétricas na Amazônia. A relação a que fazemos referência ocorre quando da articulação e/ou desarticulação entre movimentos sociais que resistem a grandes projetos econômicos e de infraestrutura. Como exemplo, trazemos para a discussão o movimento de atingidos por barragens, os movimentos ligados à Igreja Católica, ONG’s também articuladas, entre outros. Falamos em desarticulação, pois, como relataremos mais adiante, observamos que ao longo do tempo, dentro do processo político de resistência, grupos que inicialmente se uniram em campanhas contra a construção de hidrelétricas perderam a força na articulação e se separaram ou se tornaram oponentes. Esse processo também consiste num efeito das grandes obras e projetos, uma vez que a influência das empresas nos setores locais, nas instâncias públicas e na oferta de “benefícios” das obras (como cargos políticos, cargos em empresas, ou mesmo indenizações, etc.) desmobiliza as articulações de movimentos sociais ou de resistência.

Observamos que, com as atuais obras de grande porte, surge uma pauta em comum com outros movimentos, não somente o de

identificação de violações de direitos humanos, geralmente em canteiros de obras ou em localidades que as recebem. Entre as violações estão o trabalho análogo à escravidão, prostituição, cerceamento do direito à liberdade, à moradia, violência (no campo e na cidade) e pedofilia. Não trabalharemos com essas categorias em específico, mas os relatórios das referidas instituições e comissões nos trazem dados e relatos que se enquadram em nossa discussão acerca dos conflitos e dos efeitos das obras. Referenciamos alguns no decorrer do texto.

⁸ Vide notícia publicada na página do MAB, “**Começa encontro histórico do MAB em São Paulo**”. Disponível em <http://migre.me/pFDLa>. Acesso em 29 de abril de 2015.

⁹ Cf. Movimento dos Atingidos por Barragens (2013); Cf. tb. goo.gl/brWc3e, acesso em 26 de novembro de 2017.

atingidos pelas barragens. Como exemplo, o Movimento Sem Terra (MST) e a Via Campesina, entre outros sujeitos organizados em grupos e movimentos sociais, se encontram com a necessidade de uma rearticulação nacional, uma vez que ressurgem um “único inimigo”, nesse caso o próprio Estado e o Capital, juntos, levando-se em consideração barragens como Santo Antônio, Jirau e Belo Monte, tendo elas características semelhantes de elaboração, implementação e construção, sendo construídas pelo mesmo Programa.

Nossa observação em relação a esse ponto ocorre pela relação campo-cidade que se estreita nesse processo, quando esses movimentos adquirem tal demanda decorrente de um único programa governamental (embora com projetos criados ainda no período militar, tal como na década de 1970, porém executado somente no período atual), como é o caso dos movimentos camponeses. Na ocasião do Encontro Nacional do MAB, um camponês da região Sul brasileira relatou que o assentamento no qual reside foi atingido por uma barragem. Esse episódio demonstra que o camponês se vê não somente lutando por uma terra, mas lutando ao mesmo tempo para não a perder novamente, nesse caso, para uma barragem¹⁰.

Outros movimentos, como dos “barrageiros”, sindicatos¹¹ dos trabalhadores da construção civil, camponeses, indígenas, etc., compõem esse conjunto de mobilizações populares contra ações que os prejudicam direta ou indiretamente¹². Considerando essas questões, optamos por elaborar o que chamamos de Movimentos de Resistência ao PAC, consistentes nas ações populares da sociedade civil frente aos projetos, sobretudo de infraestrutura, impostos em uma determinada localidade, sendo esse o tema a ser percorrido nas próximas páginas de nossas reflexões.

¹⁰ Cf. <http://www.mabnacional.org.br>. Acesso em 14 de setembro de 2014.

¹¹ Embora os sindicatos se organizem e sejam uma categoria específica, estão inclusos em nosso estudo, dentro do conjunto de grupos da sociedade civil que se articulam como resistência às grandes obras. Analisando dentro de uma totalidade, verificamos que, ao surgirem tantos movimentos, grupos, sindicatos e outras formas de articulação, tais hidrelétricas em estudo mobilizam diversas ações que podemos caracterizar como efeitos dessas grandes obras.

¹² Ao realizarmos o trabalho de campo na cidade de Altamira-PA, em junho de 2015, pudemos observar uma gama de grupos de resistência à Belo Monte, hidrelétrica em construção na localidade. São eles: barrageiros, indígenas, moradores expulsos de seus locais de moradia, barqueiros, oleiros, areiros, carroceiros, sindicato dos comerciantes, camponeses, entre outros agregados.

O Fórum Social Pan-Amazônico, a Aliança dos Rios e a delimitação da área de estudo

Considerando a ideia de Movimentos de Resistência ao PAC, durante nosso estudo partimos para uma coleta de dados e informações mais sistemática, na busca por movimentos sociais e demais sujeitos envolvidos no contexto de construção de barragens hidrelétricas na Amazônia Legal. Diante desse processo e da busca por elementos que pudessem dar mais consistência à análise aqui desenvolvida, participamos também do VII Fórum Social Pan-Amazônico¹³, realizado na cidade de Macapá em 2014, cujo objetivo foi o de reunir os povos da Pan-Amazônia dos diversos países e localidades, para diálogo acerca das principais violações de direitos que as políticas governamentais têm gerado. Reuniram também pesquisadores e intelectuais de diversas universidades, para a divulgação de trabalhos científicos acerca dos temas abordados durante o evento.

Dentro do conjunto de atividades programadas para o Fórum, realizou-se o encontro da Aliança dos Povos – Aliança dos Rios¹⁴, no qual os movimentos sociais articulados por pessoas afetadas pela construção das barragens nos rios Madeira, Xingu, Tapajós e Teles Pires (quatro dos principais rios da bacia Amazônica), e demais sujeitos, lideranças, representantes da sociedade civil, entre outros, se reuniram para pensar ações de resistência diante dos conflitos territoriais gerados pelas barragens.

Em 2010, diversas comunidades, representantes de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, urbanos e demais movimentos sociais se reuniram no I Encontro dos Povos e Comunidades Atingidas e Ameaçadas por Grandes Projetos de Infraestrutura, nas bacias dos rios da Amazônia: Madeira, Tapajós, Teles Pires e Xingu, ocorrido em Itaituba-PA. Nesse evento, foi lançada a *Carta dos 4 Rios*, cujo conteúdo denuncia as violações de direitos pelos agentes construtores das barragens, bem como coloca as necessidades dos referidos povos, além de trazer uma

¹³ Cf. <https://foropanamazonico.wordpress.com>. Acesso em 20 de abril de 2015.

¹⁴ Cf. **Carta dos 4 Rios** (2010), disponível em <http://migre.me/pFFey>, **Declaração da Aliança dos Rios da Pan-Amazônia em Cobija** (2012), disponível em <http://migre.me/pFFhf>, e **Carta de Macapá – Os Povos Livres da Panamazônia Vencerão!** (2014), disponível <http://migre.me/pFG18>. Acesso em 29 de abril de 2015.

contextualização histórica acerca das ações dos movimentos sociais em defesa dos povos e dos territórios atingidos.

Em 2012, o encontro foi realizado em Cobija, na Bolívia, no qual também foi lançada a *Declaração da Aliança dos Rios da Pan-Amazônia*, questionando o modelo de desenvolvimento econômico a partir de grandes obras de infraestrutura que ferem e violam os seus direitos¹⁵. Em 2014, na cidade de Macapá (AP), os grupos, movimentos e comunidades se reuniram mais uma vez e compuseram a Carta de Macapá, também com o mesmo objetivo denunciativo das cartas e dos encontros anteriores, além de reforçarem sua atuação em conjunto.

Desse modo, pudemos reforçar a categoria de Movimentos de Resistência ao PAC que propomos em nosso trabalho de tese. Da mesma forma, a experiência de estar presente no supracitado evento nos fez pensar e redefinir a delimitação espacial do objeto de estudo para os rios que hoje recebem as maiores obras de hidrelétricas do PAC no país.

Optamos, assim, por estudar as hidrelétricas do PAC na Amazônia, na faixa territorial que compreende as localidades dos rios Madeira, Tapajós e Xingu, considerando o local de sua construção e as áreas urbanas próximas que possuem mais influência, sendo, nesse caso, as cidades de Porto Velho-RO (Jirau, Santo Antônio e Tabajara), Santarém (São Luiz do Tapajós), Altamira (Belo Monte) e Belém, no Pará. Escolhemos esta última por ser um *locus* de importância regional e de estabelecimento das relações políticas e empresariais para as tomadas de decisão.

Do mesmo modo, em termos de inserção no contexto amazônico, tais hidrelétricas formam uma espécie de cadeia, alinhadas numa porção meridional da Amazônia, coincidente com a maioria de outros projetos governamentais, como as rodovias Transamazônica, BR-163, BR-319 e BR-364, além dos projetos de assentamentos das décadas de 1970 e 1980, entre outras ações governamentais desenvolvimentistas. A escolha da delimitação espacial se deu para que possamos compreender o território a partir de tais ações, tendo as hidrelétricas como exemplos e casos de ações de políticas territoriais e seus respectivos efeitos (Figura 1).

Consideramos ser pertinente tal delimitação espacial-analítica para se compreender a ação do PAC em uma cadeia de grandes

¹⁵ Cf. DHESCA BRASIL (2008; 2011; 2014), CDDPH (2011) e PAD (2009).

hidrelétricas nos principais rios amazônicos, correlacionando com outros aspectos territoriais dessa região, como, por exemplo, o Arco do Desmatamento¹⁶, áreas de exploração mineral por

¹⁶ A definição de *Arco do Desmatamento*, primeiramente, por meio da divisão do território amazônico a partir de análises distintas por também diferentes autores e pesquisadores e, especialmente por técnicos das instituições executoras das políticas ambientais. O termo remonta ao trecho que compreende os estados de Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Pará (considerando a Amazônia Legal), também conhecido como *Arco de Fogo*, sendo a área mais afetada pelos programas governamentais de incentivo à ocupação das terras por agricultores pequenos, médios e grandes, desde a década de 1960, além da abertura de estradas e da chegada de grandes empresas de mineração. Trata-se da maior faixa territorial onde a frente pioneira, ou frente de expansão, sobretudo agrícola, de infraestrutura rodoviária e mineral, ampliou suas atividades, gerando, com isto um intenso desmatamento. Junto, então, com os projetos de ocupação populacional e desenvolvimento econômico, surgiram os problemas ambientais, socioambientais e territoriais, com intensos conflitos entre posseiros, grileiros, madeireiros, indígenas, quilombolas, seringueiros, ribeirinhos e demais populações ali existentes. Para Becker (2001), o *Arco do Desmatamento* possui desde o início dos anos 2000 uma característica de valor de uso da terra, uma vez que a fronteira já se expandiu, quando a própria terra era utilizada como valor de troca, como mercadoria. Assim, ela propõe que se denomine *Arco do Povoamento Consolidado*, “[...] porque é onde estão as cidades, as densidades demográficas maiores, as estradas e o cerne da economia [...]” (Becker, 2001, p. 83). Em Mello (2003) também podemos encontrar uma menção ao *Arco do Desmatamento*, compreendendo os estados ora mencionados, em que se atribui a transformação do território, sobretudo, à implantação de infraestruturas (como portos, rodovias, pontes e hidrovias) que visam o atendimento e expansão do setor do agronegócio, principalmente para o escoamento e exportação de grãos (soja e milho). Na Amazônia brasileira, tais intervenções estão diretamente ligadas, além, também, da construção de hidrelétricas com o objetivo de beneficiar tal setor, além da mineração. Assim, esse *Arco* abarca esse território, que exploraremos de modo mais detalhado nos capítulos seguintes. Vale mencionar também que, com o avanço dessa frente de expansão mobilizada por infraestruturas e redes técnicas no território, aumentam-se, além do desmatamento, as queimadas e todos os conflitos socioterritoriais, por consequência. A concentração fundiária na região é bem maior no eixo do *Arco*. Mello (2003, p. 357) define esse recorte territorial como “[...] uma larga faixa, em formato de ‘meia-lua’ onde há predomínio dos processos de desmatamento e fogo, englobando parcialmente os Estados de Rondônia, Mato Grosso, Pará e Tocantins [...]”. Mello e Théry (2001), reforçam tais ideias com uma discussão acerca dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, implantados durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, década de 1990, os quais puderam consolidar nessa porção territorial tanto a expansão da fronteira quanto a consolidação do Capital via infraestruturas (sobretudo rodoviárias e hidrovias). Embora este padrão de desenvolvimento se estenda por todo o território amazônico, mesmo em espaços ainda não convertidos pelo Capital, preservados ou conservados, no

grandes empresas tais como a VALE, a rodovia Transamazônica, grandes áreas de produção de grãos em larga escala para a exportação, principalmente de soja, além da pecuária e a construção de portos, etc.

Desse modo justificamos a escolha dos projetos hidrelétricos pelo intuito de se compreender, numa escala regional e nacional, os interesses tanto do capital privado quanto do próprio Estado na construção de complexos hidrelétricos que se articulam, considerando sua disposição no território: eles coincidem, por exemplo, com o arco do desmatamento, na Amazônia. No entanto, verificamos tanto os efeitos locais quanto regionais de tais empreendimentos, levando em consideração, porém, dados secundários coletados em gabinetes, via bancos de dados digitais, e em trabalho de campo nas diversas instituições. Também contamos com os dados já coletados para a pesquisa de mestrado que realizamos sobre o complexo do Madeira (Jirau e Santo Antônio).

A análise está pautada no modelo de desenvolvimento e de inserção de capital, e seus efeitos no território a partir de tais ações. De modo geral, delimitamos o estudo com as hidrelétricas construídas ou em construção somente no PAC-1 e no PAC-2 (a saber: Jirau, Santo Antônio, Belo Monte e São Luiz do Tapajós), para podermos estabelecer uma análise do processo de instalação das usinas hidrelétricas com o mesmo modelo dentro de uma totalidade. Porém, em termos de análise teórica e empírica, nos atemos apenas a três hidrelétricas desse conjunto, no sentido de enriquecer o trabalho em uma escala mais detalhada, sendo essas obras: Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, Belo Monte, no rio Xingu e São Luiz do Tapajós, no rio Tapajós, três grandes e importantes afluentes do rio Amazonas. Outro fator de articulação da análise das políticas territoriais é o fato dessas três hidrelétricas estarem sendo construídas num importante eixo infraestrutural

eixo do *Arco do Desmatamento* esse padrão se torna mais explícito e evidente. Por outro lado, as políticas de proteção se desenvolveram de um modo disperso, sendo, basicamente, a criação de Unidades de Conservação e demarcação de Terras Indígenas, as principais ações que asseguraram porções de floresta conservada. Desse modo, trata-se tão somente de “[...] uma outra geografia [que] se estabelece com a ação pioneira, situada principalmente ao longo das estradas da Amazônia e dos novos corredores multimodais de transportes [...]” (Mello e Théry, 2001, p. 188).

rodoviário, ou seja, a vitrine das políticas territoriais dos anos 1970: a rodovia Transamazônica (Figura 1).

Com isso, o fato de algumas dessas hidrelétricas não estarem concluídas ou estarem em fase de licenciamento ambiental não interfere na pesquisa, pois pretendemos comparar os efeitos em cada localidade (tendo como referência os estudos realizados em Rondônia) de acordo com seu estágio de execução, sendo nossa delimitação o segundo mandato do Presidente Lula (2007-2010, PAC-1) e o primeiro mandato da Presidente Dilma (2011-2014, PAC-2).

Temos como base a premissa de que, conforme os estudos já realizados anteriormente, mesmo que alguns projetos não tenham sido efetivados, ou algumas obras não tenham sido iniciadas, o anúncio de sua futura existência gera uma expectativa, bem como uma mobilização social e especulativa na região, principalmente, em pequena e média escala. Portanto, visando comparar o processo de construção de barragens pelo PAC em localidades diversas da região amazônica, buscamos, desse modo, compreender as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau (concluídas), Belo Monte (em fase de construção/conclusão) e São Luiz do Tapajós (fase de estudos).

Os Movimentos de Resistência ao PAC

Após a discussão sobre os agentes-atores inseridos no âmbito da construção das hidrelétricas aqui estudadas, neste tópico abordaremos os principais sujeitos que exercem um contrapoder (Sánchez, 2011), os quais surgem em um largo contexto de movimentos sociais, ONG's, Igreja, entre outros grupos da sociedade civil organizada, em um bojo que optamos por denominar como Movimentos de Resistência ao PAC. O objetivo de tal elenco consiste em compreender a configuração do território gerada pelas políticas territoriais, nesse caso as barragens hidrelétricas, que promovem diversas articulações justamente pelas demandas que provocam.

Sobre essa questão, exemplificando a partir da construção das hidrelétricas do Madeira, Broggio *et al.* (2014, p. 14), explicam que:

Les opposants aux grands travaux d'infrastructure se sont emparés de l'expression "Complexe Madeira" pour souligner combien le projet-système

vient du dehors et fait fi (sic) des populations locales. Ils mettent l'accent sur le rôle des grands acteurs extérieurs à la région, organisations internationales, gouvernement fédéral, entreprises multinationales... On note toutefois que la plupart des organisations militantes d'opposition au projet proviennent, elles aussi, de l'extérieur, tant sur le plan national (*Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB*) qu'international (*International Rivers*). Tous les acteurs revendiquent la légitimité du local, mais peu en sont finalement issus.

Sobre as formas de organização e mobilização dos diversos grupos, Broggio *et al.* (2014, p. 14), analisam o cenário de modo que:

Avec des modes opératoires variés (forum, coordinations, actions juridiques nationales et internationales), les actions se déploient, appuyées sur des discours à statut à la fois scientifique et militant, recourant à la presse et à la dramatisation auprès de l'opinion. Les partisans des énergies alternatives, le Mouvement indigène missionnaire (CIMI), l'Église qui défend les droits de la personne humaine et de la terre (CPT), le mouvement de défense des personnes atteintes ou expulsées par les barrages (MAB) se joignent aux revendications du Mouvement des sans terres (MST) autour d'une plateforme idéologique assimilant anticapitalisme et luttes environnementales.

Do nosso ponto de vista há uma perspectiva diferenciada de organização da sociedade civil no Pará, em relação ao estado de Rondônia, por exemplo. Dentro do contexto das políticas territoriais, temos, na primeira localidade, eventos importantes, como a exploração mineral intensa através da Companhia Vale do Rio Doce, que executa suas funções mineradoras em larga escala (hoje com o nome de Vale), além da construção da Estrada de Ferro Carajás, do garimpo de Serra Pelada, entre diversas outras grandes mineradoras como a Alcoa. Também devemos mencionar os projetos de colonização agrícola do INCRA (ocorrido em Rondônia no mesmo período), trazendo consigo a abertura da grande e promissora Rodovia Transamazônica.

Tais grandiosos empreendimentos, até então estatais, porém hoje sob o domínio de diversas frentes e vários setores do capital privado, enfrentaram a resistência desses movimentos sociais, sobretudo do campo. Nossa análise acerca desse tema contextualiza tal perspectiva para esse tópico, de modo a desenvolver nossas ideias acerca dos fatores de desmobilização social em uma nova grande obra amazônica, que é a usina hidrelétrica de Belo Monte. Já em Santo Antônio e Jirau, os fatores de desarticulação de uma grande coletividade de movimentos

sociais fortemente organizados ocorreram de uma maneira distinta do caso de Belo Monte.

Sobre esse assunto, podemos compreender que pode haver uma necessidade de desarticulação social a partir de uma força maior, sendo do Estado e/ou do capital, e que “[...] se constata no processo de colonização de um território, quando se inicia pela desestruturação espacial da sociedade anterior e sua reestruturação de acordo com o modelo social do colonizador¹⁷” (Sánchez, 2011, p. 31, tradução nossa).

Além de todo o contexto ora mencionado, também é necessário inserir as ONG’s (ambientais, sociais, socioambientais, indígenas, entre outras correlatas, porém, em definitivo, somente aquelas que estão relacionadas ao conjunto de grupos que se opõem às hidrelétricas ou àquelas que estão inseridas no contexto de construção das obras aqui estudadas), numerosas em grande parte, diretamente atuantes nas localidades das obras, tanto junto de movimentos sociais quanto com o próprio Estado. Há também o número de empresas terceirizadas, exercendo o papel, por outro lado, de auxiliar na viabilização e operacionalização das obras junto aos consórcios e empresas.

Em relação aos indígenas, entendemos que há uma característica distinta entre o Xingu e o Madeira. Fazendo uma frente de resistência bastante fortalecida à usina de Belo Monte, há um grande apelo internacional, como o apoio de diversas ONG’s, que resultou no atraso da construção da barragem em cerca de 30 anos. A componente¹⁸ indígena tem sido a principal

¹⁷ [...] se constata en el proceso de colonización de un territorio, cuando se inicia por la desestructuración espacial de la sociedad anterior y su reestructuración de acuerdo con el modelo social del colonizador (Sánchez, 2011, p. 31).

¹⁸ O termo *componente* é utilizado dentro do Plano Básico Ambiental (PBA) apresentado pela empresa responsável pela execução do projeto de hidrelétrica, fazendo referência às variáveis que compõem os estudos ambientais. No caso de Belo Monte, há diversas condicionantes que foram exigidas tanto pelo órgão ambiental quanto pelas demais instâncias em âmbito federal, para que sejam concedidas as licenças de instalação e operação. Caso as condicionantes (tais como Compensações Sociais/Ambientais) não sejam cumpridas, as licenças não são concedidas, sobretudo pelo IBAMA. Para avaliação das ações da empresa (Norte Energia), são elaborados estudos e pareceres técnicos por diversos órgãos, e também por ONGs e pelo próprio Ministério Público Federal, somando-se a denúncias de inadequações. A componente indígena é uma das variáveis inseridas no PBA, relacionada às condicionantes estabelecidas pelos órgãos federais. Cf. ISA (2014) e Parecer nº 143/2011 do IBAMA (vide <http://migre.me/rczYr>, acesso em 16 de agosto de 2015).

questão de discussão para a não construção da hidrelétrica. Outro aspecto se deu com a questão ambiental e de proteção da Floresta Amazônica, que culminou em tal visibilidade e apelo internacional, com a intervenção da ONU e de diversas instituições, de artistas e outros segmentos da sociedade para que o projeto não fosse levado adiante¹⁹.

Já em Santo Antônio e Jirau, a discussão sobre os indígenas não teve repercussão tão forte, tampouco a visibilidade internacional que Belo Monte obteve. No entanto, a componente indígena dos projetos do rio Madeira existe dentro do que os consórcios/empresas chamam de Área de Influência Indireta. Contrariamente ao que se tem como senso comum na localidade, e ao que é divulgado como dados e informações pelos consórcios, há indígenas afetados pelas hidrelétricas. Isso pode ser verificado no relatório divulgado em 2004, intitulado “Estudo socioeconômico sobre as terras e povos indígenas situados na área de influência dos empreendimentos do Rio Madeira (UHE Jirau e Santo Antônio)”²⁰, no qual são elencadas pelo menos cinco etnias diferentes afetadas pelos projetos²¹. Além disso, há também a usina de Tabajara, ainda em fase de estudos de viabilidade e licenciamento ambiental, a ser construída no rio Machado (estado de Rondônia), em que indígenas, nesse caso os Arara, Gavião, Mura, Tenharin²², entre outros grupos, serão afetados diretamente e indiretamente.

Verificamos, desse modo, algumas questões pertinentes, sendo possível transitar sobre o entendimento de como essas relações sociais determinam as ações no território a partir de interesses e projetos, e quais os agentes que fazem parte da tomada de decisões políticas. Dadas todas as situações até o presente aqui analisadas, bem como a quantidade de variáveis existentes e a amplitude da escala definida para nosso estudo, podemos suscitar alguns

¹⁹ Esse debate foi mencionado pela Prof.^a Dr.^a Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos, docente do Programa de Pós-Graduação em Agricultras Amazônicas (PPGA/NCADR), em entrevista concedida à nossa pesquisa no dia 09 de julho de 2015.

²⁰ Cf. Leão, Azanha e Maretto (2005).

²¹ Há mais etnias afetadas por todo o complexo de Jirau e Santo Antônio, mais a hidrelétrica de Tabajara que será construída no rio Machado, maior afluente do Rio Madeira, além dos povos isolados que optaram por não terem contato com as populações urbanas ou demais populações do entorno. Cf. Feitosa e Brighenti (2014), Farrell (2008) e Verdum (2012).

²² Cf. Nóbrega (2008).

questionamentos, numa análise acerca das contradições de tais relações estabelecidas a partir das ações territoriais:

a) De que modo a sociedade civil se beneficia e é condicionada a permitir a construção das barragens, considerando-a como o agente antagonico resultando das relações dos demais agentes, também fatores de antagonismo, Capital e Estado?

b) De que modo as barragens e suas executoras se condicionam a modificarem algumas de suas normas em função das pressões da sociedade civil, e, ainda, de que modo as barragens também necessitam da própria sociedade civil para existirem e se manterem?

Tais questionamentos nos levam a refletir e questionar as definições e critérios de medição de impactos estabelecidos pelos consórcios e empresas contratadas para a realização dos estudos ambientais, necessários à viabilização dos projetos hidrelétricos. Quando da elaboração dos estudos e relatórios de impacto ambiental, são definidas as áreas de influência direta e indireta (AID e AII), conforme a legislação ambiental vigente (Resolução do CONAMA e dos órgãos ambientais locais, para cada estado aqui estudado) para se mensurar os possíveis impactos das obras. No entanto, devemos ressaltar de modo bastante contundente que tal definição invisibiliza uma série de categorias analíticas²³, sobretudo sociais, de cunho sociológico e antropológico, como é o caso de indígenas afetados, além de recortarem somente uma parte da área que realmente será afetada, como o subdimensionamento do tamanho do alagamento ou da real quantidade de pessoas que serão desalojadas.

Devido à intensa problematização a que nos propusemos sobre a construção de hidrelétricas na Amazônia e suas implicações, efeitos e conflitos, pudemos observar em nosso estudo o fato de que para os consórcios em Rondônia, como exemplo, não há indígenas no entorno de Jirau e Santo Antônio, sendo um fator de invisibilidade de populações tradicionais, inclusive como forma e mecanismo de legitimação da obra, como viabilização da hidrelétrica, sem que haja qualquer obstáculo (sobretudo relacionado a populações tradicionais), para tal

²³ Tal questão foi mencionada e discutida em entrevista realizada com a Prof.^a Dr.^a Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos, docente do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA/NCADR), em entrevista concedida à nossa pesquisa no dia 09 de julho de 2015.

empreendimento. Para Sánchez (2011, p. 76), “[...] recurriendo a la manipulación de la historia, y a la demagogia del territorio, es fácil ignorar a las personas que ocupan un territorio, para justificar cambios o imposiciones de actitudes que sólo representan los intereses o convicciones de una minoría”.

Sobre Rondônia, quando da construção das barragens de Santo Antônio e Jirau, basicamente houve resistência dos movimentos de camponeses, do MAB, algumas ONG’s e do Instituto Madeira Vivo. A força de desmobilização contra uma força de articulação não encontrou grandes embates, tais como os de Belo Monte, embora haja resistência ainda hoje, sobretudo do MAB, principal ator de reivindicações de direitos para os atingidos (como no caso das indenizações, da moradia e das enchentes).

Em um discurso de uma representante de um movimento social, na audiência pública da Defensoria Pública da União, realizada no dia 29 de junho de 2015²⁴, na cidade de Belém, foi levantado o questionamento sobre o progresso e o desenvolvimento em áreas onde são executados grandes projetos. Na sua fala, a liderança se diz “vítima do progresso”, ao mesmo tempo em que diz que também quer morar “onde chega o progresso”. É interessante essa expressão, uma vez que, ao problematizarmos a construção de barragens e complexos hidrelétricos, num esforço comparativo de dados governamentais confrontados com dados de movimentos sociais e mesmo dados empíricos, coletados em campo, observamos que essas falas se tornam emblemáticas. Trata-se de moradores de uma área que obtiveram a posse de seus lotes pelo Governo, mas serão removidos devido a um grande projeto que tem como alguns de seus *slogans* a menção ao progresso ou desenvolvimento. Logo, tais populações, excluídas, desalojadas e subjugadas, não possuem qualquer possibilidade de acesso a esse progresso. Nosso trabalho de campo no Pará, entre os meses de maio a julho de 2015, foi marcante no sentido de verificarmos *in loco* a polarização entre as ações do Estado e do Capital em detrimento de populações locais.

Acerca dessas questões, Sánchez (2011, p. 69), explica que:

En cada contexto social, y para cada agente, situación o escala, se establecerán estrategias de apropiación cuyos objetivos pueden ser de diversos tipos: asumir la propiedad inmueble; disponer de capacidad para la funcionalización; garantizar los flujos por el circuito espacial del excedente;

²⁴ Cf. “**Vulnerabilidade social e defensoria pública são temas de audiência no Pará**”, disponível em <http://migre.me/qJiCF>. Acesso em 11 de julho de 2015.

participar del excedente a través de la recaudación de impuestos; imponer el expansionismo territorial; ejercer un dominio territorial colonialista o imperialista, etcétera. [...] Es por ello que las relaciones y conflictos de apropiación pueden darse a las diversas escalas y entre los diversos agentes: entre estados; entre colectivos sociales (por ejemplo, entre pueblos); entre individuos; o entre combinaciones de ellos como personas jurídicas. Incluso cuando sea la Administración pública la interesada en actuar sobre un territorio, deberá siempre asumir previamente su apropiación. Es por ello que se han establecido formulas, como la expropiación forzosa, para garantizar la apropiación en los casos considerados de utilidad pública. [...] De todo lo dicho referente a la apropiación se puede deducir que un aspecto básico en geografía política sea el control. Control del espacio-territorio en si mismo sobre lo que contiene, sobre lo que en él sucede y, muy especialmente, control sobre los hombres que lo habitan.

Podemos apresentar também o caso dos barqueiros²⁵ em Altamira, na localidade da usina de Belo Monte e carroceiros, no qual ocorre uma mudança em sua rotina e, conseqüentemente, na dinâmica da atividade de onde retiram o sustento. Pelo fato de não haver mais as populações ribeirinhas, do entorno, que era o seu público para a realização do serviço de transporte, não há mais a necessidade de seu serviço. Esse impacto, assim como muitos outros verificados *in loco*, não foi medido e, portanto, foi um fator de reivindicação de tais categorias para que seus direitos e possíveis indenizações pudessem ser garantidos. Ao problematizarmos a construção das hidrelétricas dentro de um modelo econômico para que se atenda ao setor elétrico, voltamos aos questionamentos acerca dos benefícios sociais e econômicos da obra divulgados por instituições e relatórios governamentais, mas com efeitos locais que diferem de tais avanços.

Considerações Finais

As reflexões aqui apresentadas consistiram numa apresentação de parte dos resultados de nossa pesquisa, os quais fazem parte da análise dos efeitos da construção de barragens de geração de hidreletricidade na região amazônica. Observamos por meio desses estudos que, juntamente com essas grandes obras, emergiram vários grupos e articulações de diversos sujeitos e

²⁵ Cf. “**Barqueiros e indígenas ocupam o rio Xingu – Nota à sociedade de Altamira e do Brasil**”. Disponível em <http://migre.me/qJIUF>. Acesso em 07 de julho de 2015.

representações da sociedade civil, os quais formam uma frente que nominamos de Movimentos de Resistência ao PAC.

Diante dos elementos estudados, seja consultando fontes bibliográficas ou realizando trabalhos de campo, pudemos compreender que existem numerosos grupos, categorias, entidades, organizações e movimentos sociais, que se articularam entre si, porém que também conflitaram, mas que caracterizam todo o cenário de disputas territoriais provocados pelas usinas do PAC na Amazônia brasileira.

Observamos que, dada a quantidade numerosa de hidrelétricas (construídas, projetadas ou em fase de construção), entendemos ser importante a emergência dos grupos aqui analisados, muito embora saibamos que suas organizações e articulações não datam de eventos recentes, mas de pautas surgidas em outras políticas territoriais executadas pelo Estado brasileiro, como a construção da barragem de Tucuruí, Balbina e Samuel, e mesmo a implantação de programas de colonização e reforma agrária na região.

Por fim, o caráter propositivo dos movimentos sociais e organizações e articulações da sociedade civil se configura como sendo uma parte com fundamental importância dentro do contexto de políticas territoriais com fins de fomento e ampliação do setor elétrico no Brasil. Isso ocorre uma vez que a demanda e a pauta de resistência às obras, devido aos grandes efeitos decorrentes das mesmas, sobretudo em relação à desterritorialização de ribeirinhos, camponeses, indígenas e populações de comunidades tradicionais, surgem justamente em função dessas políticas.

Referências

BECKER, B. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, n. 2, 2001.

BORGES, L. R. M. **Políticas territoriais na fronteira: O Programa de Aceleração do Crescimento e as transformações em Rondônia no início do séc. XXI**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – FFLCH/USP, 2012. Disponível em <http://goo.gl/8Oxy23>. Acesso em 20 de março de 2014.

BRASIL, Ministério do Planejamento. **Apresentação do Programa de Aceleração do Crescimento**. Processo de Elaboração. Abril de 2007.

BROGGIO, Céline; CATAIA, Marcio; DROULERS, Martine; PALLAMAR, Juan-Pablo. **Les barrages du Rio Madeira: géopolitique d'une intégration transfrontalière Brésil-Bolivie-Pérou** (The Rio Madeira dams: geopolitics of a Brazil-Bolivia-Peru transborder integration). *Bulletin de l'Association des géographes français*, 92(2), 2015, p. 226–243.

CDDPH. **Comissão Especial “Atingidos por Barragens”**. **Resoluções nº. 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07**. Brasília: CDDPH, 2011. 198 p. Disponível em <http://migre.me/plFw9>. Acesso em 03 de maio de 2015.

CRUZ, C. B.; SILVA, V. P. da. Grandes Projetos de Investimento: A construção de hidrelétricas e a criação de novos territórios. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, **22** (1): 181-190, abr. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sn/v22n1/13.pdf>. Acesso em 16 de agosto de 2015.

DHESCA BRASIL. **Hidrelétricas na Amazônia e violações de direitos: Rondônia hoje, Pará amanhã?** Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente. 14 de março de 2014. Disponível em <http://migre.me/plEID>. Acesso em 03 de maio de 2015.

DHESCA BRASIL. **Violações de Direitos Humanos Ambientais no Complexo Madeira**. Relatório de Missão Realizada ao Estado de Rondônia entre os dias 15 e 19 de novembro de 2007. DHESCA, 2008. 36 p. Disponível em <http://migre.me/plGHZ>. Acesso em 3 de maio de 2015.

DHESCA BRASIL. **Violações de Direitos Humanos nas Hidrelétricas do Rio Madeira**. Relatório Preliminar de Missão de Monitoramento, abril de 2011. Disponível em <http://goo.gl/wXHhmG>. 37 p. Acesso em 24 de maio de 2015.

FARREL, L. **Uma análise do Projeto Básico Ambiental do AHE Santo Antônio**. *International Rivers*, junho de 2008. Disponível em <http://migre.me/ql6Ze>. Acesso em 09 de julho de 2015.

FEITOSA, S. F.; BRIGHENTI, C. A. (orgs.). **Empreendimentos que impactam terras indígenas**. Brasília: CIMI, Conselho Indigenista Missionário, 2014. Disponível em <http://migre.me/ql78i>. Acesso em 09 de julho de 2015.

ISA, Instituto Socioambiental. **Nota Técnica – Estado de cumprimento das condicionantes referentes à proteção das terras indígenas impactadas pela Usina de Belo Monte**.

Programa Xingu. Altamira: fevereiro de 2014. Disponível em <http://migre.me/rczVq>. Acesso em 16 de agosto de 2015.

LEÃO, A. C. de SÁ; AZANHA, G.; MARETTO, L. C. Diagnóstico Final e Avaliação de Impactos nas Terras Indígenas Karitiana, Karipuna, Lage, Ribeirão e Uru-Eu-Wau-Wau. *In: Estudo Socioeconômico Sobre as Terras e Povos Indígenas Situados na Área de Influência dos Empreendimentos do Rio Madeira (UHES Jirau e Santo Antônio)*. Brasília, março de 2005. Disponível em <http://migre.me/ql6cz>. Acesso em 09 de julho de 2015.

MELLO, N. A. de. Contradições Territoriais: signos do modelo aplicado na Amazônia. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 339-360, jan/dez, 2003. Disponível em <http://migre.me/pOsYE>. Acesso em 11 de maio de 2015.

MELLO, N. A. de.; THÉRY, H. A Armadura do Espaço Amazônico: eixos e zoneamentos. *In: ALCEU*, v.1, n.2, pg. 181-214, jan/jul 2001. Disponível em <http://goo.gl/JBOM8z>. Acesso em 31 de março de 2012.

MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Água e energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular**. Cartilha do Encontro Nacional do MAB. São Paulo: MAB. 2-5 de setembro de 2013. Disponível em <http://migre.me/pFEF3>.

NÓBREGA, R. S. **Contra as invasões bárbaras, a humanidade. A luta dos Arara (Karo) e dos Gavião (Ikólóéhj) contra os projetos hidrelétricos do Rio Machado em Rondônia**. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2008. Disponível em <http://migre.me/ql5lr>. Acesso em 09 de julho de 2015.

PAD. **O Impacto de Grandes Projetos e a Violação dos Dhesca: Estudos de caso PAD Brasil**. 1ª edição. Rio de Janeiro: PAD, 2009. 212 p. Disponível em <http://migre.me/plGMD>. Acesso em 3 de maio de 2015.

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. Geografía Política. Madrid, España: Editorial Síntesis. **Colección Espacios y Sociedades**, Serie General, nº 23, 2011.

VAINER, C. B. Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate. *In: ROTHMAN, F. D. (Ed.). Vidas Alagadas. Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens*. Viçosa, MG: Ed. UFV. 2008. p. 39 – 62.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F.G.B. **Grandes Projetos Hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VERDUM, R. As obras de infraestrutura do PAC e os povos indígenas na Amazônia Brasileira. *In*: **Observatório de Investimentos na Amazônia (INESC)**. Nota Técnica N°. 9, setembro de 2012. Disponível em <http://migre.me/ql6QP>. Acesso em 09 de julho de 2015.

Capítulo 10

ROMPENDO AS CERCAS DA INVISIBILIDADE: ENTRE MARIAS, ANTÔNIAS E JOANAS, QUEM SÃO AS MULHERES QUILOMBOLAS DO ALTO TROMBETAS (PARÁ)?

Patrícia Gemaque

Introdução

O propósito do presente texto parte da necessidade de dar maior visibilidade, a partir da perspectiva de gênero, às questões de cunho social que margeiam o universo das mulheres quilombolas no espaço agrário oriximinaense. E ainda, de expressar academicamente todo o mérito no cenário político, econômico e social do qual essas mulheres fazem parte. A busca em evidenciar e visibilizar tais questões fundamenta-se pela necessidade de discutir, à luz da ciência geográfica, a dimensão feminina nas comunidades quilombolas, marcado por tempos pretéritos que ainda se cristalizam na sociedade atual e, também, conhecer as lutas dessas personagens que (re)produzem e protagonizam esses espaços agrários.

As mulheres as quais abordaremos em nossa reflexão são remanescentes quilombolas conhecidas como “filhas da região do Alto Trombetas”¹. Configuram-se como sujeitos que marcam todo um processo de luta por direitos e disputas territoriais que fazem parte da história dos movimentos no âmbito nacional de luta pela terra. Dois momentos marcam a vida política e social dos remanescentes quilombolas do Alto Trombetas. O primeiro momento a ser destacado, se dá a partir da década de 1970, com a chegada da empresa mineradora (Mineração Rio do Norte – MRN), fato este que marca uma das formas mais perversas e desiguais da dominação da territorialização do grande capital mineral em territórios quilombolas. Outro fato marcante foi que

¹Alto Trombetas é a região do Rio Trombetas, no território do Município de Oriximiná, oeste do Estado do Pará, onde se territorializaram os negros fugitivos das fazendas da região que, na atualidade, formam um complexo territorial que hoje se configura em 35 comunidades quilombolas.

esses quilombolas foram pioneiros na luta por seus direitos constitucionais referentes à terra, fruto disso foi a Comunidade da Boa Vista, localizada no Alto Trombetas a ser o primeiro território quilombola titulado no Brasil e recebeu do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no ano de 1995, seu título definitivo de terra coletiva².

Os quilombolas do Alto Trombetas vivenciam uma frente de expansão mineral nas margens do rio Trombetas, protagonizada pela territorialização da mineradora que vem ao longo dos anos promovendo um intenso processo de conflitos e de pressão territorial, principalmente para as comunidades de Boa Vista e Moura, refletindo na reorganização espacial ditada pelas ações da empresa, em que se estabelece um campo de poder constituído por relações desiguais e contraditórias. Mediante tal realidade, os grupos quilombolas, compostos por homens e mulheres, sempre se articularam politicamente sob apoio da Igreja, e principalmente da ARQUIMO³ juntamente com Comissão Pró-Índio/SP (CPI-SP)⁴, na luta pela resistência territorial e reivindicação de direitos junto ao Estado.

A ARQUIMO configura-se como instituição complexa nas lutas quilombolas, visto que suas ações verticalizam em direção a todas as instâncias, quer sejam política, econômica, ambiental, social ou

²A promulgação da Portaria 307, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1995, determinou que as comunidades quilombolas deveriam ter suas terras demarcadas e tituladas, atribuindo ao INCRA a responsabilidade para a concessão dos títulos sobre as áreas públicas federais, arrecadadas ou obtidas por processo de desapropriação. O título de reconhecimento deveria conter uma cláusula “pro indiviso”, ou seja, seria um título coletivo. Assim, a Comunidade da Boa Vista foi a primeira comunidade quilombola a obter o título de terras coletivas.

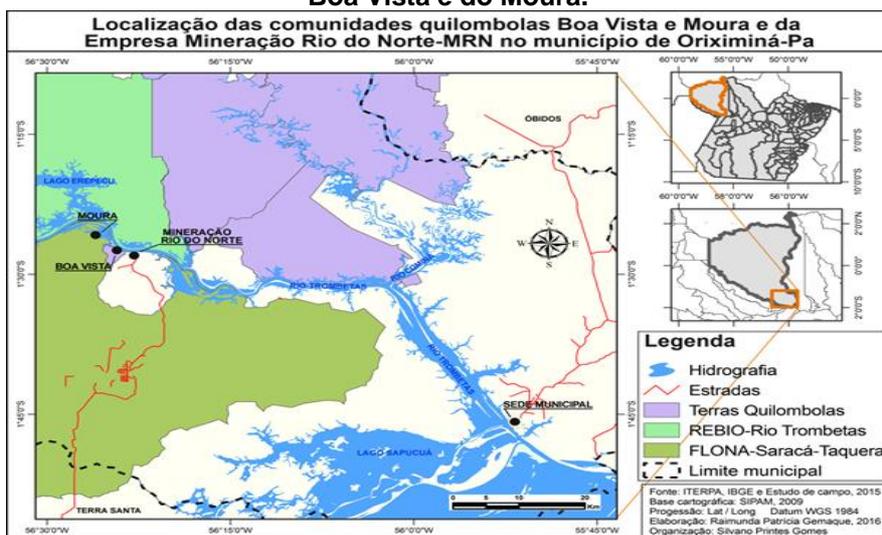
³Fundada em julho de 1989, a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQUIMO), constitui-se como uma importante interlocutora perante as diversas instâncias governamentais e logrou consideráveis avanços no reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas. Entre suas diversas conquistas está a primeira titulação de uma terra de quilombo no Brasil.

⁴A Comissão Pró-Índio de São Paulo constitui-se como uma organização não governamental formada por um grupo de antropólogos, advogados, médicos, jornalistas e estudantes que, desde 1978, lança-se na defesa dos direitos dos povos indígenas e de populações tradicionais quilombolas frente às crescentes ameaças do regime ditatorial vigente à época, para garantir os direitos territoriais, culturais e políticos, procurando contribuir com o fortalecimento da democracia e com o reconhecimento dos direitos das minorias étnicas.

cultural que envolvam as comunidades. Tem um histórico de luta e de conquista protagonizado por homens e mulheres que se organizaram para enfrentar as forças que atuam em seus territórios. Atua como porta-voz das comunidades e, após anos de trabalho e lutas, a Associação passou por intensos momentos de crises internas. De tal modo, que no ano de 2015 ressurgiu com seu corpo administrativo renovado, tendo na presidência Claudinete Colé, a figura feminina à frente da ARQUIMO, que representa um marco histórico e a quebra da hegemonia masculina na presidência. A eleição de uma mulher para a coordenação geral da Instituição registra, assim, uma ruptura e quebra de paradigma e expressa a capacidade política e liderança feminina que há tempos era invisibilizada e tratada secundariamente.

Ao apontarmos esse contexto histórico político desses quilombolas, nota-se que as mulheres sempre estiveram presentes no campo de luta por direito e pertencimento ao território. Assim, sustentamos nosso propósito em dar ênfase às questões feministas a partir da perspectiva de gênero, como ferramenta crítica de análise quanto se tem a mulher, no caso específico, as quilombolas, como sujeito expoente no processo histórico de luta e resistência na terra e no território.

Figura 01 – Localização geográfica da comunidade quilombola da Boa Vista e do Moura.



O rio Trombetas, juntamente com outros rios na região amazônica, configura-se como as principais redes geográficas de acesso, uma vez que exercem influência primordial na vida das populações ribeirinhas amazônicas. É ao longo desse rio que se encontra a distribuição territorial das comunidades quilombolas do Alto Trombetas, em que se localizam as Comunidades Boa Vista e Moura, e ainda onde se instaurou a MRN, conforme demonstrado na Figura 1.

As matrizes teórico-metodológicas que direcionam esse texto transitam em meio às reflexões, sensações, categorias, ações, contradições e movimentos que estão presentes na realidade das comunidades investigadas e, principalmente, na vida dos sujeitos em questão. O amadurecimento teórico nos norteou quanto à abrangência de interpretação do objeto de estudo e, paralelo a isso, a metodologia atrelada às técnicas utilizadas nos possibilitou a compreensão da realidade.

A interação dialética da pesquisa foi construída, além de trabalharmos com pesquisa bibliográfica e documental, e com dados secundários referentes à temática em questão, optamos, ainda, por realizar uma pesquisa empírica para coleta de dados em campo, com a utilização e a aplicação de entrevistas abertas junto aos atores que compõem o público investigado, caracterizando-se, então, como uma pesquisa qualitativa, na qual foi utilizada como técnica a Pesquisa Participante (PP).

A técnica aqui escolhida foi pensada no sentido de aproximar a pesquisadora dos sujeitos investigados, assim sendo, a Pesquisa Participante (PP) se constitui, de acordo com Brandão (1987), não somente como uma ferramenta de pesquisa, mas como uma postura na compreensão de uma maneira diferente de se conceber o fazer científico. Essa aproximação nos foi possível a partir das idas a campo, em que tivemos mais contato e proximidade com as mulheres e esse contato minimizou a distância entre a pesquisadora e os pesquisados, sobretudo, nos possibilitou, navegar no universo dos sujeitos analisados em que foi possível enxergar não só o que está posto, mas também desvendar as entrelinhas da realidade que nos é apresentada.

Gênero e Questões Étnico-Raciais: percurso de luta das mulheres

Discutir sobre a mulher, levando em consideração questões como gênero e desigualdades étnico-raciais, nos trazem inúmeros

pontos e contrapontos. Desse modo, parte-se do entendimento de que, além de vivermos em uma sociedade de classes, as nossas ações diárias estão diretamente condicionadas pela construção social das desigualdades de gênero e das desigualdades étnico-raciais. São nos espaços do cotidiano – tão complexos – que as mulheres negras e quilombolas presenciam e vivenciam os diferentes tipos e formas de opressão e de relações desiguais que são forjadas pelas contradições de um sistema vigente intensificador e avassalador, que é o sistema capitalista.

Desse modo, as questões étnico-raciais passam a ter uma conotação política, antes silenciada, em que se permite a valorização de características que diferem das demais populações, bem como rompe com as barreiras que ainda permeiam o imaginário da sociedade. A condição da mulher negra/quilombola no meio rural, vista a partir do campo das relações étnico-raciais, é marcada pelo preconceito em relação a aparência, assim como, em relação a descendência e origem.

A constante busca pela visibilidade desses sujeitos nos espaços políticos/sociais é o símbolo da bandeira que sustentou e sustenta o feminismo negro (1960-1980), movimento esse que surgiu dentro do movimento feminista, trazendo voz às mulheres negras e quilombolas que, até então, não se viam contempladas dentro do próprio movimento. As feministas negras desafiaram as bases do feminismo, com suas lutas e suas reivindicações. Distanciando-se do bojo das discussões realizadas por mulheres “brancas” no movimento feminista, as negras, alvo de racismo e discriminação, alicerçaram as bases conceituais de suas lutas baseadas em suas próprias experiências, a fim de reivindicarem seus direitos.

O feminismo negro e a sua construção teórica sacudiram a base epistemológica do movimento feminista, mostrando que as lutas se pautam em uma perspectiva que note as diferenças entre os sujeitos que o constitui, e que deve ter por prioridade contemplar todas, independentemente de cor, de classe ou de segmento sexual.

A inferiorização e a colocação da mulher negra nos espaços públicos são marcadas por uma sociedade com raiz patriarcal, mascarada pelas estratégias do capitalismo que, segundo Souza-Lobo (2011, p. 157), “depende de táticas de ‘dividir para reinar’, a configuração dessas divisões é construída socialmente através das relações de gênero, de classe, de raça e das práticas sociais”.

No bojo da estrutura das relações sociais existem formas de expropriação conflituosas que trazem como pano de fundo as diferenças, as desigualdades e a hierarquia, características que legitimaram os diferentes tipos de opressões que se materializam no campo social da vida de inúmeras mulheres. O debate acerca da condição da mulher perpassa a história alicerçada nas múltiplas tendências identificadas que podem ser agrupadas em três matrizes teóricas principais que, de acordo com Fischer (2006, p. 27), “têm como respectivos pressupostos a teoria do patriarcado, a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero”.

As questões que permeiam o universo feminino referentes a gênero e questões étnico-raciais são dois lados de uma mesma face que refletem a dupla desvalorização da mulher negra e da quilombola. Quando se encontram no cenário rural as relações estabelecidas são ainda mais extremas em função do âmbito familiar que as mantêm, de certa forma, atreladas ao forte laço patriarcal muito presente no meio rural. O patriarcado está entronizado nas práticas sociais e, mesmo sendo um sistema anterior ao capitalismo, é parte constitutiva de um macro sistema que reedifica as desigualdades de classe, de gênero, de raça e de geração (Mattos, 2008). Ainda que o patriarcado não tenha sido criado pelo capitalismo, ele o usa como mecanismo que alimenta e reforça as bases de relações desiguais de poder.

Ao passo que o capitalismo quando se espacializa no campo mundial ocorre uma ruptura no sistema familiar, “que era unidade de produção e consumo, aos poucos, passa por transformações, tornando-se unidade de consumo” (Fischer, 2006, p. 28). A mulher se insere no sistema público enaltecendo as desigualdades entre gêneros, porém, nem sempre desvinculada das suas atribuições no âmbito privado, pois, sua inserção ocorre pautada na expropriação e subvalorização.

A opressão das mulheres embora não tenha surgido com o capitalismo, foi assimilado por ele como um dos pilares de sua dominação. Manter as mulheres oprimidas e subordinadas permite diminuir os custos com a reprodução da força de trabalho; aumentar exploração, rebaixando os salários da classe trabalhadora como um todo; manter uma divisão e competição de interesses e privilégios dentro do proletariado; assegurar um mecanismo essencial de assimilação da ideologia burguesa e patriarcal no seio dos oprimidos e aumentar a situação de desumanização e alienação do proletariado, dificultando, assim, o desenvolvimento de sua consciência como classe dominante, portanto, da sua capacidade de revolta (Godinho, 2005 *apud* Campos, 2011, p. 49-50).

As relações tensas vivenciadas por mulheres face ao poder emanado pelo capitalismo constataam que a condição feminina, no mundo do trabalho, é marcada por enormes desvantagens quando comparadas com as dos homens, sendo favorável para o processo de acumulação e reprodução do capital (Campos, 2011). A emergência do capitalismo fortalece não só a exploração da mulher, mas também a divisão sexual do trabalho, o qual ocorre de forma hierarquizada de poder entre os sexos, e que, em meio às tramas do sistema, acaba por desvalorizar e expropriar a mulher no âmbito das relações de gênero.

A divisão sexual do trabalho, na base do sistema capitalista, atua enquanto matriz que segrega os espaços e as posições ocupadas pela mulher, derivando da propriedade privada alicerçada no patriarcado, como forma de dominação/subordinação, e continua sendo reinventada e redimensionada pelo capitalismo. Para Fischer (2006, p. 29), a divisão sexual do trabalho “se torna cada vez mais evidente com a emergência do capitalismo, que desarticula a indústria doméstica, capitaliza a produção agrícola e submete o trabalhador a condição de assalariamento”. É nesse universo contraditório e desigual que a mulher se insere como elemento centrado na inferiorização, uma vez que, nesse cenário, as relações de gênero sempre atuaram de forma hierarquizada.

As desigualdades de gênero e raça são eixos estruturantes da matriz da desigualdade social no Brasil que, por sua vez, está na raiz da permanência e da reprodução das situações de pobreza e exclusão social. Isso evidencia, em muito, o que Giacomini (2013), aponta quando discorre que é impossível compreender a posição e o papel da mulher na sociedade contemporânea sem levar em conta a situação de classes. Não existe, a “mulher” geral e abstrata, mas mulheres concretas e inseridas em classes sociais historicamente determinadas: “Se é certo que em todas as classes de nossa sociedade a mulher é oprimida, não se pode, no entanto, esquecer que a intensidade e, sobretudo, a natureza dessa opressão são diferenciadas” (Giacomini, 2013, p. 19). Assim, há necessidade de uma *práxis* social que desmistifique a condição feminina negra/quilombola, em especial a construída nos arranjos do seio da sociedade que reforçam a colocação destas nas classes inferiores ao ocuparem os cargos com menores remunerações.

Há Cores Diferentes para Trabalhos Diferentes: mulheres negras e a inferiorização no mundo do trabalho

De acordo com Harvey (2014), as transformações que atualmente atingem a sociedade são frutos da transição da rigidez do fordismo para a acumulação flexível, através da implantação de novas formas organizacionais e, também, de tecnologias produtivas inéditas, que refletiram em uma nova perspectiva significativa para o trabalho e para as trabalhadoras e os trabalhadores, na década de 1970. Assim, essas transformações se fazem presentes na esfera econômica, desdobrando-se nas esferas sociais, o que afeta diretamente os indivíduos inseridos no mundo do trabalho.

As mudanças tendenciosas no universo do trabalho, advindas desse novo modo de produção e reprodução, marcadas pelos ditames do sistema capitalista, tangenciam mudanças que são identificadas a partir da diminuição dos trabalhadores e das trabalhadoras nas indústrias tradicionais, registrando outras formas de trabalho que subproletarizam e precarizam o trabalhador, em especial, a mulher trabalhadora. Esses são indicativos que demarcam as relações de classe e de raça/etnia atravessadas pelas questões de gênero, como unidade dialética que determina o sujeito totalizante: a classe trabalhadora (Cisne, 2014). Assim, nesse contexto analítico, Antunes (1999, p. 109), aponta que:

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexual, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a infância e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho.

Na acumulação flexível, a feminização do trabalho funda-se como uma de suas especificidades ao apropriar-se da força de trabalho feminino, permitindo a sua maior inserção no mercado de trabalho e aumentando, assim, sua participação na População Economicamente Ativa (PEA).

Ademais, o cerne da questão é entender que, para além dessa participação ativa da mulher do mercado de trabalho, que representa uma quebra de mudanças comportamental, política e ética em relação à sua inserção, simboliza, ainda, uma mudança paradigmática construída em torno da condição da mulher na

sociedade de classes. Há, portanto, uma desigualdade racial imperante e que se manifesta como um prolongamento do passado escravista que se desdobra na atualidade, na remuneração inferiorizada da mulher – em especial da negra e quilombola, colocando-as cada vez mais nos serviços precarizados.

Desta maneira, corroboramos com Carvalhal (2006), e compreendemos que as mulheres têm sido, ao longo da história, assim como outros grupos sociais (a exemplo, os indígenas), subjugadas em relação ao homem branco. A condição se agrava, ainda mais, quando situamos tais questões no contexto de uma sociedade de classe como a capitalista.

Sendo assim, o mapeamento do espaço geográfico, referente ao mundo do trabalho, ao levar em consideração condicionantes como sexo e cor/etnia revelam que existem cores diferentes para trabalhos diferentes. Homens e mulheres entram no mundo do trabalho de forma diferenciada, demarcando, assim, a Divisão Sexual do Trabalho (DST), que atua como a base material das relações sociais de gênero. Quando se trata das mulheres negras e das quilombolas as disparidades são ainda maiores. Neste contexto, Castells (1999, p. 197), afirma que:

A entrada maciça das mulheres na força de trabalho remunerado deve-se, de um lado, à informatização, integração em rede e globalização da economia e, de outro, à segmentação do mercado de trabalho por gênero, que se aproveita de condições sociais específicas da mulher para aumentar a produtividade, o controle gerencial e, conseqüentemente, os lucros.

O capitalismo atua como sistema intensificador da precarização do trabalho feminino, utilizando-se da divisão sexual do trabalho para aumentar a competitividade, rebaixando os salários em decorrência da força feminina. De tal modo, os homens alcançam um patamar diferenciado em relações de colocação e remuneração frente às mulheres.

As mulheres negras já têm uma identidade fecunda ligada ao trabalho, principalmente, as que se encontram na base da pirâmide social. Elas ingressam mais cedo e são as que saem mais tardiamente do mercado de trabalho, são as mais afetadas pelas taxas de desemprego e/ou discriminação salarial, independentemente, da escolaridade equivalente à de mulheres brancas, recebem salários menores, conforme demonstrado na Tabela 1 (Nogueira; Jacino, 2013).

Tabela 01 – Remuneração salarial de acordo com sexo, cor ou raça.

Cor ou raça	Sexo	
	Homens	Mulheres
Branca	1.960,95	1.376,56
Preta	1.016,38	776,18
Amarela	2.135,27	1.522,23
Parda	1.055,53	803,56
Indígena	917,44	774,66

Fonte: IBGE (2010). Organização: Patrícia Gemaque (2015).

Conforme os dados acima, é possível analisar no que se refere ao rendimento médio de ocupação, segundo os indicativos de cor/raça e sexo, que a disparidade é grande entre a mulher negra (R\$776,18) e o homem negro (R\$1.016,38) em relação à mulher branca (R\$1.376,56) e ao homem branco (R\$1.960,95), segundo o IBGE (2010). O mercado privado sempre foi mais favorável aos homens do que às mulheres e, nos últimos anos, esse fato não tem sofrido muita alteração.

De acordo com os dados do jornal Folha de São Paulo (2015), em 2003 os salários médios de admissão de mulheres contratadas com carteira assinada eram de R\$ 824,00 e dos homens de R\$ 882,00, um valor 6,8% maior. Já em março de 2015 a diferença chegou a 14,38%. No entanto, os menores salários atribuídos às mulheres não são somente uma desigualdade, mas também uma contradição, haja vista que no Brasil elas têm maior formação: de acordo com o último censo, 12,5% das mulheres têm nível superior contra somente 9,9% dos homens.

Ao analisarmos a condição da mulher negra, em especial, os empregos públicos lhes possibilitam maior inserção ao mundo do trabalho. O concurso público se postula como a principal porta de mobilidade social para os negros e para as mulheres, uma vez que há isonomia de salários dentro das mesmas funções, independente de sexo, raça/etnia. Porém, os serviços privados, como vendedoras, secretárias, atendentes e outros, apresentam menor inserção, aumentando, assim, o maior ingresso na função de empregadas domésticas, babás, serventes e outros.

Dados do Ministério do Trabalho e Emprego (PNAD/IBGE, 2010), apontam que as mulheres negras se encontram, em sua maioria, exercendo serviços domésticos. De 93% de mulheres domésticas, 61% são negras, sendo que a maioria não possui formalização dos vínculos trabalhistas e, ainda que as leis tenham mudado, a formalização anda em passos lentos. Assim sendo, ainda que o trabalho doméstico se poste como uma fronteira importante que estigmatiza a mulher negra, representa a principal fonte de renda da maioria delas.

A linearidade e a concentração quando se observa a ligação da mulher negra com o trabalho doméstico, chama bastante atenção e inúmeras pesquisas estão sendo traçadas nesse sentido, desde os meados do século XX. Uma das origens dessa forte presença negra na categoria é entendida por muitos como uma herança arcaica da escravidão, do forte vínculo construído em relação à mulher negra e aos serviços domésticos, perpetuando um distanciamento social marcado por ocorrências de humilhação e sujeição ao trabalho. Ainda que seja, para muitas – em especial às chefes de família, o principal meio de sustento e manutenção da família, o serviço doméstico é demarcado, na estrutura ocupacional por gênero e raça, pela ausência de escolaridade, pela origem regional e pelos baixos rendimentos (Nogueira; Jacino, 2013).

Vale aqui ressaltar que os dados apontados se embasam em realidades no âmbito urbano, uma vez que no cenário agrário brasileiro a realidade pauta-se na continuidade dos trabalhos não remunerados para a mulher. Isso porque os trabalhos femininos, nas áreas rurais, apresentam índices elevados de invisibilidade ligados ao setor agrícola.

Na agricultura familiar, segundo o comunicado nº 40 do IPEA, de março de 2010, “o trabalho produtivo e rentável da mulher é visto – inclusive por elas próprias, muitas vezes – como uma extensão do trabalho reprodutivo. Além disso, as trabalhadoras rurais são excluídas dos processos de negociação e comercialização, permanecendo sem renda, dependentes e com seu trabalho sem nenhuma visibilidade”.

Há, portanto, um esforço em nossas reflexões em avançar nossas discussões quando situamos as mulheres quilombolas que vivenciam realidades particularizadas quando comparadas com outras localidades rurais; possuem rotinas de trabalho assalariados, em sua maioria de serviços terceirizados, sob a égide do capital mineral que impera e vem se estruturando como uma verdadeira ofensiva para o grupo quilombola da região.

Elas resistem: Entre Marias, Antônias e Joanas, quem são as mulheres quilombolas do Alto Trombetas?

O imaginário social e cultural naturalizou o papel da mulher, condicionalmente, ligada aos serviços domésticos, a casa (o privado) e ao homem (o público). No espaço agrário, essa divisão é ainda mais

demarcada, sendo o homem o provedor nas relações externas ao estabelecimento da família e a mulher a zeladora da casa, dos filhos e dos afazeres do lar. Percebeu-se nas comunidades em estudo, que há perfis diferenciados de mulheres quanto ao entendimento da sua colocação, quer seja no âmbito social quanto familiar.

Quando nos reportávamos a algumas mulheres e questionávamos em que trabalhavam, elas sem qualquer interjeição respondiam que ficavam somente em casa. Isso denota a dificuldade delas em compreender as tarefas domésticas enquanto trabalho, uma vez que, em virtude da construção ideológica de que trabalho doméstico é tido como não trabalho, a atividade feminina na casa é invisibilizada por se entender que não produz valor no sentido capitalista do lucro (Santos, 2013). Na mesma direção, Campos (2011, p. 31), pondera que:

A dominação de classe é considerada fundamental, mas não suficiente para explicar a totalidade das desigualdades reais entre os sujeitos sociais, bem como as respectivas representações sociais deles. Pois mesmo dentro das classes oprimidas há desigualdades de condições de vida e assimetria de poder alicerçadas em outras formas de dominação como a de gênero, por exemplo.

Isso evidencia que muitas perfazem dupla e até tripla jornada de trabalho, sem se darem conta disso. Para além dos serviços domésticos invisibilizados, há também o não reconhecimento nos serviços externos, que recebem designações de “ajuda”, “complemento” ou “serviços leves”, como as atividades na roça, por exemplo. Sob essa ótica, tem-se que “o homem trabalha e a mulher não”. Dessa forma, no mundo do trabalho, as mulheres assumem cada vez mais os espaços invisibilizados e suas atividades ganham *status* de inferioridade.

Essas realidades contraditórias face às relações de gênero imbricadas na condição feminina, no meio agrário, constituem-se em uma configuração muito característica dos espaços públicos e privados no que tange a produção de bens de consumo e a reprodução biológica; então, cabe ao homem a produção, da mesma forma que cabe a mulher a reprodução (Fischer, 2006). Porém, a jornada da mulher no âmbito rural foi – e em alguns casos continua sendo – bastante subestimada, uma vez que elas participam nas duas esferas e, assim, transitam, muitas vezes, sem se darem conta desses dois universos.

Ao analisarmos as realidades de outras mulheres notou-se que existe um quantitativo expressivo delas que estão cada dia mais rompendo com as amarras sociais, o que tem refletido em uma atual colocação da mulher no seio da comunidade, ainda que não seja generalizada, pois o modo de abstrair essas novas fissuras sociais diferencia de mulher para mulher, uma vez que muitas não conseguem se enxergar para além do âmbito da casa. Estas postam-se como

lideranças femininas e protagonizam uma nova realidade social pautada nas relações de igualdade de gênero, em que os poderes exercidos são balizados e mediados pelas igualdades e nunca pelas diferenças.

O percurso da atuação política da mulher nas comunidades deu-se na década de 1970, quando a região do Alto Trombetas foi assolada por intensas frentes desenvolvimentistas cunhadas em uma política integracionista implantada na Amazônia. A partir de então, de acordo com Porto-Gonçalves (2010, p. 80), “a Amazônia vê transformada sua forma de organização socioespacial. Os diversos sentidos de valorização de seus recursos naturais serão a razão de intensos conflitos”. Esses conflitos ocorreram quando as populações tradicionais foram negligenciadas e sofreram fortes intervenções econômicas e sociais com a chegada avassaladora do capital mineral. O Estado instaurou, então, uma verdadeira geografia econômica de exclusão (Porto-Gonçalves, 2010), com o objetivo de integrar o espaço regional amazônico ao centro-sul do país. A marcha do desenvolvimento para a região ocorreu de forma contraditória e perversa, haja vista a desarticulação refletida pelas mudanças socioterritoriais e econômicas nos modos de vida das comunidades quilombolas em função do tão sonhado “desenvolvimento”.

Nesse contexto político, econômico e social, a organização e a articulação política quilombola foram fatores primordiais na luta por direitos que, no início, foram totalmente negligenciados. Carvalho (2005), destaca que são os quilombolas, as quebradeiras de coco de babaçu, os indígenas, os pescadores artesanais, os castanheiros, dentre outros grupos sociais tradicionais, que se organizaram em movimentos sociais e entidades políticas em torno de autodenominações coletivas, em virtude de modos de vida específicos com forte conexão com a natureza e, com isso, diferiram-se de fazendeiros, madeireiros, populações urbanas e outros.

Para se organizarem politicamente, os quilombolas contaram com forças externas que os incentivaram e promoveram frentes de lutas. Almeida (2002, 2008, 2009), considera que as entidades políticas e os movimentos sociais organizados pelas comunidades tradicionais não representam apenas respostas a problemas específicos, mas tendem a se constituir em forças sociais. São, portanto, movimentos e ações cujas dimensões ultrapassam as barreiras políticas, administrativas, estaduais e regionais.

Os quilombolas, desta maneira, por meio de reuniões, reivindicações e denúncias asseguraram alguns direitos previstos

em lei referentes a titulação de seus territórios, a exemplo a titulação da comunidade Boa Vista. Traçou-se, então, um embate político nessa região, de um lado o potencial econômico do capital mineral apoiado pelo Estado e de outro as comunidades quilombolas compostas por homens e mulheres com pouca instrução e, em sua maioria, semianalfabetos apoiados pela Igreja, CPI/SP e a ARQUIMO, que fizeram pressão em prol de suas permanências nesses territórios. “Logo no início fomos ingênuos, agora aprendemos a lutar e falar”, diz dona Antônia Souza a respeito da mineradora. E acrescenta ainda que:

“a mineração só foi respeitar nós como gente, pra nós sentar numa mesa redonda com eles, depois de nós pegar o título de nossa terra. Aí depois que nós começamos a correr atrás dos nossos direitos, ela temeu um pouco e procurou a gente pra fazer reunião. Nesse tempo, nós já tinha mapa, assessoria da Comissão Pró-Índio e, também, da nossa ARQUIMO como nossa representante, aí eles chamaram nós pra conversar. Na época que nos reunimos pra titulação, a empresa pegou uma pessoa daqui da comunidade e disse que nos apoiaria, desde que o título fosse individual. Aí essa pessoa começou a meter na cabeça do povo que dessa forma seria melhor. Quando soubemos que o INCRA viria titular nossa terra individual, nós nos reunimos com o pessoal e, no dia que o INCRA chegou, nós recebemos eles com fala e cartazes dizendo: não queremos terra individual, mas terra coletiva! Repetimos essa frase várias vezes, dessa forma nós não demos o sim pra eles, e nosso título ficou coletivo” (Antônia Souza, Comunidade Boa Vista, março de 2015).

Essa fala registra as formas como eles se organizaram politicamente para exigir do INCRA o título coletivo da terra e, também, registra a participação e atuação efetiva das mulheres como potencializadoras no processo de organização e de tomadas de decisões, uma vez que foram elas que pensaram e confeccionaram os cartazes e articularam a forma como iriam receber o INCRA.

Figuras como dona Antônia têm uma história de luta e de participação bastante atuante junto as suas comunidades. São sujeitos que, desde sempre, negaram-se a aceitar os olhares machistas pelo fato de se lançarem como vozes atuantes nos movimentos comunitários sempre se fizeram presentes e expressavam suas opiniões e sugestões. Nota-se que no rol dos espaços de reuniões, a participação majoritária sempre foi masculina e isso reafirma, em muito, a ideologia de que os

espaços públicos são para os homens e a mulher, quando se faz presente, é na condição de acompanhante do marido.

Assumir algum tipo de posição ou cargo dentro da comunidade ou até mesmo na ARQUIMO era, geralmente, função de homens. Essas mulheres foram as primeiras dentro da comunidade e da Associação a terem destaque nos momentos célebres decisivos. Nessa conjuntura de lutas, elas se fizeram presentes e se expressaram – ainda que em minoria – a inserção no âmbito político tangenciou modificações simbólicas na perspectiva de adquirir e exercer seus direitos políticos diante do grupo.

Elas assumiram cargos políticos dentro da ARQUIMO e das associações das comunidades. Assim, são notórios o empenho e a atuação das mulheres nas lutas territoriais traçadas na região, juntamente com os homens, em prol dos direitos pela titulação e no resguardo dessas terras secularmente ocupadas pelos seus antepassados. Os anos foram se passando e ainda que a mulher estivesse inserida e envolvida nas lutas comunitárias, poucas eram as questões direcionadas especificamente para elas. Associaram-se no Sindicato Rural de Oriximiná, inseriram-se nas associações e nas cooperativas, participaram das reuniões junto à mineradora, enfim, atuaram e atuam em todos os momentos decisivos nas comunidades.

Na atualidade as mulheres estão mais participativas, ganharam na ARQUIMO um espaço em que ocorrem reuniões mensais e discutem sobre vários temas voltados para atender as demandas femininas, entre elas: os entraves para a titulação das terras quilombolas; os desafios para a promoção de alternativas de geração de renda; o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); e, avaliação das oportunidades de participação das mulheres nas organizações quilombolas no Baixo Amazonas.

No âmbito do trabalho, levando em consideração o contexto da região com a presença da mineradora, as mulheres quilombolas, não diferentes dos homens fazem parte da metamorfose social, referente às relações de trabalho que afetam as comunidades quilombolas, fazem parte das novas territorialidades que se engendram pelo metabolismo do capital (Thomaz Júnior, 2001), em que essa transição de trabalhadora agroextrativista para assalariada repercute em mudanças no processo social, econômico e cultural que, cada vez mais,

descharacteriza o modo de vida tradicional dessas comunidades. Enquadram-se como um contingente de mão de obra barata e com pouca qualificação para o capital mineral, tangenciado em um dinamismo territorial/social que reflete em uma nova configuração geográfica nessa região.

As quilombolas, nesse contexto, enquadraram-se por meio de duas vertentes: uma através da terceirização do trabalho – via cooperativa, para execução de serviços gerais prestados como ajudante, os quais se colocam como extensão de suas casas (lavar, passar, varrer e outros, sem direitos trabalhistas), pois ganham por diária, e outra forma, que representa um quantitativo menor, como funcionárias assalariadas com carteiras assinadas e benefícios, executando funções dentro de empresas terceirizadas na mineradora.

A criação das cooperativas – Boa Vista – COOPERBOA (criada em 1997) e Moura – COOPERMOURA (em 2010), dividem opiniões dentro das comunidades. Essas instituições foram criadas em comum acordo entre os representantes das comunidades e a mineradora. As comunidades pensaram nas cooperativas pelo fato de considerar que o cooperativismo era uma possibilidade e alternativa de atender a todos com empregos na mineradora.

Ao mesmo tempo, conforme ressalta Antunes (2001), são evidenciadas pela desregulamentação, pela flexibilização e pela terceirização advindas de uma lógica societal em que o capital se vale da força de trabalho humano, enquanto parcela imprescindível para a reprodução. Em outras palavras, o incentivo de se criar as cooperativas foi uma das estratégias da mineradora de dominação, haja vista que através da terceirização dos serviços fornecidos pelos cooperados, a empresa reduz custos na produção, especificamente de mão de obra, bem como de encargos trabalhistas.

Neste sentido, entendemos o cooperativismo como uma estratégia contraditória utilizada pela mineradora, por meio de práticas de serviços terceirizados, que adota mecanismos, como subjugação de mão de obra sem direitos trabalhistas, para ampliar a apropriação dos lucros e aumentar a exploração do trabalhador mediante relações informais e precárias de trabalho. Mas ainda assim, a cooperativa é o caminho mais rápido para homens e mulheres terem acesso ao mundo do trabalho. Nos serviços disponibilizados pelas cooperativas as quilombolas se enquadram somente como ajudante de serviços gerais, uma vez que

atividades como mateiro, roçador e operador são realizadas, especificamente, por homens.

Ao analisarmos essas modalidades que se circunscrevem no universo da divisão sexual do trabalho, percebemos que há uma forma particular centrada, de acordo com Hirata e Kergoat (2007), em dois princípios organizadores: a) o de separação entre gêneros, e b) o hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um de mulher). Ainda que na cooperativa os níveis de remuneração sejam iguais, as mulheres ainda ficam em desvantagem pela limitação dos serviços disponíveis a elas.

As cooperativas, de fato, atuam como uma porta de entrada para essas mulheres no trabalho na mineradora. Contudo, as condições e a precarização do trabalho são absurdas: elas perfazem uma jornada intensa de oito horas trabalhadas, fazendo serviços pesados de limpeza que requer movimento e energia, sem direitos trabalhistas e com remuneração baixíssima.

Atualmente, na COOPERBOA a administração e a secretaria estão sob direção de mulheres. Nas cooperativas, as mulheres equivalem a um percentual de 50% da mão de obra disponível, o que caracteriza uma relação de dependência de seus serviços em função do quantitativo que elas demandam, ocupam metade das funções disponíveis. Nas palavras de uma entrevistada: “a Cooperativa foi a porta de entrada para nós, foi um marco para as mulheres despertarem. O lado bom foi que nós passamos, também, a levar mais uma renda pra casa” (Maria Joana, março de 2015).

Perguntadas sobre o nível de satisfação em relação aos trabalhos que exercem através da Cooperativa e, também, quanto à remuneração, algumas mulheres falam que não sentem dificuldades na execução das funções, pois estão acostumadas a assumir responsabilidades que desenvolvem em suas residências.

A mudança do padrão no modo de se reproduzirem socialmente instaurou, para os quilombolas das duas comunidades, uma vida totalmente pautada na lógica do trabalho assalariado. Eles compram suas cestas básicas na vila da mineradora – Porto Trombetas, uma vez que estão, geograficamente, distantes da sede do município, e como não têm alternativas, pagam valores exorbitantes, principalmente, pelos produtos alimentícios. Essa realidade acaba os condenando, cada vez mais, a dependência dos serviços da empresa, pois o que

ganham não é suficiente nem para manter as necessidades básicas da família.

Nessa lógica do trabalho na mineradora, destacam-se algumas mulheres que, à base de muito sacrifício e com força latente por mudanças e apesar de muito preconceito, exercem atualmente uma posição de chefia ou cargos com remuneração mais elevada. Ainda que sejam poucas, esse exemplo de conquista reflete avanços e mudanças paradigmáticas importantes.

A posição de “mandar”, de “designar ordem” exercida pela mulher, ainda que estejamos no século XXI, soa estranho para o homem, pois nesse campo de relação atuam forças enraizadas na construção cultural referentes ao “lugar da mulher” e ao “lugar do homem” dentro dos espaços, sejam estes privados ou públicos. Assim, Rossini (2006, p. 229), ressalta que: o “fenômeno da entrada da mulher no mercado de trabalho foi irreversível e provocou impactos no modelo tradicional de trabalho, que reservava ao homem o espaço da produção econômica e à mulher, os cuidados da família”.

Constata-se que as portas que se abriram para elas por meio das cooperativas fomentadas pela mineradora, ainda que se postulem como mecanismos “emancipatórios” e as desvinculem, parcialmente, do espaço privado, acabaram por construir laços de dependência financeira em relação à mineradora. As formas de reproduzir-se socialmente por intermédio do agroextrativismo tradicional foram podadas, restando-lhes poucas ou quase nenhuma alternativa de sobreviver da floresta. Desse modo, a forma atraente da mineradora acabou lhes empurrando para um caminho sem volta: o de trabalhadora assalariada e terceirizada, com condições precarizadas e com poucas possibilidades de mudanças.

Ao analisarmos a realidade das mulheres quilombolas, verificamos que estas não atuam somente no espaço privado, pois cada vez mais transitam no espaço público como funcionárias da mineradora ou nos serviços terceirizados, bem como na esfera política da comunidade. Com isso, elas desmistificam e desvelam as máscaras sociais e culturais construídas quando se discute o papel da mulher na sociedade, ou especificamente em uma comunidade quilombola. O rompimento dessas amarras tem refletido em uma atual colocação da mulher no seio da comunidade, ainda que não seja generalizada, pois o modo de abstrair essas novas fissuras sociais diferencia de mulher para mulher, uma vez que muitas não conseguem se enxergar para além do âmbito da casa.

Considerações Finais

A saga histórica de lutas e resistências das comunidades quilombolas da Boa Vista e do Moura perfaz o contexto da implantação dos grandes projetos desenvolvimentistas lançados pelo governo para a Amazônia, especificamente, na década de 1970. Essa nova frente expansionista, que chegou à região do Alto Trombetas, reconfigurou uma outra geografia, agora alicerçada na desagregação sociocultural desses quilombolas que, secularmente, territorializaram-se nessa localidade.

Essas comunidades enfrentaram embates ferrenhos com o grande capital mineral que atua na região de forma desenfreada e avassaladora, e altera, gradativamente, o padrão de vida desses grupos tradicionais. A resistência da população quilombola frente ao avanço do capital mineral, na tentativa de frear seus impactos, se expressa mediante a criação de associações, a exemplo da ARQUIMO, forma mais visível de organização política.

O lado feminino do quilombo é constituído pela rotina da vida dessas mulheres, sendo permeada na esfera da casa no âmbito do envolvimento na comunidade e no mundo do trabalho. Enfrentam uma batalha diária intensa, perfazendo até tripla jornada de trabalho, desdobram-se entre os afazeres domésticos, o zelo com os filhos e, depois, saem para trabalhar fora e lá passam maior parte do dia, e ainda dividem tempo para as ações da comunidade.

Frente à realidade exposta, as mulheres quilombolas exercem múltiplos papéis desempenhados nas relações sociais nas duas comunidades. Percebe-se que, não obstante, as muitas transformações ocorridas por meio da mudança do padrão de vida na comunidade e, também, no modo como as mulheres se posicionaram e se inseriram nos movimentos político-sociais, no mundo do trabalho assalariado.

O ingresso no mundo do trabalho na mineradora garantiu-lhes uma nova forma de se posicionar na família, tendo sua renda própria e podendo dividir as despesas de casa, porém, a empresa atua de maneira dúbia, pois, ao mesmo tempo em que abre a possibilidade dessas mulheres se desvencilharem e entrarem na lógica do trabalho remunerado, muitas são colocadas em funções iguais às que realizavam no âmbito privado, mas com uma carga horária a mais, o que agrega a subjugação e precarização do trabalho.

Outro ponto a destacar diz respeito ao afastamento dos valores socioculturais e ambientais das comunidades, ainda que muitas digam o contrário, fruto da inserção na lógica do trabalho remunerado. No entanto, das que foram entrevistadas e exercem cargos na empresa, há algumas que não se envolvem com as ações políticas, religiosas e culturais das comunidades. A lógica capitalista instaurada pela mineradora alterou a lógica ribeirinha quilombola, uma vez que as temporalidades são outras e a relação tempo/trabalho foi modificada.

Assim, as transformações que vêm ocorrendo no que se refere às mulheres quilombolas são frutos da atuação das mesmas de forma estratégica para que avanços ocorram e que suas ações e demandas não fiquem no campo da invisibilidade. Atualmente suas lutas versam pela inclusão de políticas públicas mais efetivas e também a participação mais efetiva na ARQUIMO, sobretudo, porque compreendemos a Associação como um instrumento importantíssimo e legitimador na luta pela igualdade de gênero e pela ruptura da invisibilidade da mulher quilombola. As dimensões analíticas da luta das mulheres quilombolas estão caminhando em passos cada dia mais demarcados, nota-se esse avanço, quando percebe a busca delas por assumirem papéis de lideranças e participarem, mais ativamente, rompendo com a invisibilidade que há tempos ocuparam.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. de. O Quilombo e as Novas Etnias. *In*: O'DWYER, E. C. (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 43-81.

_____. Terras Tradicionalmente Ocupadas: processos de territorialização de movimentos sociais. **Rev. Bras. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, maio 2004.

_____. **Terra de Quilombo, Terras Indígenas, Babaçuais Livre, Castanhais do Povo, Faxinais e Fundos de Pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2. Ed. Manaus: PGSCA/UFAM, 2008.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRANDÃO, C. R. (org.). **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CAMPOS, C. S. S. **A Face Feminina da Pobreza em Meio à Riqueza do Agronegócio**. 1. ed. Buenos Aires: Clacso, 2011.

CARVALHAL, T. B. A Territorialização da Questão de Gênero nos Sindicatos. *In*: THOMAZ JÚNIOR, A; CARVALHAL, M. D; CARVALHAL, T. B.(orgs.). **Geografia e Trabalho no Século XXI**. Presidente Prudente: Ventelha/CEGET, 2006. p. 103-129.

CARVALHO, H. M. O Campesinato no Século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil.1. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTELLS, M. A Era da Informação: o poder da identidade. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CISNE, M. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

FISCHER, Isaura R. **O Protagonismo da Mulher Rural no Contexto da Dominação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2006.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Desigualdade de salários entre homens e mulheres mais que dobram em 12 anos**. (2015). Disponível em <http://classificados.folha.uol.com.br/empregos/2015/05/1632713-diferenca-de-salario-de-admissao-de-homens-e-mulheres-aumenta.shtml>. Acessado em abril de 2015.

GIACOMINI, S. M. **Mulher e Escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 25. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 fev. 2015.

MATOS, V. C. S. Um Estudo Teórico na Perspectiva Historiográfica: articulando gênero e classe no processo de produção e reprodução da força de trabalho. **Antíteses**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em: 4 abr. 2015.

NOGUEIRA, M. J. R.; JACINO, H. A Mulher Negra e as Desigualdades no Mundo do Trabalho. *In*: VENTURINI, G.; GODINHO, T. (orgs.). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Públicos e Privados: uma década de mudança na**

opinião pública. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/SESC-SP, 2013. p.279-290.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

ROSSINI, R. E. Mulheres e Homens na Força de Trabalho na Agricultura: o exemplo da macro-área de Ribeirão Preto (SP), 1977-2006. *In*: Encontro Nacional da Abep, Minas Gerais. **Anais** Caxambu, 2006.

SANTOS, L. R. S. **O Território Camponês sob o Enfoque de Gênero: a divisão sexual do trabalho na agroecologia**. 2013. 187 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Sergipe: UFS, 2013

THOMAZ JÚNIOR, A. Desenho Societal dos Sem Terra no Brasil: uma contribuição à “leitura” geográfica do trabalho. **Pegada**, Presidente Prudente, v.2, n.2, 2001.

Capítulo 11

JOVENS QUE MIGRAM, “PAIS QUE FICAM”: UM ESTUDO DE CASO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO ESPINHARA II, NO MUNICÍPIO DE BUJARI (ACRE)

Rogério Nogueira de Mesquita

Introdução

Nas últimas décadas, o meio rural vem sofrendo profundas mudanças. Desse modo, observa-se uma nova reconfiguração dos espaços rurais através da migração rural-urbano, ocasionando um estreitamento das atividades realizadas pela agricultura familiar.

Assim, esse texto se propõe discutir a questão da juventude rural e sua migração para a cidade, buscando compreender a contribuição do Estado nesse processo. Desse modo, para subsidiar os debates elege-se como categorias os eixos: juventude rural, migração rural-urbano e agricultura familiar.

Nesse sentido, o presente trabalho foi construído utilizando-se da técnica de pesquisa bibliográfica, onde foram chamados para o debate autores como: Dourado Silva (2017), Loureiro e Pinto (2005), Mattei (2015), Jhon Durston (1998), Abramovay (1998), Santos (2009), entre outros, além da realização de atividade de campo com a consumação de entrevistas com alguns jovens e pais no Projeto de Assentamento Rural Espinhara II, município de Bujari (estado do Acre). O critério utilizado para a realização das entrevistas com os moradores donos de lotes se deu por tempo de moradia na localidade.

Para tanto, faz-se necessário lembrar que o motivo que me levou a realizar esse estudo é consequência, em parte, de minha vivência na trajetória de treze anos como jovem rural e filho de agricultores. Através dessa experiência e observação da situação vivenciada pelos jovens rurais, após o meu ingresso na universidade, ampliei o interesse em estudar e escrever sobre tal temática, articulando outras ferramentas teórico-práticas.

Assim, para além do particular, buscar-se-á compreender a realidade vivenciada por dezenas de jovens rurais da/na Amazônia acreana que integram, especialmente, o Projeto de Assentamento

Rural Espinhara. Destarte, a relevância desse estudo reside em dar visibilidade a essa categoria social que, por muito tempo, foi esquecida e, hoje, pressiona as lideranças das organizações rurais, com o objetivo de impulsionar a construção de um cenário de trabalho que integre efetivamente os jovens rurais às atuais demandas.

A juventude rural e seus familiares são afetados de maneira dramática com a ausência de perspectivas para que possam viver da agricultura. Frente a isso, as pressões sociais interferem na vida do jovem agricultor, que não dispõe de incentivo para permanecer em suas propriedades, que vai desde a oferta de cursos para a qualificação à ausência de estradas para o escoamento da produção, além do não acesso ao crédito rural. Conseqüentemente, a alternativa, quase sempre, encontrada por estes é o abandono de suas atividades que, antes, desenvolviam no campo.

Em meio a essa omissão do Estado, a tendência é que as gerações futuras cresçam com a ideia de não mais permanecer na área rural, partilhando desse ciclo que, antes, era passado de geração para geração. Poucos são os agricultores que conseguem alargar a sua produção por conta própria, sem auxílios, sejam eles de crédito ou de esclarecimentos que venham ajudá-lo a produzir. Na maioria das vezes, os sujeitos em questão não dispõem de condições de acesso aos seus lotes de terra, sejam através de rodovias, ramais ou vias fluviais, para escoar sua produção.

Dessa forma, com a saída do jovem rural para as cidades, uma das conseqüências é a diminuição do fluxo de atividades no campo, uma vez que a tendência é a aposentadoria dos agricultores mais antigos. Esse aspecto interrompe a lógica da atividade rural, que, antes, era o repasse da função de geração para geração, além de diminuir a oferta de alimentos originados da produção familiar.

Com a ausência de políticas públicas voltadas para que os jovens rurais possam continuar vivendo da agricultura, estes se veem obrigados a migrar para as cidades em busca de melhores condições de vida. Essa migração é o pivô para a futura saída de seus pais do campo, pois, sem o auxílio dos jovens na lavoura, sozinhos, não conseguem produzir como antes, assim, deslocam-se para as cidades, contribuindo para o crescimento demográfico nos centros urbanos, passando a comprar produtos que antes eles eram responsáveis pela produção e venda. Estabelece-se, assim,

o contexto de migração rural-urbano, trazendo transformações dos projetos individuais e coletivos do jovem.

“Desenvolvimento”: para que e para quem?

Nesse embarque ao mundo da reflexão sobre os desafios imputados aos jovens agricultores na Amazônia acreana, cabe lembrar que, por muito tempo na região, esse jovem agricultor, com sua família, na condição de posseiro, dispôs de terras privilegiadas com cobertura vegetal primária e todos os seus recursos naturais disponíveis, para praticar caça, pesca, coleta de sementes, frutos e ainda realizar a agricultura de subsistência.

Com o passar dos anos, mais precisamente após 1964, o governo brasileiro opta pelo denominado “desenvolvimento” da Amazônia, ou de regiões periféricas, onde estimulou, através de incentivos fiscais, empresas estrangeiras a se estabelecerem na região. A partir de então, essas empresas passaram se apoderar, dia após dia, das terras até então “despovoadas”, praticando atividades que precisariam de grandes extensões de terra, bem como a extração de madeira, mineração e agropecuária.

Na Amazônia acreana, não foi diferente, conforme enfatiza Dourado Silva (2017, p. 81):

O Acre estava na mira dos empresários do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, por ser um local de terras baratas, férteis e abundantes. O chamamento dos governos federal e estadual para ocuparem as terras do Acre tiveram impactos positivos aos novos investidores. Os investidores dos empresários eram conhecidos por paulistas pelos acreanos, sendo estes os que vinham com a intenção de comprar grandes hectares de terra, utilizando, se necessário, a força bruta, diferente dos sulistas que vinham com a intenção de obter terra e viver no Acre a partir da produção na terra.

Como é possível observar, essa parte da Amazônia não difere do que ocorreu no restante desta, tratando-se apenas de mais uma porção do espaço a ser estrategicamente ocupado para atender aos interesses do capital, que tinha como objetivo se apropriar de grandes extensões de terra para explorar os recursos naturais. Além disso, constitui uma forma de atender aos caprichos do governo brasileiro, que insistia em incentivar a ocupação da região e torná-la produtiva, mesmo que isso custasse o sossego dos habitantes da região.

Loureiro e Pinto (2005, p. 78), ressaltam que:

Além disso, o Governo Federal oferecia garantia de infraestruturas para os novos projetos (estradas, portos, aeroportos e outros). Às margens das estradas, a devastação florestal foi rápida e a disputa de terras privilegiadas às margens delas gerou, desde o fim dos anos 1960, conflitos de toda ordem, que só foram aumentando nas décadas seguintes, à medida que o modelo de desenvolvimento se estruturava.

Sem grande diferença do que ocorreu na história do Brasil, o governo sempre priorizou os grandes empresários, vistos como os responsáveis pelo “desenvolvimento” da Amazônia. De um lado, as vias de circulação, como de praxe, eram sempre construídas para facilitar o acesso às suas propriedades e, de outro lado, as populações rurais mais carentes, com destaque para a juventude rural, foram excluídas e esquecidas dos investimentos feitos pelo poder público.

Nos dias atuais, quase tudo o que é produzido nas grandes propriedades tem como objetivo a exportação. Por outro lado, grande parte do que é consumido em território nacional tem origem da agricultura familiar, que pouco possui condições de escoar a sua produção para os pontos estratégicos de venda. Desse modo, “dados do Censo Agropecuário de 2006 ressaltam esse aspecto, ao detectar que a maioria da produção alimentar destinada à população (e não às exportações) provém do setor produtivo familiar” (Mattei, 2015, p. 13).

Outrossim, a agricultura familiar não tem a pretensão de competir com a patronal. No entanto, os estudos demonstram uma confirmação de que esse segmento deveria receber uma atenção especial, pois se refere à produção para o consumo interno do país. Não se admira que tais fatos se apresentam de maneira bastante comum em território brasileiro. Trata-se de uma forma de violência contra os pequenos produtores rurais; tudo isso fruto de uma perversa herança colonial.

As relações de dominação ocorrem quando as relações de poder são sistematicamente injustas, efetivadas em decorrência da posse de capital seja material (econômico) ou simbólico por uma pessoa, grupos ou instituições, emperrando a comunicação dialógica, a cidadania e a singularização do sujeito, constituindo-se assim, a própria violência uma forma de relação de dominação (Cademartori; Roso, 2012, p. 02).

Ao parar e refletir sobre todo esse conjunto de situações criadas pelo próprio governo, objetivando à expansão econômica

da Amazônia, observa-se que a brutalidade física praticada contra as populações da região tem sofrido uma nova configuração.

O que mudou, neste cenário até aqui, pode-se dizer e analisar que foram somente as formas como a violência está sendo impetrada contra a classe que sempre foi massacrada (os camponeses). Para Mattei (2015, p. 2), o sistema produtivo dominante continua amparado numa lógica muito semelhante (grandes propriedades de terra, cultivo monocultor em larga escala), porém, encontrando, no trabalho livre, seu substrato de acumulação e de valorização.

Assim, não se trata mais de uma violência física onde estes são amarrados ao tronco e chicoteados, trata-se de uma violência psicológica e moral que essas populações sofrem dia após dia. Tal postura sinuosa tem como reflexo diferentes problemas sociais no campo, desde os conflitos agrários, presentes ainda nos dias atuais na Amazônia, até o abandono dos pequenos agricultores.

As famílias esquecidas encontram como alternativa enviar os filhos para a cidade em busca de melhores condições de vida, uma vez que não querem para os filhos a vida que estes vivenciam, sobretudo, sem acesso à escola, qualificação e saúde pública. De tal modo, pode-se afirmar que a migração desses jovens camponeses implica na redefinição dos espaços, tanto do rural quanto urbano. Com isso, são produzidos prejuízos de modo mais significativo para o campo, visto que este está perdendo mão de obra e vida comunitária.

Sem poder aumentar a renda e mediante as limitações das políticas públicas, a alternativa encontrada por agricultores familiares para garantir o conforto dos filhos, infelizmente, está sendo incentivar a migração dos jovens. Eles poderiam futuramente ajudar a ampliar a produção de alimentos, tanto para as feiras, quanto para o consumo da própria família. Todas essas dificuldades consolidam-se como um grande desafio para o agricultor que tem como fonte de renda e alimento os produtos originários do cultivo da terra.

Quem são e quantos são os jovens rurais?

No universo da agricultura familiar e dos processos que movem a economia que se modela e se remodela, configurando-se como palco de diversidade, a juventude rural chama a atenção como camada social que necessita de um olhar diferenciado.

Ao se analisar os escritos envolvendo os jovens rurais, observa-se que eles são recentes, considerando que somente a partir da década de 1980 tal grupo passa da “invisibilidade” para uma categoria social a ser discutida. Para que se possa dar prosseguimento a esse processo reflexivo, faz-se necessário compreender o que é juventude.

Jhon Durston (1998, p. 7) define a juventude rural como “uma etapa da vida que começa com a puberdade e termina com o momento de assumir as responsabilidades e autoridades de adulto, isto é, as que correspondem aos chefes masculinos e femininos de uma unidade familiar economicamente independente”.

Já para Puntel (2011), o jovem rural é o dependente, aquele que ainda não é proprietário de terra, e que se insere, normalmente como um agregado/subordinado do pai. É importante lembrar que tal conceito possui uma série de definições. A idade é a que mais se repercute no decorrer das discussões.

Para a OMS e a UNESCO, a idade entre 15 e 24 anos tende a definir o conceito de juventude, a partir dos limites mínimos de entrada no mundo do trabalho, e limite máximo o fim da escolaridade básica, Santos (2009, p. 49). Desse modo, Abramovay (1998, p. 37), admite que existe grande variação na definição sobre quem pode ser considerado jovem: no Quênia, por exemplo, são considerados jovens crianças a partir de 8 anos; enquanto na Colômbia fica entre 16 e 28 anos. Em território brasileiro, o critério idade segue os padrões do IBGE, que considera jovem os indivíduos que possuem entre 15 e 24 anos. Apesar disso, o IPEA, nas observações e análises do PNAD 2007, considera o intervalo de 15 a 29 anos. (Santos, 2009). Conforme os dados disponibilizados pelo IBGE, referentes ao censo de 2000, há 34.081.330 jovens entre 14 a 24 anos de idade no Brasil, mas apenas 18% deles residem no meio rural (Weisheimer, 2005, p. 7).

Diante desse contexto, a população de jovens agricultores representa uma pequena parcela da sociedade brasileira, mas nem por isso deve ser negligenciada no momento de se propor e discutir as políticas públicas voltadas para esse segmento social.

Por que os jovens não querem mais permanecer no espaço rural?

Em tempos históricos, era muito comum os filhos sucederem os pais nas atividades voltadas à agricultura. “O que se pode

observar, entretanto, é que a atividade de agricultor era fortemente valorizada na educação dos filhos" (Abramovay, 1998, p. 33).

Nos dias atuais, mediante as necessidades que o capitalismo impõe a todas as pessoas, os jovens rurais, em especial, que antes praticavam o cultivo da terra juntamente com seus pais, esposa e filhos, sentem a necessidade de uma política pública que permita o acesso à terra.

O que antes era arrecadado através da mão de obra coletiva de solteiros, casados e pais, hoje, a mesma quantia não satisfaz a necessidade de todo o grupo, o que exige que este jovem possua a sua própria terra para cultivar e produzir seu sustento.

O histórico de ausência de políticas públicas no Brasil, da dificuldade e insuficiência aos serviços de saúde e educação de boa qualidade, bem como o acesso ao lazer tem reduzido a vontade dos jovens permanecerem vivendo na zona rural. A falta de apoio para a criação de alternativas de trabalho e meios diversificados para a composição da renda aumenta ainda mais essa tendência dos jovens em deixarem o campo, que muitas vezes são incentivados até pelos próprios pais por acreditarem que na cidade terão todas as oportunidades para a concretização dos seus sonhos (Silva *et al.* 2006).

A falta de perspectivas de trabalhos remunerados, como forma complementar da renda e a ansiedade pela independência financeira são algumas das principais causas de migração desses jovens para a cidade. Com o passar dos anos, a tendência é que as sociedades sofram alterações, assim, no decorrer desse estudo, observa-se um fator conflitante com a realidade antes vivenciada por esses jovens.

O fato é que, no campo, é muito comum os pais não possuírem o hábito de dar dinheiro aos filhos. Estes, por sua vez, associados ao universo tecnológico da cidade, querem andar bem vestidos, bem calçados, com um celular moderno, ou seja, com coisas muito além do alimento de cada dia no qual seus pais cresceram e constituíram sua sociabilidade.

Diante desses fatos, os jovens apreciam a cidade como um campo de oportunidades, e ao passar a usufruir dessa nova realidade, pouco são os que retornam ao lugar de onde saíram. A cidade também é vista por esses jovens como um lugar de grandes oportunidades para além da moda e do celular, local esse que pode lhes permitir uma qualificação profissional e oportunidades de emprego, renda e educação.

Já no espaço rural, estes possuem grandes dificuldades no acesso aos conhecimentos técnicos que possam auxiliá-los no decorrer de suas práticas agrícolas para ajudarem na obtenção de uma renda. Além do mais, o que lhe é ensinado na escola são quase sempre conteúdos voltados ao meio urbano. Com o passar dos anos, a cultura da prática agrícola vai sendo, abruptamente, interrompida, pois são diversas as pressões exercidas sobre esses jovens que se sentem coagidos, sem perspectiva alguma de um futuro melhor.

Tecendo reflexões a partir de um exemplo prático: P.A. Espinhara II

O local escolhido para o estudo trata-se do Projeto de Assentamento (PA) Espinha II, localizado no município de Bujari, no Estado do Acre, distante a 52km da capital Rio Branco. Limita-se ao norte, com o estado do Amazonas; ao sul, com o município de Rio Branco; a leste, com o município de Porto Acre e a oeste, com o município de Sena Madureira.

O município no qual o PA encontra-se inserido situa-se às margens da BR 364. Sua origem está relacionada ao comércio e ao extrativismo vegetal. O lugar era uma colocação de seringa pertencente ao seringal Empresa, atual cidade de Rio Branco. O trecho urbano ocorreu paralelamente à construção da BR 364, entre Rio Branco e Sena Madureira. A localidade foi elevada à categoria de distrito de Rio Branco em 1979, expandindo-se aos poucos nas margens da rodovia.

A ascensão à categoria município ocorreu em 1992, e oficializado em 1º de janeiro de 1993, com a posse dos Poderes Executivo e Legislativo do município. Possui atualmente a décima nona população do Estado e ocupa o décimo sexto lugar em tamanho de área. A economia local baseia-se no comércio, na pecuária e na agricultura de subsistência, com destaque para a piscicultura e a produção de hortaliças.

essas famílias, muitas foram as tentativas do governo em retirar esses camponeses da ocupação, no entanto, com muita luta e determinação, esses resistiram às ameaças.

Diversas mobilizações foram realizadas por parte dos sem terra em frente ao Palácio Rio Branco, sede do governo estadual, com movimentos organizados que pediam o direito de posse ao poder público. Entre esses movimentos de apoio, estava a representação do movimento “Grito da Terra”, principal evento da agenda do movimento sindical do campo. Através de ações como essas, os camponeses conseguiram o direito às tais terras reivindicadas, recebendo, em um primeiro momento, apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária– INCRA.

Longas foram as caminhadas que tiveram que realizar para poder se manter em seus lotes, pois as vias de acesso tratavam-se apenas de extensas trilhas ao meio da floresta, onde tinham que carregar nas costas o mantimento necessário para o mês. Dona Neci Nogueira, moradora do PA Espinhara II, lembra que, no final de cada mês, tinha que caminhar 37km, juntamente com seus dois filhos pequenos e suas netas, até a zona urbana de Bujari para fazer as compras:

“Eu, meus dois filhos pequenos e minhas duas netas, andamos muito por dentro dessa mata, tendo que sair de casa de madrugada, quando era o dia de ir pra cidade, porque era o período em que o sol ainda não tava de fora e era melhor pra andar com as crianças. Quando era o dia de voltar pra colônia era a merma coisa, só que com mais peso, eu carregava era de cinquenta quilo de mercadoria na estopa para comer com meus filhos, as vez o rio estava alagado e eu tinha que atravessar a nado, correndo o risco de ser carregada pela água ou ser comida por um bicho.”

Depoimento Dona Neci Nogueira (18/07/2017).

Dona Neci relata que, anos depois, foram ofertados mantimentos e condições para a construção de casas de madeiras, e posteriormente, a construção de uma estrada. O que naquele período facilitou, grandemente, a vida de tais agricultores, assim, passaram a plantar, colher e criar, não mais somente para a sua subsistência, mas também para vender o excedente e garantir uma renda no final do mês.

A moradora ressalta que tal assistência só foi concebida até os agricultores possuírem um plantio que desse de se alimentar, ou até o primeiro ano, pois a partir de então, estes já passaram a colher a alimentação do que já haviam plantado. Nessa mesma

proporção, foram construídos tanques para que estes pudessem extrair a água e também para a criação de peixes.

Os moradores observam que, com o passar dos anos, mediante a formação da associação de moradores denominada “Unidos Para Vencer”, algumas outras melhorias passaram a existir no PA, bem como a construção das duas primeiras escolas, sendo estas: a Escola Santa Luzia e a Escola Bandeirantes. A partir de então, as crianças passaram a ter acesso ao ensino fundamental I.

Até esse período, os agricultores estavam relativamente contentes com o que estavam produzindo e com a assistência que lhes estava sendo ofertada, onde podiam de alguma forma produzir juntamente com a família para a autossustentação e venda do excedente. Somente não estavam satisfeitos com as condições de trafegabilidade na estrada, que dava acesso apenas em períodos de estiagem, realidade essa que perdura até os dias atuais.

Problemas estruturais

Deve-se lembrar que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2009), o segmento da agricultura familiar detinha em torno de 20% das terras e respondia por aproximadamente 38% da produção nacional, fornecendo alguns produtos básicos da dieta do brasileiro, como feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais. Para alguns destes produtos, o setor chega a ser responsável por 60% da produção.

Na contramão das estatísticas, encontra-se o PA Espinhara, pois neste, raros são os agricultores que ainda se sentem estimulados a produzir com o propósito de vender o excedente. Tecnologia, qualificação e conhecimento, divulgados em projetos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é algo ainda desconhecido para os moradores desse PA.

A moradora Neci Nogueira, 62 anos, lembra que, com o passar do tempo, em virtude da necessidade da retirada da floresta para o preparo da terra e plantio de legumes, a terra foi ficando “cansada”, infértil e a produtividade foi diminuindo. A partir de então, o feijão plantado passou a “dar o queima”¹, as

¹Uma das principais doenças do feijoeiro, chamada tecnicamente de Mosaico Dourado, onde a planta passa a apresentar amarelecimento intenso da lâmina foliar.

bananeiras passaram a ficar brocadas e o milho e arroz atrofiados. O milho produzindo espigas com poucos grãos e o arroz com cachos pequenos, além das fruteiras que passam a morrer antes mesmo de produzir frutos, fatores esses de prejuízo para os agricultores.

A moradora, ao ser indagada sobre o que estaria faltando para que a sua propriedade se torne produtiva, responde:

“Falta maquinário para aradação, distoca, técnico para ver o que tá matano as fruteiras, dano o mela no feijão, ninguém prospera mais uma fruteira aqui, que o mal tá matano, bananeira, graviola, laranjeira, tangerina, tudo, o mal mata tudo, só dá a primeira carga, quando dá. Também falta estrada para o povo tirar a produção. No verão nós ainda tem um acesso, no inverno nós não tem um acesso de nada, mesmo que produza quem come é os bichos, os macacos, as pacas de rabo. Além de não ter estrada para tirar a minha produção eu também não tenho ninguém pra me ajudar, os meus filhos saíram pra estudar porque aqui não tem estudo pra eles. Aí o meu roçado de roça com oito mil cova de roça tá se acabando tudim. Já pensou? Oito mil cova de roça se acabando, tanto suor derramado, trabalhei muito, deixei no limpo zeladim, cada uma mandioca mostra se acabano.”

Depoimento de Dona Neci Nogueira (18/07/2017).

É visível no discurso proferido pela moradora, o sentimento de frustração por não poder cultivar os alimentos que precisa para seu mantimento e renda, por falta de suporte do poder público. Assim, esta se vê de “mãos atadas”, e sem perspectivas para o futuro, uma vez que o cenário não se modifica com a velocidade que as expectativas e demandas que os moradores exigem.

Quadro 1 - Principais produtos/animais cultivados/criados no PA Espinhara II

Produto	Média de produção ao ano
Arroz	Entre 1.500 e 2.000kg
Feijão	Entre 400 e 500kg
Milho	Entre 2.000 e 3.000kg
Macaxeira	Entre 4.000 e 5.000kg
Peixe	Entre 2.500 e 3.000kg
Galinha	Entre 40 e 60 animais
Pato	Entre 20 e 25 animais
Porco	Entre 05 e 10 animais
Gado	Entre 10 e 40 animais

Fonte: Trabalho de campo. Mesquita, 2017. Bujari, Acre.

Ao comparar a fala da moradora do PA em questão, com a quantidade de produtos cultivados, há uma confirmação do discurso de Nogueira, uma vez que os moradores já não plantam e nem criam em grande quantidade, pois já estão cientes das dificuldades que terão que enfrentar para poder vender o excedente do que produziram.

Figura 1: Principais problemas dos produtos agrícolas.



Fotos: 1) bananeiras doentes, amareladas; 2) Plantio de feijão com princípio de “mela”, doença que ocasiona a morte do mesmo; 3) Reservatório de água no PA espinhara necessitando de reforma; 4) Plantio de mandioca maduro PA espinhara.

Fonte: Mesquita, 2017.

Do mesmo modo, percebe-se a ausência de outros tipos de produtos na tabela, como, por exemplo, as frutas. Isso ocorre porque a área em evidência apresenta solo que precisa de correção, problema esse que os moradores sozinhos não conseguem arcar com os custos.

As imagens indicam um pouco do que já foi mencionado, bem como alguns dos problemas enfrentados pelos agricultores do PA em questão (Figura 1). Entre estes, encontra-se a doença do feijão (queima), da bananeira (broca), plantio de mandioca maduro e os moradores sem assistência para a escoamento da produção, além de reservatórios de água de algumas famílias encontrarem-se necessitando de reforma. São questões que parecem simples, mas para quem está inserido nesse contexto, faz toda a diferença,

pois trata-se das ferramentas que estes dispõem para garantir o sustento e sobrevivência.

Sobre a juventude do PA Espinhara II e suas vivências

Visando transmitir maior segurança e confiabilidade nas informações aqui expostas, fez-se necessária a realização de uma sequência de entrevistas. Desse modo, a população que contribuiu com esse estudo contempla um quantitativo de doze componentes, sendo estes compostos por cinco homens e sete mulheres, com faixa de idades que variam. Para melhor demonstrar esse quantitativo de pessoas entrevistadas de acordo com as faixas etárias, elaborou-se o seguinte quadro:

Quadro 2 - Jovens entrevistados no PA Espinhara II.

Faixa etária	Quantidade de Jovens entrevistados
Menor de 18 anos	05
Entre 18 e 21 anos	02
Maior de 21 anos	05

Fonte: Pesquisa de campo, Mesquita, 2017.

Quanto ao grau de escolaridade dos entrevistados, um deles possui o ensino fundamental incompleto. Cinco cursam o ensino médio, e os outros seis cursam graduação. Nesse quantitativo, sobressaem-se as mulheres, com maior grau de escolaridade. O que chama a atenção é que apenas um dos entrevistados que cursa graduação permanece no campo, esse por sua vez, optou por um curso à distância, onde vai à cidade somente desenvolver as atividades que o curso demanda, voltando, em seguida, para a propriedade de seus pais.

Dos doze entrevistados, apenas quatro deles permanecem na área rural, onde ajudam os pais no cultivo da terra, e buscam frequentar a escola de ensino básico. Para a jovem Regislane Monteiro, ex-moradora do PA Espinhara II, que hoje faz Pré-ENEM, buscando ingresso na universidade pública, o que mais a incomodava nos tempos que morou no campo juntamente com a sua família, era a distância para poder frequentar o colégio, quando ainda cursava o ensino médio. Ela lembra que eram longos os dez quilômetros que tinha que percorrer, caminhando diariamente, até chegar à escola, e outros dez ao retornar para casa. Acrescenta, ainda, que muitas vezes a rotina do caminhar

permanecia mesmo em períodos de verão, pois faltava combustível para o transporte escolar ir lhe deixar, juntamente com outros colegas, em suas casas.

Já Amarildo Melo, o único dos entrevistados que cursa ensino superior morando no campo, relata que insiste em permanecer ali, juntamente com a sua família, porque este é um lugar bom de se viver, sem muita perturbação da zona urbana, bem como o barulho, a fadiga, e o fato de tudo o que precisar consumir ter que comprar. Mas admite que pretende futuramente deixar o campo para ir morar na cidade, em busca de oportunidades de trabalho, uma vez que não tem como exercer sua profissão morando na zona rural.

Diante dos fatos, é notório observar que "os filhos migram para não mais voltar, pois existe um custo de oportunidade muito elevado" (Buainain, 2013, p. 118). Na fala de todos esses jovens, é possível comprovar o quanto gostariam de permanecer em seus locais de origem, onde cresceram e estabeleceram vínculos de afetividade e pertencimento com o lugar. No entanto, essa prática lhes traria grandes prejuízos, uma vez que o campo não oferece condições adequadas para que possam permanecer morando.

Figura 2: Professores e estudantes da escola rural (2017).



Fotos: 1) Professores e alunos caminhando até chegar à escola; 2) Alunos retornando para casa caminhando, por falta de transporte escolar.

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Para os pais que vivem no PA, a manutenção dos filhos na escola é a única garantia que os filhos possuam uma vida melhor do que aquela até então levada por esses agricultores.

As imagens exemplificam parte da luta diária dos jovens rurais que insistem em permanecer no campo (Figura 2). Os desafios não são poucos e variam desde caminhar dezenas de quilômetros para chegar à escola e retornar desta, até o momento em que uns e outros chegam a se formar para aventurar uma vaga de trabalho na comunidade.

História de vida de um jovem de 23 anos que saiu do meio rural

Por meio da observação e conversa com diversos jovens que pretendem sair do meio rural, encontra-se um jovem que deixou a companhia de sua mãe, no campo, aos 13 anos de idade, pois não havia mais estudo naquela localidade para este, onde já havia concluído o ensino fundamental, por meio do Programa denominado Asas da Florestania, criado em 2005 pelo governo do estado, que leva a escolarização às comunidades localizadas em zonas de difícil acesso no Acre, em um primeiro momento visava atender apenas o público do ensino fundamental.

O estudante relata que, na colônia de sua mãe, viviam apenas três integrantes: sua mãe, ele e uma irmã quatro anos mais velha. E ambos a ajudavam nos afazeres da propriedade, como plantar, cultivar, colher, cuidar dos animais domésticos, tirar leite, entre muitas outras tarefas.

Mediante às dificuldades presentes no campo, bem como plantar, colher e no momento de escoar a produção a estrada de terra não dava acesso, tendo que muitas vezes levar a produção no lombo de animais até chegar a margem do rio para de lá aventurar vaga nos barcos para poder escoar a produção. Ou, às vezes, plantar e não nutrir os legumes em razão da terra fraca, ou ao nascer, ocorrer problemas, bem como o da “mela”, que é uma doença que mata, principalmente, o feijão, a broca nos bananais e perder a produção de bananas; a ausência de assistência técnica para ajudar nesses problemas; as leis ambientais que proíbem o preparo do roçado por meio da técnica do fogo, ao mesmo tempo em que o governo não oferece um maquinário para aração e destoca.

Como táticas de buscar motivar os jovens a permanecer no campo, há uma gama de coisas que poderiam ser feitas através de políticas públicas, entre aquelas de maior relevância encontra-se a qualificação profissional, por meio da oferta de cursos que viessem especializar esses jovens a permanecerem praticando agricultura e faturando um dinheiro a mais com os serviços prestados à comunidade por meio da utilização da mão de obra local. Ou seja, dando condições para que esses jovens pudessem retirar o seu sustento do campo, sem ser necessário ter que ir para as cidades.

O estudante relata que todas essas situações lhe motivaram a deixar o campo e ir morar na cidade, pois lá via melhores perspectivas de trabalho e de estudos, assim, conseguiu dar prosseguimento a sua qualificação profissional, onde terminou o ensino médio, cursou o ensino superior, em seguida prestou concurso público na área de educação, sendo aprovado, retornou para a sua comunidade, contribuindo com a educação do lugar. A situação desse jovem é uma exceção, em meio as diversas outras histórias encontradas no meio rural, casos esses em que não somente os jovens pretendem migrar para as cidades, mas também os pais, em virtude das dificuldades encontradas no meio rural.

Assim, a juventude rural clama por providências do poder público, de modo que através da implementação de políticas públicas, esses jovens venham sentir-se valorizados e despertem o interesse em querer permanecer a cultivar a terra, e desta forma dar continuidade ao ciclo que antes era propagado no meio rural, onde o ofício de agricultor era repassado de geração para geração. Deste modo, observa-se a necessidade de uma política pública que contribua para que o campo retorne a ser um espaço de permanência, produção de cultura, saberes e alimentos.

O termo políticas públicas é sempre muito utilizado em diferentes esferas pelos diversos agentes sociais, mas, afinal, o que é política pública? Por que esta é tão difícil de ser executada? É importante lembrar que não existe uma única definição para esta. Brancaleon (2015, p. 2), segue uma linha em que foca o governo como promotor de ações que influenciam a vida dos cidadãos, “outras definições enfatizam o papel da política pública na solução de problemas, afirmando que esta é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” (Brancaleon; Amanaka, 2015, p. 2).

Destarte, os problemas e desafios para a implementação de políticas públicas que se tornem concretas não são poucos. Fato esse que exige do governo e sociedade civil como um todo, grande responsabilidade, no que diz respeito a implementação, monitoramento e avaliação de tais políticas, para que assim, estas se tornem eficazes.

De acordo com o levantamento de dados para a elaboração desse estudo, observou-se que embora haja um leque de políticas pensadas para os jovens rurais, poucas são aquelas que foram colocadas em prática e ampliadas. A grande maioria, é trabalhada como uma “espécie de amostra”.

O que, geralmente, acontece é o fato dessas políticas não atingirem as comunidades rurais em sua totalidade, pelo fato de não terem sido bem planejadas. Atualmente com o advento da tecnologia associada a publicidade, o que mais acontece são publicações relacionadas a execução desses projetos e programas, no entanto, o que pouco se sabe é que tais realizações não contemplaram em sua integralidade as pessoas que necessitavam acessar as tais políticas, o que leva a entender que estas existem apenas em caráter amostral.

Diante de tal cenário, “não é somente penalizar e responsabilizar as famílias, como se fosse um problema delas o fato do jovem não querer ficar no campo, ou mesmo que os pais não ajudam o jovem a ficar no campo” (Éryka Galindo, CONTAG, 2014, p. 42), pois são questões que não dependem somente do jovem e sim, de todo um processo.

No âmbito do contexto trabalhado, justifica-se “a imagem do rural construída ao longo do tempo pelas elites dominantes e reproduzidas no imaginário da sociedade brasileira em geral, onde aparecem associadas à ideia de atraso, como lugar de não desenvolvimento e sem acesso a infraestruturas e serviços básicos” (Menezes, 2014, p. 182). Esse fato não é regra, apenas se reproduz por ausência de medidas eficazes que possa mudar tal cenário.

Considerações Finais

O estudo dos jovens rurais que migram, com destaque ao Projeto de Assentamento Espinhara II, sublinha a necessidade de serem expandidas as políticas públicas que visem,

estrategicamente, assegurar a permanência das novas gerações no campo.

Revela o grave descaso do poder público com essa categoria social. A situação de descaso com os jovens rurais pode ser vista como reflexo de uma herança colonial e da crise do atual modelo governamental que rege o Estado Brasileiro. Assim, os representantes do povo passam a não mais representar os interesses coletivos, e sim, as veemências individuais.

O modo de vida no campo vem sendo alterado, e essa nova configuração se distancia do modo adequado para o bem-estar dessa categoria. De modo excludente, dia após dia, esse seguimento social vem perdendo seu prestígio perante a sociedade. Tudo isso é fruto de uma política estratégica segregacionista, que apoia o avanço da monocultura, objetivando atender os interesses econômicos externos.

Em meio a esses conflitos, servindo de massa de manobra, os jovens rurais juntamente com a sua família, se veem obrigados a deixar seus espaços de vivências e se sujeitarem aos denominados não lugares, ou seja, migram para a cidade, mesmo sabendo que vão se deparar com diferentes obstáculos a serem superados.

No decorrer das entrevistas com os jovens rurais do PA estudado, foi possível constatar que a escolha de permanência ou não no espaço rural se dá por meio do acesso a uma atividade produtiva paralela às práticas agrícolas, uma vez que essa, por motivo da baixa produtividade, não oferta autonomia financeira para que, assim, possam dar sequência a seus projetos de vida.

Referências

ABRAMOVAY, R. *et al.* **Juventude e agricultura familiar: Desafios dos novos padrões sucessórios.** Brasília. 1ª ed. Copyright UNESCO, 1998.

ARAÚJO, J. J. C. N; SOUZA, J. V. F. **O trabalho docente na educação do campo.** Revista Espacios. Caracas. Vol. 38, 2017.

BRANCALEON, B. B. *et al.* **Políticas Públicas – conceitos básicos.** Ribeirão Preto. Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações Disciplina de Didática - Material didático para ensino a distância, 2015.

CADEMARTOLI, A. C; ROSO, A. **Violência, criminalidade e relações de dominação:** do Brasil colônia ao Brasil contemporâneo. Brasília. Revista Ser Social. Vol. 14, 2012.

DINIZ, B. L. M. T. **CULTURA DO FEIJÃO COMUM** (*Phaseolus vulgaris* L. UFC. Fortaleza. Universidade Federal do Ceará, 2006. Disponível em: < <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAvDsAF>> acesso em: 06/04/2018.

SILVA, S. D. da. **Mulheres como Propulsoras de Desenvolvimento Econômico Solidário:** análise dos empreendimentos solidários no município de Rio Branco, (Dissertação). Porto Velho. Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia da Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2017.

DURSTON, John. **Juventud Y Desarrollo Rural: Marco Conceptual Y Contextual.** Santiago de Chile, Naciones Unidas Comisión Económica Para América Latina Y El Caribe, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário de 2006.** Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IPEA. Desenvolvimento Rural. In: **Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise.** 2008. Disponível em: < www.ipea.com.br > acesso em: 02 ago. 2017.

LOUREIRO, V. R; PINTO. J. N. **A questão fundiária na Amazônia.** São Paulo (estado). Revista Estudos Avançados. Vol. 19, 2005. Disponível em < <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10071/11643> > cesso em: 06/04/2018.

MATTEI, L. **Considerações Acerca de Teses Recentes sobre o Mundo Rural Brasileiro.** Piracicaba-SP. RESR. Vol. 52., 2015.

MENEZES, M. A; STROPASOLAS, V. L; BARCELLOS, S. B – Organizadores. **Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil.** Coleção Juventude. Brasília. 2014.

SANTOS, A. C. T. **Juventude Rural e Permanência no Campo:** um estudo de caso sobre a Juventude do Assentamento Rural Flor do Mucuri/SE (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009.

SILVA, P. S. *et al.* **Agricultura Familiar:** Um Estudo Sobre a Juventude Rural no Município de Serra do Mel–RN. Mossoró. Revista Verde, v.1, n.1, p. 54-66 janeiro/junho de 2006.

PUNTEL, J. A; PAIVA, C. A. N; RAMOS, M. P. **Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo.** Bahia. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, 2011. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo20.pdf>. Acesso: 28/09/2017.

SOUZA, C. **Política Públicas**: uma revisão da literatura. *Sociologias*. Porto Alegre, n.16, p.20-45, jun/dez. 2006.

WERTHEIN, J. *et al.* Conselho Editorial da UNESCO no Brasil. **Políticas públicas de/com/para Juventude**. Brasília: UNESCO, 2004.

Capítulo 12

PROJETO DE ASSENTAMENTO MATUPI: DESAFIOS DE VIVER EM UM ASSENTAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Viviane Vidal da Silva
Carlos Alberto Vetorazzi

Introdução

Atualmente a Amazônia brasileira vem se caracterizando pelo grande número de assentamentos criados pela política de reforma agrária do país (Girardi, 2008), principalmente, nas modalidades (tipologias): Projeto de Assentamento (PA), Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) e Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

Em especial, na região Norte do Brasil, essas tipologias de assentamentos fazem parte da reforma agrária convencional implementadas por meio de políticas de colonização e voltadas para o desenvolvimento sustentável, como forma de promover a ocupação regional e a regularização de terras já ocupadas (Coca, 2013).

Neste contexto, é relevante analisar os processos sociais e econômicos de famílias que compõem esses assentamentos em escala local, ou seja, dentro de cada assentamento, já que a região Amazônica possui uma grande diversidade cultural, biológica e econômica.

Desta forma, este capítulo tem como objetivo caracterizar o perfil socioeconômico dos responsáveis pelos lotes no Projeto de Assentamento Matupi (PA Matupi), localizado no estado do Amazonas-AM. Dentro desta perspectiva, o Projeto de Assentamento Matupi (PA Matupi), está localizado no município de Manicoré, Sub-região do Vale do Rio Madeira no sul do Estado do Amazonas, entre as coordenadas 61°41'43,8"W e 7°56'28,7"S e 61°25'27,0"W e 7°51'10,8"S (Figura 1).

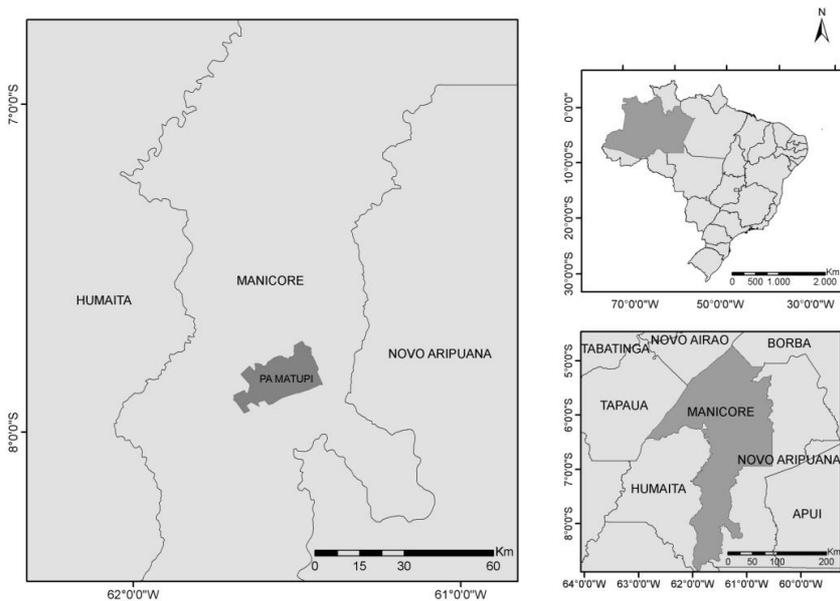
O referido projeto foi criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por instrumento da resolução nº 0148 de 20 de julho de 1992, totalizando uma área de 34.889,77 hectares, em área da Gleba M-2 arrecadada e

matriculada em nome da União, onde existiam em torno de 40 posseiros.

De acordo com as informações dos documentos oficiais de criação do Projeto de Assentamento Matupi não existia tensão social, sendo a capacidade do assentamento de 538 parcelas (lotes), com aproximadamente 346 famílias assentadas na época de sua implantação, distribuídas em nove vicinais (INCRA, 1990).

Segundo o INCRA (1992), a aptidão agroecológica da área seria para agricultura e preservação, e tinha como objetivos incorporar novas áreas ao processo produtivo regional, ordenar ocupações evitando invasões e especulação quanto à posse e uso da terra e, por meio da infraestrutura implantada, proporcionar melhores condições de vida aos agricultores da região.

Figura 1: Localização da área de estudo.



Fonte: Silva, 2012.

Dessa forma, o processo de ocupação iniciou-se em julho de 1995, de forma induzida, por meio de incentivos governamentais, com a chegada de 91 beneficiários que se estabeleceram nas estradas vicinais Maravilha, Nova Vida, Bela Vista, Matupi, Matupiri e Boa Esperança (INCRA, 1990) e, destes, apenas 15

permanecem no assentamento até hoje, em lotes que variam de tamanho médio entre 60ha e 80ha.

Dentre as sete fases de implementação de assentamentos, que compreendem desde a fase de pré-projeto (Fase 1), até a fase de assentamento consolidado (Fase 7), o PA Matupi encontra-se na Fase 5 – Assentamento em estruturação. Nessa etapa se inicia a fase de implementação de infraestrutura básica, como abastecimento de água, eletrificação rural, estradas vicinais e edificação de moradias (SIPRA, 2007; IPEA, 2005).

Caminhos Metodológicos

A análise socioeconômica compreendeu a aplicação de questionários semiestruturados, com um total de cinquenta e três (53) questões, sendo cinco (5) questões fechadas e quarenta e oito (48) abertas, divididos em dois blocos: Perfil do Entrevistado, Trabalho e Produção. O perfil do entrevistado contava com cinco perguntas fechadas e mais treze questões abertas, com o objetivo de identificar, por exemplo a escolaridade, como foi a escolha do lote, quantas pessoas vivem no lote e se o responsável do lote possuía algum parente no assentamento. As questões abertas sobre Trabalho e Produção tiveram como objetivo conhecer a atividade produtiva realizada no lote, a comercialização dos produtos, como era realizada a assistência rural e o acesso e tipos de créditos rurais recebidos.

Os questionários foram aplicados individualmente com o responsável do lote (aquele que gerencia o lote, ou seja, o chefe da família), sendo este beneficiário ou não do INCRA, mas que se encontrava no lote no momento do trabalho de campo. Desse modo cada um dos questionários aplicados refere-se a uma família, ou seja, a uma unidade de produção do assentamento estudado.

Durante os trabalhos realizados, de novembro de 2010 a setembro de 2011, foram aplicados 121 questionários semiestruturados, em oito das nove vicinais que compõem o assentamento, já que a vicinal Santa Luzia nunca foi ocupada oficialmente por beneficiários do INCRA.

Para a aplicação dos questionários foram visitados todos os lotes possíveis. No entanto, em muitos lotes foram observadas casas fechadas no momento da visita, mas com famílias morando no lote, outros com casas abandonadas e, ainda, o

acesso a muitos lotes foi inviabilizado pela falta de trafegabilidade da vicinal, principalmente, nas vicinais Triunfo e Bom Futuro. Os resultados foram analisados qualitativamente e quantitativamente a partir de consultas a este banco de dados espacial e, quando necessário, processados e tratados em planilha do Microsoft Excel.

A socioeconomia do PA Matupi

O Projeto de Assentamento Matupi (PA Matupi) é composto por nove estradas vicinais: Nova Vida (39 lotes), Bela Vista (35 lotes), Matupi (97 lotes), Santa Luzia (20 lotes), Matupiri (85 lotes), Maravilha (75 lotes), Boa Esperança (67 lotes), Triunfo (98 lotes) e Bom Futuro (22 lotes) – (Figura 2).

No que se refere à situação de posse da terra, dos 121 responsáveis pelos lotes entrevistados, 42,1% são assentados pelo INCRA com o título provisório (carta de ocupação) e 16,5% possuem título definitivo da terra (titulados). Além disso, alguns lotes contíguos amostrados estão cadastrados no INCRA em nome de diferentes membros de uma mesma família. Devido à falta de infraestrutura institucional do INCRA, torna-se difícil o controle desta situação.

Quanto a seleção das famílias para a ocupação dos lotes se fez das mais variadas formas e ainda continua acontecendo sem conflito, em um comércio informal dos lotes, conforme destacam os entrevistados:

“Quando o INCRA veio abrir, ajudei abrindo picada” (Responsável pelo lote, Vicinal Triunfo, 20/09/2011).

“Fiz seleção pelo INCRA” (Responsável pelo lote, Vicinal Bela Vista, 02/06/2011).

“Comprei o direito do outro, trocando a casa de Rondônia” (Responsável pelo lote, Vicinal Maravilha, 23/08/2011).

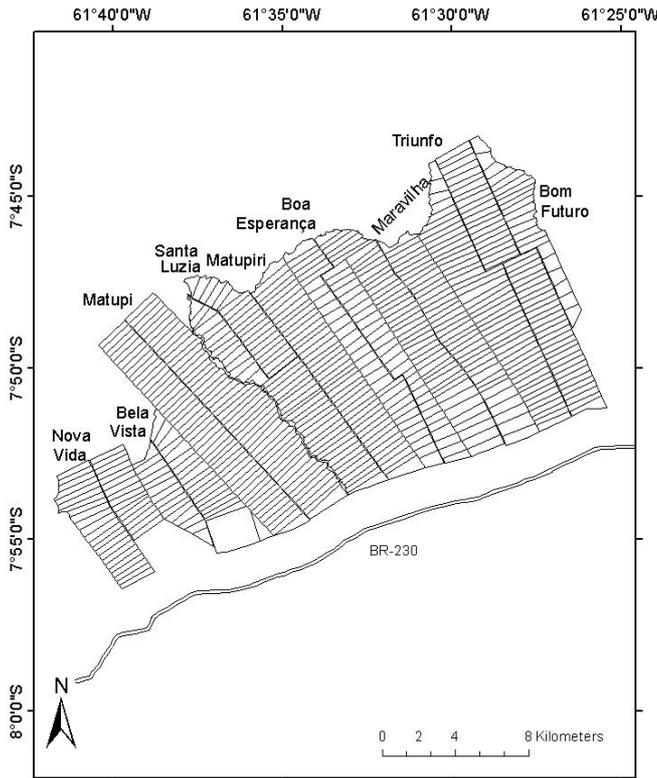
“Comprei do Ivan, troquei num caminhão. Vim tirar madeira e o IBAMA pegou o carro” (Responsável pelo lote, Vicinal Nova Vida, 03/06/2011).

“Fiquei sabendo que estavam dando terra no assentamento” (Responsável pelo lote, Vicinal Matupi, 8/11/2010).

“Sabia que o Amazonas era bom” (Responsável pelo lote, Vicinal Boa Esperança, 22/08/2011).

“Vim procurar mais terra” (Responsável pelo lote, Matupiri, 22/08/2011).

Figura 2: Projeto de Assentamento Matupiri Próximo à rodovia BR-230 (Transamazônica).



Fonte: Memorial Descritivo – INCRA.

Os responsáveis pelos lotes que não possuem a posse da terra totalizam 41,3% da amostra estudada e compreendem aqueles responsáveis que compraram o direito de ocupação de outro assentado ou trocaram um lote por outro, ou ocuparam lote que estava há muito tempo abandonado. Toda essa dinâmica de ocupação, comércio e reocupação tem sido alta em vários outros estudos em assentamentos rurais realizados pelo INCRA na região Amazônica e no restante do Brasil (Campari, 2002; Mello, 2006; Aleixo, 2007; Naase, 2010; D’Antona *et al.*, 2011).

Muitos desses responsáveis pelos lotes possuem perfil para serem assentados pelo INCRA e aguardam a regularização por

parte do órgão, enquanto outros não possuem esse perfil, como os proprietários de estabelecimentos comerciais no distrito Santo Antônio do Matupi, e produtores que já vieram capitalizados de outras regiões. Tornar-se assentado possibilita, além de um vínculo com a terra, acesso aos créditos rurais e assistência técnica, que são fatores importantes para o desenvolvimento de uma atividade produtiva no lote.

O tempo médio de residência das famílias no assentamento é de 7,3 anos, indicando que ainda existe uma rotatividade na ocupação dos lotes, apenas 3,3% da amostra vivem no assentamento há 16 anos ou mais, enquanto 31,4% estão no assentamento de alguns meses a cinco anos, e 65,3% vivem no assentamento entre 6 a 15 anos.

Sob esse olhar, esses são alguns dos fatores relacionados com a alta rotatividade em projetos de assentamentos na Amazônia como: a falta de condições de trafegabilidade das rodovias, o critério de seleção dos beneficiários da reforma agrária pelo governo, falta de estudos ambientais e, principalmente, apoio institucional (Smith, 1982 *apud* Ludewigs, 2009). Esses fatores acabam levando o assentado a vender seus lotes para produtores rurais que possuem maior capital, e assim, a terra vira mercadoria e não produtos advindos das atividades produtivas realizadas.

De acordo com os entrevistados verifica-se que esses são originados de 17 estados de todas as regiões do Brasil, no entanto foi do estado do Paraná (26,5%) que a maior parte dessas pessoas veio, fazendo da região Sul do país a de maior migração para o assentamento, já que também há beneficiários dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Por esse motivo averigua-se que no assentamento uma forma de produção está vinculada a um modelo importado de outra região do país, onde não existe extração de produtos florestais tradicionais, como é o caso da Região Norte, o que acaba comprometendo a sustentabilidade dos recursos naturais no assentamento. Essa forma de produção pouco se adequa econômica e ambientalmente à realidade amazônica, contribuindo para o aumento do desmatamento nos lotes do assentamento.

Nos assentamentos localizados na região Amazônica não existe um padrão homogêneo de desflorestamento. Muitas vezes esta prática varia segundo alguns fatores, como o tipo de

atividade produtiva, acesso ao mercado, padrões culturais dos assentados e tempo de instalação nos assentamentos (Le Tourneau; Burstyn, 2010).

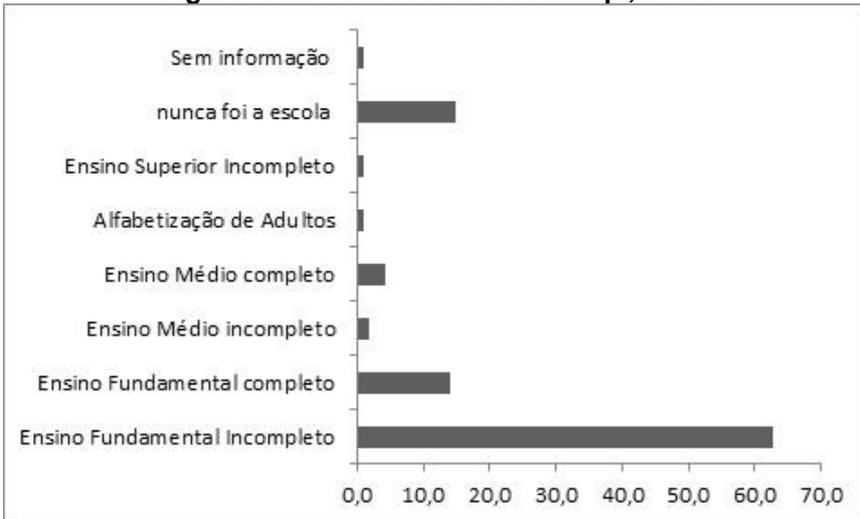
Apesar da maioria dos assentados serem originados do estado do Paraná, 95% destes já se encontravam na região Amazônica, principalmente, no estado de Rondônia, e chegaram ao assentamento por meio da Rodovia Transamazônica-BR 230, à procura de mais terras, que muitas vezes oferece maior lucro que a sua utilização para pecuária ou agricultura, principalmente, em áreas de fronteiras agrícolas, como é o caso do PA Matupi (EMBRAPA, 2008).

Ainda hoje se constata essa migração intrarregional, pois o baixo preço das terras no estado do Amazonas proporciona a possibilidade de se investir na formação de pastagens e rebanho, sem a necessidade de se obter o crédito rural, uma vez que algumas famílias não possuem as características necessárias à obtenção do crédito.

Observou-se que o nível de escolarização dos responsáveis pelo lote é baixo (Figura 3), refletindo o quadro da educação do campo no país. Não existe, atualmente, nenhum programa de educação para adultos e as escolas, que seriam implementadas no assentamento, estão fechadas e abandonadas. Por este motivo, adultos e crianças precisam estudar na “vila” do km 180 e dependem do ônibus escolar, que muitas vezes, na época de chuva, não consegue trafegar nas vicinais.

Economicamente, a atividade que predomina no assentamento é a pecuária, principalmente, a de corte, totalizando 32,2% dos responsáveis pelos lotes envolvidos somente com esta atividade, enquanto que 49,60% praticam a pecuária para a comercialização e o plantio das culturas de arroz, milho e mandioca, principalmente, para a subsistência e com comercialização inexpressiva. Outras atividades praticadas por 18,2% dos responsáveis pelos lotes são agricultura, domar/adestrar cavalo e aluguel de pasto.

Figura 3: Escolaridade no PA Matupi, 2011.



Fonte: Dados da pesquisa. Realizada em novembro de 2010 a setembro de 2011.

Elaborado por Silva 2012.

Os fatores que contribuem para o crescimento da pecuária no PA Matupi estão relacionados com problemas enfrentados com a agricultura, seja na produção ou na comercialização, a rápida rentabilidade com baixo investimento da pecuária e, com isso, a configuração da produtividade do lote, garantindo a sobrevivência das famílias, a obtenção do título definitivo ou a regularização daqueles responsáveis que ainda não possuem a carta de ocupação fornecida pelo INCRA.

Por último, o contexto da fronteira no qual está inserido o assentamento tem gerado demanda por terra, haja vista o aumento do número de rebanhos bovinos no Estado do Amazonas e no município de Manicoré. Este contexto tem favorecido a valorização da terra, apesar destas pertencerem a área de assentamento. Já foi visto que existe um comércio informal dessas terras, a chegada de responsáveis pelo lote já capitalizados e com seu próprio gado e concentração de lotes por uma mesma família. Todos esses fatores podem ser exemplificados por meio dos relatos dos entrevistados:

“O café produziu pouco, se não mexer com gado não tem como viver”
(Responsável pelo lote – Vicinal Boa Esperança, 22/08/2011).

“Comprei o lote para aumentar o pasto” (Responsável pelo lote – Vicinal Matupiri, 28/03/2011).

“Aqui é bom porque em Rondônia era empregado. Aqui tem terra e trouxe o gado de Rondônia” (Responsável pelo lote – Vicinal Triunfo, 20/09/2011).

“Derrubei o cupuaçu e estou formando pasto” (Responsável pelo lote – Vicinal Matupí, 10/11/2010).

“Para ter mais terra vim para o Amazonas, mas trouxe o gado de Rondônia” (Responsável pelo lote – Vicinal Matupí, 09/11/2010).

Devido a dificuldade de comércio, flutuações de mercado para os produtos da agricultura e precariedade de infraestrutura, a pecuária extensiva tem sido fundamental para a sobrevivência de pequenos produtores, além das pastagens assumirem um valor significativo na venda da terra e um ativo de especulação imobiliária (Romeiro, 1999).

Observou-se que os primeiros beneficiários do INCRA receberam crédito para a agricultura, principalmente, para o café e cupuaçu, no entanto, essas culturas foram abandonadas em função de diversas dificuldades, dentre elas: produção, escoamento e a comercialização dos produtos, com destaque para fertilidade do solo, que na área do assentamento é baixa, com exceção de pequenas áreas de “terra preta de índio¹”; a distância do assentamento aos centros consumidores, como os municípios de Humaitá, Manicoré e Apuí; a precariedade, tanto das estradas vicinais quanto da rodovia Transamazônica – BR 230, tornando a agricultura uma atividade de subsistência para as famílias:

“Começamos a plantar arroz e milho, mas não deu nada. Tem que partir para outra coisa, então formamos pasto para alugar” (Responsável pelo lote, Vicinal Triunfo – 20/09/2011).

“Arroz, milho, não dá rendimento. É para o consumo. E o feijão não produz, a terra é fraca” (Responsável pelo lote, Vicinal Triunfo – 20/09/2011).

¹ Terra Preta de Índio refere-se à denominação regional na Amazônia para solos que apresentam os horizontes superficiais escuros, cuja origem é antrópica ocasionada pelo acúmulo de resíduos orgânicos e uso do fogo pela sua carbonização. São solos férteis com altos teores de fósforo, cálcio, zinco e manganês.

“Arroz para o consumo, não compensa vender” (Responsável pelo lote, Vicinal Triunfo – 20/09/2011).

“Tem época que é difícil, por causa da distância e quando a safra aumenta, falta estrada” (Responsável pelo lote, Vicinal Matupi – 08/11/2010).

Com relação à comercialização dos produtos agrícolas existem problemas para 33,1% dos responsáveis pelos lotes entrevistados, principalmente, pela distância de mais de 100km dos principais mercados consumidores, que são os municípios de Humaitá, Manicoré e Apuí, e pela falta de infraestrutura das estradas, que não são trafegáveis o ano todo, por causa do período das chuvas, de novembro a março. O crescimento populacional da “vila” do km 180 ainda não é suficiente para absorver a produção agrícola, o que não ocorre com os produtos relacionados com a pecuária, devido ao crescimento de estabelecimentos comerciais, como açougue e laticínio, e de compradores de gado de outras regiões. Todos esses fatores podem ser observados nas falas dos entrevistados a seguir:

“Produzi café e cupuaçu em 1996, mas não vendeu, não tinha mercado” (Responsável pelo lote, Vicinal Matupi, 08/11/2010).

“O preço da mandioca é muito barato” (Responsável pelo lote, Vicinal Boa Esperança, 22 /08/2011).

“Tem açougue que compra até três bois por dia” (Responsável pelo lote, Vicinal Boa Esperança, 22 /08/2011).

Por outro lado, 66,9% dos responsáveis pelos lotes entrevistados afirmaram não terem problemas para a comercialização dos produtos agropecuários e existem várias formas de comercializar esses produtos, com predomínio da venda direta (82,0%), ou seja, aquela realizada entre responsáveis pelos lotes e comerciantes da vila do km 180, como açougues, cerealistas, laticínio e compradores de gado de Apuí e Manaus.

Apesar do crescimento da pecuária e, também, do desenvolvimento de algumas culturas agrícolas voltadas para subsistência ou mesmo para a comercialização, 79,9% dos responsáveis pelos lotes afirmaram ter problemas para manter a sua produção, devido à falta de recursos, de investimentos, além

de problemas relativos à falta de correção do solo e até mesmo à proibição para fazer queimadas ou derrubadas, para que novas áreas dentro do limite do lote fossem incorporadas à produção.

Desta forma, para 74,4% dos responsáveis pelos lotes a origem do sustento de suas famílias ainda está no trabalho fora do lote, seja pelo próprio responsável do lote ou por outros membros da família, enquanto 25,6% têm seu sustento a partir das atividades econômicas desenvolvidas no próprio lote.

As atividades econômicas desenvolvidas fora do lote compreendem comércio na “rua”, ou seja, na “vila” do km 180 da Rodovia Transamazônica, trabalhos nas serrarias da vila e outros comércios, trabalhos para outros produtores agrícolas, como roçar pasto e fazer cercas e currais, e ainda auxílio do governo como o Bolsa Família. Esta questão reflete negativamente no objetivo de criação do assentamento, segundo a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra, pois, não tendo como se sustentar com o trabalho no lote, muitas famílias buscam outras alternativas.

O acesso ao crédito rural é uma forma de garantir a territorialização dos produtores rurais nos lotes. Dos entrevistados, 45% afirmaram ter recebido crédito rural como o PRONAF, PROCERA, crédito rural do Banco da Amazônia para agricultura e pecuária. Por outro lado, 55% dos responsáveis pelo lote afirmaram não ter recebido nenhuma forma de crédito rural. Como constatado nas respostas de alguns entrevistados a seguir, o não recebimento do crédito se justifica pela preocupação com o financiamento devido à incerteza de liquidar o crédito recebido, outros devido à falta dos próprios documentos ou do cônjuge, à falta de regularização do lote e, outros ainda, já vieram capitalizados de outros locais e, por isso, não se enquadram como possível beneficiário ao crédito:

“Já fui no INCRA de Humaitá tentar regularizar a terra, mas não deu solução. Faz três anos” (Responsável pelo lote, Vicinal Bela Vista- 02/06/2011).

“Não tenho documento” (Responsável pelo lote, Vicinal Maravilha - 23/08/2011).

“Neste terreno aqui não. Em outra área já peguei” (Responsável pelo lote, Vicinal Maravilha- 23/08/2011).

“Não tenho crédito rural, trouxe o gado de Rondônia” (Responsável pelo lote, Vicinal Triunfo - 20/09/2011).

“O CPF não estava cadastrado. Problemas com documentos, procurei, mas não consegui” (Responsável pelo lote, Vicinal Matupi - 09/11/2010).

A preparação da terra para a produção ainda é feita na forma de queima, derrubada e depois de algum tempo com a roçada para a manutenção das pastagens. Com este processo de fogo/derrubada os solos logo se esgotam e é preciso abrir novas áreas. Não existe o emprego de tecnologias para a conservação do solo, e muitos produtores desconhecem o uso de práticas conservacionistas², muito menos a utilização de insumo para correção do mesmo, sendo apenas “veneno” para tratar o capim, além de não existir assistência técnica que possa orientar os responsáveis pelo lote nessa prática.

Devido à condição natural dos solos no assentamento para o desenvolvimento de culturas perenes ou anuais faz-se necessária a utilização de maquinário para correção dos solos, além do emprego de técnicas mais adequadas.

No entanto, a utilização de equipamentos e máquinas está relacionada, muitas vezes com o poder aquisitivo das famílias para adquiri-los ou na forma de organização dos assentados, em cooperativas ou associações, onde estes equipamentos e máquinas são adquiridos e utilizados pelos associados. No PA Matupi, a associação dos assentados não é muito atuante e muitos responsáveis pelos lotes precisam do trabalho fora do lote para aumentar a sua renda familiar, o que muitas vezes inviabiliza a compra de tais equipamentos e máquinas para o preparo e correção do solo.

Além do acesso à terra, o desenvolvimento econômico das famílias em áreas de assentamentos rurais depende também do acesso à assistência técnica e extensão rural. No caso específico do assentamento Matupi, a assistência técnica pode permitir uma diversificação na atividade econômica, organização social e maior inserção no mercado consumidor.

A assistência técnica prestada pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) atende 47,9% dos entrevistados,

² Práticas conservacionistas visam a utilização sustentável do solo nas atividades agrícolas e pecuária.

realizando apenas distribuição de sementes, alguma forma de ajuda para transporte da produção, vacinação do gado, em projetos para obtenção de créditos ou quando o pequeno produtor se dirige ao escritório do IDAM, como pode ser verificado pelas falas dos responsáveis pelo lote:

“O IDAM levava a farinha para vender na vila sem cobrar” (Responsável pelo lote – Vicinal Triunfo, 20 /09 / 2011).

“O IDAM dá sementes” (Responsável pelo lote – Vicinal Matupi, 09 /11 / 2010).

Pode-se verificar que esses serviços não refletem a real necessidade das famílias que estão no lote, que seria, por exemplo, a correção dos solos para a agricultura, ou práticas mais sustentáveis, e que para 81,8% dos entrevistados a frequência da assistência técnica é irregular ou inexpressiva e somente 18,2% afirmaram que o IDAM visita seus lotes com frequência. Por esse motivo, a falta de assistência é apontada pelos responsáveis dos lotes como um dos problemas para o desenvolvimento da produção, como exemplificado a seguir:

“Falta assistência técnica, falta máquina, comercialização” (Responsável pelo lote – Vicinal Matupi, 08/11 / 2010).

“Falta assistência técnica. Nunca veio o INCRA aqui. O IBAMA já veio” (Responsável pelo lote – Vicinal Maravilha, 23/08 / 2011).

“Falta de assistência e outro tipo de lavoura que se adaptasse. A terra é fraca” (Responsável pelo lote – Vicinal Matupiri, 28/03 / 2011).

“O IDAM ajuda numa coisa ou outra, mas assistência técnica não deram não. Quando o café ficou doente levaram os galhos doentes, mas não deram resposta. O café e o cupuaçu “deu doença” e não soubemos resolver” (Responsável pelo lote – Vicinal Maravilha, 23/08 / 2011).

“Se tivesse assistência para corrigir a terra tudo dava” (Responsável pelo lote – Vicinal Nova Vida, 03/06 / 2011).

Para a concretização dos assentamentos rurais e dos desafios impostos pelo Estado são necessárias tanto políticas públicas de acesso à terra (políticas fundiárias) quanto políticas agrárias que objetivem melhorar as condições de vida da população (Ratke; Ratke, 2016). As políticas de apoio aos

assentados, como a implementação de infraestrutura e de serviços, créditos para a produção, assistência técnica, são medidas adicionais fundamentais para que a reforma agrária possa resultar efetivamente em justiça social ou em aumento da produtividade agrícola (Leite; Ávila, 2007).

Diante do exposto, as famílias que vivem no assentamento Matupi ainda necessitam de implantação de infraestrutura, assistência técnica, acesso ao crédito, acesso à educação e acesso ao mercado para que possam superar os desafios que se apresentam e assim possam permanecer no assentamento.

Considerações finais

No PA Matupi alguns fatores parecem contribuir, negativamente, para que o objetivo do projeto dentro do programa de reforma agrária seja atingido. Mesmo que o processo de sua criação, tenha sido por iniciativa do INCRA, não havendo nessa área, ocupação, nem luta por terra, uma vez que, a maioria das pessoas eram de outras regiões do país, as áreas distribuídas possuem solos pouco produtivos. Observa-se também que na região da fronteira agropecuária, existe apenas o avanço da pecuária, no entanto, não existe acesso ao mercado consumidor, principalmente, para produtos agrícolas, além da falta de infraestrutura da região.

A predominância da pecuária nos lotes é o principal fator econômico responsável pelo desmatamento, pois demanda cada vez mais áreas para sua prática e existe, na própria vila mais próxima, mercado consumidor para a produção desta atividade.

Além disso, problemas operacionais do INCRA, como a demora na oficialização dos títulos dos lotes e a falta de fiscalização, têm permitido a instalação de famílias e atividades que não estão em acordo com a reforma agrária. Esse contexto reflete a situação desfavorável institucional da reforma agrária no PA Matupi, na região amazônica e no nosso país.

A escala local do estudo foi muito importante para o entendimento da dinâmica social e econômica do assentamento, podendo contribuir para o planejamento de novos assentamentos na região, que visem ao desenvolvimento social, econômico e ambiental, principalmente, nas áreas de fronteiras agrícolas.

Referências

ALEIXO, D.N.S. **Mudança de beneficiários e formas de reocupação de lotes no assentamento Capelinha, Conceição de Macabu, RJ.** 2007. 211p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

CAMPARI, J.S. **Challenging the turnover hypothesis of Amazon deforestation: evidence from colonization projects in Brazil.** 2002. 330p. PhD. Dissertation, The Univesitu of Texas at Austin, 2002.

COCA, E. L. F. Debatendo o conceito de reforma agrária: considerações sobre os tipos de assentamentos rurais no Brasil. **Campo-Território: revista de geografia**, v. 8, n. 16, p. 170-197, 2013.

D'ANTONA, A.; VANWEY, L.; LUDEWIGS, T. Polarização da estrutura fundiária e mudanças no uso e na cobertura da terra na Amazônia. **Acta Amazônica**, Manaus, v. 41, n. 2, p. 223-232, abr./jun. 2011.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **O que condicionou a dinâmica das queimadas no estado do Mato Grosso?** 2008. Disponível em: <<http://www.qmdmt.cnpm.embrapa.br>>Acesso em: 26 abril 2011.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira.** 2008. 347 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"; Presidente Prudente, 2008.

INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. 2007. **Sistema de Informação de projetos de reforma agrária-SIPRA:** Relatório de Assentamentos no Amazonas. Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acesso em: 12 jul. 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Projeto Oficial de criação do Projeto de Assentamento Matupi.** 1990.119 p.

LEITE, S.P.; ÁVILA, R.V. **Um futuro para o campo: reforma agrária e desenvolvimento social**, Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2007, 176 p.

LE TOURNEAU, F.M.; BURSZTYN, M. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política

ambiental. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, vol. 13, n. 1, p. 111-130, jan./jun., 2010.

LUDEWIGS, T.; D'ANTONA, A. de O.; BRONDÍZIO, E.S. Agrarian structure and land-cover change along the lifespan of three colonization areas in the Brazilian Amazon. **World Development**, Oxford, v. 37, n. 8, p. 1348-1359, aug., 2009.

MELLO, P.F. Rotatividade em assentamentos rurais. **Raízes**, Campina Grande, v. 25, n. 1/ 2, p. 55-64, jan. 2006.

NAASE, K.M. Recursos naturais, espaço social e estratégias de vida em assentamentos da reforma agrária na Amazônia brasileira (Sudeste Paraense). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 5, n. 1, p. 79-102, jan./abr. 2010.

ROMEIRO, A.R. Meio ambiente e produção agropecuária na Amazônia. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 37, n. 1, p. 9-34, jan./mar., 1999.

Capítulo 13

NOTAS INICIAIS SOBRE “RIOS TRADICIONALMENTE OCUPADOS”: FORMAS DE USO E MANUTENÇÃO DOS SABERES DA PESCA NA AMAZÔNIA

Erlainy Joanna Souza de Paiva

Introdução

Pela diversidade de recursos naturais existentes na Amazônia é possível vislumbrar os mais variados debates focando seus rios, terras de várzea e florestas. Todavia, neste texto dar-se-á ênfase ao processo de ocupação dos rios da Amazônia por povos tradicionais, que ao exercerem as atividades pesqueiras, instigam a existência de “rios tradicionalmente ocupados”.

Nesta perspectiva, a base desta discussão está pautada na relevância de dialogar sobre a ocupação dos rios por pescadores comunitários, que ao exercerem suas atividades de trabalho (pesca) passam a ocupar determinadas áreas, o que, conseqüentemente, tem ocasionado a apropriação dos ambientes de pesca por estes sujeitos. Contudo, apesar de existirem várias modalidades de pesca, aqui a atenção estará voltada para a pesca de subsistência e comercial como meio de explicar o uso e ocupação do rio Solimões / Amazonas.

Em contrapartida, essas discussões surgiram na tentativa de afunilar o que já foi proposto em outros debates sobre “terras tradicionalmente ocupadas”, que possuem ampla visibilidade e análises no campo das pesquisas sociais. Assim, a proposta de diálogo sobre o tema “rios tradicionalmente ocupados”, aparece, ora oposto, ora complementar, ora “novo” ao que se entende sobre as ocupações de terras por povos tradicionais, pois, resumidamente é uma abordagem feita na perspectiva de discutir sobre “rio” e não “terra”.

Este enfoque não busca somente dialogar sobre a existência dos ambientes físicos de rio e terra. A abordagem pretendida aqui está pautada na interpretação simbólica, no qual a diferenciação entre rios e terras tradicionalmente ocupadas é feita através de elementos não somente físicos, mas, principalmente simbólicos.

Assim, nesta dualidade entre homem e água podem ser observadas as mais diversificadas simbologias criadas a partir do trabalho na pesca.

As pesquisas realizadas no período de 2015 e 2016¹ foram as bases para as reflexões e inquietações apresentadas neste texto, contudo, vale ressaltar que os dados das pesquisas realizadas no referido período não demonstram expressividade para responder o diálogo proposto aqui, pois as finalidades daquelas pesquisas buscavam responder outras indagações. Assim, serão apresentadas apenas algumas das inquietações e reflexões resultantes do primeiro contato com os estudos em comunidades tradicionais da Amazônia.

Trata-se apenas de um ensaio sobre os “rios tradicionalmente ocupados”. A perspectiva metodológica foi baseada no uso do método de pesquisa qualitativa, por meio de consultas às literaturas que trata histórica e geograficamente sobre o tema proposto neste texto. Foram necessárias leituras sobre as dinâmicas decorrentes do processo histórico que têm a atividade pesqueira como principal fonte econômica e social dos povos tradicionais da Amazônia. Neste sentido, foi feito levantamento bibliográfico para compreender o processo histórico sobre as primeiras ocupações das terras de várzea do rio Solimões/ Amazonas, o conceito das comunidades tradicionais da Amazônia, como estas comunidades tradicionais vivem e como mantêm seus saberes sobre as atividades de pesca, em suma, bibliografias que dialogassem sobre o uso e ocupação do rio no tocante as atividades de pesca.

De modo geral, buscamos apresentar reflexões preliminares sobre “rios tradicionalmente ocupados”, as formas de uso e as estratégias de manutenção dos saberes da pesca na Amazônia. Para tanto, realizamos um exercício teórico sobre a possível categoria de “rios tradicionalmente ocupados”; descrevendo as formas de uso dos rios por comunidades tradicionais, refletindo seus saberes tradicionais utilizados nas atividades pesqueiras.

¹ Estas reflexões surgiram após alguns trabalhos de campo realizados nas comunidades ribeirinhas “Terezina III, Araçari e Bom Futuro”, localizadas no Alto-Solimões/ Amazonas, durante o ano de 2015 e 2016 quando comecei minha jornada no mundo da pesquisa, através do Programa de Iniciação Científica – PAIC, com apoio da FAPEAM – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas.

Assim, a importância da pesquisa reflete o fato de que existem discursos teóricos sobre as “terras tradicionalmente ocupadas”, e que existem lacunas quanto às discussões voltadas aos “rios tradicionalmente ocupados”. Por isso, propomos nessa reflexão um diálogo sobre a existência dos rios Amazônicos que são tradicionalmente ocupados por pescadores, considerando a realidade vivida cotidianamente por estes atores, especificamente no rio Solimões/ Amazonas, onde a pesca de subsistência e comercial configura uma das principais atividades de trabalho dos pescadores ribeirinhos locais.

Primeiras ocupações das terras de várzea do Rio Solimões/ Amazonas

Os processos de ocupação da Amazônia mesclaram diferentes povos e culturas que, ao longo do tempo, foram consolidando o que hoje conhecemos como “povos tradicionais Amazônicos”. Por isto, deve-se esclarecer a representação da palavra “povos”, sob o sentido dado por Little (2006, p. 23), em que “[...] a opção pela palavra ‘povos’ (...) coloca esse conceito dentro dos debates sobre os direitos dos povos, onde se transforma num instrumento estratégico nas lutas por justiça social [...]”.

A utilização do termo “tradicional”, ainda na abordagem de Little (2006, p. 23) refere-se às “realidades fundiárias plenamente modernas (e, se quiser, pós-modernas), do século XXI”. O termo “tradicional” pode ser compreendido também como argumenta Shalins (1997, p. 31), que no tocante “as tradições culturais que se mantêm e se atualizam mediante uma dinâmica de constante transformação”. Nesse mesmo sentido, Dias (2012, p. 8) considerou “os povos amazônicos, notadamente os caboclos ou cabocos (como são denominados no estado do Amazonas), como inseridos na modernidade, uma vez que os mesmos são resultantes de processos históricos”.

Atualmente, os debates científicos versam sobre estes povos tradicionais, que habitam diversas partes do território brasileiro. Ao que tudo indica os povos tradicionais amazônicos aparecem, expressivamente, em debates científicos focalizando as “lutas por territórios”. Estas disputas territoriais são resultantes dos diversos conflitos ocorridos desde o processo de ocupação da Amazônia pelos portugueses, originados por diversos grupos sociais, que

sucessivamente desconstruíram a ideologia de pensamento da “Amazônia intocada”.

Com uma extensão total de aproximadamente 5.020.000km², a Amazônia brasileira, mas vista como Legal, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018)², atualmente corresponde à área dos estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), acrescida da totalidade do estado de Mato Grosso e dos municípios do estado do Maranhão, situados a oeste do meridiano 44º. Sua extensa área ocupa, basicamente, a metade do território brasileiro. A gigantesca floresta Amazônica, situada na Amazônia Legal, é destacada como um dos maiores ecossistemas do planeta, considerando, também, suas populações rurais residentes: caboclos, seringueiros, ribeirinhos, pescadores, índios, quilombolas, camponeses, etc. (Becker, 1998).

Na Amazônia Legal está localizada a maior bacia hidrográfica do Brasil e do mundo, reconhecida também pela ocupação de diversos povos e comunidades tradicionais, que possui um dos maiores rios de água doce do planeta, o “rio Amazonas”, que ao longo de sua extensão apresenta nomes distintos. Nas palavras de Melo (2012, p. 23):

A partir da fronteira com o Brasil, o rio Amazonas é chamado de Solimões e tem como afluentes da margem esquerda os rios que nascem nos Andes da Colômbia, o Putumayo-Içá e o Caqueta-Japurá. Na margem direita, os rios Javari, que limita a fronteira entre o Brasil e o Peru, Jutai, inserido em solo brasileiro, Juruá e Purus, com suas nascentes no Peru.

O rio Solimões/Amazonas e seus afluentes, lagos, paranás, furos e igapós apresentam em suas margens populações tradicionais que vivem e sobrevivem dos recursos naturais que a floresta, o rio e as terras de várzea oferecem, desenvolvendo atividades de caça, agricultura e pesca como meio de subsistência. Notadamente, as atividades desenvolvidas por essas comunidades, ao longo do rio Solimões/Amazonas, expressam o modo de vida tradicional que delinea os saberes transmitidos por gerações.

Os significados que o rio representa para estas comunidades locais perpassam o significado da própria existência, como bem retratou Murrieta (2000, p. 53), sobre a tamanha relevância dos

²Cf. <https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/amazonialegal.shtm?c=2>

produtivos ecossistemas de águas brancas das várzeas do Rio Amazonas, onde “a multiplicidade de habitats, forjada pelas dramáticas mudanças ocasionadas pelas cheias anuais, oferece uma das maiores diversidades ictiológicas do mundo”.

Dessa forma, é preciso compreender, antes de tudo, a origem da ocupação populacional na Amazônia e os processos que desencadearam as ocupações das terras de várzea no rio Solimões/Amazonas. Muitas hipóteses tentam explicar a presença humana na Amazônia, mediante os vestígios encontrados. E como uma das várias explicações para estes acontecimentos, eis que surgem várias teorias, desde as mais fantasiosas, até as mais filosóficas e religiosas, como a retratada pelo historiador Souza (1994, p. 21), “as primeiras ocupações foram feitas após a viagem de navegantes fenícios, hebreus e árabes com espírito de marinheiros aventureiros”.

A hipótese reinterpretada por Souza (1994), no livro “Breve história da Amazônia”, a teoria do teólogo espanhol Arius Monatanus em 1571, afirma que “a colonização da Amazônia surgiu após os descendentes de Noé receberem a herança do ‘Novo mundo’, ao passo que, Ophis ficou com o Peru e Jobal com o Brasil, dando início as primeiras ocupações” (1994, p. 23). Outros autores sustentam a ideia de que a Amazônia foi alcançada pela expedição chinesa comandada pelo monge budista Hui Cheng, em 499 d.C. e por isso os aspectos físicos orientais dos índios (Souza, 1994, p. 52). Existe também a hipótese de que “os índios eram descendentes das dez tribos perdidas quando os assírios atacaram Israel em 721 a.C.” (Souza, 1994, p. 59).

Dentre estas e outras teorias existentes, a mais aceita hoje, explica que:

Para a presença do homem no ‘Novo Mundo’, a teoria mais aceita é a de que o homem surgiu primeiro na Ásia e, como a geologia mostra que o continente americano já se encontrava em sua forma atual quando a humanidade apareceu, pode-se aceitar a hipótese de que migrantes atravessaram o estreito de Behring, há 24.000 anos, ocupando e colonizando as Américas. Algumas dessas levas de migrantes asiáticos, ou seus descendentes, acabaram chegando ao vale do rio Amazonas. É provável que essas primeiras levas de migrantes cruzaram a grande floresta por volta de 15.000 anos atrás, dando início a colonização da Amazônia” (Souza, 1994, p. 11).

Esta teoria tornou-se a mais aceita entre os estudiosos por apresentar alguns vestígios capazes de explicar a colonização da Amazônia, pois, por meio dos registros arqueológicos:

[...] não resta dúvida, contudo, de que povos andinos e amazônicos mantiveram, por milênios, intensas relações, que ocorriam em uma área de montanha situada entre 500 e 2000 metros acima do nível do mar e cujos eixos de deslocamento eram, em geral, rios que ligavam as serras às áreas mais baixas de floresta. Por meio dessas relações, os povos andinos procuravam obter produtos de outros pisos ecológicos, situados em área tropical. São vários os registros arqueológicos da presença desses povos nas áreas de montanha, desde períodos pré-incaicos. Mas foi durante o império inca que tais relações se tornaram mais intensas. No entanto, os incas nunca lograram estabelecer domínio sobre povos amazônicos, nos moldes em que estabeleceram na serra (Costa, 2009, p. 5).

Dentre os artefatos dos registros arqueológicos deixados nos locais conhecidos como “terra preta indígena”, foi possível saber que estas populações desenvolviam, principalmente, agricultura de subsistência, dando origem a cultura singular dos povos amazônicos, pois, “é muito provável que essas sociedades baseassem suas economias na plantação de raízes como a mandioca, que já era cultivada desde pelo menos 5.000 a.C.” (Souza, 1994, p. 14).

No decorrer deste processo, estas populações começaram a desenvolver formas de trabalhos organizados. Na organização das atividades de trabalho, “as mulheres se encarregavam dos trabalhos agrícolas, cuidavam do preparo da alimentação e habitavam casas coletivas” (Souza, 1994, p. 18). Quanto aos homens, “eram responsáveis pela caça, guerra, pelas atividades religiosas e viviam em habitações masculinas” (Souza, 1994, p. 20). Assim, deste modo, podemos compreender que as primeiras populações da Amazônia possuem organização social que perpassa séculos de existência, transformando-os em povos singulares de cultura ímpar.

Após vários processos de mestiçagem foram surgindo outros povos, que passaram a ocupar as margens dos rios e deram origem a outro tipo de povoação, conhecidas atualmente como populações ribeirinhas. O conhecimento das populações ribeirinhas da Amazônia começou, como em muitos descobrimentos, com um mito, o das Amazonas Americanas e das fabulosas terras de Omágua e El Dorado (Cunha, 1992, p. 10). A existência de grupos de populações ribeirinhas pôde ser notada,

principalmente, pela ocupação das margens do rio Amazonas, as conhecidas “terras de várzea” que, no conceito apresentado por Cunha (1992, p. 15) são conhecidas como “a região sujeita, parcial ou totalmente, às inundações anuais e o seu solo é constituído de sedimentos quaternários depositados anualmente pelo rio”.

Nessas terras de várzea, que recebem anualmente o fenômeno das enchentes dos rios, as realizações de trabalhos coletivos nas comunidades existem, na maioria das vezes, para “dar conta” do curto prazo das atividades agrícolas, como também, para duplicar a quantidade de produtos colhidos ou pescados. As atividades coletivas são feitas, em grande parte, com a união de “vizinhos”, compadres, amigos e parentes. De acordo com Fraxe (2000, p. 47), “a força de trabalho necessário para mover a agricultura e a pesca é complementada pelos braços dos camponeses vizinhos. As práticas de ajuda mútua aparecem, seja sob a forma de mutirão, seja sob a troca de dia ou parceria-meia”.

Sob o olhar destas práticas desenvolvidas, Diegues (2007, p. 104), destacou que:

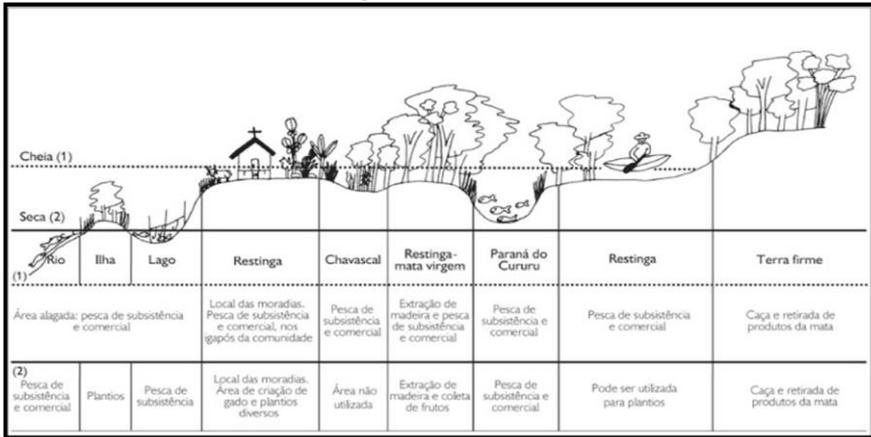
A unidade familiar e/ou de vizinhança é também uma característica importante no modo de vida dessas populações que produzem para sua subsistência e para o mercado. O conhecimento aprofundado sobre os ciclos naturais e a oralidade na transmissão desse conhecimento são características importantes na definição dessa cultura.

Na caracterização destas populações interagindo com a natureza, Diegues (2007, p. 110), ressaltou ainda que:

Uma das características básicas dessas populações é o fato de viverem em áreas rurais onde a dependência do mundo natural, de seus ciclos e de seus produtos é fundamental para a produção e reprodução de seu modo de vida. Uma grande parte delas vive à beira dos rios, lagos, igarapés e à beira-mar.

Notadamente, estas populações habitam áreas próximas as águas, o que nos remete a idealizar que este recurso natural é uma das principais formas de sobrevivência e significação para estas comunidades, que buscam apoderar-se de territórios regidos pelos ciclos das águas, como mostra o perfil na Figura 01.

**Figura 1- Comunidade ribeirinha e os ciclos das águas do rio.
Perfil ambiental de uma comunidade, representando o
ambiente nos regimes de seca e cheia do rio**



Fonte: <http://www.scielo.br/img/revistas/bgoeldi/v5n3/03f02.jpg>

Extraído de: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. 2010.

Na Figura 01 podemos observar que o ambiente que rodeia o local de habitação dos ribeirinhos possui uma série de particularidades, pois, o mesmo local sofre mudanças de acordo com cada ciclo do rio, possibilitando a dupla utilização do lugar de acordo com o período de cheia e a vazante (seca).

Sob este fato, o rio influencia na dinâmica vivida cotidianamente por estes ribeirinhos, oferecendo o tempo certo de plantar e de colher nas terras de várzea. Também indica a época e o melhor período para pescar no lago, ou seja, o período de vazante que também proporciona terras férteis para o plantio. Na época da enchente os ribeirinhos compreendem que se deve subir o assoalho das casas. Carinhosamente, o ambiente é modelado e remodelado anualmente.

A noção de território é uma das características mais importantes que marcam esses grupos tradicionais:

O território, ocupado durante gerações, não é definido somente pela extensão territorial e os recursos naturais nele existente, mas também pelos símbolos que representam a ocupação de longa data, como os cemitérios, as roças antigas, os caminhos e também os mitos e lendas (Diegues, 2007, p. 93).

Portanto, os significados simbólicos criados por estas populações representam os saberes e interações com a natureza, recriado entre estes indivíduos. Mediante as relações de trabalho em que se inserem estas comunidades ribeirinhas, bem como no seu contexto territorial, ambiental e simbólico, podemos notar que são as relações sociais (re)criadas entre estes povos que tornam a Amazônia um ambiente singular ao que se traduz em riqueza étnica e cultural.

O que são “terras tradicionalmente ocupadas”?

Para Almeida (2004), o conceito de “terras tradicionalmente ocupadas” é uma expressão de figura jurídica, que tem uma força distintiva com relação as terras e memoriais, por quanto há uma ruptura com a própria ideia de datação, mas, essa expressão não é uma categoria acionada censitariamente. Quer dizer, não é uma categoria que nos possibilite instrumentos e saberes práticos para se entender a estrutura agrária.

Este conceito traduz-se nos movimentos dos diversos grupos sociais e suas relações com a natureza, suas lutas pela posse da terra, o que conseqüentemente é entendido como a luta por territórios. A ocupação destas terras e territórios dar-se-á pelas populações indígenas conhecidas por ainda utilizarem seus saberes “tradicionais” em seus modos de vida que embora:

O fato de o governo ter incorporado a expressão “populações tradicionais” na legislação competente nos aparatos burocrático-administrativos, tendo inclusive criado, em 1992, o Centro Nacional de Populações Tradicionais, no âmbito do Ibama, não significa exatamente um acatamento absoluto das reivindicações encaminhadas por estes movimentos sociais, não significando, portanto, uma resolução dos conflitos e tensões em torno daquelas formas intrínsecas de apropriação e de uso comum dos recursos naturais, que abrangem extensas áreas na região amazônica, no semiárido nordestino e no planalto meridional do País (Almeida, 2004, p. 56).

Em decorrência disto podemos observar que os direitos dos povos tradicionais não estão totalmente assegurados, como garante as disposições da Constituição Federal de 1988, pois, ainda existem lutas por estes povos em busca de seus direitos pela posse da terra. Os motivos que incitam estes sujeitos sociais a lutarem por suas terras baseiam-se na inexistência de demarcação territorial, que, notadamente, deveriam ser realizadas

pelo Estado, levando em consideração que estes territórios inicialmente pertencem à União, como salientou Badin (2006, p. 104):

As terras indígenas são bens de titularidade da União, que tem o dever constitucional de demarcá-las administrativamente. Trata-se de uma propriedade vinculada (ou reservada) à plena garantia dos direitos das comunidades indígenas. É o que está claramente prescrito no caput do artigo 231 e no inciso XI do artigo 20.

Ademais, no processo de demarcação e reconhecimento das terras indígenas, é necessário seguir alguns requisitos constitucionais para a definição de “terras tradicionalmente ocupadas”, aos quais Badin (2006, p. 123), classificou estes fatores em:

Quadro 01 – Requisitos constitucionais para terras tradicionalmente ocupadas.

Requisitos constitucionais

❖ Definição de terra tradicionalmente ocupada pelos índios segundo a norma do § 1º do artigo 231 da Constituição Federal, quatro fatores devem ser considerados para que uma terra seja reconhecida como tradicionalmente ocupada pelos índios:

- a) **Fator temporal** (permanência da ocupação) - via de regra, as terras onde se localizam suas aldeias ou malocas devem ser habitadas em caráter permanente;
- b) **Fator econômico** - as terras devem ser utilizadas para suas atividades produtivas; são os locais necessários à subsistência e produção econômica (como campos de caça, pesca, coleta e cultivo, por exemplo);
- c) **Fator ecológico** - as terras devem ser imprescindíveis à preservação dos recursos naturais necessários a seu bem-estar;
- d) **Fator cultural e demográfico** - as terras devem ser necessárias à sua reprodução física e cultural (manifestações culturais da comunidade, cemitérios, locais religiosos e destinados a práticas rituais), bem como a outras atividades próprias a sua organização social e econômica.

Fonte: Badin (2006, p. 125).

Estes requisitos apresentam as relações dos povos indígenas com seu habitat natural, representados pela expressividade dos costumes, tradições e uso da natureza, o que conseqüentemente tem tornado estes povos os donos de suas terras. Por isto, cabe a União demarcar as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, seguindo estes critérios burocráticos.

Ainda segundo Badin (2006, p. 122), com quem concordo, o “tradicionalmente” é advérbio de modo e de tempo, “mais de modo do que de tempo, é bem verdade, mas não desprovido daquela dimensão temporal que é própria da ideia de tradição: o legado cultural que se transmite entre gerações”. Ou seja, trata-se da terra como parte da herança cultural de um povo, transmitida dos pais para os filhos. O que se apresenta aqui, primeiramente, remete ao que podemos compreender sobre estes povos, que, ao fazerem uso e ocupação de suas terras buscam reconhecimento do Estado, sob seu povo, suas origens e sua cultura, para então, poderem ser reconhecidos como “povos tradicionais”.

Quanto a abordagem feita por Almeida (2004, p. 12), sobre as “terras tradicionalmente ocupadas”, que expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza, outro ponto importante aparece sob as legislações que instituem as terras habitadas por estes povos tradicionais, como sabe-se que:

[...] as terras indígenas são definidas como bens da União e destinam-se à posse permanente dos índios, evidenciando uma situação de tutela e distinguindo-se, portanto, das terras das comunidades remanescentes de quilombos, que são reconhecidas na Constituição de 1988 como de propriedade definitiva dos quilombolas. Não obstante esta distinção relativa à “dominialidade”, pode-se afirmar que ambas são consideradas juridicamente como “terras tradicionalmente ocupadas” seja no texto constitucional ou nos dispositivos infraconstitucionais e enfrentam na sua efetivação e reconhecimento obstáculos similares (Almeida, 2004, p. 10).

No processo de ocupação das terras por estes povos existe um aparato significativo ao que se traduz nas relações dos saberes e cuidados com a terra, que é dotado de significados e representações para estes povos tradicionais. Assim, a apropriação das terras é feita por diversos fatores, que consequentemente passou a exigir a legalização por parte do Estado para tentar minimizar os conflitos pelo uso e apropriação das terras.

Pela existência da categoria de “povos indígenas”, que ora apresentam semelhanças quanto ao modo de vida, e ora apresentam diferenças aos “pescadores ribeirinhos”, podemos fazer uma breve aproximação entre estes dois grupos quanto as áreas habitadas, as atividades de trabalho fundamentadas no

contato com a natureza, a utilização dos ambientes fluviais, em suma, as atividades que norteiam a vida destes povos.

Contudo, vale lembrar que tanto os indígenas, quanto os pescadores, compõem os grupos reconhecidos como “povos e comunidades tradicionais”, pois, “são grupos que têm sua vida ligada ao meio ambiente e dele vivem e tiram seu sustento, mantendo as espécies que compõem a biodiversidade” (Perucchi; Souza, 2015, p. 59-60), e têm seus direitos legais reconhecidos pelo Estado brasileiro.

Assim, de modo incipiente, poderemos pensar na construção da categoria de análise de “rios tradicionalmente ocupados”, onde o objeto de análise apresenta-se nas relações entre os pescadores e os territórios pesqueiros, tendo em vista as inúmeras particularidades no processo de desenvolvimento das atividades de pesca, destacando seu modo de vida, que, notadamente, são regidos pelos ciclos anuais das águas dos rios. Reconhecemos, porém, como ponto de partida, os povos tradicionais indígenas, que aparecem como atores principais na categoria de “terras tradicionalmente ocupadas”, tendo como objeto de análise as ocupações das terras por estes povos.

Os “pescadores ribeirinhos”, neste contexto, apresentam singularidades no desenvolvimento das atividades pesqueiras, o que possibilita considerar estas populações como tradicionais, por apresentarem diversos adjetivos natos que transcendem seus modos de vida, caracterizando adaptabilidade ao sistema sazonal do rio, às atividades agrícolas e pesqueiras na maioria das vezes realizadas em grupos, o contato com a natureza, a cultura de subsistência retirada das águas dos rios, terras de várzea e florestas.

Reflexões sobre “rios tradicionalmente ocupados”

As atividades de trabalho, as relações sociais, o modo de vida singular, o conhecimento empírico do ecossistema local, etc., que são desenvolvidos por comunidades ribeirinhas ao longo do rio Solimões/Amazonas proporcionam, de certo modo, a apropriação dos ambientes em que são exercidas tais atividades, sejam em “terra” ou “água”. As apropriações das águas, especificamente dos “rios”, bem como nas apropriações por terra, incitam a existência de conflitos por posse dos territórios, no caso territórios pesqueiros.

As apropriações dos espaços aquáticos a partir das atividades de pesca realizadas em rios, lagos, igapós, paranás, afluentes, etc., acontecem na maioria das vezes pela demarcação dos ambientes utilizados, de forma que a posse destes locais acontece após a demarcação feita pela simbologia e significado de alguns itens presentes na natureza, localizados nas águas ou nas margens dos rios, ao que acrescenta Henrique (2004, p. 66):

Se a vertente abstrata do simbólico - a transcendência, o divino, a espiritualidade, mas também a ciência, incluindo aqui os sistemas de ideias, de pensamentos, de representações, de crenças - percorre de forma invisível todos os marcadores, é a vertente da materialização que permite a manipulação, tornando visível e palpável os sinais identificadores dos territórios e conseqüentemente o conflito entre povos.

Na maioria das vezes, os elementos de demarcação dos territórios pesqueiros aparecem de forma simbólica, o que tem proporcionado diversos conflitos, principalmente entre pescadores de subsistência e pescadores comerciais, justamente pela falta de sinalização dos limites dos territórios, tendo em vista que os símbolos presentes na natureza que delimitam as áreas de pesca são reconhecidos somente entre os pescadores locais de subsistência, ao passo que os pescadores comerciais adentram áreas que são restritas por não reconhecerem tais demarcações.

Estes conflitos acontecem, principalmente, nas áreas fechadas, por exemplo, os “lagos comunitários”¹, que passam a ser “propriedade” das comunidades que o utilizam e assim determinam as especificidades do seu uso. Os rios, diferentemente, por ser reconhecido como área de livre acesso, possui outra dinâmica, como está expressa na lei Nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que normatiza a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), dos quais destaca-se o Art. 1º, parágrafo I e VI:

¹ Os lagos localizados na comunidade ou próximos a ela, através dos processos de territorialização, são reconhecidos pelos ribeirinhos como “lagos comunitários”, pela representatividade de pertencer somente aos moradores de tal comunidade.

Quadro 02 – Lei Nº 9.433, 8 de janeiro de 1997, da Política Nacional de Recursos Hídricos.

<p style="text-align: center;">CAPÍTULO I DOS FUNDAMENTOS</p> <p>Art. 1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:</p> <p><u>I - a água é um bem de domínio público;</u></p> <p>II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;</p> <p>III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;</p> <p>IV - a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;</p> <p>V - a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;</p> <p><u>VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.</u></p>

Fonte: MMA, disponível em:
<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=370>.

De acordo com a presente lei Nº 9.433/1997, que normatiza a PNRH, pode-se notar que as águas são bens públicos e de livre acesso, porém, a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. Para tanto nos leva a compreender que existem sim, restrições e normas que são criadas entre o poder público e os usuários das comunidades na gestão dos recursos hídricos, o que conseqüentemente, tem possibilitado a restrição do acesso aos recursos hídricos aos usuários externos e às comunidades tradicionais.

Assim, por meio destes enlaces pode-se observar que as questões de apropriação dos ambientes aquáticos vão além da mera utilização destes espaços, o que possibilita a compreensão de que os mecanismos utilizados pelo Estado apresentam, de forma singela, o uso dos ambientes aquáticos sem privação, quando este se refere a água como bens públicos, porém, existe a exceção quanto ao tocante às águas que adentram áreas de comunidades ribeirinhas.

Formas de uso dos rios por comunidades tradicionais

Em princípio, torna-se necessário a compreensão de “comunidades tradicionais amazônicas” para absorver a diversidade de informações em que estão contidas estas populações, assim, de modo abrangente e conciso podemos compreender mediante das palavras de Toledo (2001, p. 47), que:

Existem mais de 300 milhões de pessoas pertencentes a povos e comunidades tradicionais vivendo em 75 dos 184 países do mundo, ocupando praticamente cada um dos principais biomas do planeta. Eles são também chamados de autóctones, minorias ou primeiras nações, dependendo dos critérios de definição. Eles apresentam todos ou parte dos seguintes critérios: (a) são descendentes dos primeiros habitantes de territórios que foram conquistados durante os descobrimentos; (b) são povos dos ecossistemas, tais como agricultores, pastores, caçadores, extrativistas, pescadores e ou artesãos que adotam uma estratégia multiuso na apropriação da natureza; (c) praticam formas de produção rural de pequena escala e intensiva em trabalho, produzindo pequenos excedentes, apresentando necessidades satisfeitas com reduzida utilização de energia; (d) não dispõem de instituições políticas centralizadas, organizam suas vidas a nível comunitário, tomando decisões em base de consenso; (e) compartilham língua, religião, crenças, vestimenta e outros indicadores de identificação assim como uma relação estreita com seu território; (f) apresentam uma visão de mundo específica consistindo de uma atitude de proteção e não materialista em sua relação com a terra e os recursos naturais baseada num intercâmbio simbólico com o mundo natural; (g) são dependentes de uma sociedade e cultura hegemônicas e (h) identificam-se como povos e comunidades tradicionais.

As características grifadas nas alíneas **b**, **c** e **h**, estão presentes na maioria das comunidades ao longo do rio Solimões/Amazonas possibilitando a identificação destas comunidades como tradicionais a partir das características citadas. Complementar a isto, a luz do decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, Art. 3º, Parágrafo I, compreendemos: “Povos e Comunidades Tradicionais” - grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Neste sentido, entende-se que as diretrizes que norteiam as “comunidades tradicionais” partem de diversas características étnicas, culturais, políticas ou sociais de dadas comunidades

relacionando-se com a natureza e, como estes povos se “reconhecem” entre si, tendo em vista que as comunidades tradicionais não podem, e não devem ser reconhecidas como antagônicas às sociedades modernas, como dizia Brandão (2012, p. 347):

Costumamos acreditar que em nossos contextos sociais e/ou teóricos a comunidade tradicional opõe-se a sociedades regionais mais modernas, mais amplas, mais diferenciadas; mais complexas, enfim. E foi justamente na vizinhança com este nome, sociedade complexa, que a sociedade tradicional parece ter surgido como um lugar social a ser “também” pesquisado. Em um primeiro momento a sociedade tradicional e/ou a comunidade tradicional não surgem para nós como opostas a sociedades modernas, a cidades, ao mundo urbano.

Desde as primeiras ocupações das terras de várzea do rio Amazonas, sabe-se que a agricultura, a caça e a pesca são as principais fontes de trabalho e subsistência das comunidades tradicionais. As atividades de trabalho estão, em grande parte, regidas pelos ciclos das águas dos rios, onde as terras de várzea são utilizadas para a agricultura em épocas nas quais os níveis das águas estão baixos. Os rios como locais certos para a retirada do principal item da dieta alimentar destas populações e a caça como complemento ou alternativa quando há escassez de pescados.

Uma das principais e reconhecidas atividades de trabalho das comunidades tradicionais refere-se as “atividades pesqueiras”, que para a LEI Nº 11.959, de 29 de junho de 2009, Capítulo III, Seção II, Art. 4º faz referência: “A atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros”. Assim, atividade pesqueira compreende não somente as atividades de trabalho realizadas por pescadores, mas de forma geral, são todos os processos realizados na pesca.

A pesca, entretanto, ao longo do século XX vem sofrendo diversas modificações envolvendo os pescadores, o ambiente de captura e as técnicas utilizadas na captura do pescado. Dentre as diversas modalidades, a pesca comercial artesanal “é uma das primeiras atividades econômicas da Amazônia colonial, sendo que os colonizadores portugueses utilizavam o pescado como moeda de pagamento e troca no século XVII” (Furtado, 1993, p. 99).

Já a pesca comercial “iniciou de forma mais intensiva com a exploração do peixe-boi, posteriormente o pirarucu. Esta teve sua intensificação a partir da demanda de pescado para os centros urbanos, particularmente para a Manaus da Zona Franca” (Furtado, 1993, p. 101). Nesse contexto, o desenvolvimento do setor pesqueiro na Amazônia deve-se especialmente ao aumento da pesca comercial na região. Além de outros fatores, o aumento da demanda de pescados para os centros urbanos próximos fez com que a pesca na Amazônia tomasse o caráter comercial.

Deste modo, a pesca como atividade constituinte da vida dos grupos sociais locais possui dicotomia de finalidades, pois além de suprir a necessidade de subsistência, a pesca passou a ter finalidade comercial. Nesse sentido, a pesca na Amazônia consentiu na criação de territorialidades sociais², segundo Rapozo (2010, p. 70):

[...] a demarcação dos espaços sociais da pesca comercial e de subsistência entre os agentes envolvidos tem criado/recriado conflitos sociais pelo acesso aos recursos pesqueiros e (re)configurado as relações de trabalho na atividade pesqueira. Neste sentido, a demarcação dos espaços de pesca é uma maneira de “proteger” os locais utilizados nas atividades pesqueiras, visando a “apropriação” do local para que não surjam futuros conflitos pelo acesso as áreas.

A constituição de territorialidades sociais da pesca surge por meio da realização de atividades pesqueiras em determinada porção de território, e as políticas pesqueiras estão voltadas a regular ou promover as atividades pesqueiras, para que haja controle/monitoramento/normatização tanto das práticas pesqueiras quanto dos recursos extraídos. As demarcações territoriais são feitas como um meio de apropriação da área de uso, para evitar que “pessoas de fora” passem a usá-la ou apropriar-se.

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *térreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem haver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo

² A disputa de espaços não somente territoriais, através de demarcações não só físicas, mas também simbólicas, de determinadas comunidades, compreendem as dimensões constitutivas do modo de pensar as relações sociais que direcionam o cotidiano local e, sobretudo, que delimitam, demarcam, instituem e configuram a relação entre as comunidades, através de seus laços sociais.

– especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam aliados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas o tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação (Haesbaert, 2007, p. 20).

Os territórios utilizados pelos pescadores no momento de suas pescarias são apropriados de modo que, somente eles que vivem nas comunidades locais e utilizam as áreas destinadas à pesca (lago fechado, por exemplo) tem permissão para pescar. “Em uma concepção ampla, o território pode ser considerado como uma porção do Espaço Geográfico da qual algum agente se apropria e exerce o domínio, através de acordos ou de coerções” (Cardoso, 2010, p. 201).

Assim, a explicação de territórios segue esse contexto utilizado pelo autor, em que é feita mediante apropriações de determinadas áreas, ao que Rapozo e Witkoski (2009, p. 211) acrescentam, “embora não haja demarcações de uso específicas ou amparadas por leis, não significa que não há códigos de controle e conduta no uso dos recursos por meio de um grupo específico de comunidades”.

Ao pensarmos em território, logo nos vem a palavra “terra”. Eis que surge a pergunta, como a definição de território pode ser utilizada para definir os limites legítimos de uma porção de água? Como meio de explicar estas questões:

A territorialidade, no nosso ponto de vista, não é apenas “algo abstrato”, num sentido que muitas vezes se reduz ao caráter de abstração analítica, epistemológica. Ela é também uma dimensão imaterial no sentido ontológico de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado” (Haesbaert, 2007, p. 22).

Assim, podemos compreender que as delimitações existentes nos territórios aquáticos/fluvial partem do pressuposto cultural a que se refere o autor, de modo que, estes territórios são demarcados de acordo com a simbolização representativa para determinadas comunidades tradicionais. A esse respeito, Cruz (2007) afirma que “os territórios de pesca têm como pontos de

referências elementos naturais presentes na água ou na terra como uma árvore, por exemplo, não havendo assim, a alteração do espaço” (*apud* Nascimento, 2015, p. 14).

Portanto, dentre os diversos arranjos culturais, simbólicos, territoriais, étnicos e políticos em que se inserem as comunidades tradicionais ao longo do rio Solimões/Amazonas, podemos compreender que as atividades pesqueiras não só constituem saberes sobre a pesca, como também, delineiam a existência destes povos que ocupam as margens dos rios e sobrevivem basicamente dos recursos retirados da natureza. As relações sociais criadas por estes habitantes das terras de várzea consolidam as relações de vizinhança, amizade e parentesco que se multiplicam e consolidam-se durante as atividades pesqueiras.

Considerações

Dentre as diversidades de fauna e flora que caracterizam o bioma amazônico como o maior do mundo, as atividades e relações de trabalho dos povos e comunidades tradicionais que vivem e sobrevivem ao longo do maior rio de água doce do mundo, o rio Amazonas, constituem uma sociodiversidade de saberes e práticas que tornaram a pesca como a atividade que rege a vida dos povos que habitam as terras de várzea.

As atividades pesqueiras, desenvolvidas por comunidades tradicionais, proporcionam processos de territorialização de determinadas áreas onde as pescarias são realizadas, e que, portanto, tem originado uma série de conflitos pelo uso destas áreas. Os rios, através de seus territórios manifestamente simbólicos, não apresentam demarcações “visíveis” (placas, cercados), iguais às delimitações feitas em terra, o que conseqüentemente tem proporcionado conflitos nas áreas de livre acesso, necessitando, na maioria das vezes, da participação do Estado como mediador e legislador destes conflitos.

Nestas reflexões, portanto, podemos compreender que existem comunidades tradicionais que desenvolvem seus modos de vida regidos pelos ciclos das águas, cheia e seca, criando e recriando relações sociais, apropriando-se dos ambientes de pesca e realizando processos de territorialização ao se apropriarem dos territórios de pesca. Por meio destas reflexões é possível compreender sob essas notas introdutórias que existem “rios tradicionalmente ocupados” regidos por singularidades

presentes nas relações entre comunidades tradicionais, os territórios e as atividades de pesca.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **R. B. ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS**, V. 6, N. 1 / MAIO 2004. http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flg0563/1s2015/102-172-2-PB.pdf . Acessado em 10/ 08/ 2017.

ALMEIDA, Alfredo Wagner de. Antropólogo da Universidade Federal Fluminense. Conceito de terras tradicionalmente ocupadas (**PALESTRA- SEMINÁRIO SOBRE QUESTÕES INDÍGENAS**). Disponível em: http://mestrado.direito.ufg.br/up/14/o/TERRAS_TRADICIONALMENTE_OCUPADAS_ALFREDO_WAGNER_BERNO_DE_ALMEIDA.pdf?1497272497 . Acessado em 10/08/2017.

BADIN, Luiz Armando. Sobre o conceito constitucional de terra indígena. Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça. **Arquivos do Ministério da Justiça**, Brasília, Ano 51, número 190, jul./dez. 2006.

BECKER, Berta K. **Amazônia**. Ática. São Paulo, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A comunidade tradicional**. [2012]. <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/a%20comunidade%20trad160.pdf> . Acessado em 23.08.2017.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Territórios pesqueiros: conflitos e possibilidades para a gestão da pesca**. FFLCH - USP. São Paulo, 2010.

COSTA, Kelerson Semerene. Apontamentos sobre a formação histórica da Amazônia: uma abordagem continental. Séries estudos e ensaios – ciências sociais, **FLACSO** – Brasil, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

BRASIL. Decreto Nº **6.040. DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos**. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acessado em 23.08.2017.

DIAS, Monica Nazaré Picanço. Saberes tradicionais dos povos amazônicos e meio ambiente: a complexidade da proteção

jurídica. **Revista Eletrônica Direito e Política**. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.7, n.3, 3º quadrimestre de 2012. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791 .

DIEGUES, Antônio Carlos. **I Encontro Internacional: Governança da Água**. PROCAM/NUPAUB-USP. São Paulo, 2007

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Homens Anfíbios: Etnografia de um campesinato das águas**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica**. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém: 1993.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate**. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2007.

HENRIQUE, Isabel Castro. A materialidade do simbólico: marcadores territoriais, marcadores identitários angolanos (1880-1950). **TEXTOS DE HISTÓRIA**, vol. 12, nº 1/2, 2004. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/viewFile/6023/4982> acessado em 21- 08- 2017.

BRASIL. **LEI Nº 11.959, DE 29 DE JUNHO DE 2009** . Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm. Acessado em 22.08.2017.

BRASIL. **LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997**. - "Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989." - Data da legislação: 08/01/1997 - Publicação DOU, de 09/01/1997. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=370> acessado em 22.08.2017.

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horiz. antropol.** vol.12 no. 25 Porto Alegre Jan./June 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000100005 . acessado em 11.09.2017.

MELO, Edileuza Carlos de. **Fatores de controle dos fluxos fluviais de material em suspensão em diferentes cenários climáticos na bacia do rio Solimões**. 2012. Tese (Doutorado em Clima e Ambiente) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 2012.

MURRIETA, Rui Sérgio S. A mística do Pirarucu: pesca, ethos e paisagem em comunidades rurais do baixo Amazonas. **Horiz. antropol.** vol.7, n.16 Porto Alegre, 2001. Universidade de São Paulo – Brasil. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-7183200100020> acessado em 04.08.2017, às 8h22min.

NASCIMENTO, Dilson Gomes. A terra/água e o homem na várzea da Amazônia: uma interpretação da vida ribeirinha. **Sociedade e Território**, Natal, vol. 27. Edição Especial I – XXII ENGA. p. 5-19, set. 2015.

PERUCCHI, Loyvana Carolina; SOUZA, Gabriela Coelho-de-(Orgs.). **Cartilha do Pescador Artesanal: Etnoecologia, Direitos e Territórios na Bacia do Rio Tramandaí**. Ed. Via Sapiens, Maquiné, 2015.

RAPOZO, Pedro Henrique Coelho. **Territórios sociais da pesca no Rio Solimões: usos e formas de apropriação comum dos recursos pesqueiros em áreas de livre acesso**. 2010. 272 f. Dissertação (Mestre em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

RAPOZO, Pedro Henrique Coelho. WITKOSKI, Antonio Carlos. **Territorialidades e Conflitos: O mundo do trabalho da pesca em comunidades de várzea no Amazonas**. Grupo de Trabalho: GT23 - Sociedade e Ambiente, (2009).

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte I). **Mana** 3(1): 41-73, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2455.pdf>>. Acessado em 12.09.2017.

SOUZA, Márcio. **Breve história da Amazônia**. São Paulo: marco zero, 1994.

TOLEDO, Victor M. Povos / Comunidades Tradicionais e a Biodiversidade. Instituto de Ecologia, UNAM, México. Tradução: Prof. Antonio Diegues. In: Levin, S. *et al.*, (eds.) **Encyclopedia of Biodiversity**. Academic Press (2001).

Capítulo 14

AS LEIS DA FOME NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GUAPORÉ (RONDÔNIA): O PESCADOR ARTESANAL EXISTE, PRODUZ E RESISTE.

Tânia Olinda Lima
Eliane Silva Leite
Clodoaldo de Oliveira Freitas
Ana Paula da Silva Bertão

Introdução

As populações tradicionais amazônicas compreendendo a conjuntura decorrente do efeito sinérgico das múltiplas ações antrópicas em suas vidas têm construído, de forma participativa, arranjos ou processos de lutas e resistências frente a ação do Estado, quando se coloca as comunidades em situações de vulnerabilidade social. Tais experiências têm servido de base para apoiar a construção de políticas públicas que promovam a gestão e manejo sustentável dos recursos pesqueiros, situação que envolve as comunidades de pescadores artesanais.

Todavia, a atividade pesqueira artesanal vive um momento de redefinição de suas lutas, em função dos problemas socioambientais decorrentes do modelo econômico capitaneado pelo próprio Estado e porque, na prática, as ações, recursos e políticas estruturadoras não conseguem verdadeiramente chegar aos pescadores artesanais.

Dessa forma, é importante destacar que associado à conjuntura de crise ambiental, econômica, política, cultural e social, a atividade pesqueira também está em um momento de desordenamento, influenciando nos estoques pesqueiros comerciais e na cadeia trófica, prevalecendo nos processos de sustentabilidade da pesca artesanal (Lima; Ferreira, 2017).

Somada as fragilidades impulsionadas pelo governo que promove políticas públicas e legislações que nem sempre contribuem com o desenvolvimento social das comunidades de pescadores artesanais, o presente artigo analisa a Lei Estadual n°

2.508/2011, que limita a atividade pesqueira na bacia hidrográfica do Rio Guaporé e tem prejudicado inúmeras famílias que sobrevivem desta atividade na região do Vale do Guaporé, no estado de Rondônia, fronteira do Brasil com a Bolívia.

Devido esses conflitos políticos, sociais, culturais e, principalmente, econômicos, a Bacia Hidrográfica do Rio Guaporé tem se transformado em um palco de disputa territorial, de modo que os pescadores artesanais resistem e lutam para garantir seu espaço de vivência.

Para o desenvolvimento deste trabalho os procedimentos metodológicos adotados foram embasados na revisão bibliográfica, na análise de documentos públicos e legislação atinente ao tema, por meio de documentos disponíveis na plataforma da Assembleia Legislativa de Rondônia, relatórios e atas do Governo do Estado e da Fepearo³, assim como, trabalhos de campo realizados por grupos de pesquisa da Universidade Federal de Rondônia, Campus de Presidente Médici.

Constituição das Colônias de Pescadores Artesanais no Brasil: projeto civilizatório aos sabores da modernidade

No intuito de superar no século XIX a situação de miséria, a Marinha brasileira concebeu alguns planos, e um deles, tinha como diretriz principal a nacionalização da pesca, com o controle de toda região costeira do país (Callou, 1994; Diegues, 1995; Ramalho, 1999), buscando, com isso, angariar destaque no centro do Poder Federal.

Para tanto, a nacionalização da pesca passou a ser justificada, de um lado, por fatores econômicos, uma vez que o não desenvolvimento industrial do setor pesqueiro conduziu inúmeras vezes o governo a adotar políticas de importação de pescado para satisfazer as necessidades da nossa crescente população nos centros mais urbanizados (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Salvador), e de outro, por questões nacionalistas, de acordo com duas vertentes: a primeira tinha por meta retirar do controle dos pescadores estrangeiros a força que tinham em âmbito nacional, obrigando-os, “principalmente portugueses (poveiros)” (Paiva, 2004, p. 53), e em

³ Federação de pescadores artesanais e aqüicultores do Estado de Rondônia, fundada em 30 de maio de 2010.

menor medida, espanhóis (Diegues, 1995), no mínimo, a naturalizarem-se e a segunda era a defesa da costa, que se intensificou após a eclosão da I Guerra Mundial (1914-1917), cujos conflitos navais tiveram importância decisiva. Acima de tudo, “a Guerra revelara o quanto a costa brasileira estava militarmente desprotegida” (Callou, 2007, p. 85).

Definida a estratégia de atuação, coube ao Comandante da Marinha, Frederico Villar – idealizador da política – percorrer a costa brasileira, de 1919 a 1924, a bordo da Missão do Cruzador José Bonifácio, reunindo e organizando os pescadores, com o intuito de formar as colônias de pesca, consideradas, a partir desse instante, “entidades dos pescadores”. Esse comandante entendia que a organização dos pescadores para a formação, das colônias, seria um ponto de apoio decisivo para a atuação e o controle do Estado sobre as regiões costeiras. Nesse sentido, o surgimento dessa entidade era, antes de qualquer coisa, um importante espaço de realização das políticas da Marinha (Ramalho, 2012).

Segundo essa visão, vê-se que a colônia se resumia a um ponto de apoio para a ação social, administrativa e militar do Governo e da República. Mas, para que isso fosse possível, seria fundamental que os pescadores fossem transformados para serem aproveitados como reserva naval, Villar (1945, p. 45), destaca que:

Instruída e saneada, essa gente, com seus barcos, representará para a Marinha e para a Nação uma preciosa reserva, de fácil mobilização para a defesa naval, além de constituir viveiro magnífico de hábeis marinheiros e uma considerável fonte de múltiplas atividades, interessantíssimas para o país (Villar, 1945, p. 45).

Sem dúvida, o comandante acreditava que isso era um projeto civilizatório capaz de tirar da ignorância homens dedicados à faina do mar, já que, como ele mesmo afirmou “transformamos a Missão do Cruzador ‘José Bonifácio’ em uma Grande Cruzada, cuja projeção antevíamos para o futuro do Brasil” (Villar, 1945, p. 43), que seria a de trazer os pescadores e seus familiares aos interesses do Estado, disciplinando, inclusive, sua força de trabalho. Por isso, “instruída e saneada” a população de pescadores estaria – sob essa ótica societária – à altura dos desafios nacionais, a saber, o propósito era o de levar cultura aos incultos, civilizar a ralé incivilizada aos sabores da modernidade. Essa era a “grande cruzada” postulada por Frederico Villar, pois

“quem são, em todo o Brasil, os pescadores? São homens inteiramente alheios às conquistas da civilização e do trabalho” (Villar, 1945, p. 46), e para “curá-los” desse mal era fundamental subordiná-los às instituições da ordem, à organização capitalista do trabalho, mantendo-os, também, como “reserva para as necessidades flutuantes da exploração capitalista” (Marx, 1982, p. 558).

Em 1941, foi elaborado um estatuto para as colônias, que mantinha sua subordinação à Federação Estadual dos Pescadores, à Confederação Geral dos Pescadores Brasileiros e à Divisão de Caça e Pesca – DCP, e as tipificavam como Sociedade Civil, facultando à Confederação intervir em suas diretorias. Essa constante elaboração de leis e códigos clarificou o teor manipulador e de controle sociopolítico imposto pelo poder público às pessoas que se dedicavam ao trabalho da pesca artesanal. Ademais, com a eclosão da II Guerra Mundial (1939 a 1945), as colônias mantiveram seu caráter de ponto de apoio do Estado e os pescadores sua função de reserva naval militar (Callou, 1994; 2007; Ramalho, 1999), enquanto alvo central.

Com a Constituição Federal de 1988 os pescadores obtiveram alguns avanços, vide o caso da equiparação das Colônias como sindicatos, ainda que de fato esse processo só se concretizasse em 2008. Sem dúvida foi através da mobilização desses trabalhadores que seus direitos foram sendo conquistados, ainda que passados muitos anos.

Quando da aprovação da atual Constituição, em 1988, foram assegurados alguns avanços para as organizações dos pescadores artesanais. A organização social de representação da categoria teve seus direitos sociais elevados à igualdade dos sindicatos de trabalhadores rurais. A partir daí abre-se o direito das colônias de pescadores para elaborarem seus próprios estatutos, ajustando-os à realidade local. O artigo 8º, da Constituição Federal, trata exclusivamente de questões comuns às colônias e aos sindicatos de trabalhadores rurais. Dietz destaca que no referido artigo em seu inciso I:

A lei não poderá exigir autorização do Estado para fundação de sindicato, apenas o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical. Porém, somente no ano de 2008 foi regulamentado o artigo 8º da Constituinte, através da Lei nº 11.699/2008, que dispõe sobre as colônias, Federação e Confederação, elevando estas a pé de igualdade com os sindicatos (Dietz, 2011, p. 26-27).

Assim, o reconhecimento jurídico da pesca artesanal e das próprias políticas públicas à atividade é uma temática bem recente. Prova disto é a nova Lei da Pesca e Aquicultura de nº 11.959/2009, que é vigente até hoje e revogou o Código de Pesca de 1967. No que tange à pesca, foi através desta Lei que se ampliou o entendimento e reconhecimento da pesca artesanal, considerando os pescadores artesanais e seus beneficiários.

Por isso, para muitos autores, foi a partir de então que houve a regulamentação jurídica da atividade, de maneira a reconhecer, legalmente, a pesca artesanal, ainda que sejam cometidas várias críticas aos termos e definições desta atividade nesta Lei, até mesmo pela heterogeneidade com que a pesca artesanal litorânea e continental acontece no país. Sem dúvida também não podemos deixar de reconhecer que foi um importante avanço (Azevedo, 2012), sobretudo devido ao longo período de uma não definição jurídica do setor artesanal em relação a última Lei criada ainda no período militar (mudança que se iniciou em 2003 e foi ratificada com a nova Lei da Pesca em 2009).

A pesca artesanal em Rondônia e na Região do Vale do Guaporé

Segundo a *Food and Agriculture Organization* – FAO (2010), as capturas mundiais da pesca (marinhas e continentais) se mantiveram estáveis nos últimos anos em 96 milhões de toneladas, sendo que a produção da pesca continental alcançou 20,8 milhões de toneladas. O estado da pesca e aquicultura mundial da FAO (2010), já confirmava que os pescados se encontravam superexplorados, esgotados e em recuperação por conta do aumento da atividade pesqueira. Desde 2007 os números mostravam que 52% das populações pesqueiras se encontravam plenamente exploradas, com capturas próximas a seus limites máximos de sustentabilidade.

A pesca artesanal, apesar de ser uma atividade que tem contribuído, historicamente, com o desenvolvimento socioeconômico dos países que de alguma forma possuem capacidade de desenvolvê-la, de ser responsável por 53% da produção pesqueira mundial, destaca-se pela capacidade de fomentar trabalho – envolveu 34,2 milhões de pessoas na atividade pesqueira – (FAO, 2010), produzir alimentos proteicos com baixo teor de gordura, contribuir com a segurança alimentar e

gerar renda para as populações envolvidas com todo processo produtivo. Com destaque, o contingente que vive em situação de pobreza, mas de uma forma geral é uma atividade marginalizada pelas políticas públicas globais e locais.

Ao contrário da tendência mundial de estabilização da pesca, no Brasil, segundo o Boletim da Pesca do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA (2012), a produção pesqueira (marítima e continental) vem aumentando, chegando a mais de 785 mil toneladas/ano, das quais 536,5 mil toneladas foram oriundas da captura marinha (42,4% do total de pescado) e quase 249 mil toneladas decorrentes das águas continentais (19,7% do total de pescado).

Com relação à produção continental por espécie, os recursos que apresentaram os maiores volumes de desembarque em 2010 foram: o Curimatã *Prochilodus nigricans* (Spix e Agassiz, 1829), 28.432 toneladas (t), a Piramutaba *Brachyplatystoma vaillanti* (Valenciennes, 1840), 24.607t, o Jaraqui *Semaprochilodus* 16.435t, a Pescada 14.967t, a Dourada *Brachyplatystoma flavicans* (Lichtenstein, 1819), 14.379t e o Pacu *Piaractus mesopotamicus* (Holmberg, 1887), 11.042 toneladas. Estas seis espécies representaram 44,1% da produção pesqueira continental do país (MPA, 2012).

O pescado oriundo da pesca extrativista é fruto do trabalho de mais de 850 mil pescadores profissionais artesanais das comunidades litorâneas e ribeirinhas, que sustentam suas famílias e geram renda para o país, trabalhando na atividade, contribuindo com a economia local e nacional (Silva, 2013).

A FAO (2010) estima um aumento do consumo mundial de pescado para 2022, dos atuais 17kg/habitante/ano para 22,5kg/habitante/ano, o que representa um aumento de mais de 100 milhões de toneladas/ano. No Brasil, embora o consumo médio de pescado seja de apenas 7kg/habitante/ano, a demanda nos supermercados tem crescido 15% nos últimos três anos.

Em função da grande disponibilidade, o peixe é, tradicionalmente, o principal alimento das comunidades amazônicas, fazendo com que a pesca se caracterize como uma das atividades de maior expressão socioeconômica (Diegues, 1996). O Sebrae/AM (2009) apresenta um consumo per capita/ano na Amazônia de 60kg de peixe, bem acima da média de consumo mundial apontado pela FAO (2010), que são de 17kg per capita/ano.

De uma forma geral, a Região Norte lidera o cenário da pesca extrativa continental, segundo dados do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA, 2012), sendo responsável por 55,7% da produção pesqueira de água doce brasileira, a qual foi fortemente impulsionada pelos estados do Amazonas, com 70.896 toneladas e do Pará, com 50.949 toneladas, que somados, respondem por, praticamente, a metade da produção pesqueira continental do Brasil, ou seja, 49% do total capturado.

O saldo estatístico da produção de pescado extrativo nacional em 2010, por região e unidade da federação, evidencia que das quase 249 mil toneladas produzidas no Brasil, a Região Norte congrega mais 138 mil toneladas, com os estados perfazendo os seguintes números: Amazonas 70.896 toneladas (t), Pará 50.949t, Amapá 9.854,6t, Rondônia 2.889t, Acre 1.904,2t, Tocantins 1.836,9t e Roraima 396,9t (MPA, 2012).

A atividade pesqueira, em particular a artesanal, fornece alimento e emprego para muitas populações humanas, especialmente nos países tropicais e em desenvolvimento (Almeida *et al.*, 2006). Desta forma é de grande importância registrar a atividade pesqueira e quem desenvolve e sobrevive dela, como os pescadores artesanais profissionais, que geram renda, circulam a economia local, produzem e compartilham, através das gerações, saberes e conhecimentos sobre a natureza e todo o ecossistema em que vivem e sobrevivem para sustentar suas famílias.

A pesca artesanal é o ato de capturar peixes ou outros animais aquáticos nos rios, lagos ou nos mares com propósitos comerciais ou de subsistência. A relação do homem com os peixes é tão antiga quanto a história. Sem ainda ter desenvolvido as formas tradicionais de cultivo da terra e criação de animais, as sociedades primitivas praticamente dependiam da pesca como fonte de alimentos (Moreira, 2010).

A primeira colônia de pescadores criada em Rondônia foi a Z-1 em Porto Velho, no ano de 1954, e em 1985 se fundou a Federação dos Pescadores do Estado de Rondônia – Fepearo. Na época, a situação da economia pesqueira era caracterizada com: barcos pequenos, deficiência na comercialização do peixe, pois a venda era *in natura*, para intermediários ou nas feiras, o gelo era produzido em barra e a maioria caseira. Neste período surgiu o seguro defeso que garante a sobrevivência do pescador no

período que se fecha a pesca, para a reprodução das espécies, de 15 de novembro a 15 de março (Freitas, 2015).

A letra “Z” no nome da colônia representa a zona de atuação dos pescadores no estado e o número representa a ordem cronológica de criação. As principais espécies da região são basicamente exploradas pela pesca artesanal organizada nas 15 colônias de pescadores, sendo elas: Z-1 de Porto Velho, Z-2 de Guajará Mirim, Z-3 de Pimenteiras D’Oeste, Z-4 de Costa Marques, Z-5 de Machadinho D’Oeste, Z-6 de Candeias do Jamari, Z-7 de Itapuã do Oeste, Z-8 de Ariquemes, Z-9 de Ji-Paraná, Z-10 de São Francisco do Guaporé, Z-11 de Cabixi, Z-12 de Presidente Médici, Z-13 de Nova Mamoré, Z-14 Pimenta Bueno e Z-15 Jaru. Tem-se, ainda, a Cooperativa de Produção de Pescado do Estado de Rondônia – Cooppesca, que juntamente com a Fepearo estão envolvidas na construção de espaços coletivos de discussão, buscando a efetivação de políticas públicas para a pesca artesanal (Freitas, 2012).

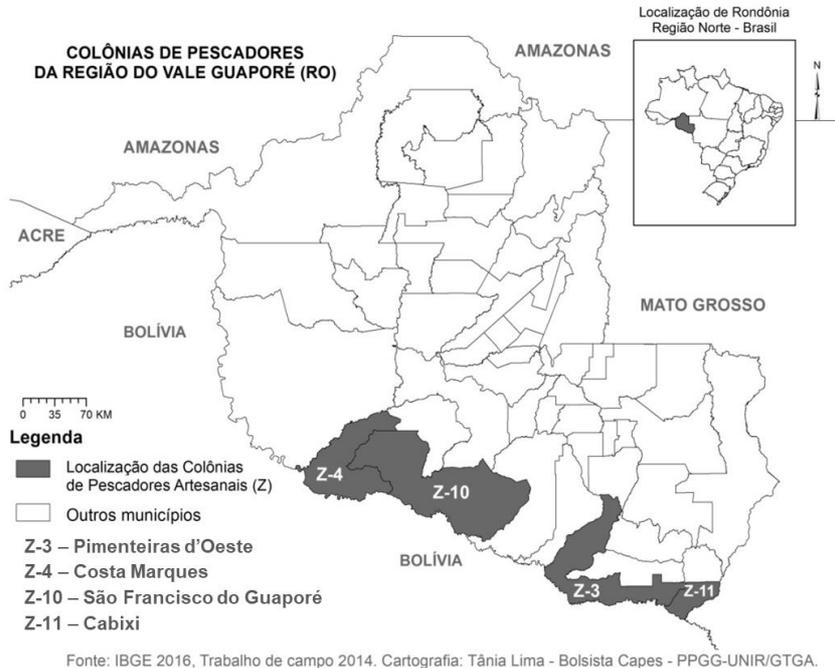
Segundo o MPA (2012), a produção pesqueira e aquícola superou as 14 mil toneladas, com a pesca artesanal perfazendo mais de 4.000 toneladas. De acordo com a Fepearo (2012), a pesca extrativista soma mais de 6 mil pescadores, congregados nas 15 colônias.

A pesca artesanal no estado de Rondônia incide em variadas espécies de peixes que compõem a complexa ictiofauna da região amazônica, com destaque para as espécies: curimatã *Prochilodus lineatus* (Agassiz, 1829), jaraqui *Semaprojchilodus theraponura* (Fouler, 1906), *Piaractus mesopotamicus* (Holmberg, 1887), conhecido como pacu, temos ainda a dourada *Brachyplatystoma rousseauxii* (Castelnau, 1887) e jatuarana *Brycon cephalus* (Günther, 1869), enfatizando este último como endêmico da região, e enriquecendo a ictiofauna local.

Cabe destacar que o estado de Rondônia apresentou uma redução no ano de 2010, em relação aos números de 2009, da ordem de 19,8% da produção de pescado oriundo da pesca extrativista. Parece evidente que as escassas políticas públicas focadas para a pesca artesanal têm sido tímidas. Quanto ao atendimento aos pescadores amazônicos, observamos o efeito sinérgico de múltiplos fatores: a geografia, a concentração dos investimentos para o sul e sudeste, as estratégias de comunicação e difusão têm sido pouco efetivas, o desconhecimento das culturas locais, o não reconhecimento da importância socioeconômica da

atividade, o não entendimento como prioritário dos investimentos em educação e profissionalização para o setor, dentre outros (Silva *et al.*, 2013).

Figura 1: Localização das Colônias de pescadores da Região do Vale do Guaporé – RO.



Para tanto, neste texto destacamos as Colônias Z-3, Z-4, Z-10 e Z-11 situadas na Região do Vale do Guaporé (Figura 1):

- **Colônia de Pescadores Artesanais Z-3 Pimenteiras d'Oeste:** Fundada em 20 de maio de 1985, conta com uma fábrica de gelo e uma sede em boas condições para as reuniões do seu quadro de associados e outros eventos. Segundo dados obtidos com a diretoria da colônia, atualmente existem 83 associados ativos.
- **Colônia de Pescadores Artesanais Z-4 Costa Marques:** Fundada no ano de 1987, contém 190 associados entre pescadores e quilombolas. O município conta com duas comunidades: Santa Fé (comunidade quilombola) e a comunidade do Forte Príncipe da Beira (pescadores quilombolas), ambas com sócios na Colônia de Pescadores de Costa Marques Z-4.

- **Colônia de Pescadores Artesanais Z-10 São Francisco do Guaporé:** Atualmente a Colônia conta com aproximadamente 90 associados. Os pescadores cadastrados são das mais diversas pluralidades culturais, desde afrodescendentes, seringueiros, indígenas, ribeirinhos, bolivianos e outros, que vivem da atividade pesqueira e enriquece o Vale do Guaporé com seus costumes e saberes populares.
- **Colônia de Pescadores Artesanais Z-11 Cabixi:** Fundada em 17 de abril de 2009, conta com 44 associados. Na região a renda também é complementada pela produção agropecuária e agricultura familiar. A Colônia de Pescadores Z-11 busca atuar em ações sociais, ambientais, capacitação e no apoio à comercialização dos pescados e na promoção de novas técnicas de pesca, além de captar financiamentos para seus associados.

Portanto, todos os associados das Colônias estão sujeitos à legislação pesqueira vigente na região do Vale do Guaporé, dentre estas, a com maior impacto sobre a vida dos pescadores artesanais é a Lei nº 2.508, de 06 de julho de 2011. Silva *et al.* (2012) apresenta o seguinte comentário:

Sobre a Legislação pesqueira do Guaporé-RO que diz como solução deveria ser vetada a lei, pois foi realizada sem respaldo de pesquisa científica e sem discussão com a sociedade, sancionada pela Lei 2.508, de 06 de julho de 2011, que dispõe sobre a proibição da pesca profissional na bacia hidrográfica do Rio Guaporé e estabelece diretrizes da Política Estadual de Ordenamento do setor Pesqueiro, determinando a cota de 70 kg/semana por pescador (Silva *et al.*, 2012, p. 5).

Para algumas espécies seria necessário realizar uma pesquisa voltada para as áreas e épocas de reprodução, pois foram relatados por pescadores da região guaporeana que existem épocas de reprodução diferentes para cada espécie, portanto o ideal seria se basear nas condições locais de cada bacia em particular, identificando assim a época do defeso para cada espécie (Leite *et al.*, 2013).

Bacia Hidrográfica do Rio Guaporé: espaço dos conflitos de pesca na região

A hidrografia de Rondônia é formada pelo rio Madeira e seus afluentes, fazendo parte da bacia Amazônica, a maior bacia hidrográfica do planeta, sendo o Amazonas o principal rio. O Vale do Guaporé-Mamoré é uma grande planície assimétrica, formada por sedimentações recentes, com terrenos alagadiços, com

altitude média entre 100 a 200 metros. De acordo com Oliveira, a Bacia do Guaporé tem a seguinte descrição:

O rio Guaporé nasce na região Noroeste do estado de Mato Grosso, adota o sentido norte e no percurso, que se inicia logo abaixo da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade (Ex-capital da capitania de Mato Grosso) até a sua foz no rio Mamoré, ele faz fronteira entre o Brasil e República da Bolívia. [Os principais afluentes do Rio Guaporé na margem direita brasileira são:] Rios Galera, Sararé, Piolinho e Guaritirê em Mato Grosso, e os Rios Cabixi, Corumbiara, Verde, Mequéns, Massaco, Branco, São Miguel, São Domingo e Cautário no território rondoniense" (Oliveira, 2004, p. 156).

A construção do Forte Príncipe da Beira na margem direita do Guaporé, em 1776, com o objetivo de proteger a fronteira brasileira, contribuiu para a formação de um povoado, atual município de Costa Marques, tendo a pesca como uma das principais fontes de subsistência.

A riqueza da ictiofauna da região amazônica tem muitas espécies ainda desconhecidas e pode alcançar oito mil espécies. Apesar do grande número de espécies, têm-se poucos estudos sobre a grande maioria e não se tem de fato ideia do estoque pesqueiro da região (Barthem; Fabr , 2004).

O Vale do Guaporé forma ecossistemas inundáveis, semelhantes ao pantanal, entremeados por canais e lagos. Região de alta concentra o biológica protegida pelos Parques Estaduais de Guajará Mirim, Serra dos Reis e Corumbiara, Reservas Extrativistas, pela Reserva Biológica do Guaporé e, em território boliviano, pelo Parque Nacional Noel Kempf Mercado, uma das maiores unidades de conserva o das Américas, com 1,6 milhões de hectares. Integrante do Corredor Ecológico Binacional Guaporé-Mamoré-Itenez, o Parque   reconhecido internacionalmente por sua biodiversidade que atrai turistas interessados em avistar a fauna e flora exuberantes.   este trecho que tem grande potencial para a pesca esportiva.

As cheias, por exemplo, são a época certa para pescar a corvina (*Plagioscion squamosissimus*) e o apap  (*Pellona castelnaeana*). Durante a seca, chama aten o a abundância de tucunarés (*Cichla pleiozona*), nas baías e remansos do Rio Guaporé (Figura 2).

Figura 2: Rio Guaporé e o Presidente da Colônia Z-10, segurando um tucunaré (2014).



Fonte: Margi Moss, 2007; Bertão, 2014.

Este cenário pode ser considerado o espaço dos conflitos de pesca na região, pois é visitado por turistas, fazendeiros, pescadores amadores e esportistas, portanto, os pescadores profissionais artesanais⁴ acabam sofrendo com a pressão desses sujeitos sobre os estoques pesqueiros e acordos de pescas, sendo estes identificados pelos associados das Colônias como “clandestinos”. Venturato e Valencia (2009, p. 9) retratam que [...] “os clandestinos não se interessam em saber e atuar dentro das regras supra, praticam pescas predatórias [...] e não respeitando nenhum critério de preservação”.

A Lei da Fome: “a pesca se tornou uma escravidão branca”

As principais mudanças ocorridas na região do Vale do Guaporé ao longo dos anos foram: o desequilíbrio ambiental, com 46%, 62%, 29% e 11% em Pimenteiras, Cabixi, Costa Marques e São Francisco, o que aponta claramente algumas ações antrópicas, como desmatamento e avanço de atividades agrícolas, por exemplo, que interferem no equilíbrio do clima e diretamente na atividade pesqueira, proibições de locais de pesca com 29% em Costa Marques; pescaria predatória com 19% em Cabixi; proibição das tralhas com 21% em Pimenteiras; diminuição do estoque pesqueiro em São Francisco e Costa Marques, respectivamente com 32% e 23%, o que causa outras dificuldades como a diminuição da renda familiar, aumento do custo da pescaria,

⁴ Ver Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015, art. 2º, incisos I, III e V que define as categorias de inscrição do Registro de Pesca.

conflitos com pescadores de outras regiões ou até mesmo a diminuição da atividade; avanço do turismo com 21%, 17%, 15%, 30%, respectivamente em Pimenteiras, São Francisco, Costa Marques e Cabixi, que vem demonstrando um crescimento negativo para a região em algumas situações peculiares como a pesca predatória, não cumprimento da legislação pesqueira, poluição do ecossistema e conflitos pelo uso de áreas de pesca (Freitas *et al.*, 2016).

A “Lei da Fome”, assim conhecida pelos pescadores artesanais no Vale do Guaporé, a Lei Estadual nº 2.508/2011 limita a pesca na bacia hidrográfica do Rio Guaporé apenas para fins de renda familiar em até 70 quilos por semana, privilegiando a pesca desportiva (pesca e solta). No período de cinco anos houve sucessivas alterações na legislação referente a pesca nas Bacias Hidrográficas do Rio Guaporé (Quadro 1).

Quadro 1 – Leis Ordinárias que dispõem sobre a pesca na Bacia Hidrográfica do Rio Guaporé-RO.

NORMA	PUBLICAÇÃO	EMENTA
Lei Ordinária nº 1.729	24/04/2007	Dispõe sobre a proibição da pesca profissional nas Bacias Hidrográficas dos Rios Guaporé e Mamoré no Estado de Rondônia, e dá outras providências - ADIN 4085.
Lei Ordinária nº 1.802	08/11/2007	Acrescenta parágrafos ao artigo 3º da Lei nº 1.729, de 19 de abril de 2007, que trata da pesca profissional nas bacias hidrográficas dos Rios Guaporé e Mamoré.
Lei Ordinária nº 2.363	29/11/2010	Dispõe sobre a proibição da Pesca Profissional nas Bacias Hidrográficas dos Rios Guaporé e Mamoré no Estado de Rondônia e revoga as Leis nº 1.729 e nº 1.802, de 2007.
Lei Ordinária nº 37 Norma Jurídica vinculada a Lei Ordinária 2.508	29/03/2011	Dispõe sobre a proibição da Pesca Profissional na Bacia Hidrográfica do Rio Guaporé e estabelece diretrizes da Política Estadual de Ordenamento do Setor Pesqueiro.
Lei Ordinária nº 632	18/09/2012	Altera os artigos 2º e 4º, da Lei nº 2.508 que dispõe sobre a proibição da pesca profissional na Bacia Hidrográfica do Rio Guaporé e estabelece diretrizes da Política Estadual de Ordenamento do Setor Pesqueiro.

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, 2017.

Todavia, para a Advocacia Geral da União – AGU (2008) a Lei é inconstitucional. A AGU observou que somente na existência do vácuo legislativo federal sobre normas gerais de pesca é que o Estado poderia exercer competência legislativa plena, o que não é o caso. Destacou que esta Lei viola a liberdade de exercício profissional e o princípio do devido processo legal, por instituir restrições desproporcionais ao exercício da profissão de pescador.

A Lei reflete diretamente na segurança alimentar dos pescadores artesanais, pois sua renda mensal⁵ é advinda da atividade pesqueira. Pesquisas realizadas pelo Programa Peixe-Vivo⁶ (2015) mostram que 60% dos pescadores associados à Colônia de São Francisco detêm menos de um salário mínimo por mês. Já em Pimenteirias 53% dos pescadores sobrevivem com um salário mínimo. Uma das causas dessa renda ter se comportado desta maneira está associado à quantidade de captura “em quilos de pescado” por pescador, ou seja, a “cota” atrelada às áreas restritas a pesca como as fazendas e reservas ambientais e ações antrópicas, como desmatamentos, queimadas, avanço de atividades agrícolas, pecuárias que diminuem ou afugentam os estoques pesqueiros, desta forma atingem diretamente na renda dos pescadores, isto, demonstra o real perfil econômico da categoria artesanal da região. Os pescadores artesanais de Costa Marques (24%) e Cabixi (65%) recebem entre dois e três salários mínimos, todavia, é importante destacar que os associados a estas Colônias possuem uma renda adicional vinculada à agricultura familiar.

A Lei Estadual nº 2.508/2011 já expõe em seu art. 1º que fica proibida a pesca profissional na bacia hidrográfica do Rio Guaporé, seus lagos e afluentes, no trecho compreendido desde a foz do Rio Cabixi até a foz do Rio São Miguel. É alegado que esta medida é para a preservação e proteção da biota aquática, fauna ictiológica, flora aquática e equilíbrio ecológico. Em seu art. 3º menciona que será tolerada apenas a pesca de subsistência, pesca esportiva/turística (pesca e solta) e a pesca amadora de captura, estabelecendo algumas normas específicas para tais atividades. Portanto, ao analisar esses artigos percebe-se que esta Lei quer retirar do pescador artesanal a possibilidade de

⁵ O Decreto 7.655/2011 estabelece o valor mensal de R\$622,00 de salário mínimo – período de vigência 01.01.2012.

⁶ Financiadores do Programa MPA/UNIR/FEPEARO/FETAGRO.

comercializar o pescado, sendo que esta é a principal base de renda destas famílias.

Diante disso, percebe-se que a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE deu uma clara resposta aos pescadores, demonstrando claramente sua condição política quando aprovou a referida Lei e derrubou o veto do governador para fechar a pesca e retirar os apetrechos. Há uma omissão sobre a venda de lotes na margem do rio, sendo irregular por dois fatos: pertencer a área de fronteira e pertencer a área de preservação permanente, segundo a lei ambiental brasileira. Nestes terrenos são construídas mansões com a instalação de portos rio adentro, depredando as matas ciliares e promovendo o turismo predatório. Os órgãos de repressão inibem os pescadores e fazem “vista grossa” aos proprietários dessas infraestruturas (Freitas, 2015).

O perfil socioeconômico dos pescadores artesanais da região do Vale do Guaporé está associado, em parte, ao seu grau de instrução, visto que muitos optam pela atividade pesqueira pelo fato de não conferir limites de idade e/ou escolaridade para seus praticantes (Ceregato; Petrere Jr., 2003). Aproximadamente 71,05% dos pescadores da Colônia Z-11 possuem apenas o ensino fundamental incompleto (Freitas *et al.*, 2013), na Z-10 correspondem a 87%, na Z-3 a 28% e na Z-4 a 67% (Bertão *et al.*, 2014). O baixo nível de escolaridade entre os pescadores os vincula ainda mais à atividade de pesca. Isto ocorre, provavelmente, devido à falta de qualificação para o exercício de outras atividades mais bem remuneradas (Cardoso, 2005).

Por isso, pode-se perceber que esta Lei é casuística, isto é, atende interesse de grupos econômicos e políticos que adquiriram fazendas na região e estão acumulando capital com o turismo ecológico e a prática do “pesque e solte”. Em audiências públicas (Figura 3), realizadas com a participação dos pescadores artesanais, ficou acordado a continuação da Lei Estadual nº 2.363/2010, que estabelece uma cota de pesca semanal bastante superior da que vigora na Lei Estadual nº 2.508/2011, sendo: 400 quilogramas por pescador profissional artesanal contra os 70 quilogramas atuais, todavia, não está sendo cumprido o previsto nas audiências públicas, entre outras disposições.

Figura 3: Audiência pública realizada no município de Pimenteiras d'Oeste.



Fonte: Autores da pesquisa, 2012.

A audiência pública realizada em 2012, que teve como tema “Fiscalização e gestão compartilhada da atividade pesqueira artesanal na região abrangida pela Colônia Z-3 de Pimenteiras d'Oeste/RO”, contou com a presença da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Ambiental – Sedam, da Central Força Sindical, da Fepearo, representante da Superintendência da Pesca e Aquicultura de Rondônia, representante da Força Nacional, agente representante da Polícia Federal e da Presidente da Colônia Z-3 de Pimenteiras. Nesta audiência foram feitas denúncias quanto ao abuso de poder dos agentes fiscalizadores, destacando-se a fala do pescador P.R. (2012), associado da Colônia de pescadores Z-3:

“eu estava parado numa ilha no meio do Rio Guaporé que se diz ser internacional chegou um grupo de fiscalização Bolívia e Brasil tudo dentro da mesma embarcação brasileira, segundo o D. nós tava parado no lado da Bolívia, ai eu pergunto por que se nós tava do lado boliviano por que os fiscais bolivianos não prenderam a gente, se nós para do lado do Brasil por que o Sr. D. não prendeu a gente ali, por que ele queria que a gente parasse na base boliviana do lado da Bolívia se nós samo brasileiro pagamos nossos impostos, estamos com as documentações dos barcos em dia com a Marinha e ai no outro dia que o Sr. D. subiu ele falou na cara do meu pai que tem uma gravação e eu quero ver esta gravação que o meu pai fez um

acordo financeiro com ele falou pra nós, mas eu quero saber eu quero que prove porque eu sou homem de palavra quero falar uma coisa para o Sr. V.S. dentro do Parque Corumbiara falo e provo tem muitas bascanas de turismo no meio do mato, nós não pode parar na barranca do Rio temos que parar nos paus ou apoita no meio do Rio e porque que os turistas pode vir aqui bascanar, bota fogo e isso quero resposta também é só isso e muito obrigado”.

Destaca-se também o relato do senhor A.M. (2012), pescador artesanal de 74 anos de idade, associado da Colônia Z-3: “não tenho mais coragem de sair com o barco para pescar. A pesca se tornou uma escravidão branca. Não tem como sobreviver com um limite de 70kg de peixe por semana”.

Esses pescadores que enfrentam cotidianamente estes problemas em sua atividade pesqueira também são repreendidos quando surpreendidos, utilizando algum apetrecho ou técnica de pesca até então proibidos pela “Lei da Fome”, sendo considerados predatórios, como por exemplo, redes, malhadeiras, espinhel, tarrafas, técnicas de arrasto de qualquer natureza, entre outros. Na prática, a pesca só será tolerada com a utilização de linhas, varas e molinetes às margens dos rios, que são justamente os principais apetrechos utilizados por pescadores amadores ou esportivos na região.

Contudo, estas proibições têm causado transtornos aos pescadores associados às Colônias, pois, reclamam com o descaso ao setor, e que a cota não é suficiente para sustentar economicamente sua família. Enquanto os pescadores artesanais enfrentam diversas dificuldades, fiscalizações e punições severas, os turistas usufruem da biodiversidade aquática na Bacia do Rio Guaporé, ficando os pescadores artesanais obrigados a passar vários dias nos rios para conseguir peixes de valor comercial elevado para compensar os custos da atividade econômica, pois existe um custo com a embarcação, rancho, remédios e tripulantes. Segundo Freitas (2015, p. 107), o maior clamor da região e dos pescadores é o desequilíbrio da quantidade de peixe capturados no rio Guaporé, entre outros:

Os motores de grande potência das embarcações de turistas provocam ondas que removem as plantas aquáticas, que são os berçários naturais e responsáveis por abrigar diversas espécies da fauna do Rio Guaporé, que são imprescindíveis para o equilíbrio ambiental; a chegada dos grandes empreendimentos agropecuários na região - fazendas de soja, milho, cana, sorgo e pecuária - têm provocado a destruição das matas ciliares,

resultando no assoreamento dos igarapés com a presença de terra contaminada com agrotóxicos agregando ao fato de que aumentou as construções de pousadas na margem do rio – local proibido por ser região de fronteira e reserva permanente (Freitas, 2015, p. 107).

A sobrepesca dos peixes pintado e pirarara (peixes com bom valor comercial)⁷ tem ocorrido com frequência, ao contrário dos peixes com menor valor comercial, depois da aprovação da Lei nº 2.508/2011, os pescadores artesanais concordam com algumas proibições, como por exemplo, aquelas relacionadas ao tamanho de captura, sendo válida para as espécies: pintado *Pseudoplatystoma corruscans*, barba-chata *Pinirampus pirinampu* e tucunaré *Cichla spp.*, de modo que dentre as espécies proibidas de serem capturadas, encontra-se tambaqui *Colossoma macropomum* (Cuvier, 1818)⁸, pirarucu *Arapaima gigas* (Cuvier, 1829), pirapitinga *Piaractus brachypomus* e jatuarana *Brycon spp.*

Dentre todos estes gargalos ressaltados, as Colônias do Vale do Guaporé clamam por apoio político municipal, estadual e federal; lidam com abusos de poder por parte da fiscalização ambiental; ausência de diálogo por parte das autoridades ambientais com os pescadores; as autoridades impõem questões que não condizem com a realidade dos pescadores; a guia de pesca é feita de acordo com as exigências da Sedam, mas o Batalhão Ambiental da Polícia Militar apresenta divergência em relação as orientações, e os pescadores ficam “perdidos” nesta falta de comunicação e acordo entre estes dois órgãos; existência de muitos problemas ambientais (agrotóxicos, desmatamento, avanço do agronegócio, sobrepesca de espécies importantes ambientalmente e economicamente, turismo predatório, invasão de outras atividades sobre a pesca e mau uso na gestão dos recursos), legislação inadequada, principalmente, no que tange a pesca artesanal; ausência de financiamento para equipamentos, barcos de pesca e utensílios utilizados para realizar a atividade pesqueira.

⁷ São aquelas espécies de peixes com maior fluxo de venda, pois possuem características atrativas como sabor, maior rendimento de carne e poucas espinhas.

⁸ Esta proibição é válida apenas em alguns Rios da área de abrangência de pesca.

Considerações finais

A pesquisa mostrou que os pescadores existem, produzem e resistem aos processos normativos que prejudicam sua sobrevivência social. O sustento da teimosia de existir e ser pescador reside no seu modo de vida e na sua atividade profissional, lhes permitindo dar novos sentidos às influências externas, aprender com os processos de mudanças e construir com a natureza ao longo das gerações a coevolução socioambiental. Todavia, o agravamento dos problemas apontados no texto compromete as condições de vida e abala profundamente a identidade do pescador artesanal.

Do ponto de vista analítico, o texto demonstra a necessidade do desenvolvimento de pesquisas participativas na Bacia do Rio Guaporé que possam abranger estudos e apoiar a construção de políticas públicas: em direito à posse das terras; sobre a ictiofauna (peixes comerciais, de potencial comercial, possibilidade para o beneficiamento e de importância ecológica); o zoneamento dos múltiplos usos dos principais pesqueiros (pesca, reprodução, criadouros, navegação, turismo); acordos de pesca (áreas, quem pesca, onde, quando); realização de cursos de alfabetização no período de defeso, para que os pescadores e familiares possam retirar a carteira de pilotos de barco; aprender informática; conhecer as leis ambientais; aprender a trabalhar com o beneficiamento do pescado, processamento do peixe desde o momento da captura até a comercialização, agregando valor e transformando-os em farinha, ração, bolinho de peixe, entre outros.

Portanto, não se trata de descaracterizar a necessidade de legislações ambientais para a região, mas de refletir se de fato tem beneficiado as populações locais, ou simplesmente, atende aos interesses dos grandes grupos econômicos e das suas representações políticas.

Esta Lei foi elaborada por pessoas que desconhecem a realidade da região, portanto, não contribui para o desenvolvimento sustentável da pesca artesanal na Bacia Hidrográfica do Rio Guaporé. É necessário apoiar pesquisas voltadas para o levantamento da ictiofauna aquática e capacidade de suporte dos recursos pesqueiros disponíveis. Atualmente os pescadores através das colônias, Fepearo e Superintendência da Pesca e Aquicultura, junto a Universidade Federal de Rondônia –

UNIR, vem problematizando essa Lei, utilizando dados de pesquisa de diversos projetos, inclusive do Programa Peixe-Vivo, processo este que já está há algum tempo em desenvolvimento, todavia, não com poucas mudanças.

Referências

ALMEIDA, Z.S., CASTRO, A.C.L., PAZ, A.C., RIBEIRO, D., SANTOS, N.B.; DIAS, T.R. Diagnóstico da pesca artesanal no litoral do Maranhão. In: ISAAC, V.J., MARTINS, A.S., HAIMOVICI, M., ANDRIGUETTO-FILHO, J.M. (Orgs.). **A pesca marinha e estuarina do Brasil no início do século XXI: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais**. Belém: UFPA, 2006. p. 41-65.

AGU, Advocacia Geral da União. **Ação direta de inconstitucionalidade**. 2008. Disponível em: <http://www.agu.gov.br/noticia/agu-apresenta-no-stf-adin-contra-lei-estadual-que-disciplina-pesca-em-rondonia>> Acesso em: 20 set. 2017.

AZEVEDO, N. T. **Política nacional para o setor pesqueiro no Brasil (2003-2011)**. 2012. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR, Curitiba.

BARTHEM, R. B.; FABRÉ, N. N. Biologia e Diversidade dos Recursos Pesqueiros da Amazônia. In: RUFFINO, M. L. (coord.). **A Pesca e os Recursos pesqueiros na Amazônia Brasileira**. Manaus: IBAMA/PROVÁRZEA, 2004. p. 17-62.

BERTÃO, A. P. S. **CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: Estudo de Caso na Colônia Z-10, São Francisco do Guaporé-Rondônia, Brasil** 2014. 70 f. Monografia (Engenharia de Pesca) Presidente Médici-RO, 2014.

CALLOU, A. B. F. **A voz do mar: construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros pela Missão do Cruzador “José Bonifácio” (1919-1924)**. Tese (Doutorado), Escola de Comunicação e Artes, USP, São Paulo, 1994.

_____. **Extensão rural: polissemia e memória**. Recife: Bagaço, 2007.

CARDOSO, R. S. **A Pesca Comercial no Município de Manicoré (Rio Madeira), Amazonas, Brasil**. 2005. Dissertação (Mestrado em Biologia de Água Doce e Pesca Interior). Instituto Nacional de

Pesquisas da Amazônia/Fundação Universidade Federal do Amazonas, Brasil. 2005.

CEREGATO, A. S.; PETRERE JR, M. Financial comparisons of the artisanal fisheries in Urubupungá complex in the middle Paraná river (Brazil). **Brazilian Journal of Ecology**, v. 63, n. 4, 2003, p. 673-682.

DIEGUES, A. C. **Povos e mares: Leituras em Sócio-Antropologia Marítima**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996. 169 p.

DIETZ, D. A. **Influência das organizações sociais no modelo de desenvolvimento local: o desenvolvimento a partir da comunidade de pescadores profissionais artesanais de Tramandaí, RS**. 2011, 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Balneário Pinhal, 2011.

FAO. **El estado mundial de La pesca y La acuicultura 2010**. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/013/i1820s/i1820s.pdf> . Acesso em: 25 maio 2017.

FARIA, J. H. **Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações**. Editora Atlas. São Paulo, 2009.

FREITAS, C. O. **Gestão Participativa: Análise da Colônia de Pescadores de Pimenteiras/Rondônia Sob o Modelo Estratégico Pestel**. 2012. 130 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais - FEAD e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte. 2012.

FREITAS, C.O. **GESTÃO PARTICIPATIVA: Análise da Colônia de Pescadores de Pimenteiras/Rondônia sob o Modelo Estratégico PESTEL**. Berlin. Novas Edições Acadêmicas – NEA. 2015.

FREITAS, C. O.; BERTÃO, A. P. S.; LEITE, E. S.; SILVA, J. S.; LIMA, T. O. Desafios dos pescadores artesanais amazônicos do Guaporé, Rondônia – RO, Brasil. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 8, n. 2, maio/ago. 2016 p.159-161. ISSN: 2176-8366 DOI 10.18361/2176-8366/rara. v 8. n 2. p. 144-161.

FREITAS, C. O.; SIMEÃO, C. S.; SILVA, J. S.; LEITE, E. S.; SILVA, J. G. S. Gestão e organização participativa na Colônia de

Pescadores Z-11 em Cabixi, Rondônia. **Revista Acta Científica**. In: Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, 24, 2013. ISBN: 978-956-19-0828-4. Disponível em: <<http://actacientifica.servicioit.cl/menualasgt.html>>. Acesso em: 10 set. 2017.

LEITE, E. S. *et al.* Pesca Artesanal: e os Caminhos para a Sustentabilidade. Congresso Latino Americano de Sociologia, Santiago – Chile. 2013. **Revista Acta Científica** Disponível em: <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT15/GT15_SilvaLeite.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2017.

LIMA, T. O.; FERREIRA, R. L. **POVOS DAS ÁGUAS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS: a realidade dos pescadores artesanais da Colônia Z-8, Ariquemes – Rondônia (Brasil)**. 2017. Monografia (Especialização – Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável) – UNINTER, Ji-Paraná, 2017.

MARX, K. **O capital**. Livro 1, vol. 1. 8ª. ed. São Paulo: DIFEL, 1982.

MOREIRA, C. F. **As denominações para os pescadores e os apetrechos de pesca na comunidade de Baiacu/Vera Cruz/Bahia**. 2010. 380 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2010.

MPA, Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim estatístico da Pesca e Aquicultura**. Brasília, 2012. p. 129.

OLIVEIRA, O. A. **História Desenvolvimento e Colonização do Estado de Rondônia**. 5ª Ed. Dinâmica Editora e Distribuição Ltda. 2004.

PAIVA, M. P. **Administração pesqueira no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2004.

RAMALHO, C. W. N. **Poder Público e os Pescadores artesanais: o caso da Colônia de Pesca Z10 de Itapissuma, PE**. 1999. 82f. Monografia (Graduação), Curso de Ciências Sociais, UFRPE, Recife, 1999.

RAMALHO, C. W. N. Pescadores, Estado e Desenvolvimento Nacional: da reserva naval à aquícola. In: ENCONTRO NORTE E NORDESTE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E PRÉ-ALAS BRASIL, 16, Piauí, 2012. **Anais**. Piauí: UFPI, 2012. 20 p.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Revista Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v-vi, abr/jun, 2007.

SILVA, J. S.; LEITE, E. S.; FREITAS, C. O. Economia e legislação Pesqueira: A Pesca e Conflitos no Vale do Guaporé. **XI Reunião Científica do Instituto de Pesca**. São Paulo, 2013. Disponível

em: http://www.pesca.sp.gov.br/11recip2013/resumos/11a_ReCIP_R37_123-125.pdf . Acesso em: 30 nov. 2017.

SILVA, J. S.; LIMA, T. O.; FREITAS, C. O.; LEITE, E. S.; FERREIRA, A. F. A pesca artesanal, organização de trabalho e inserção em políticas públicas: a realidade da Colônia de Pescadores Z-8 de Ariquemes – Rondônia (Brasil). **Revista Acta Científica**. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 24, 2013. ISBN: 978-956-19-0828-4. Disponível em: <<http://actacientifica.servicioit.cl/menualastgt.html>>. Acesso em: 10 set. 2017.

VENTURATO, R. D.; VALENCIO, N. F. L. S. **Desafios do modo de vida da pesca artesanal em uma região em crescimento: a comunidade Tanquã, PIRACICABA/SP**, 2009.

VILLAR, F. **A missão do Cruzador “José Bonifácio” – os pescadores na defesa nacional – a nacionalização da pesca e a organização dos seus serviços (1919-1923)**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Limitada, 1945.

SÚMULA CURRICULAR DOS AUTORES

ANA PAULA DA SILVA BERTÃO

Engenharia de Pesca pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Mestrado em Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e Doutoranda em Zootecnia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: anabertaopaula@gmail.com

AMANDA MICHALSKI

Graduada em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), ex-bolsista PIBIC/UNIR, membro do Laboratório de Gestão do Território (LAGET/UNIR) e do Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (GTGA/UNIR). E-mail: michalski85@gmail.com

BENJAMIN ALVINO DE MESQUITA

Doutor em Geografie, Aménagement et urbanism pelo IHEAL/Sorbonne Nouvelle/Paris III. Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Um dos coordenadores do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Econômico e Agricultura Brasileira e pesquisador associado do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/(PNCSA-UEA/UFAM). E-mail: bamin@uol.com.br

CARLOS ALBERTO VETTORAZZI

Engenheiro Agrônomo (ESALQ/USP), Mestre e Doutor em Agronomia. Professor livre-docente, aposentado pelo Departamento de Engenharia de Biossistemas da ESALQ/USP. Área de atuação: aplicações de técnicas de geoprocessamento em Ciências Agrárias e Ambientais. E-mail: cavettor@usp.br

CLODOALDO DE OLIVEIRA FREITAS

Doutor em Administração pela Universidade Nacional de Misiones – UNAM/Argentina (2015), validado pela UFRJ (2016). Mestre em

Administração pela Faculdade de Estudos Administrativos - FEAD/MG (2012). Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Rondônia (Cacoal, 2006) e Licenciatura Plena em Matemática pela Universidade Federal de Rondônia (Ji-Paraná, 1997). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal de Rondônia - UNIR, dos Departamentos: de Engenharia de Pesca e Zootecnia do Campus de Presidente Médici - RO. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Biociências - GPBio e Pesquisa em Contabilidade e Sustentabilidade de Cacoal (GEPSCAL). E-mail: clodoaldo@unir.br

ELIANE SILVA LEITE

Graduada em Licenciatura em Física pela Universidade Federal de Rondônia (2006). Mestrado (2009) e Doutorado (2013) em Física pela Universidade de Brasília (UnB). Professora adjunta do Departamento de Engenharia de Pesca da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e professora do Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física - MNPEF, UNIR, polo de Ji-Paraná. Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa: Grupo de Pesquisa em Biociências, GEPSCAL, GPAEFI. E-mail: eleite2308@unir.br

ERLAINY JOANNA SOUZA DE PAIVA

Graduada em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Pesquisadora do Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia (NESAM), do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (CESTB/UEA). cursando mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG/UNIR), na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Possui vínculo com o Laboratório de Gestão do Território (LAGET) da Universidade Federal de Rondônia. É bolsista CAPES. E-mail: erlainypaiva@gmail.com

FRANCILENE SALES DA CONCEIÇÃO

Licenciada em Geografia (UFPA), Mestre em Geografia (PPGG/UNIR), Professora substituta da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Pesquisadora do GP Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (GTGA/UNIR) e Pesquisadora do grupo de pesquisa CNPq – Políticas públicas e dinâmicas territoriais na Amazônia (GPDAM). E-mail: lenesalesgeo@hotmail.com

JOSÉ DE RIBAMAR SÁ SILVA

Bacharel em Ciências Econômicas e Especialista em Metodologia do Ensino Superior (UFMA); Mestre em Economia Rural (UFPB/CG) e Doutor em Políticas Públicas (UFMA), com Doutorado-Sanduíche no Instituto de Economia da Unicamp e Pós-Doutorado na Middlesex University, Inglaterra. Professor Associado no Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e docente permanente nos Programas de Pós-graduação em Políticas Públicas (PPG) e Desenvolvimento Socioeconômico. Membro dos grupos de pesquisa Desenvolvimento Econômico e Agricultura Brasileira; Observatório de Políticas Públicas e Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formulação, Gestão, Financiamento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação. E-mail: zederiba@hotmail.com

LUCIANA RIÇA MOURÃO BORGES

Professora do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto de Estudos do Trópico Úmido da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Graduada em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Mestra e Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP). Integrante do Grupo de Pesquisa "Políticas Públicas, Territorialidade e Sociedade" credenciado no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP) e do Laboratório de Geografia Política (GEOPO/USP). E-mail: lu.rmborges@gmail.com

LUÍS AUGUSTO PEREIRA LIMA

Graduado em Geografia (UEA), Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia (UEMA). Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (GTGA/UNIR), do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA-UEA/UFAM) e participa do Laboratório Nova Cartografia Social: Territorialização, Identidade e Movimentos Sociais. Pesquisa Territorialidades, Território, Mapeamento Social e SIG. E-mail: aplluis@yahoo.com.br

MÁRCIO JÚNIOR BENASSULY BARROS

Geógrafo (UFPA). Doutor em Geografia (UnB). Líder do grupo de pesquisa CNPq – Políticas públicas e dinâmicas territoriais na Amazônia (GPDAM). Professor da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: marcio.barros@ufopa.edu.br

MARCOS VINÍCIUS DA COSTA LIMA

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO/ Universidade Federal Fluminense/UFF-Niterói-Rio de Janeiro-Brasil; Pesquisador no Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia-PNCSA; Professor no Núcleo de Formação de Professor Indígena –NuFi/ Universidade Estadual do Pará-UEPA-Brasil. Email: mvclima@hotmail.com

PATRÍCIA GEMAQUE

Graduada em Geografia (UFPA), Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (PPGG/UNIR). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero - GEPGÊNERO. E-mail: patygemaque@hotmail.com

RICARDO GILSON DA COSTA SILVA

Doutor em Geografia Humana (USP) e Pós-Doutor pelo Programa de Posdoctorado en Ciencias Humanas y Sociales (Universidad de Buenos Aires/UBA), professor do Departamento de Geografia, do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG/UNIR) e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Profissional em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça (DHJUS/UNIR). Coordenador do Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (GTGA) e do Laboratório de Gestão do Território (LAGET) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: rgilson@unir.br

REGINALDO CONCEIÇÃO DA SILVA

Professor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA – Tabatinga), Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Mestre em Cartografia Social e Ciências Políticas da Amazônia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Doutorando em Geografia na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Membro do Grupo de Pesquisa Saberes e Práticas Discursivas na Amazônia, Coordenador do Núcleo

Cartografia Social da Amazônia, Pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (UEA-CSTB/UFAM/PPGAS), Pesquisador do Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia – NESAM e Membro do GEPCULTURA. E-mail: reginho.obi@hotmail.com

ROGERIO NOGUEIRA DE MESQUITA

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Acre – UFAC. Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Educacional da Lapa – FAEL. Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero - GEPGÊNERO. Bolsista CNPQ. Email: rogerio_vitorioso@yahoo.com.br

SILVIA DA SILVA CORRÊA

Geógrafa, Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (PPGG/UNIR), Professora de Geografia da rede pública de ensino do Pará, integrante do grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (GTGA/UNIR). E-mail: silvia.silvacorrea@gmail.com

TÂNIA OLINDA LIMA

Graduação em Engenharia de Pesca pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Pós-graduação *lato sensu* em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável e Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG/UNIR). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (GTGA/UNIR). E-mail: tania.engpesca@gmail.com

VIVIANE VIDAL DA SILVA

Graduada em Ciências Biológicas (UNIRIO), Mestre em Ciências Ambientais (UFF), Doutora em Ecologia Aplicada (ESALQ/CENA-USP). Professora do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Desenvolve pesquisa nas seguintes áreas: uso da terra e meio ambiente no contexto amazônico e educação ambiental e sustentabilidade. E-mail: silvavv@gmail.com

O livro instiga a curiosidade e nos desafia a olhar pelos diferentes ângulos para tentar compreender o que se passa neste território tão globalizado. Pesquisadores de universidades da região, em parcerias com outras instituições, apresentam resultados de suas pesquisas, dentre as quais, muitas privilegiaram uma das técnicas mais usadas em estudos geográficos: o trabalho de campo, a cartografia geográfica como instrumento de identificação do que ocorre nos territórios.

Transparece no livro o engajamento dos autores, por meio de suas contribuições, ao sistematizar e tornar transparentes processos totalmente opacos, assim como a seriedade, a capacidade de interpretação e de análise de uma região essencial para o futuro de suas populações, mas também dos países amazônicos e das questões ambientais locais e planetárias.

Neli Aparecida de Mello-Théry
Professora da Universidade de São Paulo



ISBN 978-65-5869-762-6

